

**Dinâmicas contemporâneas da sexopolítica:
Um estudo de caso sobre a sindicalização de trabalhadores do sexo**

Ana Beatriz Gonçalves Rosa

**Dissertação de Mestrado em
Antropologia Temas Contemporâneos**

Outubro 2021

Versão corrigida e melhorada após defesa pública

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de
Mestre em Antropologia, Área de Especialização em Temas Contemporâneos,
realizada sob a orientação científica do Professor Doutor José Mapril
e co-orientação científica de Professore Doutore Daniel Cardoso.

Pergunto:

se outra alternativa não nos derem que a guerra aberta contra todo um sistema social que recusamos de base em que tenhamos de destruir tudo, inclusive se necessário as nossas próprias casas, recuaremos?¹

¹ Barreno, M. I.; Horta, M. T. & Costa, M. V. (2010). *Novas Cartas Portuguesas*. Edição Anotada, Amaral, A. L. (Ed.). Lisboa: Dom Quixote [1972], 249.

Agradecimentos

Uma dissertação é, de facto, como dizem, um projeto construído por muitas mãos. Em primeiro lugar, porque o conhecimento e o pensamento são sempre resultado de um projeto conjunto e coletivo. Existimos, pensamos e avançamos porque o fazemos de maneira relacional e interdependente. Da mesma forma, a produção académica deve existir enquanto análise, mas sobretudo enquanto contributo para a sociedade. E como várias cabeças pensam melhor que uma, são os momentos de pôr as ideias em comum, de contemplação conjunta e de partilha e conexão de reflexões que nos permitem caminhar.

Ao longo deste processo, tive o gosto de poder ir pensando com o Professor José Mapril, com quem dei os meus primeiros passos no mundo da Antropologia onde sigo até hoje, e a quem agradeço todo o apoio, paciência e fundamental aprendizagem. Este projeto contou também com o inestimável suporte de Professore Daniel Cardoso. Obrigada, não só por me fazeres pensar, mas pensar melhor, pelo amparo intelectual e emocional e pela amizade.

Esta investigação só foi possível graças à amável e valiosa colaboração de todas as pessoas que se disponibilizaram a participar neste projeto através das entrevistas. Um gigante agradecimento a Anneke Necro, a Evelin Rochel, a Lourdes Ros, a Maria José Barrera, a Raj Redlich e a Sabrina Sánchez – aprendi imensamente convosco. Obrigada pela vossa partilha, pela vossa disponibilidade e pela vossa abertura. Que as lutas que nos contam nestas páginas se convertam em conquistas! Queria ainda agradecer os notáveis *insights* de Begoña Alonso, Juan Jiménez-Piernas e Pablo Matilla.

À Associação Portuguesa de Antropologia (APA), que generosamente contribuiu para o financiamento deste projeto de investigação.

À Daniela e à Joana, por serem tanto e por caminharmos juntas.

À Elena, Flor e Vico, por tudo o que partilhámos e partilhamos. A todes que tiveram a paciência de acompanhar-me neste trajeto e de apoiar-me. Todas as conversas, todos os passeios, todos os desabafos e todos os devaneios contribuíram para avançar nesta ideia.

Que continuemos sempre a abraçar-nos, a pensar e a existir juntas!

Dinâmicas contemporâneas da sexopolítica:

Um estudo de caso sobre a sindicalização de trabalhadoras do sexo

Ana Beatriz Gonçalves Rosa

RESUMO

O trabalho sexual, enquanto área laboral, apresenta vários desafios particulares, tais como a negação do reconhecimento social e legal, estigma, invisibilização e precariedade. Estes fatores dificultam a organização coletiva de trabalhadoras do sexo (TS) sendo, por isso, pouco frequente evidenciar casos bem-sucedidos de sindicalização neste contexto. Nesta investigação analiso a emergência de um Sindicato de Trabalhadoras do Sexo – Sindicato OTRAS, constituído em Espanha, como um exemplo emblemático de organização de TS. Este Sindicato, para além de representar um caso inédito na Península Ibérica, desde a sua constituição vivenciou processos de marginalização e de afirmação. A partir deste estudo de caso, examino como operam dinâmicas da sexopolítica. Compreendo, neste sentido, como funciona a aplicação das tecnologias do biopoder na sexualidade no paradigma pós-fordista, bem como a produção dissidente e subversiva à normalização, que é inerente a estas complexas relações de poder. A análise de recursos jurídicos, de material jornalístico, juntamente com entrevistas realizadas a membros do Sindicato, ativistas na área do trabalho sexual, juristas envolvidos na discussão e representantes de partidos políticos, serviram como base empírica para desenvolver as questões centrais que guiam esta investigação. As conclusões deste projeto vão no sentido de evidenciar como atuam as estratégias de exclusão, silenciamento e produção de liminaridade aos níveis social e institucional. Simultaneamente, afirmam-se relações de tensão, negociação e contra-hegemónicas. Estas dinâmicas são demonstráveis partindo dos exemplos de resistência do Sindicato OTRAS, que arquiteta as reivindicações de direitos para TS fundamentadas em traços ímpares na organização coletiva: cuidados, vínculos e intimidade como ação política.

PALAVRAS-CHAVE: biopolítica; sexopolítica; trabalho sexual; sindicalização; poder; resistência.

ABSTRACT

Sex work, as a work area, faces several specific challenges, such as the denial of social and legal recognition, stigma, invisibility and precarity. This hinders the collective organisation of sex workers (SW), making it harder for successful cases of SW's unionization to even be possible. Through this research, I analyse the emerging Spanish Union of Sex Workers – «Sindicato OTRAS» - a paradigmatic and unprecedented case of SW's organisation in the Iberian Peninsula, which since its inception has experienced both marginalization and affirmation. In this case study, I examine how sexpolitics works. I will deepen the understanding of how biopower operates through sexuality on a post-fordist context. Likewise, I consider the production of dissidence, subversion, and resistance to normalization, intrinsic to power relations. The analysis of juridic resources, journalistic material, and interviews to Union's members, SW activists, lawyers engaged with the topic and representatives of political parties, were the empirical basis that guided me through the research. Overall, the conclusions show evidence of working strategies of exclusion, silencing and production of liminality, at institutional and social levels. Simultaneously, I argue that those exist alongside tension and negotiation relations of counter-hegemonic politics. These dynamics are expressed in the resistance of Sindicato OTRAS, which lays claim to sex workers' rights through caring, bonding, and intimate politics.

KEYWORDS: biopolitics; sexpolitics; sex work; unionization; power; resistance.

ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO

1.1 *Notas introdutórias* 1

1.1.1 Sobre a linguagem 2

1.1.2 Pressupostos teóricos 3

1.1.3 Objetivos e trajetória 6

1.2 *Contextualização metodológica* 7

1.2.1 Material jurídico 10

1.2.2 Material jornalístico 10

1.2.3 Entrevistas 11

1.3 *Esquema da tese* 16

II. UMA HISTÓRIA DE PODERES E RESISTÊNCIAS

2.1 *Biopolítica, sexopolítica* 19

2.2 *Trabalho, sexo e sindicalização* 32

2.2.1 Trabalho sexual é trabalho 32

2.2.2 Poderes sindicais e sindicalização do trabalho sexual pelo mundo 35

2.2.2.1 África 37

2.2.2.2 América 38

2.2.2.3 Ásia 39

2.2.2.4 Europa 40

2.2.2.5 Oceânia 41

2.2.3 O desencanto 42

2.2.4 Novos desafios, novas respostas 45

III. PERCURSOS, DERROTAS E CONQUISTAS

3.1 *Configuração do trabalho sexual e modelos de legislação* 48

3.1.1 Modelo abolicionista 48

- 3.1.2 Modelo regulamentarista **49**
- 3.1.3 Modelo proibicionista **50**
- 3.1.4 Modelo neo-abolicionista **51**
- 3.1.5 Modelo descriminalização pró-direitos **52**
- 3.1.6 O caso espanhol **53**

3.2 O lançamento do Sindicato OTRAS, impactos e consequências **58**

IV. OS DESAFIOS DO CORONAVIRUS: DA NECROPOLÍTICA À SOBREVIVÊNCIA

- 4.1 A crise pandêmica* **79**
- 4.2 COVID-19 e o trabalho sexual* **81**
- 4.3 Gestão nos corpos na produção liminar e necropolítica* **93**
- 4.4 Desânimo, intencionalidade, agência* **98**

V. CAMADAS DE EXCLUSÃO, CAMADAS DE SUBVERSÃO

- 5.1 A interseccionalidade* **106**
- 5.2 O estigma* **109**
- 5.3 As migrações* **113**
- 5.4 As lutas feministas e queer* **115**
- 5.5 A classe* **116**
- 5.6 Vínculos e redes* **119**
- 5.7 Resistir* **123**

VI. CONCLUSÕES 130

FONTES 133

BIBLIOGRAFIA 134

ANEXOS

Anexo 1: Correio Eletrónico enviado pela Secretaría de Igualdad sobre o Posicionamento do PSOE face à polémica da constituição do Sindicato OTRAS **168**

Anexo 2: Comunicado do Ministério do Trabalho, Migrações e Segurança Social face à constituição do Sindicato OTRAS **170**

Anexo 3: Primeiras reações do PSOE face à constituição do Sindicato OTRAS – twitter de Pedro Sánchez **172**

Anexo 4: Informação de início da entrevista traduzida **173**

Anexo 5: Entrevista a Anneke Necro **174**

Anexo 6: Entrevista a Begoña Lalana Alonso **190**

Anexo 7: Entrevista a Evelin Rochel **200**

Anexo 8: Entrevista a Juan Jiménez-Piernas **219**

Anexo 9: Entrevista a Lourdes Ros **222**

Anexo 10: Entrevista a Maria José Barrerra **236**

Anexo 11: Entrevista a Pablo Matilla Yáñez **261**

Anexo 12: Entrevista a Raj Redlich **273**

Anexo 13: Entrevista a Sabrina Sánchez **293**

DICIONÁRIO DE ACRÓNIMOS E SIGLAS

AMMAR- Asociación de Mujeres Meretrices de Argentina

BOE – Boletim Oficial do Estado Espanhol

COYOTE – Call Off Your Old Tired Ethics (EUA)

CPS – Coletivo de Prostitutas de Sevilha (Espanha)

ERTE - Expediente de Regulación Temporal de Empleo

IMV – Ingreso Mínimo Vital

IUSW - International Union of Sex Workers (Reino Unido)

KSWU - Karnataka Sex Workers Union (India)

LOE – Lei Orgânica do Estado

LOLS – Lei Orgânica da Liberdade Sindical

LRJS- Lei Reguladora da Jurisdição Social

OMS – Organização Mundial de Saúde

OTRAS – Sindicato Organización de Trabajadoras Sexuales (Espanha)

PSOE – Partido Socialista Obrero Español

TS – Trabalhadorie(s) do sexo

UGT - Sindicato Unión General de Trabajadores (Espanha)

I. INTRODUÇÃO

1.1 Notas introdutórias

Foi na academia que tive contacto pela primeira vez com a célebre máxima feminista «o pessoal é político». Este princípio viria a marcar um ponto de transição fundamental no meu trajeto académico, onde encontrei espaço para poder refletir sobre as minhas inquietações relacionadas com a nossa condição de existência e também espaço para poder crescer ao ser acompanhada neste processo: por pensar em comum. Judith Butler dizia que pensar sobre a vida possível é um luxo só para quem já tem essas condições pré-estabelecidas. Para quem luta para tornar a sua existência possível não é um luxo, mas uma necessidade².

Em agosto de 2018 vi as primeiras notícias sobre a formação de um Sindicato de Trabalhadoras do Sexo (que, para abreviar, daqui em diante direi TS). O Sindicato OTRAS – Organización de Trabajadoras Sexuales foi criado no Estado Espanhol³ e formalmente reconhecido como Sindicato a 4 de agosto de 2018. Pareceu-me inédito ver a constituição de um Sindicato numa área laboral que, por norma, não tem posicionamento ou proteção legal. De facto, é o primeiro sindicato de TS a constituir-se na Península Ibérica, e um dos poucos existentes na Europa. Mas o impacto mediático que conquistou o lançamento deste Sindicato no país vizinho não surge por acaso: é que pouco tempo depois da publicação da sua constituição, as próprias instituições que reconheceram o Sindicato, anunciavam que estavam a reunir esforços no sentido de anular a sua existência.

Por uma vez, estávamos próximas de uma vitória de reconhecimento social de um grupo que, potencialmente, encarna várias características que representam camadas de marginalização e silenciamento – mulheres, migrantes, trans, queer, TS, da classe trabalhadora. Mas esta quimera rapidamente se apagava. Ao mesmo tempo que as instituições afirmavam que o Sindicato não podia existir porque um governo feminista não pode incentivar a exploração de mulheres e o lenocínio, o próprio Sindicato sustentava que tem na sua génese o pensamento feminista e que fora constituído por TS que queriam ver os seus direitos reconhecidos e sua

² Butler, J. (2006). *Deshacer el género*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica. 310.

³ Utilizo o termo «Estado Espanhol» não como referência ao «Estado» enquanto organização política e respetivas instituições burocráticas, mas sim como referência ao país em termos latos – utilizo em substituição de «Espanha». Este conceito parte de um propósito político, utilizado desde a Segunda República Espanhola, porque marca um contraste com a noção de unificação do país. Ao ser um país que compreende várias regiões, e que fações algumas delas atravessam processos de cisão e ambição de independência em relação à «nação espanhola», o termo «Estado Espanhol» pretende, por isso, fazer alusão ao país que contém várias sensibilidades, dinâmicas plurais e pouco homogéneas.

voz ouvida. É, assim, colocado em evidência o caráter contestado, plural e tensional do(s) feminismo(s).

Em face desta situação, para mim tornou-se evidente que estávamos perante um caso extraordinário de como o controlo dos corpos é exercido de forma tão expressa, tão moralizante e tão paralisante. Mesmo quando um coletivo, que é tendencialmente marginalizado, se consegue organizar, superar todos os entraves que este processo implica e vencer todos os bloqueios burocráticos para afirmar a sua existência, não é suficiente. Não é suficiente e nunca vai ser suficiente, porque estas são vozes reiterada e intencionalmente silenciadas.

É sobre as vidas possíveis e as lutas que implicam (manter) as vidas possíveis que reflito neste projeto. Num contexto contemporâneo onde o biopoder evoluiu para a gestão sexopolítica; onde os modelos de produção avançaram para a liquidez do pós-fordismo; onde a sociedade normalizada e a marginalização operam, o trabalho sexual é reconhecido no que respeita ao seu aproveitamento económico-político, e esquecido no acesso a direitos fundamentais.

Este é um trabalho de investigação que se baseia numa lente transfeminista-queer e pró-direitos, como terei oportunidade de justificar melhor adiante, e que se propõe a expor contextos contemporâneos de marginalização e privação de direitos e condições de vida basilares. Mas o foco residirá também sobre como a estas dinâmicas dos poderes é intrínseca à resistência, a que pretendo dar visibilidade. De onde são aplicadas as tecnologias da gestão sexopolítica, brotam *praxis* disruptivas e transformadoras para as quais devemos olhar.

1.1.1 Sobre a linguagem

Porque entendo que a academia e a sua produção devem existir em e para a transformação social, parto das reflexões de Brigitte Vasallo sobre a importância de recordar sempre não só com quem estamos a comunicar, mas para quem, como e porquê⁴. Para além do compromisso e do desejo de um contributo efetivo relacionado com a Antropologia da resistência, assumo também uma preocupação que considero fundamental, relacionada com o uso da linguagem. Como defendia Austin sobre o valor performativo da linguagem: dizer algo é fazer algo⁵. A linguagem não é uma entidade suprema cristalizada. Enquanto

⁴ Cf. Vasallo, B. (2019) «Lenguaje académico y traición de clase.» Em *Pikara Magazine*. <https://www.pikaramagazine.com/2019/04/lenguaje-academico-y-traicion-de-clase/> e Vassallo, B. (2021). *Lenguaje inclusivo y exclusión de clase*. Barcelona: Larousse.

⁵ Austin, J. (1962). *How to Do Things with Words*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

substancialização da comunicação, é tecido político instrumentalizado ou ao serviço do *status quo* ou como ferramenta de pensamento e prática subversiva – opto, portanto, por esta última. Reconhecendo o peso, a parcialidade, a materialidade e o carácter vivo da língua em permanente construção, considero fundamental adotar uma linguagem inclusiva que rejeite a produção linguística patriarcal, que se negue ao masculino «universal» e que olhe para além do binarismo de género. Justamente porque concebo a linguagem para além do *orthós* do correto, da norma e do regulamentar; que é, na verdade, uma criação viva e imaginativa, que (re)nasce, transforma-se, experimenta-se, decidi encontrar uma solução *queerográfica*.

Identificando um amplo leque de possibilidades na linha inclusiva, selecionei o *Sistema Elu*, por ser uma alternativa inclusiva que considero viável não só em termos de escrita, mas também de oralidade e que elimina barreiras na leitura para a diversidade (in)visual. Neste sentido, procuro utilizar o máximo de palavras neutras, em oposição ao binarismo de género, elimino artigos e pronomes quando se aplique e quando se dá o caso, adoto pronomes neutros. Assim, no caso do trabalho sexual, refiro-me «ês/des trabalhadores» no plural, «ume trabalhador», no singular - por dar um exemplo de como a alternativa inclusiva será aplicada neste projeto⁶.

1.1.2 Pressupostos teóricos

Este projeto parte de várias reflexões e conceitos que foram fulcrais nesta investigação. Exponho brevemente algumas das principais linhas teóricas consideradas no sentido de orientar a sua leitura.

Michel Foucault, pensador da transformação, reflete profundamente sobre questões de poder e resistência que considero basilares. Os poderes não existem como uma essência, mas antes como resultado das relações. Deste modo, não são estáticos nem correspondem a uma estrutura fechada, abrindo portas à dispersão, fluidez e negociação⁷. É desta forma que se desenvolvem as reflexões sobre o biopoder, que cruza a anatomopolítica – que controla o corpo

⁶ Para conhecer em maior profundidade as regras de escrita do Sistema Elu, consulte-se Valente, P. (2020). «O “x” e o “@” não são a solução: Sistema Elu e Linguagem Neutra em Género». Em *Medium*. <https://medium.com/@pedrostv/sistema-elu-linguagem-neutra-em-g%C3%A9nero-pt-pt-9529ed3885cf>.

⁷ Foucault, M. (1988) «El sujeto y el poder», em *Revista Mexicana de Sociología*, Vol. 50, Num. 3, (Jul-Set 1988), Universidad Autónoma de México. Tradução própria.

Foucault, M. (1994). *História da Sexualidade I – A vontade de saber*. Lisboa: Edição Relógio D’Água, Antropos.
Foucault, M. (2003). *Hay que Defender la Sociedad. Curso de Collège de France (1975-1976)*. Madrid: Ediciones AKAL.

enquanto máquina com potencial produtivo e a adestrar – com a biopolítica, exercida na população enquanto poder biológico⁸.

É nesta linha das tecnologias do poder produtivo centradas na vida e na maximização das suas potências que destaco a tecnologia da normalização, que se propõe a intervir na produção da subjetividade para sustentar e legitimar o exercício dos poderes⁹. Nestes processos de normalização, surgem as margens e a liminaridade, que representam os desvios e ameaça à norma e à hegemonia. É sobretudo nas margens que sobressai a aplicação dos poderes bio e necropolíticos¹⁰. Simultaneamente, as margens e a normalidade estabelecem uma relação de interdependência – existem e são categorizadas uma em função da outra - e, em muitos casos, a separação entre cada grupo é fina e volátil. Tal fenómeno justifica-se pelo facto de que a hegemonia é edificada de tal maneira que ninguém lhe corresponde na totalidade e a sua existência depende de constante manutenção¹¹.

É neste sentido que a sexualidade merece especial atenção, já que integra a ação conjunta de vários poderes e fenómenos – daí que Foucault lhe dedique tanto destaque e considere o dispositivo da sexualidade uma tecnologia tão relevante¹². Preciado analisa como a gestão da sexualidade evoluiu no contexto do capitalismo pós-fordista, inaugurando, por isso a *sexopolítica*¹³. O sexo torna-se central nos modelos de regulação e produção. E as características associadas ao trabalho sexual: exploração assente na precariedade, marginalização, retirada de direitos sociais e discriminação – converte-se na base das lógicas produtivistas¹⁴. O capitalismo e a biopolítica operam conjuntamente no panorama pós-fordista, dado que o corpo, enquanto organismo biológico, passa a ser potência de produção¹⁵. No corpo reside a materialização dessa produção baseada no estímulo da relação humana, como é o caso do trabalho sexual. Enquanto a produção da domesticidade, emocional, afetiva e sexual,

⁸ Foucault, M. (1994). *História da Sexualidade I*, op. cit.

⁹ Foucault, M. (2001). *Los Anormales. Curso de Collège de France (1974-1975)*. Madrid: Ediciones AKAL.

¹⁰ Das, V. & Poole, D. (2004). *Anthropology in the Margins of the State: Comparative Ethnographies*. New Mexico: SAR Press.

Mbembe, A. (2011). *Necropolítica*. Santa Cruz de Tenerife: Editorial Melusina.

¹¹ Pina Cabral, J. (2000). «A difusão do limiar: margens, hegemonias e contradições.» Em *Análise Social*, 34(153).

Turner, V. (1979). «Betwixt and between: The liminal period in rites of passage». Em Lessa, W. & Vogt, E. (Eds.). *Reader in Comparative Religion: An Anthropological Approach*. New York: Harper & Row.

Turner, V. (1977). *The Ritual Process. Structure and Anti-Structure*. New York: Cornell University Press.

¹² Foucault, M (1994). *Historia de la Sexualidad I*, op. cit. e Foucault, M. (2003) *Hay que Defender la Sociedad*, op. cit.

¹³ Preciado, P. B. (2005). «Multitudes queer: nota para la política de los “anormales”». Em *Nombres, Revista de Filosofía*. Ano XV, nº 19, Córdoba, abril de 2005.

¹⁴ Preciado, P. B. (2017) *Testo Yonqui*. Barcelona: Editorial Espasa.

¹⁵ Virno, P. (2003). *Gramática de la Multitud*. Madrid: Traficantes de Sueños.

ampara a riqueza biocapitalista, estes trabalhos são invisibilizados, legitimando a ausência de direitos fundamentais¹⁶.

Ora, como dizia inicialmente, inerente à compreensão da análise foucaultiana dos poderes e das suas características – difusos e dispersos – cabe então o conceito de resistência nestas dinâmicas. A sexopolítica compreende, por isso, o poder e a resistência em simultâneo, em tensão e num jogo de forças, ainda que desiguais. Tanto a produção da normalização como da liminaridade são, assim, categorias mutáveis, permeáveis, frágeis. E é na criatividade, no desejo, e na capacidade de agência que emerge a possibilidade da transformação e da subversão¹⁷. Os corpos e a sua existência relacional e interdependente¹⁸, que é assegurada através da performatividade¹⁹ e da vulnerabilidade²⁰ são a chave para a produção subversiva.

É, deste modo, sobre a reunião performativa dos corpos para operar a resistência, que importa refletir sobre os Sindicatos e o seu papel. Fundamentalmente, são associações coletivas de trabalhadoras que têm por objetivo defender e promover os seus interesses e direitos²¹. No que concerne ao caso específico da sindicalização de TS, é uma forma de organização coletiva mais recente e pouco estudada. Atravessa inúmeros obstáculos comparando com o modelo tradicional dos sindicatos: primeiro, porque compreende um tipo de trabalho que, na maioria dos países, se situa num âmbito à margem da legalidade²². Por outro lado, porque a própria organização enfrenta dificuldades como o estigma, o anonimato, precariedade, desvalorização social e laboral, área laboral competitiva e isolada, pouca disponibilidade e energia²³ - estando todas estas relacionadas entre si. Estes fatores reunidos levam a que as experiências de

¹⁶ Federici, S. (2013). *Revolución punto cero: trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas*. Madrid: Traficantes de Sueños e Federici, S. (2018). *Patriarcado del salario. Críticas feministas al marxismo*. Madrid: Traficantes de Sueños.

¹⁷ Biehl, J. & Locke, P. (2010). «Deleuze and the Anthropology of Becoming». Em *Current Anthropology*, Volume 51, Number 3, June 2010. DOI: 10.1086/651466 e Ortner, S. (1995). «Resistance and the Problem of Ethnographic Refusal». Em *Comparative Studies in Society and History*, 37(1), 173-193. doi:10.1017/S0010417500019587.

¹⁸ Vale de Almeida, M. (1996) *Corpo Presente: Treze Reflexões Antropológicas sobre o Corpo*. Oeiras: Celta Editora.

¹⁹ Schechner, R. (2002). *Performance Studies: An Introduction*. New York: Routledge e Turner, V. (1977). *The Ritual Process. op. cit.*

²⁰ Butler, J. (2015) [Universidad de Alcalá] «XV Simposio de la Asociación Internacional de Filósofas - Repensar la vulnerabilidad y la resistencia». [Video]. Youtube. <https://www.youtube.com/watch?v=hEjQHv0R6rQ>. e Butler, J. (2017). *Cuerpos aliados y lucha política: hacia una teoría performativa de la asamblea*. Barcelona: Editorial Paidós.

²¹ Estanque, E. (2009). «Sindicalismo e movimentos sociais: ação coletiva e regulação social no contexto europeu e português». Em *Lutas Sociais*, São Paulo, n.23.

²² Ou mesmo ilegalidade, no caso de se considerar que o Sindicato se estabelece em relação a patronais, gerando questões relacionadas com o lenocínio, questão que será abordada mais adiante.

²³ Gall, G. (2006). *Sex Worker Union Organising: An International Study*. Hampshire: Palgrave Macmillan e Gall, G. (2016). *Sex Worker Unionization. Global Developments, Challenges and Possibilities*. Hampshire: Palgrave Macmillan

organização coletiva de TS, particularmente no caso dos Sindicatos, sejam consideradas limitadas no tempo e na capacidade de expansão²⁴.

Ainda assim, encontram-se evidências de múltiplas criações e resistências coletivas de TS, que revelam também um caráter inovador no que respeita aos modelos de organização que adotam. Destaca-se sobretudo o papel dos afetos, da intimidade e dos cuidados na criação destas redes²⁵, que leva a que estes sindicatos de TS – como o estudo de caso – supere o alcance e objetivos dos sindicatos tradicionais, correspondendo, por isso, a uma figura híbrida de sindicalismo²⁶ no panorama dos novos movimentos sociais²⁷.

1.1.3 Objetivos e trajetória

Este é um trabalho que combina vários pensamentos, pesquisas e métodos, que põe em diálogo reflexão e empirismo. Como tal, reflete a transdisciplinaridade, cuja conciliação permite, a meu ver, produzir considerações ricas e entusiastas. Inspiro-me, portanto, também na Filosofia, na Ciência Política, na Teoria Feminista e Queer. E esta é, também, a beleza da Antropologia: a sua abertura tanto às teorias como às experiências dinâmicas das realidades vividas.

A essência deste projeto de investigação é a análise de evidências de dinâmicas de resistência e subversão do poder sexopolítico contemporâneo no estudo de caso – a constituição do Sindicato OTRAS. Como é comum também nestes processos, este foi sofrendo algumas redireções e reajustes ao longo do caminho. Conserva na sua génese uma base teórica de releitura feminista e queer dos dispositivos e tecnologias de Foucault na contemporaneidade. Pretendo analisar como se configuram, na contemporaneidade, as dinâmicas da gestão sexopolítica e casos de resistência coletiva às tecnologias do poder. Focando-me especificamente no caso da formação do Sindicato OTRAS, ao longo deste processo de investigação manteve-se premente o objetivo de compreender que fragilidades vive o Sindicato neste contexto e como opera os processos de negociação e renegociação dos poderes para

²⁴ *Ibidem*.

²⁵ Hardy, K. & Cruz, K. (2019). «Affective Organizing: Collectivizing Informal Sex Workers in an Intimate Union». Em *American Behavioral Scientist* 2019, Vol. 63(2) 244–261. DOI: 10.1177/0002764218794795.

Rosaldo, M. (2019). «Em direção a uma antropologia do self e do sentimento». Em *RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*. v. 18, n.54, 31- 49.

²⁶ Gall, G. (2016). *Sex Worker Unionization. Global Developments, Challenges and Possibilities*. op. cit.

²⁷ Della Porta, D. & Diani, M. (1999). *Social Movements: An Introduction*. Oxford: Blackwell.

assegurar a sua continuidade. Mas nasceram, também, muitas outras questões e detalhes de extrema relevância.

Após o trabalho teórico de base, a exploração e o desenvolvimento da problemática, parti para a investigação baseada na recolha e estudo de material jurídico e jornalístico. Esta etapa permitiu não só lançar-me no caminho da análise da informação extraída do que viria a ser material de investigação, mas também consolidar conhecimentos para o momento das entrevistas - o outro método adotado. Os dados obtidos e analisados sustentam as hipóteses teóricas que motivaram esta investigação. Identifiquei, portanto, no processo de análise, estes eixos orientadores que dialogam diretamente com a minha pergunta de partida e objetivos de investigação: foram detetadas evidências da gestão sexopolítica. E logo, surgiram também interessantes complexidades e novas preocupações que decidi incluir no projeto. Assim, o momento de análise e de escrita passou a integrar os efeitos e impactos da pandemia da COVID-19 (que atravessou o período da investigação) e, tendo em conta este contexto excecional, permitiu uma reflexão sobre a situação limite na aplicação destas tecnologias do poder. Por outro lado, surgiu de forma cruzada uma temática que se revelou de extremo interesse e que deve, necessariamente, ser considerada, relacionada com a intersecções dos poderes e resistências, que fazem diretamente a ponte com os objetivos da pesquisa.

Foi o diálogo entre o sustentáculo teórico que me guiou, e a informação empírica da investigação, que me permitiu trazer respostas à pergunta de partida e analisar as evidências da produção do poder sexopolítico, bem como das suas resistências e subversões. Pelo caminho, novas e mais perguntas foram surgindo, alimentando o que é a complexidade e o entusiasmo do processo de investigação. Em seguida, após a contextualização metodológica, exponho as principais linhas do projeto apresentado e respetivas conclusões.

1.2 Contextualização Metodológica

Primeiramente, gostaria de salientar que, na qualidade de investigadora, não parto nem para o projeto, nem para as entrevistas, de um ponto vazio ou neutral. Clifford e Marcus²⁸ marcaram uma viragem no debate da Antropologia, tendo aberto a discussão sobre os modos da escrita, a abordagem reflexiva e a questão da objetividade num mundo cada vez mais global

²⁸ Clifford, J. & Marcus, G. (1986). *Writing Culture. The Poetics and Politics of Ethnography*. Berkeley: University of California Press.

e simultaneamente fragmentado. Desde então, reconhecer que as verdades produzidas no conhecimento são posicionadas tornou-se necessário. E quem pode investigar, como e o porquê são perguntas fundamentais.

Mas é também com o pensamento e críticas feministas que as reflexões em torno da investigação cresceram²⁹. Seguindo epistemologias feministas, nomeadamente as teorizações de McRobbie³⁰ e de Donna Haraway³¹, partilho a perspetiva de que conhecimento é produzido de maneira situada. Nenhuma investigação está alienada do contexto e da subjetividade de quem a orienta, o que não lhe retira a sua precisão: não confundamos rigor com neutralidade. A perceção, o pensamento e o conhecimento são constantemente (re)produzidos e corporalizados num determinado sujeito, com uma posição sociocultural, geográfica, económica e histórica. Entendo, portanto, que uma investigação ética e rigorosa é a que assume a sua parcialidade, reconhece o tempo e o espaço de onde parte, em oposição a lógicas essencialistas e objetivistas de representações uníssonas da realidade.

A Antropologia, que mantém um profundo diálogo e reflexão sobre si mesma e a sua relação com o mundo, tem também problematizado as questões do engajamento na investigação. O posicionamento articulado neste terreno entre o conhecimento, a ação e a luta levaram ao desenvolvimento da antropologia militante³², antropologia de protesto e de ação direta³³, antropologia ativista³⁴ e antropologia da resistência³⁵. São encontradas, por isso, várias maneiras de trabalhar na Antropologia de maneira ativa e comprometida. A minha preocupação foi no sentido de implicar-me politicamente e contribuir, de alguma maneira, positivamente para o contexto de estudo e ajudar a divulgá-lo. O trabalho académico ganha sentido se é desenvolvido com e para a sociedade. O compromisso da Antropologia deve, portanto,

²⁹ Veja-se, por exemplo, Behar, R. & Gordon, D. (Eds.), (1995). *Women writing culture*. Berkeley: University of California Press.

³⁰ McRobbie, A. (1982). «The Politics of Feminist Research: Between Talk, Text and Action». Em *Feminist Review*, No. 12 (1982), 46-57.

³¹ Haraway, D. (1988). «Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective». Em *Feminist Studies*, Vol. 14, No. 3 (Autumn, 1988): 575-599 e Haraway, D. (1991). *Ciencia, cyborgs y mujeres: la reinvencción de la naturaleza*. Madrid: Ediciones Cátedra.

³² Scheper-Hughes, N. (1995). «The Primacy of the Ethnical: Propositions for a Militant Anthropology». Em *Current Anthropology*, Volume 36, nº3, 409-440.

³³ Considere-se, por exemplo, Graeber, D. (2009). *Direct Action: An Ethnography*. Edimburgo: AK Press e Maskovsky, J. (2013). «Protest Anthropology in a Moment of Global Unrest». Em *American Anthropologist*, 115(1), Março 2013. DOI:10.1111/j.1548-1433.2012.01541.

³⁴ Hale, C. (2008). «Activist Research v. Cultural Critique: Indigenous Land Rights and the Contradictions of Politically Engaged Anthropology». Em *Cultural Anthropology*, Volume 21, Issue 1, Fevereiro 2006. 96-120. DOI: <https://doi.org/10.1525/can.2006.21.1.96C>

³⁵ Veja-se, por exemplo, Scott, J. C. (1985). *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*. New Heaven: Yale University Press ou Scott, J. C. (2013). *A Dominação e a Arte da Resistência: Discursos Ocultos*. Lisboa: Livraria Letra Livre.

caminhar na direção de eliminar barreiras, distâncias e dicotomias entre investigadora e o contexto estudado.

Concretamente, sigo algumas pistas de Lila Abu-Lughod³⁶. Em primeiro lugar, ao reconhecer a importância das dimensões práticas e discursivas (interligadas) e como essa relação molda a pessoa investigadora, assim como o contexto que estuda. Em segundo lugar, pela necessidade de reconhecer os vínculos socioculturais e históricos entre a comunidade e a pessoa que investiga. Por último, a necessidade de produzir etnografias, aceitando a sua condição desde o particular, de forma a evitar generalizações e mistificações. Resta sublinhar que a presente investigação é situada num contexto específico, com perspectiva de classe, com uma lente transfeminista e pró-direitos, que parte geográfica e culturalmente do Sul da Europa.

Para além de reconhecer o conhecimento situado, é também numa linha feminista que considero relevante investigar sobre e com os afetos³⁷. É por isso que a investigação é também guiada no sentido do desenvolvimento emocional, tanto pelo poder comunicar emocionalmente através da empatia, como no sentido de conseguir reconhecer e interpretar as emoções como forma de análise, valorizando a sua importância, tanto no plano introspetivo como no plano do comum³⁸.

Este projeto de investigação parte de um estudo de caso específico – o Sindicato OTRAS. Nesta investigação, recorri a fontes de informação múltiplas³⁹. Primeiramente, realizei uma análise profunda de material jurídico e de leis publicadas no Estado Espanhol. Em seguida, recorri a material jornalístico do país referente ao caso do Sindicato OTRAS. Por último, realizei ainda entrevistas. De seguida exploro com maior detalhe cada um destes passos. Considero que, com um formato misto de cruzamento de fontes de informação, é possível contrastar de maneira mais prática e eficiente tanta informação, tão rica, vasta e complexa.

³⁶ Abu-Lughod, L. (1991). «Writing Against Culture». Em Fox, R. (Ed.). *Recapturing Anthropology: Working in the Present*. Santa Fe: School of American Research Press, 1991. 137-162.

³⁷ Veja-se, por exemplo Roben, A. (2006). «The Politics of Truth and Emotion among Victims and Perpetrators of Violence». Em Roben, A. & Sulka, J. (Eds.). *Ethnographic Fieldwork: An Anthropological Reader*. New Jersey: Blackwell. 80-103.

³⁸ Lutz, C. & White, G. (1986). «The Anthropology of Emotions». Em *Annual Review of Anthropology*, 15, 405–436. <http://www.jstor.org/stable/2155767>.

³⁹ Creswell, J. (2007). *Qualitative Inquiry and Research Design: Choosing Among Five Approaches*. Los Angeles: SAGE Publications.

1.2.1 *Material jurídico*

Esta recolha de informação revelou-se particularmente útil para a análise e compreensão do enquadramento jurídico contemporâneo do Estado Espanhol no que respeita ao trabalho sexual. Por outro lado, permitiu também analisar as decisões das sentenças em Tribunal referentes ao caso do Sindicato OTRAS aqui estudado.

Em específico, foram tidas em conta a sentença n.º 174/2018, da impugnação dos estatutos do Sindicato OTRAS em Audiência Nacional⁴⁰ e a posterior sentença n.º 584/2021, do Tribunal Supremo, em que foi revogada a anterior decisão da Audiência Nacional. São considerados os argumentos, discursos e decisões destes documentos, que foram fulcrais para os processos legais que atravessou o Sindicato. Sobre o enquadramento jurídico, foram tomadas em consideração leis e Códigos, publicadas na Agência Estatal dos Boletins Oficiais do Estado – todos os que fossem relevantes para o caso em análise, compreendendo, por isso, datas desde 1978 até 2020. Para a análise jurisprudencial, foram ainda consideradas sentenças e publicações relevantes através das páginas estatais «Poder Judicial»⁴¹ e «La Moncloa»⁴².

1.2.2 *Material jornalístico*

Houve um forte recurso a recolha de informação de material jornalístico. Por um lado, porque permitiu compreender a construção da narrativa e a ordem dos acontecimentos. Por outro lado, porque leva à compreensão dos discursos mobilizados em sociedade, respetivas conciliações e antagonismos. Por fim, porque também é possível apurar alguns dos principais discursos movidos pelas instituições e pelos media.

Após uma pesquisa inicial de conceitos gerais (como «sindicato sexo», «sindicato OTRAS», «sindicato prostitutas», «sindicato trabajadoras sexuales», «sindicato trabajadoras

⁴⁰ A Audiência Nacional, sediada em Madrid, é um órgão jurisdicional único, com jurisdição em todo o território nacional, formando-se como um Tribunal centralizado e especializado em determinadas matérias, nomeadamente delitos de maior gravidade ou de relevância social. No que concerne à parte de jurisdição social, que é o que caso neste caso considerado, encarga-se fundamentalmente de impugnações de convénios coletivos de âmbito territorial superior a comunidades autónomas. Cf. Poder Judicial España (n. d.). «Qué es la AN». Em *Poder Judicial España*. <http://www.poderjudicial.es/cgpj/es/Poder-Judicial/Audiencia-Nacional/Informacion-institucional/Que-es-la-AN/>.

⁴¹ Página oficial do Conselho e Tribunais de Justiça espanhóis, com informação e ferramentas de pesquisa relacionadas com jurisprudência, legislação, publicações e outros conteúdos relevantes sobre o Poder Judicial Espanhol.

⁴² Página oficial do Governo de Espanha e da Presidência do Governo Espanhol, com notícias, informação e ferramentas de pesquisa relacionadas com o Governo do Estado Espanhol.

del sexo», «trabajadoras sexuales»⁴³) nos principais jornais generalistas mais lidos em Espanha – *El País* e *El Mundo*⁴⁴ – foi possível reunir informação geral sobre o tema. Posteriormente, de acordo com o tema específico procurado, e para encontrar eventual pluralidade na produção jornalística, ao longo do processo de investigação e de escrita, foram ainda incluídas outras produções jornalísticas pertinentes nomeadamente *20 Minutos*, *La Vanguardia* ou *El Diario*.

No que concerne à análise do material jornalístico produzido, este serviu como fonte de informação, bem como fonte de análise. Foi considerada porque permitiu compreender os vários discursos mobilizados, mas também como instituições e media podem usar a linguagem na produção e reprodução de relações de poder. Foi, portanto, feita uma análise crítica do discurso⁴⁵, com o objetivo de compreender o uso da linguagem mobilizada tanto por agentes envolvidos, como pelas instituições na manutenção de processos e estruturas socioculturais.

1.2.3 Entrevistas

Considero as entrevistas realizadas a parte da investigação que foi mais laboriosa, fascinante, sumarenta e inédita. Conseguir as entrevistas para este projeto de investigação foi um processo extremamente longo e difícil. Por um lado, houve e há uma enorme resistência por parte dos TS em colaborar neste tipo de investigações e projetos, bem como o receio ao risco de exposição pública - o que considero que é uma reação e forma de proteção evidente face ao estigma sociocultural. Entendo que parte desta relutância também se baseia nas dúvidas sobre os critérios e considerações éticas que estes projetos possam apresentar, ceticismo face ao posicionamento da pessoa investigadora em relação ao tema e cisão com os privilégios geralmente associados à academia. Todos estes argumentos foram, pela minha parte, devidamente compreendidos e tidos em conta ao longo do processo de investigação.

Um outro grande entrave que esta investigação enfrentou foi cruzar-se com a pandemia gerada pelo SARS-CoV-2 que, como sabemos, afetou profundamente as nossas vidas em vários níveis: emocionais, sociais, físicos, económicos. Por esse motivo, este projeto teve que ser radicalmente reestruturado. O que inicialmente estaria previsto como trabalho de campo de

⁴³ Estes conceitos aparecem geralmente feminizados e apresentados de maneira indistinta entre «trabalho sexual» e «prostituição», motivo pelo qual realizei esta pesquisa desta forma.

⁴⁴ Orús, A. (14/04/2021). «Número de lectores diarios de los principales periódicos españoles en 2020». Em *Statista*. <https://es.statista.com/estadisticas/476795/periodicos-diarios-mas-leidos-en-espana/>.

⁴⁵ Sobretudo recorrendo à análise de léxico e de formas de designação/referenciação. van Dijk, T. (1995). «Aims of critical discourse analysis». Em *Japanese Discourse*, 1, 17–27 e Richardson, J. E. (2007). *Analysing Newspapers. An Approach from Critical Discourse Analysis*. Hampshire: Palgrave Macmillan.

observação participante, viu-se forçosamente substituído por recolha e análise de material jurídico e jornalístico e por entrevistas e contactos fundamentalmente virtuais, como forma de preservar a segurança e a saúde de todes ês envolvidos. Os contactos com o Sindicato e outras entidades relevantes foram prejudicados, a disponibilidade e interesse em colaborar com a investigação, naturalmente, foi comutada por necessidades mais urgentes e vitais. Procurei, virtualmente, estabelecer uma série de contactos tanto coletivos como individuais, através das redes sociais e de outros contactos informais, e também através de contactos oficiais, tanto com associações ativistas pró-direitos, como personalidades relevantes dentro do ativismo pró-direitos, bem como com ao Sindicato OTRAS e respetivos membros representantes.

No que concerne a instituições e organizações de interesse que pudessem estar envolvidas na polémica em causa, também foram encontrados bastantes obstáculos à realização de entrevistas. Foram inúmeras as tentativas de contacto, por meios oficiais e meios informais, por emails institucionais, emails alternativos, redes sociais, telefonemas, cartas. Estas tentativas de contacto foram dirigidas ao Ministerio del Trabajo y Economía Social, Ministerio de Igualdad, Partido Socialista Obrero Español (PSOE) e Unidas Podemos (atual Governo em coligação entre estes dois partidos). Procurei, igualmente, entrar em contacto com personalidades com influência direta sobre o tema, como é o caso de Magdalena Valerio (Ministra do Trabalho aquando a polémica da legalização e declaração da nulidade do Sindicato, pelo PSOE), Yolanda Díaz (atual Ministra do Trabalho, pelo Unidas Podemos), Irene Montero (atual Ministra da Igualdade do Governo de Espanha pelo Unidas Podemos), Ione Belarra (Secretária-Geral do Podemos e Ministra dos Direitos Sociais do Governo de Espanha); Victoria Rossel (delegada do Governo Espanhol contra a Violência de Género pelo Unidas Podemos), Noelia Vera (secretaria do Estado de Igualdade e Contra la Violência de Género, pelo Unidas Podemos).

Não foi possível obter absolutamente nenhuma resposta do Unidas Podemos, tanto pelos contactos gerais, como pelos individuais. Por parte do PSOE e dos Ministérios contactados, obtive inicialmente resposta de Guadalupe Ruiz, coordenadora da área de Economia e Emprego do PSOE, solicitando mais informação sobre a entrevista, designadamente, as próprias perguntas que pretendia colocar. Uma vez facultada esta informação e após duas semanas sem resposta e algumas insistências, recebo o positivo feedback de que devido à natureza das perguntas, estas deveriam ser diretamente respondidas pela Secretaria de Igualdade, por Carmen Calvo (Vice-presidente do Governo Espanhol). Muito entusiasmada com esta notícia, não obtive resposta posterior; pouco mais de um mês

mais tarde, e com novas insistências, finalmente recebo resposta de indisponibilidade de agenda e um documento⁴⁶ sobre «o posicionamento do PSOE sobre a prostituição».

Por último, procurei também entrar em contacto com as associações abolicionistas que decidiram avançar com o caso em Tribunal contra o Sindicato OTRAS – Plataforma 8M de Sevilla e Asociación para la Investigación de Malos tratos a Mujeres. As tentativas de contacto com a primeira não tiveram sucesso, já que apesar de seguir os contactos oficiais indicados online, os emails eram devolvidos por contacto inexistente e os restantes inoperativos. No caso da segunda associação, obtive resposta inicialmente pedindo mais informação. Uma vez facultada, não voltei a ter resposta.

Exponho brevemente o processo e as tentativas de contacto porque também representaram uma importante parte da investigação e que ocuparam vários meses. Por outro lado, este foi um percurso que, pela resistência e silêncios que ofereceu, já revela por si alguns dados que posteriormente serão considerados.

Chegando, então, às entrevistas realizadas, foi possível obter um total de 9 entrevistas, com durações entre uma hora e hora e meia cada uma. Centrei-me em três grupos fundamentais: 1) pessoas que compõem o grupo a quem o estudo diretamente diz respeito; 2) investigadores neste caso relacionadas com a área do Direito para que pudessem dar um *insight* sobre a temática; 3) pessoas que pela sua posição, ocupação e/ou responsabilidades, têm um bom conhecimento sobre o estudo em causa⁴⁷.

No momento das entrevistas, e também com todos os potenciais entrevistados, procurei estabelecer um contacto tendencialmente imparcial procurando, por isso, emitir o mínimo de opiniões ou juízos da minha parte. A linguagem corporal que estabeleci foi intencionalmente sempre no sentido do apoio e compreensão. A minha preocupação manteve-se no sentido de manter uma postura atenciosa e compreensiva, aceitando a informação dada como legítima, com o intuito de não influenciar os entrevistados, nem prejudicar a qualidade e espontaneidade da informação recolhida. Ao longo deste processo e em todos os contactos estabelecidos, foram consideradas as condições fundamentais para estabelecer uma boa comunicação: proximidade, conhecimento aprofundado do tema, da linguagem e dos conceitos específicos, envolvimento psicológico e emocional⁴⁸. Na maioria dos casos e, sobretudo, nas entrevistas realizadas a TS,

⁴⁶ Consultar anexo 1.

⁴⁷ Campenhoudt, L. V.; Marquet, J.; Quivy, R. (2019). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva. 88-108.

⁴⁸ Powdermaker, H. (1966). *Stranger and a Friend: The way of an Anthropologist*. New York: Norton. 287.

foi evidente alguma relutância e resistência inicial à conversa que, à medida que foi avançando e que o vínculo de confiança se foi estreitando, tornou-se mais fluida e aberta. Foi seguida uma linha de conversa através do princípio não hierárquico da relação nas entrevistas, com envolvimento pessoal e empática⁴⁹. O meu compromisso com esta investigação e com as razões ativistas e políticas que a subjazem, bem como por princípios éticos que considero fundamentais, impelem-me a querer levar estas entrevistas de uma maneira fluida de aprendizagem e benefício mútuo, orientada pelo máximo respeito pelos limites e privacidade des entrevistades⁵⁰.

Todas as pessoas entrevistadas consentiram a gravação da conversa e aceitaram a divulgação do seu nome próprio ou, como no caso de Raj Redlich, o nome artístico. Entre setembro e dezembro de 2020 foram realizadas a maioria das entrevistas. Duas das entrevistas (Evelin Rochel e Juan Jiménez-Piernas), contudo, foram conseguidas posteriormente, após o estabelecimento de novos contactos e com uma abertura que surgiu graças às vitórias legais que motivaram falar sobre o caso⁵¹. As entrevistas foram realizadas em castelhano, por via virtual, para assegurar a segurança de todes: por videochamada, com exceção de uma por chamada telefónica (Lalana Alonso) e uma por escrito (Juan Jiménez-Piernas). Estas foram realizadas com um carácter semidiretivo. Havia um guião de perguntas base previamente elaborado e pensado. No entanto, o objetivo era também que fosse uma conversa confortável, natural e informal e, portanto, estas perguntas podem ter sido adaptadas ao longo da conversa, algumas perguntas retiradas e outras perguntas acrescentadas. Toda a informação que foi facultada no início da entrevista pode ser consultada traduzida no anexo 4 e todas as entrevistas foram transcritas na íntegra e podem ser consultadas nos anexos 5 a 13⁵².

Resumo, então, brevemente o percurso des entrevistades, como forma de explicar a enorme relevância de cada ume. Seguramente haveria muito mais detalhes e informações interessantes a apresentar sobre os seus trajetos pessoais e políticos. Cingir-me-ei aos aspetos que considero particularmente relevantes para este estudo e os motivos pelos quais entendo que

⁴⁹ Oakley, A. (1981). «Interviewing women: a contradiction in terms». Em Roberts, H. *Doing feminist research*. London: Routledge. 30-61.

⁵⁰ Sanjek, R. (1990). *Fieldnotes: the makings of anthropology*. New York: Cornell University Press, 273-289.

⁵¹ Neste caso concretamente a vitória do Sindicato no reconhecimento dos seus estatutos e o reconhecimento da relação laboral de Evelin Rochel com o clube onde exercia, ambos ditados pelo Tribunal Supremo, entre abril e junho de 2021.

⁵² As transcrições são da minha autoria e foram revistas por Mercè Campins, linguista aplicada, a quem agradeço profundamente a colaboração. Uma vez que o castelhano não é o meu primeiro idioma, considereei necessário este processo de revisão para assegurar-me de uma transcrição o mais fiel possível.

partem de uma posição privilegiada para poder aprender e encontrar novas informações pertinentes para o estudo de caso:

-Anneke Necro: trabalhadora sexual, ativista e representante do setor audiovisual do Sindicato OTRAS;

-Begoña Lalana Alonso: advogada de Direito Penal e da Família, subscritora do manifesto «Nunca Sin NosOtras» pela retirada do processo judicial contra o Sindicato OTRAS;

-Evelin Rochel: trabalhadora sexual, ativista e representante do Setor de Clubes do Sindicato OTRAS⁵³. Ganhou um polémico caso nacional contra o clube *Flowers*, que rejeitava a relação laboral onde Evelin exercia. O Tribunal Supremo reconheceu a relação laboral de alterne⁵⁴;

-Juan Jiménez-Piernas: advogado de Direito Laboral e advogado de Evelin Rochel no caso contra o clube *Flowers*;

-Lourdes Ros: responsável pela área trans da Fundação Triângulo - coletivo sem fins lucrativos que «trabalha pela igualdade de direitos políticos e sociais para gays, lésbicas, bissexuais e trans»⁵⁵. A área trans trabalha com muitos TS;

-Maria José Barrera: Ex trabalhadora sexual, ativista e membro fundador e integrante do Coletivo de Prostitutas de Sevilla, coletivo ativista pró-direitos que, apesar do nome, assegura um impacto nacional;

-Pablo Matilla Yáñez: militante base do PSOE, membro das Juventudes Socialistas e do Sindicato UGT;

-Raj Redlich: trabalhador sexual e ativista pró-direitos, com redes de contactos e de cooperação com os vários coletivos envolvidos;

-Sabrina Sánchez: trabalhadora sexual, ativista e responsável pela Área de Comunicação do Sindicato OTRAS.

Partindo da informação recolhida pelas transcrições das entrevistas, foram elaborados quadros com os temas base que surgiram nas entrevistas e feita uma análise comparativa das respostas. Este trabalho de síntese e de análise permitiu-me ganhar perspetiva sobre a

⁵³ Informação facultada na entrevista, mas que não coincide com a informação da página web do Sindicato.

⁵⁴ Para mais informação consultar: Gálvez, J.J. (26/04/2021). «La prostituta que derrotó a uno de los mayores burdeles de Madrid». Em *El País*. <https://elpais.com/espana/madrid/2021-04-16/la-prostituta-que-derroto-a-uno-de-los-mayores-burdeles-de-madrid.html> [Recuperado a 20/05/2021] ou Ventas, L. (17/05/2021) «Evelin Rochel, la prostituta colombiana que venció a uno de los mayores burdeles de España». Em *BBC News*. <https://www.bbc.com/mundo/noticias-56915777> [Recuperado a 20/05/2021].

⁵⁵ Cf. Fundación Triángulo (n. d.). *¿Quiénes Somos?*. Em <https://fundaciontriangulo.org/presentacion/>.

informação revelada nas entrevistas, contrastá-la e cruzá-la. A partir daí, foram selecionados tópicos fundamentais para a compreensão: 1. Importância do reconhecimento legal e social do trabalho sexual e do Sindicato; 2. Papel das instituições; 3. Diferenças e esperanças no Sindicato OTRAS; 4. Impacto da COVID-19. Considerando estes eixos principais de organização temática, foi realizada uma análise de conteúdo qualitativa intensiva, tendo, por isso, considerado também a análise categorial e estrutural⁵⁶, mas sobretudo análise de discurso⁵⁷.

A partir das entrevistas foi possível orientar a estruturação da escrita deste projeto, tendo por base a pergunta de partida que a orienta. No âmbito da compreensão da sexopolítica contemporânea e das suas resistências, incido nesta análise a partir de temas fundamentais que tanto quantitativa como simbolicamente, representam um grande peso nas entrevistas de maneira transversal. Devido à limitação óbvia de espaço e para evitar a distorção da direção da investigação, foi selecionada uma quantidade limitada de informação das entrevistas que se cruza com as temáticas a analisar. Recomendo vivamente, no entanto, a leitura das entrevistas na íntegra, que se encontram nos anexos desta publicação, cujos relatos são insubstituíveis e valiosos.

1.3 Esquema da tese

A presente investigação inicia-se com reflexões e preocupações base que pretendem contextualizar os pressupostos teóricos que sustentam a análise. No capítulo que se segue, «Uma história de poderes e resistências», apresento as evoluções dos poderes, partindo do biopoder foucaultiano para compreender as suas dinâmicas contemporâneas. São compreendidas a anatomopolítica, a biopolítica, formas de governo e tecnologias do *self* como ferramentas relevantes na gestão dos corpos, em que os poderes operam de maneira difusa, dispersa e fluida. É dado especial enfoque à produção da sociedade normalizada, em oposição à liminaridade e à marginalização. Por fim, transponho esta análise para o âmbito concreto da sexualidade, que condensa a aplicação destes poderes, e para o trabalho sexual que, no contexto pós-fordista vive a máxima precarização e marginalização. Encerro o capítulo com o princípio que orienta as relações de poder – que não existem sem resistência – e, neste sentido, remeto

⁵⁶ Bardin, L. (2016) [1977]. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro.

⁵⁷ Fairclough, N. (2013). *Critical Discourse Analysis. The Critical Study of Language*. New York: Routledge.

para a relevância da antropologia da resistência e da compreensão da ambiguidade, criatividade, performatividade e agência como transformação em potência.

De seguida, no capítulo «Trabalho, sexo e sindicalização», discorro sobre o princípio de trabalho sexual como trabalho, e sobre a conceção de força de trabalho no panorama pós-fordista. Passando esta fase, afunilo a análise concretamente para a temática da sindicalização, potencialidades e obstáculos que enfrenta, concretamente, os casos de sindicalização dentro do mundo do trabalho sexual, dando exemplos de algumas experiências à escala global. Finalmente, reflito sobre as barreiras à sindicalização de TS, particularidades e potencialidades deste tipo de resistência coletiva. Concluo que estas experiências também têm trazido novas dinâmicas interessantes e capazes no processo transformador, nomeadamente, no papel das emoções, dos afetos e dos cuidados.

Em «Percurso, derrotas e conquistas», o quarto capítulo, analiso os panoramas legais do trabalho sexual no mundo, aprofundando o caso espanhol. Serve este enquadramento legal teórico de base para, então, analisar o percurso do Sindicato OTRAS, desde a sua constituição, sustentado pela análise de notícias e material jurídico. Este relato detalhado e consequente reflexão permite-me concluir que as instituições políticas formais e os media atuaram na produção de marginalização e silenciamento, mais que negligentemente, de modo intencional, ante a emergência do Sindicato OTRAS.

Esta realidade será aprofundada no capítulo «Os desafios do Coronavírus: da disciplinarização à necropolítica», em que, a partir do caso específico do contexto pandémico, analisado a partir das entrevistas realizadas, avalio como a posição de abandono social e silenciamento em que se encontram TS atingiu o seu expoente máximo neste período. Contrasto esta situação com o papel e organização do Sindicato e como atuou para colmatar estas dificuldades, levando-me a refletir sobre as características da resistência e da agência.

É no último capítulo, «Camadas de exclusão, camadas de subversão», que parto da interseccionalidade para refletir sobre como estes temas se cruzam no discurso dos dados obtidos, tanto para descrever camadas de opressão como os processos contra-hegemónicos. Analiso questões como o estigma, as migrações, lutas feministas e queer e a questão de classe. Constatoo como perante as camadas de marginalização produzidas, encontramos camadas de resistência e de subversão. Materializo esta hipótese com o papel dos vínculos e das redes criadas dentro das organizações de TS e como estas têm um papel fulcral na criação de palcos

alternativos, orientados pela integração, a sororidade e os vínculos. Reflito, neste contexto, sobre o papel da vulnerabilidade e a sua íntima relação com a resistência.

Com esta investigação pretendia encontrar dados que permitissem analisar e compreender em profundidade o paradigma contemporâneo das dinâmicas das tecnologias do poder no controlo dos corpos e respetivas resistências, com especial ênfase na gestão sexopolítica. A partir do estudo de caso da constituição e das lutas legais e sociais do Sindicato OTRAS, foi possível avaliar como a gestão do biopoder opera a nível institucional, apoiado por vários meios, nomeadamente os media, através da marginalização, silenciamento e exclusão. Verifica-se, neste sentido, uma gestão no nível da necropolítica, com um abandono e rejeição ao acesso de direitos fundamentais aos corpos que não estão integrados na sociedade normalizada. Por outro lado, estas estratégias de exclusão e tecnologias de silenciamento operam de forma concertada, revelando uma interseção de fatores que levam à produção de liminaridade.

As dinâmicas das relações de poder, fluidas, em tensão, oscilantes, integram necessariamente a resistência. É neste sentido que avalio, simultaneamente aos processos de produção hegemónica, que a contra-hegemonia não cessa. O Sindicato de trabalhadoras do sexo aqui considerado é, portanto, um caso vivo da resistência aos poderes e da afirmação subversiva de formas de existência não normativas. Concluo, igualmente, que através de experiências que reinventam os movimentos sociais e sindicais, como é o caso do Sindicato OTRAS, em complementaridade com outros coletivos em defesa dos TS, emergem formas alternativas de viver e existir. Neste estudo de caso em concreto, constato como as linhas transfeministas na organização coletiva em torno dos cuidados, dos vínculos e dos afetos têm um carácter relevante e efetivo na produção da resistência.

II . UMA HISTÓRIA DE PODERES E RESISTÊNCIAS

2.1 Biopolítica, sexopolítica

Entender o poder, ou as relações de poder, surge como uma base fundamental para a análise teórica neste projeto de investigação. O que é, então, o poder? Como se estabelece? De onde surge? Etimologicamente, o termo «poder», com origem no latim popular *potere*, remete, em termos latos, para as noções básicas de «ser capaz de», «ter força ou influência para» ou «ter a autorização ou o direito para». O conceito implica, portanto, determinada ação que está associada a algum tipo de controlo, regulação ou força.

Para analisar o poder na contemporaneidade, parto de algumas noções fundamentais de Michel Foucault, que refletiu profundamente sobre as questões do sujeito humano nas relações de poder. Para o filósofo, «a problemática do poder não configura apenas uma questão teórica, é também parte das nossas experiências»⁵⁸. Segundo Foucault, *poder* enquanto tal não existe – essa percepção não só tem pouca precisão científica, como introduz no discurso um certo fatalismo irreduzível que pouco contribui para a análise social. Ainda que não se estabeleça ou se meça por relações igualitárias, as relações de poder são móveis, e constituem-se a partir de uma multiplicidade de conexões. O poder não é, portanto, uma condição dada, nem uma substância pré-determinada⁵⁹. Não corresponde a uma superestrutura nem à rigidez, e a dominação não é a sua essência⁶⁰. O poder aqui considerado é, então, aquele que põe em jogo relações entre indivíduos.

Como sublinham Dreyfus e Rabinow⁶¹, as noções de Foucault relativamente ao poder vão para além da teoria: o que propõe é uma análise dos poderes, com contexto e análise situadas. Não existem poderes estáticos com oposições binárias entre dominados e dominantes: trata-se de relações de força múltiplas que se formam e atuam nos aparelhos de produção. É por esse motivo que é mais apropriado considerar não o «poder» enquanto tal, mas antes poderes ou «relações de poder»⁶², como sugere Lazzarato⁶³, - precisamente porque marca uma rejeição a lógicas binárias deterministas e reforça a eventual fluidez das relações de forças que

⁵⁸ Foucault, M. (1988) «El sujeto y el poder», *op. cit.*, 4. Tradução própria.

⁵⁹ Cf. *Ibidem*, 4.

⁶⁰ Foucault, M. (1994). *História da Sexualidade I. op. cit.*, 95-97.

⁶¹ Dreyfus, H. & Rabinow, P. (1983). *Michel Foucault: Beyond Structuralism and Hermeneutics*. Chicago: The University of Chicago Press. 184.

⁶² Ambos aplicáveis ao referir-nos ao conceito de maneira generalista. Seguirei utilizando «poder» no singular quando me refiro a algum tipo de poder/atuação concreta.

⁶³ Lazzarato, M. (2000). «Del biopoder a la biopolítica» Em *Multitudes n°1.*, março 2000. Em <https://sindominio.net/arkitzean/otrascosas/lazzarato.htm#notatit>.

são constantes. Ora, o pensamento foucaultiano expõe como as relações de poder atuam nos mais diversos palcos, através de múltiplos canais.

Como os poderes são, precisamente, dinâmicos e fluidos, múltiplos e dispersos, Foucault analisa em profundidade uma transformação dos poderes que considero particularmente relevante a considerar como base nesta investigação. O direito de vida e de morte, um dos privilégios característicos do poder soberano – também conhecido como o direito de «fazer morrer ou deixar viver» - reconfigura-se de tal maneira, que o foco passa a ser o fazer viver, e este poder estabelece-se, sobretudo, sobre a vida e a gestão de todas as dimensões que lhe possam corresponder⁶⁴.

Concretamente o poder sobre a vida desenvolveu-se atuando de duas principais maneiras e a tempos diferentes: primeiro, formou-se a anatomopolítica do corpo humano (relacionada com a docilidade dos corpos), nos finais do século XVII, centrando-se no corpo como máquina. Procura, portanto, maximizar as forças do corpo e integrá-lo em sistemas mais eficientes. Por isso, cuida da sua educação, aptitudes, utilidades. Por outro lado, a meados do século XVIII, surge a biopolítica da população, que se centra mais exatamente no corpo enquanto espécie, nos seus processos biológicos, natalidade, mortalidade, saúde, intervenções e controlos reguladores⁶⁵. Estabeleceram-se, em suma, o poder anatómico e o poder biológico, que atuam sobre a pessoa e sobre a população, invadindo a vida na sua totalidade. Por esse motivo estes poderes tentacularizam-se, já que através de distintos instrumentos e a partir de diversos tipos de atuação procuram assegurar uma eficácia (quase) holística.

Entendo que a biopolítica não tem uma interpretação única nem unívoca. Até pelo próprio autor foi repensada e paulatinamente retrabalhada. Neste caso, e tendo em conta o tema principal que orienta a presente investigação, guiar-me-ei pelos princípios conceptualizados sobretudo na *História da Sexualidade*, que sugere que a biopolítica (reguladora, totalizante, que atua sobre a população) é uma estratégia distinta da anatomopolítica (disciplinar, individualizante e que atua sobre os corpos) e ambas expressam o biopoder⁶⁶. Ao mesmo tempo

⁶⁴ Foucault, M. (1994). *História da Sexualidade I. op. cit.*, 137-141.

Sobre esta questão, para Foucault a fórmula adotada passa a ser, mais concretamente, em substituição do «fazer morrer» de modo a reconduzir as forças no poder sobre a vida, a espécie e a população. Várias autories contemporâneas, contudo, discordam de que tenha sido abandonada a política do «fazer ou deixar morrer». Discutirei em maior profundidade esta questão ao considerar as necropolíticas contemporâneas no capítulo «IV. Os desafios do Coronavírus: da Necropolítica à Sobrevivência».

⁶⁵ *Ibidem*, 141-142.

⁶⁶ Cf. *Ibidem*, 143.

que a disciplina submete os corpos à individualização, a biopolítica encarrega-se dos aspetos da vida, com o objetivo de geri-la e homogeneizá-la em massa.

«Dizer que o poder, no século XIX, tomou posse da vida, dizer pelo menos que o poder se incumbiu da vida, é dizer que conseguiu cobrir toda a superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo à população, graças ao jogo duplo das tecnologias de disciplina, por uma parte, e das tecnologias de regulação, por outra.»⁶⁷

Este poder adquire, portanto, uma capacidade tentacular e globalizante, com novas ferramentas que funcionam «já não pelo direito mas sim pela técnica, já não pela lei mas sim pela normalização, já não pelo castigo mas sim pelo controlo, e que se exercem a níveis e formas que superam o Estado e os seus instrumentos»⁶⁸. Isto não significa, contudo, que tecnologias disciplinares e regulamentares deixaram de existir – basta considerar instrumentos clássicos do aparelho repressivo institucional que continuam vigentes na atualidade, como a polícia, as prisões ou os hospitais psiquiátricos. O que a biopolítica traz de novo neste contexto é que se encarrega de espaços de atuação e métodos de controlo que o poder disciplinar não alcançava. As estratégias anatomopolíticas e biopolíticas, portanto, não se anulam e estabelecem relações de interdependência: exercem-se sobre o corpo como modo de individualização e atuam sobre a espécie como modo de massificação. Disciplinas e regulações operam conjuntamente para organizar o controlo. E os poderes, na produção dos corpos, das relações, das interações, do saber-poder, atuam sobre a vida.

Considerar as evoluções e desenvolvimentos do poder permite compreender que este assegura a sua eficácia a partir de um trabalho conjunto de múltiplas forças, com uma ação eventualmente simultânea, mas também a velocidades e localizações distintas. Pensar o poder hoje exige, pois, percecioná-lo para além das noções de superestrutura e de dicotomias clássicas⁶⁹, porque estas atuações implicam necessariamente jogos de relações de força,

⁶⁷ Foucault, M. (2003). *Hay que Defender la Sociedad. op. cit.*, 217. Tradução própria.

⁶⁸ *Ibidem*, 109. Tradução própria.

⁶⁹ Neste sentido, várias autories afirmam como dicotomias clássicas e basilares no contexto sociocultural do Norte Global – por exemplo, a natureza/cultura, humano/animal, homem/mulher, masculino/feminino - se tratam de produções fictícias, aparentemente sustentadas por argumentos biológicos mas que se estabelecem num ciclo de pensamento retroalimentativo entre o cultural e o biológico, discursos dos quais as tecnologias dos poderes se ancoram. Vejamos, sobre o caso do género: «O género (feminidade/masculinidade) não é nem um conceito, nem uma ideologia, nem uma performance: trata-se de uma ecologia política. A certeza de ser homem ou mulher não é uma ficção somaticopolítica produzida por um conjunto de tecnologias de domesticação do corpo, por um conjunto de técnicas farmacológicas e audiovisuais que fixam e delimitam as nossas potencialidades somáticas, funcionando como filtros que produzem distorções permanentes da realidade que nos rodeia. O género funciona como um programa operativo através do qual são produzidas perceções sensoriais que tomam a forma de afetos, ações, crenças e identidades.» Preciado, Paul B. (2017) *Testo Yonqui. op. cit.*, 91. Tradução própria.

tensões, processos de resistência, negociações dinâmicas e estratégicas. Como sintetizam Dreyfus e Rabinow⁷⁰, gera-se um interessante ciclo em que o biopoder assegura a sua difusão com a promessa de saúde e proteção – porque necessita justificar a sua atuação. Quando esta fracassa, é apresentado como evidência de que é necessário reforçar e expandir a intervenção do biopoder: «prometem-nos normalização e felicidade através da ciência e da lei. Quando falham, isso só justifica que necessitamos mais do mesmo.»⁷¹

Na genealogia do poder foucaultiano, é retratada a evolução do poder político, o nascimento e a expansão da arte de governar e como operam com técnicas dos poderes, que transitam de um regime soberano para um regime de governo. A emergência da nova racionalidade, na linha do «deixar viver» e do «deixar passar», alicerçou-se ao resultado da laicização do antigo poder pastoral, em que o Estado se ocupa da gestão ou governo, com a finalidade de consolidar o seu domínio – ainda que não atue de maneira homogénea⁷². A suposta liberdade que advém da Razão de Estado que emerge do liberalismo⁷³ converte-se também numa ferramenta de poder, pelo desenvolvimento das tecnologias do *self*. Esta revelou-se uma tecnologia fundamental, dado que a pessoa passa também a ser um efeito do governo e da sua atuação pela gestão política, pela produção de saber-poder e da expansão do pensamento moral. A gestão implica promover, controlar e administrar em si próprio um certo número de operações sobre o corpo e alma, pensamentos, condutas e qualquer forma ou expressão de ser. A subjetividade, a moralidade e a produção de regimes de verdade são, por isso, sintomáticas do poder produtivo. No controlo deleuziano coetâneo, mentes, criatividade, conhecimentos e relações também são exploradas. Não se trata apenas de como é exercida a autoridade e somos governados, mas também como nos governamos a nós mesmos⁷⁴.

Pensar nas formas de governo e de regulações de conduta, no entanto, remete para práticas que não estão limitadas ao governo político, mas também outras experiências e múltiplas formas de ser governado. Logo, estes processos envolvem instituições e organizações

Veja-se também: Haraway, D. (2016). *Staying with the trouble. Making Kin in the Chthulucene*. Durham e London: Duke University Press;

Ortner, Sherry (2006). «Entonces, ¿Es la mujer al hombre lo que la naturaleza a la cultura?». Em *AIBR, Revista de Antropología Iberoamericana*, Ed. Electrónica. Volumen 1, Nº1, Madrid: Antropólogos Iberoamericanos en Red, Enero-Febrero 2006, 12-21;

Braidotti, Rosi (2015) *Lo Posthumano*. Barcelona: Editorial Gedisa.

⁷⁰ Dreyfus, H.; Rabinow, P. (1983). *Michel Foucault: Beyond Structuralism and Hermeneutics*. op. cit., 196.

⁷¹ *Ibidem*, 196.

⁷² Foucault, M. (2008). *Seguridad, Territorio, Población. Curso de Collège de France (1977-1978)*. Madrid: Ediciones AKAL.

⁷³ Cf. *Ibidem*.

⁷⁴ Foucault, M. (1996). *Tecnologías del Yo y otros textos afines*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica.

de interesse, mas devem também ser encarados com uma lente que desinstitucionalize e desfuncionalize as relações de poder, de maneira a compreender as suas atuações contemporâneas, tanto através de redes e estratégias, como de forma desorganizada e desarticulada.

Como consequência de tecnologias do poder centradas na vida, constrói-se, assim, uma sociedade normalizadora e normalizada⁷⁵. O exercício da normalização, efeito dos poderes produtivos, propõe-se a incluir de maneira rigorosa e analítica os indivíduos no processo de massificação da espécie. Neste sentido, ainda que estas ações tenham como resultado a exclusão, o objetivo principal é, realmente, o oposto: pretendem formar, acumular e difundir um determinado tipo de saber, estando associado a uma técnica positiva de intervenção⁷⁶. As tecnologias de normalização integram o sistema de criação e classificação do corpo social e respetivas subjetividades⁷⁷. A norma é, pois, um conceito fundamental que sustenta e legitima o exercício dos poderes. É um mecanismo que cria, produz e o saber que promove é, simultaneamente, efeito e condição para a sua influência.

Os processos de normalização revelam-se fulcrais na criação de condutas hegemónicas. A produção normalizada de maneiras de agir, pensar, sentir e ser contrasta com a carência desses códigos na marginalidade. Com o avanço do biopoder, para a sua consolidação, proliferaram também categorias das margens. São estas categorias que definem os limites da comunidade imaginária do Norte Global, desenhados sob o ideal do etnocentrismo, masculinidade, heteromononormatividade e saúde. Os desvios das políticas e ações normativas, pela sua própria existência, ameaçam a norma e a hegemonia. Quanto mais se afastam outras formas de existir de estas normas padronizadas, mais devem ser corrigidas – caso seja possível o controlo através da domesticação dos corpos e dos comportamentos – ou, em alternativa, pela marginalização. Partir das «irregularidades» e regularizá-las converte-se, assim, num processo social corrente⁷⁸.

É através dos instrumentos de atuação do biopoder que «agentes sociais (tanto pessoas individuais, como pessoas coletivas) mesmo não estando legitimados são, apesar de tudo, sujeitas ao funcionamento da hegemonia»⁷⁹. Se a liminaridade é tudo o que está excluído do normativo, centralizado, regulado, aceite e promovido, então, pela ordem inversa, essa base da

⁷⁵ Foucault, M. (1994). *História da Sexualidade I*, op. cit., 146.

⁷⁶ Foucault, M. (2001). *Los Anormales. Curso de Collège de France (1974-1975)*, op. cit., 51-54.

⁷⁷ Dreyfus, H.; Rabinow, P. (1983). *Michel Foucault: Beyond Structuralism and Hermeneutics*, op. cit., 196.

⁷⁸ Foucault, M. *Los Anormales*, op. cit., 59.

⁷⁹ Pina Cabral, J. (2000). «A difusão do limiar: margens, hegemonias e contradições.» op. cit., 884.

marginalidade pode ser o próprio fundamento sobre a qual a hegemonia constrói processos de estruturação da vida sociocultural⁸⁰. Porque a liminaridade, pela pluralidade e tudo o que compreende, simplesmente é. A sua classificação é construída, mas a sua existência *per se* não, aparece ao mundo num estado *quasi-ontológico*. A hegemonia, por outro lado, é fabricada, e a sua existência depende de processos permanentes que se edificam através da afirmação de determinados conceitos e práticas em detrimento de outras, que são silenciadas⁸¹. Os comportamentos e ações que geram, bem como o seu valor simbólico são arquitetados de forma constante. É, assim, que surge o «desvio», que resulta, precisamente, da interação social (não como uma característica intrínseca)⁸², e que incorpora todas as definições e indefinições. Ora, as linhas que demarcam estes processos de liminaridade podem encontrar-se em contextos muito literais e evidentes, como as fronteiras, que delimitam quem pertence e quem não pertence, quem entra e quem fica de fora, mas também podem estas linhas ser desenhadas no próprio corpo, criando múltiplas relações de conflito e ambiguidade – podendo gerar o que Foucault denominava de heterotopias⁸³.

Victor Turner, a partir da análise dos ritos de passagem de van Gennep, aprofunda a compreensão das posições de liminaridade e de margem como uma posição entre estruturas, mas não estrutural. A liminaridade é o que não está estruturado, está entre posições atribuídas e isoladas. Ao ser uma posição de transição, por vezes de forma efémera, outras vezes de forma mais permanente, está num ponto de indefinição, de carência de significados, de propriedades e de categorização social: entre a morte a vida, a não morte e a não vida simultaneamente. É uma posição em que há uma realidade física, mas não social e, perante este paradoxo, a resposta poderá ir desde a visibilidade do liminar à sua invisibilização, como ferramentas da construção da estrutura⁸⁴. Concretamente nas sociedades industriais – e pós-industriais - há uma intenção de expandir o *status* liminar e fazê-lo permanente⁸⁵.

A questão das margens é que ainda que estas não sejam uma finalidade em si mesma, mas uma consequência das técnicas de normalização, estabelecem uma relação de coexistência necessária – é possível definir as margens porque se definem «centros». Quem, de alguma maneira, não foi suficientemente integrade e socializade para pertencer e encaixar na normalização ocupa as margens. As consequências são o estigma, a exclusão, a retirada de

⁸⁰ *Ibidem*, 883.

⁸¹ Cf. *Ibidem*.

⁸² Veja-se Becker, H. (2009). *Outsiders: hacia una sociología de la desviación*. Buenos Aires: Siglo XXI.

⁸³ Cf. Foucault, M. (2010). *El cuerpo utópico: Las heterotopias*. Buenos Aires: Nueva Visión (Claves).

⁸⁴ Turner, V. (1979). «Betwixt and between: The liminal period in rites of passage». *op. cit.*

⁸⁵ Turner, V. (1977). *The Ritual Process. op. cit.*, 154-167.

direitos, a redução do bem-estar, desde o material, ao físico e emocional, e também ações tanato e necropolíticas.

Para Das e Poole⁸⁶, a relação entre a biopolítica e a tanatopolítica (biopolítica da morte) é mais evidente ao analisar as margens que o centro. É interessante constatar, também, nesta análise, como esta hegemonia categórica é de tal maneira arquitetada que ninguém corresponde na totalidade a estes critérios e os limites entre estas categorias, nalgum ponto de cruzamento, podem esbater-se. A *societas*, portanto, segundo Turner, não é um dado adquirido, mas sim um processo com fases sucessivas entre a «estrutura» - condição de diferenciação e hierarquia⁸⁷ - e *communitas* - condição de indiferenciação, antiestrutura⁸⁸. A experiência humana, geralmente, implica a vivência destes processos e respetiva transição⁸⁹. Contrariamente a uma visão estruturalista, Pina Cabral defende, seguindo os passos turnerianos, como a criação cultural e a estruturação social são processos permanentes em que a marginalidade é uma condição das relações e a centralidade construída e, portanto, que está em constante risco de ser destronada⁹⁰.

Uma leitura contemporânea sobre esta análise leva-me a refletir sobre alguns destes conceitos, nomeadamente, a questão da «centralidade». Na linha foucaultiana dos poderes difusos e dispersos, estes desenvolvem-se com vários tentáculos representativos, designadamente o Estado e as instituições, mas não exclusivamente. Revela-se, assim, na minha opinião, pouco preciso localizar «o centro» de poder, ainda que ficcionado. Os poderes não têm *um* centro, homogéneo e absoluto, já que atuam de maneira ramificada e, por vezes, não coordenada.

Deste modo, Latour advertia que «a defesa da marginalidade supõe a existência de um centro totalitário. Mas se este centro e a sua totalidade são ilusões, o elogio das margens é bastante ridículo»⁹¹. Na minha opinião, verifica-se a produção das margens (como será aprofundado neste projeto), mas a figura de «o centro totalitário», singular, uniforme, como uma descrição para o panorama atual no Norte Global pode ser pouco certa. Hardt e Negri⁹²

⁸⁶ Das, V.; Poole, D. (2004). *Anthropology in the Margins of the State*. *op. cit.*, 40.

⁸⁷ Turner indica que na estrutura uma sociedade que é diferenciada e frequentemente hierarquizada por um sistema de posições políticas, legais e económicas. (Turner, V. (1977). *The Ritual Process*. *op. cit.*, 96).

⁸⁸ Como define Turner, este gera-se nos períodos de liminaridade, pouco ou nada estruturada, de posições indiferenciadas ou até de igualdade entre indivíduos (*ibidem*).

⁸⁹ *Ibidem*, 203.

⁹⁰ Pina Cabral, J. (2000). «A difusão do limiar: margens, hegemonias e contradições.», *op. cit.*, 888.

⁹¹ Latour, B. (1994). *Jamais fomos modernos. Ensaios de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. 112.

⁹² Hardt, M. & Negri, T. (2014). *Imperio*. Caracas: Editorial La Cueva. 26-37.

afirmam que as fronteiras entre centro e margens são flexíveis, as identidades híbridas e fluidas – são posições em constante mudança. Os poderes unificam e singularizam, absorvem momentos da vida social, podendo inclusive chegar a integrar a própria marginalização. Por outro lado, estas são relações que se mantêm permanente tensão, mutação e negociação.

Opto, assim, por insistir mais em torno do conceito de normalização e sociedade normalizada: porque considero que é uma técnica de poder aplicada, com um forte efeito de controlo, exclusão e de produção de margens. E esta técnica tem uma influência significativa no caso de estudo aqui considerado. Nos próximos capítulos ocupar-me-ei de retratar, de facto, como as margens são produzidas de uma maneira gritante, aqui e agora.

Ora, a sexualidade foi-se tornando, de maneira progressiva, num campo determinante para o biopoder, já que como nos indica o próprio Foucault, possibilita uma atuação conjunta de vários tipos de poderes em simultâneo. Nasce, assim, o dispositivo da sexualidade, que integra, recolhe e centraliza a informação, normaliza saberes e práticas, medicaliza e controla a população. Cruzam-se, deste modo, por um lado a conduta corporal controlada por um tipo de poder disciplinar, individualizante, vigilante (treino, vigilância, controlo, exames médicos – físicos e psicológicos, micropoderes sobre os corpos). Por outro lado, a conduta biopolítica, em que se dá um controlo dos processos biológicos do fenómeno da população (regulação, medidas políticas massivas, estatística, intervenção coletiva)⁹³. Também aqui entram as tecnologias do *self*, - entre a proibição do desejo e do prazer e a obrigação de expor a «verdade» pela confissão. Operam, por isso, os processos de controlo individualizado através dos quais cada um intervém, vigia e se modifica a si mesmo, tendo que controlar os usos que faz do sexo de acordo com os discursos produzidos pelo dispositivo⁹⁴. O sexo converte-se num elemento fundamental do biopoder: corpo e população, disciplina e regulação, anatomo e biopolítica, construção da subjetividade e vigilância de si mesmo - todas estas atuações conciliadas⁹⁵.

⁹³ Foucault, M. (2003) *Hay que Defender la Sociedad.*, op. cit., 209-216 e 223 e Foucault, M. (1994) *História da Sexualidade I.*, op. cit.,

⁹⁴ Foucault, M. *Historia de la Sexualidad I.*, op. cit., 47.

⁹⁵ Foucault destaca quatro principais tecnologias que são: «1) tecnologias de produção, que nos permite produzir, transformar ou manipular coisas; 2) tecnologias de sistemas de sinais, que nos permite utilizar sinais, sentidos, símbolos ou significados; 3) tecnologias do poder, que determinam a conduta de indivíduos, que submetem a certo tipo de fins ou de dominação e consistem numa objetivação do sujeito; 4) tecnologias do eu, que permite aos indivíduos efetuar, por conta própria ou com a ajuda de terceiros, um certo número de operações sobre o seu corpo e a sua alma, pensamentos, conduta, ou qualquer outra forma de ser, obtendo assim uma transformação de si mesmos com o fim de alcançar um certo estado de felicidade, pureza, sabedoria ou imortalidade.» Em Foucault, M. (1996). *Tecnologías del Yo y otros textos afines.* op. cit., 48. Tradução própria.

Entender os poderes contemporâneos implica entender o seu carácter inventivo e a principal forma de propagação é assegurada não pela repressão *per se*, mas pela produção e gestão do desejo, das sensações e dos prazeres. É a partir deste discurso que se gera também a pseudo-cientificidade nas ciências biológicas, que viria a orientar muito do nosso pensamento contemporâneo dicotômico-biologizante, espacial e temporalmente localizado, mas rapidamente mundializado e imposto pelo imperialismo. Refletir sobre os poderes e, conseqüentemente, sobre as sexualidades contemporâneas leva-nos, por isso, a compreender uma série de dispositivos e aparelhos, tanto externos como os que temos interiorizados, com uma capacidade extramente abrangente, potente e elástica, ao ponto de que se possa pensar «o sexo sem a lei e o poder sem o rei»⁹⁶:

«Por esta razão, o sexo e a sexualidade não são efeitos das proibições repressivas que obstaculizariam o pleno desenvolvimento dos nossos desejos mais íntimos, mas antes o resultado de um conjunto de tecnologias produtivas (e não simplesmente repressivas). A forma mais potente de controlo da sexualidade não é, portanto, a proibição de determinadas práticas, mas a produção de diferentes desejos e prazeres que aparentam derivar de predisposições naturais (...). As técnicas disciplinares da sexualidade não são um mecanismo repressivo, mas antes estruturas reprodutivas, assim como técnicas de desejo e de saber que geram as diferentes posições do sujeito de saber-prazer.»⁹⁷

Rabinow e Rose⁹⁸ salientam como a sexualidade sofreu muitas alterações nas últimas décadas e os simbolismos, práticas reprodutivas, tecnologias e inclusive estratégias políticas associadas mudaram desde então. Para os teóricos sociais, estas alterações implicam o aparecimento de fenómenos que representam «um conjunto de conexões que aparece entre o individual e o coletivo, o tecnológico e o político, o legal e o ético. Este é um espaço biopolítico por excelência.»⁹⁹ É o caso do que ocorre, por exemplo, com a problematização da reprodução como um instrumento de gestão – com conseqüências económicas, ecológicas, políticas. Veja-se, também, a emergência de novas políticas de interrupção voluntária da gravidez, ou mesmo, o desenvolvimento de novas alternativas na escolha reprodutiva. Para o biopoder contemporâneo torna-se, portanto, fundamental a produção de conhecimento enquanto

⁹⁶ Foucault, M. (1994). *História da Sexualidade I*, op. cit., 94.

⁹⁷ Preciado, P. B. (2002). *Manifiesto Contra-sexual. Prácticas subversivas de identidad sexual*. Madrid: Editorial Opera Prima, 125. Tradução própria.

⁹⁸ Rabinow, P. & Rose, N. (2006). «Biopower Today». Em *BioSocieties*. (2006), 1, 195–217. London School of Economics and Political Science, DOI:10.1017/S1745855206040014.

⁹⁹ *Ibidem*, 208. Tradução própria.

processo vital, converter a vida humana em objeto nas relações de poder e edificar modelos de subjetivação e construção sobre si mesmo¹⁰⁰.

É neste sentido que Preciado considera que a partir do século XX se multiplicam as tecnologias do corpo e da sexualidade, apoiados por novas técnicas e formas de atuação, sobretudo, a partir de 1950, em que se dá uma rutura com o regime disciplinar do sexo¹⁰¹. Neste contexto, emerge «a sexopolítica como uma das formas dominantes de ação biopolítica no capitalismo contemporâneo.»¹⁰² O controlo vai para além da regulação da população ou de processos biológicos, já que o sexo e tudo o que o envolve é convertido num fenómeno que deve ser estudado, analisado, perseguido, controlado ou curado¹⁰³.

A economia e novas formas de produção também se tornam centrais neste novo contexto sexopolítico. Nas dinâmicas do tecnocapitalismo avançado, pós-industrial, globalizado e mediático, são introduzidos novos modelos de produção massificados. Partindo do conceito de potência de produção no contexto económico-político contemporâneo, Preciado introduz o conceito de *potentia gaudendi*, associada ao correlato entre sexo e capital na contemporaneidade pós-fordista¹⁰⁴, que consiste na potência atual ou virtual de excitação do corpo, força orgásmica que se estende no espaço e no tempo, maleável, efémera, que existe apenas como evento, relação, prática, devir¹⁰⁵. É, neste sentido, que se inaugura a era farmacopornográfica¹⁰⁶, que cruza a anatomopolítica com a biopolítica, potencializados pela gestão interconectada do corpo tecnovivo e da sua *potentia gaudendi*: «o capitalismo farmacopornográfico inaugura uma nova era em que o melhor negócio é a produção da própria espécie, da sua alma e do seu corpo, dos seus desejos e afetos»¹⁰⁷.

Neste paradigma pós-fordista do século XXI, as características que estão intrinsecamente associadas ao trabalho sexual convertem-se centrais na figura dos trabalhadores: precariedade, venda de serviços corporais a baixo preço, desvalorização social do corpo que realiza o trabalho, exclusão do âmbito da cidadania¹⁰⁸. Não obstante, parte da riqueza do Norte Global

¹⁰⁰ *Ibidem*.

¹⁰¹ Preciado, P. B. (2005). «Multitudes queer: nota para la política de los “anormales”». *op. cit.*, 159.

¹⁰² *Ibidem*, 157.

¹⁰³ Preciado, P. B. (2017). *Testo Yonqui. op. cit.*, 60 - 61.

¹⁰⁴ Conceito que explorarei em maior profundidade no próximo capítulo.

¹⁰⁵ Preciado, P. B. (2017) *Testo Yonqui. op. cit.*, 40-41.

¹⁰⁶ Conceito desenvolvido por Preciado referente aos desenvolvimentos da sociedade e tecnologias dos poderes a partir do século XX, pós II Guerra Mundial. Na era farmacopornográfica, dá-se a produção tecnopolítica do corpo, dominado por um conjunto de novas tecnologias e sistemas de representação que infiltram e penetram a vida quotidiana e próprios os corpos, passando a integrá-los. (Cf. Preciado, P. B. (2017). *Testo Yonqui, op. cit.*).

¹⁰⁷ *Ibidem*, 46. Tradução própria.

¹⁰⁸ *Ibidem*, 197.

advém, precisamente, da mais-valia extraída dos corpos feminizados, racializados, pauperizados, precários, trans, TS, migrantes¹⁰⁹ - que em diante, como forma de sintetizar, denomino de precariado¹¹⁰. Ao mesmo tempo que o sexo se converte num aspeto central da economia farmacopornográfica, o seu controlo também é assegurado pela não industrialização e reconhecimento do mesmo. Ao não reconhecer trabalhos como o doméstico, afetivo, emocional, sexual e de cuidados, é assegurada a sua restrição aos âmbitos da esfera privada, sem princípios democráticos, visibilidade ou remuneração¹¹¹. Se a realidade da vida des TS é desprovida de direitos, esta é, simultaneamente, controlada, autovigiada e mediatizada através da gestão bio e sexopolítica.

O problema reside, como aponta Dolores Juliano¹¹², no facto de, numa sociedade em que todos os serviços estão mercantilizados ser, precisamente, a mercantilização do trabalho dos corpos marcados como «feminizados» - independentemente do seu género – que é desconsiderado ou, inclusive, não permitida por lei. São os corpos a quem se nega o acesso ao espaço público, o acesso aos direitos civis, legais, bem como reconhecimento económico ou moral.

Até aqui analisei algumas questões base que permitem compreender questões de relações de poder, exploração, bem como uma tendência crónica para a desigualdade. Para Sherry Ortner, são algumas destas reflexões basilares de autores como Foucault ou Marx, que marcam um ponto de viragem para a «antropologia sombria»¹¹³. Foram as crescentes preocupações face às questões de poder e desigualdades, exacerbadas pelas condições e severas dimensões da experiência humana no contexto neoliberal que, segundo a autora, levaram à expansão deste campo da antropologia. Seja pelos princípios da eficiência dos mercados, pela economia regulada pelos princípios neoliberais, pela precariedade, pela construção da subjetividade à volta destes princípios de regulação ou pela proliferação de formas de violência contra a população¹¹⁴, estas preocupações passaram a integrar, em grande medida, os estudos e considerações antropológicas.

¹⁰⁹ *Ibidem*, 191-213 e 279.

¹¹⁰ Termo proposto por Guy Standing para descrever grupos sociais em emergência que enfrentam condições laborais precárias, instabilidade e insegurança, perda de identidade e erosão de direitos, afetando por isso o seu bem-estar físico e psico-emocional. (Standing, G. (2011). *The Precariat. The New Dangerous Class*. London: Blumshury Academic).

¹¹¹ *Ibidem*, 211-217. Consulte-se também Federici, S. (2013). *Revolución punto cero. op. cit.*

¹¹² Daich, D. (2012). «Prostitución, trata y abolicionismo. Conversaciones con Dolores Juliano y Adriana Piscitelli». Em *Avá, Revista de Antropología*, Nr. 20, 2012.

¹¹³ Ortner, S. (2016). «Dark anthropology and its others. Theory since the eighties». Em *Hau: Journal of Ethnographic Theory* 6 (1): 47–73. DOI: <http://dx.doi.org/10.14318/hau6.1.004>, 50.

¹¹⁴ *Ibidem*, 51-58.

Se Hannah Arendt falava da «banalização do mal»¹¹⁵, onde se confere uma dessensibilização acrítica aos atos e às suas consequências na sequência de respeitar a hegemonia do institucional burocratizado, Fassin refere-se à «banalização do sofrimento»¹¹⁶, também como referência à dessensibilização e normalização da indiferença diante das necessidades e carências mais básicas de quem nos rodeia. Entender a realidade e os poderes contemporâneos implica, portanto, compreender como o seu nível de complexidade chega à burocratização da vida, das emoções e da empatia. Este antropólogo, ao analisar a governamentalidade¹¹⁷ e políticas de reconhecimento de pobres e imigrantes em França, revela no seu estudo como se produz uma extinção dos afetos, como consequência da padronização e repetição da «miséria». Mesmo em casos de carência extrema, para cobrir as necessidades mais básicas e essenciais, é possível não conseguir nenhum tipo de apoio institucional, apesar de se recorrer aos argumentos da razão ou da compaixão¹¹⁸.

Como foi mencionado ao longo destas páginas, os poderes não são estáticos, imóveis nem bem delineados. São relações que se estabelecem, que se negociam e que estão em constante tensão. O mesmo se aplica à liminaridade – não são conceitos absolutos, mas antes categorias aproximadas¹¹⁹. E é precisamente neste sentido da fluidez e da permeabilidade destes conceitos que emerge a relevância de salientar como não existem poderes sem resistência. Este é um conceito chave também no pensamento foucaultiano, que partilha a noção de sexopolítica, e que me guiará nesta investigação. Retomando as reflexões de Ortner sobre a antropologia sombria, a antropóloga discute, neste contexto, a importância que igualmente assume «a antropologia do bem» - como o denomina – em que os danos das desigualdades do poder não podem e não devem ocupar um todo. Na verdade, olhar para a realidade social com alguma precisão também implica, precisamente, entender que as pressões exercidas pelos poderes não ocupam um todo e não vivemos em realidades absolutas e dicotômicas. O equilíbrio encontra-se na antropologia da resistência, onde as relações de poder são reconhecidas com todos os prismas que as compreendem: os poderes estão, também, num processo contínuo de, através das margens, serem experimentados, testados, desafiados e desconstruídos. Nestes espaços de exceção, nestes campos heterotópicos, longe de ser

¹¹⁵ Arendt, H. (2017). *Eichmann em Jerusalém - Uma reportagem sobre a banalidade do mal*. Lisboa: Edições Ítaca.

¹¹⁶ Fassin, D. (2003). «Gobernar por los cuerpos, políticas de reconocimiento hacia los pobres y los inmigrantes en Francia». Em *Cuadernos de Antropología Social*, Nr. 17, 68.

¹¹⁷ Cf. Foucault, M. (2008). *Seguridad, Territorio, Población*. *op. cit.*

¹¹⁸ Fassin, D. (2003). «Gobernar por los cuerpos, políticas de reconocimiento hacia los pobres y los inmigrantes en Francia», *op. cit.*, 68.

¹¹⁹ *Ibidem*, 890.

homogêneos, abre-se espaço para, perante a sua indeterminação, expandir a criatividade¹²⁰. Há múltiplas dimensões na vida humana e nas suas relações. É nesta linha que se manifesta a significância dos estudos de resistência, que abarca uma nova etnografia crítica conciliada ao trabalho teórico¹²¹, que cruza as leituras sobre os poderes da antropologia sombria com as experiências quotidianas de esperança e subversão.

Como recuperam Biehl e Locke a partir das leituras deleuzianas¹²², na resistência humana e nas suas relações reside a ambiguidade, a criatividade e o desejo de viver. Dentro destes campos de ação e significação dá-se, efetivamente, a intervenção dos poderes e da sua capacidade produtiva, mas, também, a força de conquistar direitos e alcançar desejos¹²³. A capacidade de agência¹²⁴ e a capacidade transformadora dos corpos performativos¹²⁵, que se conectam pela sua vulnerabilidade¹²⁶, são, por isso, algumas das chaves no caminho da produção dissidente e contra-hegemónica, como terei a oportunidade de aprofundar nos próximos capítulos.

Em jeito de conclusão, considero necessária a compreensão da forma como os poderes são exercidos e operam através da produção da normalização e marginalização, bem como a forma como operam particularmente na sexualidade, para poder analisar o estudo de caso considerado neste projeto. Ês TS são um grupo social que encarna a gestão sexopolítica no seu expoente máximo. A anatomo e biopolítica atuam de maneira evidente, em concreto através do dispositivo da sexualidade. É possível identificar a gestão individualizada dos seus corpos, através da intervenção da medicina, da polícia, do controlo legal-penal. Por outro lado, a gestão coletiva reconhece-se, pela produção da normalidade, o controlo e marginalização de grupos que não encaixem nos critérios. Transitam inclusive a necropolítica, por ser um grupo que, em termos de gestão política, é abandonado e tomada a decisão de já não «deixar viver», como propunha Foucault, mas antes «deixar morrer»¹²⁷. Também operam no trabalho sexual a produção do saber-poder e as tecnologias do *self*, pela vergonha, a culpa e o estigma. Em suma,

¹²⁰ Das, V.; Poole, D. (2004). *Anthropology in the Margins of the State.*, *op. cit.*, 3-33.

¹²¹ Ortner, S. (2016). «Dark anthropology and its others. Theory since the eighties», *op. cit.*, 65-66.

¹²² Biehl, J.; Locke, P. (2010). «Deleuze and the Anthropology of Becoming». *op. cit.*

¹²³ Cf. *ibidem*, 335.

¹²⁴ Cf. McRobbie, A. (2008). *The Aftermath of Feminism: Gender, Culture and Social Change*. London: Sage. e Ortner, S. (1995). «Resistance and the Problem of Ethnographic Refusal». *Comparative Studies in Society and History*, 37(1), 173-193. DOI:10.1017/S0010417500019587.

¹²⁵ Cf. Vale de Almeida, M. (1996) *Corpo Presente*. *op. cit.* e Butler, J. (2017). *Cuerpos aliados y lucha política*. *op. cit.*

¹²⁶ *Ibidem* e Butler, J. (2015) [Universidad de Alcalá] «XV Simposio de la Asociación Internacional de Filósofas - Repensar la vulnerabilidad y la resistencia», *op. cit.*

¹²⁷ Mbembe, A. (2011). *Necropolítica*. *op. cit.*

múltiplas tecnologias do poder atuam sobre ês TS. Ao mesmo tempo, considero que são também um caso emblemático de como as relações de poder são dinâmicas e fluidas, porque contam com uma longa história de afirmação, de organização coletiva e de reivindicação de direitos fundamentais. Independentemente das derrotas, a força de afirmação contra-hegemónica não cessa. E é sobre este aspeto que pretendo, igualmente, focar-me, incidindo sobre o caso da edificação do Sindicato OTRAS.

Precisamente sobre a questão dos poderes, da sua intervenção e aplicação nas sexualidades e resistências – gestão sexopolítica - até aqui desenvolvidas, discorro em seguida de maneira detalhada e com base no trabalho de investigação proposto. Antes, importa contextualizar teórica, histórica e conceptualmente o movimento social de sindicalização, a sua relação com o trabalho sexual e os seus percursos de resistência.

2.2 Trabalho, sexo e sindicalização

2.2.1 Trabalho sexual é trabalho

Um dos princípios chave para compreender os fundamentos das organizações de TS é entender que trabalho sexual é trabalho. Ês trabalhadoras vendem a sua força de trabalho, isto é, a potência de trabalhar. De acordo com as leituras marxistas de Virno, esta potência não tem realidade material própria, nem consistência autónoma enquanto matéria – portanto, é inseparável do corpo vivo de trabalhadora¹²⁸. É, neste sentido, que o capitalismo se torna biopolítico, porque se encarrega da vida enquanto organismo biológico, condição de possibilidade para «o substrato que realmente importa: a força de trabalho, a potência psicofísica de produzir, a faculdade carnal de pensar/falar»¹²⁹.

Nesta linha, partilha-se a perspectiva de que ês TS vendem ou intercambiam os seus serviços de comunicação, relação e excitação – e reitero, serviços, e não o seu corpo ou pessoa *per se*. Existem, com mais ou menos reconhecimento económico-social, inúmeras forças de produção que provêm do cuidado corporal e emocional, do estímulo da relação humana através da comunicação, da partilha de saberes e de afetos. O corpo é, em todo o caso, condição de possibilidade para a materialização e concretização de qualquer experiência laboral,

¹²⁸ Virno, P. (2003). *Gramática de la Multitud. op. cit.*, 18. Tradução própria.

¹²⁹ *Ibidem*, 18.

independentemente da sua natureza. Como indica Marx, «por força de trabalho (...) entendemos o complexo [Inbegriff] das capacidades físicas e mentais que existem na corporalidade [Leiblichkeit], na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer espécie.»¹³⁰

Sublinho Marx no sentido do seu pertinente entendimento da força de produção, que considero basilar para o enquadramento do trabalho sexual. Para o autor, a exploração de TS poderia ser um caso paradigmático de como opera a exploração capitalista¹³¹. De todo modo, sobre o pensamento marxista têm incidido importantes reflexões feministas. Federici, que tem trabalhado amplamente pelo reconhecimento e retribuição do «trabalho invisível», indica:

«Ainda que considere [Marx] a exploração do trabalho como o elemento chave da produção de riqueza capitalista, deixa por teorizar algumas das atividades e relações sociais mais importantes para a produção da força de trabalho, como são o trabalho sexual, a procriação, o cuidado das crianças e o cuidado doméstico. Marx reconhece que a nossa capacidade de trabalho não nos vem dada, que é produto da atividade social. Ainda assim, na sua obra publicada não encontramos nenhuma análise do trabalho doméstico, da família e das relações de género específicas do capitalismo (...).»¹³²

Falar de força de trabalho no contexto pós-fordista¹³³ implica reconhecer todo o tipo de habilidades que a envolvem: linguísticas, relacionais, memória, imaginação, força física, percepção, intelecto. A conceção de trabalho vivo passa a integrar uma série de fundamentos

¹³⁰ Marx, K. (1997). *O capital: crítica da economia política. Livro Primeiro: O processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 180.

¹³¹ Cf. Van Der Veen, M. (2001) «Rethinking Commodification and Prostitution: An Effort at Peacemaking in the Battles over Prostitution». Em *Rethinking Marxism*, 13:2, 30-51, DOI: 10.1080/089356901101241686 e Dale, G. & Rose, X. (2010). «A response to the sex work debate». Em *International Socialism*. Issue 127. Em <http://isj.org.uk/a-response-to-the-sex-work-debate/>.

¹³² Federici, S. (2018). *Patriarcado del salario*. op. cit. 88-89. Tradução própria.

¹³³ Resumir o conceito de «pós-fordismo» é sumamente complexo, já que tem inúmeras leituras, interpretações e correntes de pensamento. Para Jessop e Sum, é um processo de produção baseado na flexibilidade de sistemas e da mão-de-obra. Ambiciona a um aumento da acumulação, da produtividade, de salários, de procura e de lucro, ciclicamente. [Jessop, B. & Sum, N. (2006). *Beyond the Regulation Approach: Putting Capitalist Economies in their Place*. Northampton: Edward Elgar].

Para Virno, «o pós-fordismo privou de fundamento tanto ao keynesianismo como ao socialismo. (...) O pós-fordismo é o comunismo do capital» [Virno, P. (2003). *Gramática de la Multitud*. op. cit., 118].

Segundo Negri e Lazzarato, no pós-fordismo todas as relações são relações produtivas e todo o tempo é tempo de produção - a subjetividade de trabalhador é simultaneamente autónoma e massificada e baseia-se na intelectualidade. No pós-fordismo, há também uma tentacularização do domínio capitalista para o regime produtivo, onde todas as faculdades sociais, comunicativas e relacionais são instrumentalizadas. Nas próximas páginas explorarei alguns conceitos associados a este modelo de produção e novas formas de trabalho. [Lazzarato, M. & Negri, T. (2001). *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora].

intrinsecamente associados ao *general intellect*¹³⁴ marxista, que permite reconhecer a potência do trabalho em todas as esferas que o compreendem, onde o corpo é visto como a ferramenta que materializa todas as potencialidades da concretização da força de trabalho.

Para Marx, nos *Grundrisse*, o valor dos trabalhadories não se materializa num produto, nem existe fora dos seus corpos, já que os corpos vivos são a condição de possibilidade, a *dynamis* da condição de produção¹³⁵. Se na corporalidade reside a materialização da força de trabalho – independentemente da sua natureza – e esse fenómeno é, inclusive, o que justifica o desejo do controlo biopolítico dos corpos, porque é que é só quando falamos de trabalho sexual, que consideramos que aí reside a «venda do corpo» enquanto essência e de maneira absoluta? Algumas autoras feministas argumentam que esta lógica terá sido alimentada pelo discurso dicotómico «puta» *versus* «dona de casa» - sobre a construção da «identidade feminina». Esta dicotomia e a estigmatização social coletiva favoreceu a restrição da mulher à «vida privada» e, conseqüentemente, invisibilizou e beneficiou a proliferação trabalho não remunerado: sexual, reprodutivo, doméstico e de cuidados¹³⁶. Uma série de atividades histórica e culturalmente *genderizadas*, numa larga medida, estão associadas à produção dos afetos, que requer uma íntima relação com o corpo, emoção, inteligência e intelectualidade, que trabalham em simultâneo – tal como no trabalho sexual. Esta não só é a base da produção da antiga imagem proletária – a mulher que prepara e cuida do marido para poder regressar à fábrica, como relata Federici – mas também porque este trabalho afetivo produz uma série de características associadas à produção pós-fordista, nomeadamente, pensamentos, códigos, informação, ideias, imagens¹³⁷. Esta é uma das bases de produção na contemporaneidade¹³⁸.

¹³⁴ Conceito introduzido pela primeira vez por Marx no «Fragmento sobre as máquinas» dos *Grundrisse*: «São os *órgãos do cérebro humano criados pela mão humana*, força objetivada pelo conhecimento. O desenvolvimento do capital fixo revela até que ponto o conhecimento, ou social knowledge geral, se converteu em *força produtiva imediata* e, por tanto, até que ponto as condições do processo da própria vida social entraram sob os controlos do *general intellect* e foram remodeladas nesse sentido. Até que ponto as forças produtivas sociais são produzidas não só em forma de conhecimento, mas sim como órgãos imediatos da prática social, de um processo vital real.». Marx, K. (2007). *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse) – 1857-1858*. Vol 2. Madrid: Siglo XXI. 229-230. Tradução própria.

¹³⁵ Virno, P. (2003). *Gramática de la Multitud*. *op. cit.*, 85.

¹³⁶ Cf. Preciado, P. B. (2017). *Testo Yonqui*, *op. cit.*; Federici, S. (2013). *Revolución en punto cero*. *op. cit.* e Espejo, B. (2009). *Manifiesto Puta*. Barcelona: Edicions Bellaterra.

¹³⁷ Hardt, M. (2007). «Forward: What affects are good for». Em Clough, P. & Halley, J. (2007). *The affective turn: Theorizing the social*. Durham, NC: Duke University Press.

¹³⁸ Sobre este aspeto, não posso deixar de notar que autores relevantes, como Lazzarato, Hardt e Virno, denominam a este tipo de produção afetiva e cognitiva como «imaterial», cujo termo considero pouco adequado (Cf. Lazzarato, M. (1996). "Immaterial labor". Em Virno, P. & Hardt, M. (Eds.). *Radical Thought in Italy: A Potential Politics*. Minneapolis: University of Minnesota Press. 142–157). Em primeiro lugar, porque é uma das bases fundamentais do capitalismo contemporâneo, onde a separação corpo/mente, razão/emoção, físico/virtual cada vez mais se anula. Por outro lado, porque, mesmo querendo olhar para a materialidade num sentido

Neste contexto, não só o trabalho emocional se tem revelado fulcral em muitos tipos de trabalhos, como um aspeto que incrementa o seu valor e sucesso. O caso do trabalho sexual encarna de uma maneira mais evidente como muitos tipos de atividades remuneradas estabelecem complexas relações entre corpo, emoção e trabalho, implicando uma conceptualização multidimensional¹³⁹.

Em resposta a um trajeto de invisibilização e marginalização, emergiu, assim, o conceito de *trabalho sexual* e os movimentos a ele associados, no sentido de reivindicar reconhecimento e visibilidade, bem como direitos fundamentais. O termo foi cunhado pela ativista Carol Leigh (ou Scarlot Harlot), nos anos 80 do século XX, com o intuito de marcar uma posição de autodeterminação, que sublinhasse a parte ativa – geralmente das mulheres, segundo a autora – neste trabalho. Com a finalidade de dar este contributo feminista para a linguagem, este conceito ergue-se em oposição aos anteriores, como «prostituição», como forma de ressaltar o poder, autonomia e capacidade de agência da pessoa que exerça trabalho sexual; um passo na afirmação e orgulho, em oposição ao estigma e ostracismo¹⁴⁰. O conceito de «trabalho sexual» enquanto tal implica, neste sentido, que é sempre realizado por pessoas que assim o desejaram, exercendo o trabalho de maneira voluntária, livre e autónoma.

2.2.2 Poderes sindicais e sindicalização do trabalho sexual pelo mundo

Independentemente do modelo de trabalho sexual que encontremos em determinado país ou região, este trabalho representa, efetivamente, um meio de subsistência económica e de obtenção de rendimentos para uma parte relevante da população. Está também amplamente consolidado nas economias capitalistas e tem um valor importante na manutenção das mesmas. No que concerne à defesa dos direitos laborais dos trabalhadores, não se trata (como exploramos nas próximas páginas) de idealizar o trabalho – já que é uma forma de subsistência e, como a maioria dos trabalhos, é realizado com essa finalidade – mas sim, de reconhecer direitos fundamentais.

tradicional, os seus efeitos e produtos são bem concretos. Por último, porque a sua própria produção advém do corpo. Compreende, portanto, necessariamente, materialidade. Ou como diz Preciado: «mais que imaterial deveria qualificar-se como uber-material, supramaterial, tecnomaterial ou hipermaterial, dado que a sua consistência é biológica, molecular, e ao mesmo tempo carnal, numérica, irredutivelmente sináptica e digitalizável (...)» (Preciado, P. B. (2017) *Testo Yonqui. op. cit.*, 195).

¹³⁹ Considere-se, por exemplo, Wolkowitz, C. (2013), (Ed.). *Body/sex/work: Intimate, embodied and sexualized labour*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.

¹⁴⁰ Leigh, C. (2016). «Trabajo sexual y feminismo, una filiación borrada: traducción de “Inventing sex work” de Carol Leigh (Alias Scarlot Harlot)». Em *Revista de Estudios de Género. La ventana*, vol. V, núm. 44, julio-diciembre, 2016, 7-23.

Uma ferramenta que historicamente tem um grande e relevante peso na organização de trabalhadores e na conquista dos seus direitos são os sindicatos. Estas organizações coletivas têm algumas características próprias, mas em termos latos definem-se como uma associação de trabalhadores para a defesa e promoção dos seus interesses¹⁴¹. Os sindicatos podem estar organizados no âmbito local, nacional e internacional. Aquando da edificação do modelo de Estado Social, desenvolveu-se o chamado modelo *tripartit*, entre sindicatos, patronato e Estado, o que consolidou várias conquistas para ês trabalhadores¹⁴². Estas organizações propõem-se a tutelar e representar os seus interesses des trabalhadores que integrem o coletivo, através da adesão voluntária e consciente¹⁴³. Geralmente, os instrumentos mais utilizados a fim de reivindicar os direitos coletivos são a greve e a negociação coletiva e um dos assuntos centrais na gestão de um sindicato está relacionado com condições salariais. No entanto, as suas funções estendem-se a muitas outras características. Dependendo, naturalmente, da dimensão e capacidade do sindicato, poderá também ter intervenção sobre modelos de produção, horas de trabalho e de descanso, apoio jurídico individualizado, condições de higiene e segurança no trabalho, entre muitas outras, por dar alguns exemplos¹⁴⁴.

No que concerne especificamente à sindicalização formal do trabalho sexual, esta é uma experiência relativamente recente e, sobretudo, pouco estudada. Embora movimentos de TS datem desde há várias décadas, o termo «trabalhadorie do sexo» e os movimentos reivindicativos a ele associados brotam nas mais recentes décadas. No caso do trabalho sexual e dos seus sindicatos devidamente construídos, entendo que entramos num novo campo de análise, dado que esta forma de organização-movimento no mundo sindical é recente e a sua origem representa uma rutura com os sindicatos tradicionais. Por outro lado, são também sindicatos que se associam a uma área laboral que introduz novos desafios, pela sua heterogeneidade, pelas suas características pós-fordistas e pelas adversidades legais/culturais das funções que lhe correspondem.

É, sobretudo, a partir de 1970 que organizações de TS começam a surgir com essa nomenclatura e a atuar em defesa dos direitos laborais do sexo. É nesse momento que nascem

¹⁴¹ Real Academia Espanhola. (n. d.). Sindicato. Em *Diccionario de la lengua española*. <https://dle.rae.es/sindicato?m=form>. [Recuperado a 14/12/2020].

¹⁴² Estanque, E. (2009). «Sindicalismo e movimentos sociais: ação coletiva e regulação social no contexto europeu e português». *op. cit.*, 57.

¹⁴³ Baylos, A. (2012). *¿Para qué sirve un Sindicato? Instrucciones de uso*. Madrid: Ediciones Catarata, 15-19.

¹⁴⁴ Estanque, E. (2009). «Sindicalismo e movimentos sociais: ação coletiva e regulação social no contexto europeu e português», *op. cit.*

também as ideias base e estruturas que ambicionavam a constituição de sindicatos de TS¹⁴⁵. COYOTE – Call Off Your Old Tired Ethics, é geralmente destacado como símbolo da emergência dos movimentos contemporâneos em defesa dos direitos des TS. Fundado em 1973, em São Francisco, tinha como objetivos dar apoio jurídico, apoiar trabalhadoras frente a entidades patronais, bem como consciencializar a população em geral e conquistar visibilidade. A partir desse momento, vários movimentos, organizações, coletivos e inclusive sindicatos proliferam em várias partes do mundo. De acordo com Gall¹⁴⁶, encontramos sobretudo no Norte Global duas tendências de organização dentro do ativismo de TS: em primeiro lugar, coletivos centrados no reconhecimento de direitos e conquista de visibilidade social; por outro lado, organizações mais direcionadas ao sindicalismo focado nos direitos e reconhecimentos laborais. Apesar desta divisão tradicional facilitar a compreensão de dois eixos orientadores, considero que esta análise exclui a pluralidade que compõe estes tipos de coletivos. Ademais, entendo que podemos encontrar modelos mistos, sobretudo nos coletivos mais recentes, que trabalham no sentido de reinventar-se e desdobrar as suas ações ativistas, como veremos nas próximas páginas.

É possível encontrar, indubitavelmente, imensas experiências de coletivos e movimentos de TS em todo o mundo e com uma dinâmica ativa. É um trabalho ingrato selecionar os nomes de alguns coletivos em detrimento de outros, reconhecendo, desde já, que, independentemente do seu estatuto ou alcance, a sua existência é de extrema relevância. Nos próximos parágrafos pretendo sublinhar alguns destes movimentos como forma de breve contextualização deste ativismo contemporâneo à escala mundial. O meu critério para a seleção será o nível de impacto/crescimento que o movimento tenha obtido e que tenha adquirido ou estado em vias de constituir-se formalmente como sindicato, uma vez que é esse o principal foco desta investigação. Vejamos, então, os casos, organizados por continente.

África

Na África do Sul houve várias tentativas de criação de Sindicatos de TS. Destaca-se o Sex Workers' Education and Advisory Taskforce (SWEAT), fundado em 1996, que desde então tem reunido forças no sentido de mobilizar TS e organizado vários momentos grevistas.

¹⁴⁵ Gall, G. (2006). *Sex Worker Union Organising*, op. cit., 46 e Gall, G. (2016). *Sex Worker Unionization Global Developments, Challenges and Possibilities*. op. cit.

¹⁴⁶ Gall, G. (2007). «Sex worker unionisation: An exploratory study of emerging collective organisation». Em *Industrial Relations Journal*, 38(1), 70-88. https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=958565.

Embora não tenha conseguido, até ao momento, o reconhecimento formal como Sindicato, tem-se organizado no sentido de pressionar os vários Sindicatos de Trabalhadores no sentido de integrar o coletivo de TS. Lançou também o movimento National Sisonke Sex Worker Movement of South Africa¹⁴⁷.

Destaco ainda o caso do Gana, em que TS em 2010 se juntaram ao Sindicato Comercial Workers' Union e o caso do Zimbabué, em que 300 TS criaram em 2012 o Comercial Sex Workers' Union¹⁴⁸.

América

No Urugua a AMEPU – Asociación de Meretrices Profesionales del Uruguay, que se formou em 1986, ficou vinculada à central sindical (única) do país – Plenário Intersindical de Trabajadores – Convención Nacional de Trabajadores, conhecido como PIT-CNT¹⁴⁹. A associação conseguiu adquirir personalidade jurídica e alargar o seu meio de influência¹⁵⁰.

Na Argentina salienta-se a associação Ammar - Asociación de Mujeres Meretrices de Argentina, fundada em 1994. Em 2001 avançou no sentido de tornar-se um sindicato ao integrar-se na CTA – Central de Trabajadores de Argentina. O Sindicato tem mantido e expandido a sua influência, tendo atuação em áreas relevantes, tais como derrogação de códigos e normas regionais, apoio para ês trabalhadoras também na área da saúde ou inclusive a construção de uma escola primária¹⁵¹.

Nos Estados Unidos da América, desde os anos 80, destacam-se especialmente os casos de tentativas de organização entre strippers e performers. Friso, nesse sentido, o caso de Lusty Lady que, até 2013, foi o único clube que funcionou de maneira cooperativa e sindicalizada no país. Este local, fundado em 1976 em São Francisco passou a ter TS mobilizadas no sentido da sindicalização a partir dos anos '80, mas foi só em 1997 que foi, finalmente, formado o EDU – Exotic Dancers Union. Como consequência dos aumentos salariais e das negociações mediadas judicialmente, a direção do clube anunciou em 2003 que teria que encerrar o local

¹⁴⁷ Gall, G. (2016). *Sex Worker Unionization. op. cit.*, 144-145.

¹⁴⁸ *Ibidem*, 145.

¹⁴⁹ *Ibidem*, 148; Plenário Intersindical de Trabajadores - Convención Nacional de Trabajadores, PIT – CNT, (n. d.) <https://www.pitcnt.uy/>.

¹⁵⁰ Gall, G. (2016). *Sex Worker Unionization. op. cit.*, 149.

¹⁵¹ *Ibidem*, 146-148; Ammar - Asociación de Mujeres Meretrices de Argentina (n. d.), <https://www.ammar.org.ar/-Quienes-somos-.html> e Orellano, G. (2019). «Entre el abolicionismo y el regulacionismo, quienes estamos en el medio somos las trabajadoras sexuales.» Entrevistada por Guillermo Martínez. Em *Ethic*. <https://ethic.es/2019/08/georgina-orellano-trabajo-sexual-clandestinidad/>.

por falta de fundos. Nesse momento, ês trabalhadoras decidiram juntar-se para comprar o local e formar assim a cooperativa. No entanto, uma década depois, o clube fechou as suas portas devido a problemas financeiros aliados à incapacidade de gestão cooperativa¹⁵². Apesar de o país contar com várias experiências de coletivos, Lusty Lady é um caso emblemático de TS que formaram um sindicato e cooperativa feminista. Apesar da sua extinção, foi o movimento que atingiu maior longevidade até hoje na história dos EUA, uma inspiração para novos coletivos, provando que seria possível construir este tipo de movimentos.

Ásia

Na Índia destaca-se Karnataka Sex Workers Union (KSWU), que nasceu em 2006 e que desde o princípio se propôs a cobrir uma série de necessidades laborais, como a baixa por doença, desemprego, reforma, apoio legal, para além do trabalho de negociação coletiva enquanto sindicato, bem como o funcionamento ativista pró-direitos no sentido da consciencialização social¹⁵³. No entanto, até ao momento, o Sindicato não conseguiu ser formalmente reconhecido, com o argumento de que o trabalho sexual também não é reconhecido no país¹⁵⁴. A experiência do Sindicato KSWU marcou, de todo modo, um importante passo na conquista de reconhecimento coletivo e pessoal. Estudos revelam como este caso de sindicalização, por exemplo, teve um papel relevante na redução do sentido de culpa ou vergonha em exercer trabalho sexual e como a união e reivindicação do termo «trabalhadora» contribuiu para incrementar a confiança e orgulho tanto pessoal como coletivamente¹⁵⁵.

Sobressai-se ainda o Cambodian Prostitute Union (CPU), criado no Camboja em 1998, criado por TS contra condições laborais abusivas. No mesmo país originou-se em 2000 o Women's Network for Unity (WNU) que pretende sindicalizar e empoderar TS. Por último, na Coreia do Sul, sublinho o National Female Workers' Association, que emergiu no

¹⁵² Cf. Gall, G. (2006). *Sex Worker Union Organising. op. cit.*, 65-79 e Gall, G. (2016). *Sex Worker Unionization. op. cit.*, 31-46.

¹⁵³ Gall, G. (2016). *Sex Worker Unionization. op. cit.*, 150.

¹⁵⁴ *Ibidem*, 151.

¹⁵⁵ Panchanadeswaran, S.; Vijayakumar, G.; Chacko, S. & Bhanot, A. (2016), «Unionizing Sex Workers: The Karnataka Experience». Em *Studies in Law, Politics, and Society*. Vol. 71. Special Issue: Problematizing Prostitution: Critical Research and Scholarship. Emerald Group Publishing Limited, pp. 139-156. DOI: <https://doi.org/10.1108/S1059-433720160000071007>, 154.

autodenominado Sindicato Democratic Coalition of Sex Workers (DCSW), chegando a alcançar negociação coletiva de salários com empresáries¹⁵⁶.

Europa

Começo por analisar dois países que têm o modelo regulamentar: Alemanha e Países Baixos. Em 2002 o Sindicato Ver.di, Unified Service Sector Union, da Alemanha, começou a mobilizar-se no sentido de integrar TS. No entanto, este processo teve um alcance relativamente limitado devido, essencialmente, à relutância dos trabalhadores em aderir, ao facto de muitos trabalharem por conta própria ou de serem migrantes em situação irregular. Uma situação relativamente similar verificou-se nos Países Baixos, com a Red Threat, que se formou em 1984. Nos finais dos anos 1990 decidiu constituir-se como Sindicato – Red Threat Union (Rtu) e contou, inclusive, com o apoio da Federation of Netherlands Trade Unions (FNV). Contudo, o Sindicato enfrentou as mesmas dificuldades que o Ver.di. Neste momento, ambos têm uma base e um alcance residual, fundamentalmente por falta de estrutura social e económica. Apesar de cada caso e cada Sindicato ter atravessado as suas vicissitudes específicas, é de salientar que trespassaram um momento de desilusão face ao modelo regulamentar, já que houve um período de maiores expectativas sobre a possibilidade de direitos coletivos a conquistar¹⁵⁷.

No Reino Unido, nasce em 2000, o International Union of Sex Workers (IUSW), que viria posteriormente, em 2002 a ser integrado no Sindicato GMB¹⁵⁸. Ao ser integrado o coletivo dentro do Sindicato, o IUSW conseguiu assegurar o direito de sindicalização a TS e o reconhecimento laboral da atividade¹⁵⁹, embora algumas áreas do trabalho sexual não estejam legalmente reconhecidas no Reino Unido¹⁶⁰. O Sindicato atua principalmente nas áreas de apoio jurídico e representação, bem como algumas tentativas de negociação coletiva¹⁶¹.

¹⁵⁶ Gall, G. (2006). *Sex Worker Union Organising. op. cit.*, 155.

¹⁵⁷ Gall, G. (2016). *Sex Worker Unionization, op. cit.*, 96-114.

¹⁵⁸ Lopes, A. (2006). «Sex workers in the Labour Movement». Em Campbell, R. & O’Neil, M. (Eds.). *Sex Work Now*. Cullompton: Willan, 276.

¹⁵⁹ Cf. *Ibidem*, 279.

¹⁶⁰ Exercer trabalho sexual em si não é proibido, mas várias atividades à volta do trabalho sexual, sim – tal como o lenocínio, incentivar a exercer na área ou provocar distúrbios ou destabilizar a «decência» pública (que pode ter uma interpretação extremamente abrangente), entre outros. Cf. Casciani, D. (19/11/2008). «Q&A: UK Prostitution Laws». Em *BBC News Channel*. <http://news.bbc.co.uk/1/hi/uk/7736436.stm>. [Recuperado a 17/08/2021]

¹⁶¹ Lopes, A. (2006). «Sex workers in the Labour Movement», *op. cit.*, 282.

Em 2009 formou-se em França o Syndicat du Travail Sexuel – STRASS, que procura, por um lado, combater ativamente o contínuo processo de criminalização do trabalho sexual no país. Por outro lado, também trabalha no sentido de prestar assistência a TS, dando apoio contra situações de violência pessoal ou institucional, assessoria jurídica, entre outros¹⁶². É ainda de salientar, na Suíça, o Syndicat des Travailleuses et des Travailleurs du Sexe (STTS), formado em 2012¹⁶³.

Oceânia

Em 2005 formou-se em Sidney o Sex Workers' Union (SWU). Em 2008 estruturou-se no sentido de expandir o movimento e criar o Sindicato Nacional, formando parte do Scarlet Alliance, uma relevante, desenvolvida e sólida associação de TS do país. Em termos de longevidade é ainda superada pela New Zealand Prostitutes' Collective (NZPC), que foi formada em 1987. Contudo, apesar da influência que poderão ter as associações, não conseguiram adquirir formalmente o formato de Sindicato. No caso do SWU, este não conseguiu progredir como Sindicato, após a Scarlet Alliance ter-se desvinculado do projeto¹⁶⁴.

*

Tendo em conta esta breve síntese sobre algumas das principais experiências do mundo ao nível da sindicalização de TS, é possível afirmar que ao longo das últimas décadas encontramos vários casos de organização coletiva laboral em torno da defesa dos direitos dos trabalhadores que exercem na área do trabalho sexual. Estes foram apenas, como mencionei anteriormente, alguns dos muitos casos a destacar. Uma grande maioria de movimentos e coletivos, com maior ou menor grau de reconhecimento formal, não reúnem as características para serem considerados ou elegíveis a sindicato e que, por esse mesmo motivo, não foram aqui referidos, mas que marcam também uma enorme importância, impacto e valor.

¹⁶² Gall, G. (2016). *Sex Worker Unionization. op. cit.*, 134-136.

¹⁶³ *Ibidem*, 138.

¹⁶⁴ *Ibidem*, 79-95.

2.2.3 O desencanto

Partindo de algumas experiências ativistas anteriormente analisadas, é possível encontrar a evidência da autonomia, independência e auto-organização dos TS, bem como a sua manifesta necessidade de reconhecimento laboral, social e económico. Por outro lado, é sublinhado o carácter frequentemente efémero e frágil destas experiências coletivas¹⁶⁵. Os casos de sindicalização do mundo do trabalho sexual são percecionados como tendencialmente enfraquecidos, seja pela pouca durabilidade ou pela falta de recursos humanos e materiais¹⁶⁶.

Recuando um pouco para uma análise geral dos sindicatos, é necessário mencionar como estes movimentos operários, potentes e enérgicos no século XX têm, progressivamente, perdido a sua capacidade de influência, bem como nível de confiança geral da população¹⁶⁷. Poderia resumir a dificuldade dos sindicatos em revitalizar-se, fundamentalmente, nos seguintes fatores: a) incapacidade de resposta dos sindicatos face às novas formas de trabalho fluído, altamente precarizado e atomizado no pós-fordismo; b) crescente burocratização do funcionamento dos sindicatos; c) falta de horizontalidade, representatividade e democracia interna; d) resistência à renovação de lideranças e quadros; e) dificuldade de contacto com bases e verticalidade; f) discurso hegemónico contra os sindicatos promovido pelos media e instituições¹⁶⁸. Mas a própria precariedade, inerentemente associada à produção pós-fordista, tende a aumentar o processo de desilusão social e, como consequência, reduzir os níveis de participação cívica, associativa e política. As características da atomização do trabalho e do desgaste psicológico associados a estas novas – já não tão novas – formas de trabalho levam à gestão da frustração e do cansaço de maneiras individualizadas, o que também bloqueia a organização coletiva e sindical¹⁶⁹.

¹⁶⁵ Cf. Mathieu, L. (2003). «The emergence and uncertain outcomes of prostitutes' social movements». Em *European Journal of Women's Studies*, 10(1), 29-50; Lopes, A. (2006). «Sex workers in the Labour Movement», *op. cit.*; Gall, G. (2006). *Sex Worker Union Organising. op. cit.*; Panchanadeswaran, S; Vijayakumar, G.; Chacko, S. & Bhanot, A. (2016), «Unionizing Sex Workers: The Karnataka Experience»; Gall, G. (2016). *Sex Worker Unionization. op. cit.*

¹⁶⁶ *Ibidem*.

¹⁶⁷ Cf. Baylos, A. (2012). *¿Para qué sirve un Sindicato? Op. cit.* e Estanque, E. (2009). «Sindicalismo e movimentos sociais: ação coletiva e regulação social no contexto europeu e português», *op. cit.*, 55-67.

¹⁶⁸ Estanque, E. (2009). «Sindicalismo e movimentos sociais: ação coletiva e regulação social no contexto europeu e português», *op. cit.*, 81; Baylos, A. (2012). *¿Para qué sirve un Sindicato?, op. cit.*, 15-19; Roca Martínez, B. (2013). *Contrapoder sindical: Etnografía, crítica e investigación aplicada en las organizaciones sindicales*. Madrid: Fundación Anselmo Lorenzo, 9-10.

¹⁶⁹ Estanque, E. (2009). «Sindicalismo e movimentos sociais: ação coletiva e regulação social no contexto europeu e português», *op. cit.*, 59.

É ainda de ressaltar que especificamente no caso da sindicalização espanhola, vários autores¹⁷⁰ expõem como a transição da ditadura franquista para um modelo democrático – ao contrário de Portugal, que viveu a Revolução dos Cravos – implicou uma série de limitações no sentido das conquistas de direitos, liberdades e garantias. A transição espanhola requereu, portanto, um atenuar das lutas operárias, assim como que as reivindicações laborais se moderassem e, no sentido de limitar este tipo de organizações, deu origem ao Sindicalismo de Estado. Esta institucionalização do movimento foi pensada, precisamente, no sentido de concretizar uma estrutura vertical, burocratizar o coletivo e, conseqüentemente, conter os movimentos de trabalhadoras¹⁷¹. Considero, por isso, que historicamente os movimentos e conquistas de trabalhadoras do Estado Espanhol se viram prejudicadas com a afirmação do sindicalismo institucional. Ainda que seja um país que conta, factualmente, com sindicatos com uma longa e influente trajetória, o processo de democratização implicou – de certa maneira, paradoxalmente - o desvanecer destes movimentos operários, tanto pelo seu paulatino comedimento, como pela conseqüente perda de apoio e credibilidade das bases.

No caso mais concreto da sindicalização do trabalho sexual, em termos gerais, passadas várias décadas desde as primeiras experiências de organização sindical neste âmbito laboral, é frequentemente apontado como estas experiências têm sido relativamente limitadas. Mas, sobretudo, importa refletir sobre o impacto ou longevidade moderada destas experiências coletivas. Segundo Gall¹⁷², a maioria dos casos em que os movimentos são considerados «Sindicatos», são-no incorretamente - em termos efetivos estes não têm o valor de Sindicato formalmente reconhecido, nem a capacidade de negociação coletiva¹⁷³. Nestes casos não se verifica, portanto, efetividade dos Sindicatos enquanto tal, focando a sua atuação essencialmente na qualidade de movimentos pró-direitos. Para o investigador, é surpreendente como se evidencia a fragilidade e efemeridade dos Sindicatos (independentemente do modelo da configuração de trabalho sexual vigente no país)¹⁷⁴.

Há vários argumentos basilares que ajudam a encontrar justificações para este fenómeno. O primeiro é o estigma, e como este gera uma resistência des TS em abdicar do

¹⁷⁰ Roca Martínez, B. (2013). *Contrapoder sindical*, op. cit., e Pérez Díaz, V. (1993). *La primacía de la sociedad civil. El proceso de formación de la España democrática*. Madrid: Alianza.

¹⁷¹ Roca Martínez, B. (2013). *Contrapoder sindical*, op. cit., 38, 60-62; Pérez Díaz, V.(1993). *La primacía de la sociedad civil*. op. cit., 80-283.

¹⁷² Gall, G. (2016). *Sex Worker Unionization*. op. cit., 142.

¹⁷³ Como é o caso dos coletivos de França, Hungria, Grécia, Suécia e Turquia, que não têm essa capacidade de negociação.

¹⁷⁴ *Ibidem*, 142.

anonimato. Não há muita propensão a trabalhadoras se associarem a este tipo de coletivos pelo receio de ganharem visibilidade e de serem identificadas¹⁷⁵. Mas também as próprias TS resistem em reconhecer que essa é a área laboral a que se dedicam, sobretudo se se dedicam a áreas como strippers, massagistas, operadoras telefônicas ou trabalho online, por exemplo. Por outro lado, muitas pessoas que se dedicam a esta área percebem-na como uma ocupação passageira, que não merece dedicação de tempo para esse nível de organização pelos direitos laborais¹⁷⁶. De resto, este é um fenómeno que tende a ocorrer frequentemente com vários tipos de trabalho mais precarizados, em que as pessoas que atravessam essas áreas têm uma propensão a não se organizarem, por assumirem que essa condição precária é momentânea. Tal, perpetua uma espiral de precariedade associada a estes trabalhos¹⁷⁷.

É importante notar como o estigma e marginalização associados à área têm o efeito de espelho e é interiorizado. Num contexto sociocultural onde as TS têm que enfrentar tantas contingências, inclusive lidar com os seus próprios estigmas, é necessário considerar como os esforços para o reconhecimento se multiplicam. Não se trata só de um sindicato que se organiza frente a uma entidade patronal, mas de um coletivo altamente marginalizado que enfrenta todos os estigmas de uma sociedade inteira incluindo, em última instância, o estigma das próprias pessoas que o constituem. Neste sentido, considero a falta de alianças com a comunidade, bem como falta de apoio económico, social e institucional, como alguns dos principais fatores que justificam a fragilidade destas organizações – requer muita força remar contra tantas marés.

Outro problema frequentemente frisado no que respeita à sindicalização das TS é o facto de condensar, na grande maioria dos casos, uma grande maioria de TS que exercem por conta própria e, portanto, com pouca tendência e poucos momentos propensos ao espírito coletivo. Na realidade, é uma área laboral altamente competitiva e individualizada e isso pode representar um forte entrave na organização sindical¹⁷⁸.

Por último, pouca disponibilidade e iniciativa, pouco tempo e menos formação académica são ainda outros fatores sublinhados associados a uma menor propensão à

¹⁷⁵Lopes, A. (2006). «Sex workers in the Labour Movement», *op. cit.*, 268.; Panchanadeswaran, S; Vijayakumar, G.; Chacko, S. & Bhanot, A. (2016), «Unionizing Sex Workers: The Karnataka Experience». *op. cit.*, 153; Mathieu, L. (2003). «The emergence and uncertain outcomes of prostitutes' social movements», *op. cit.*, 47.

¹⁷⁶ Lopes, A. (2006). «Sex workers in the Labour Movement», *op. cit.*, 285.

¹⁷⁷ *Ibidem*, 286.

Denote-se, no entanto, como recentes casos e lutas pela sindicalização de trabalhadoras de multinacionais como *Amazon* ou *Uber*, podem estar a representar uma viragem nesta análise e representar uma rearticulação dos Sindicatos no século XXI.

¹⁷⁸ Gall, G. (2016). *Sex Worker Unionization*. *op. cit.*, 2016: 132, 164-165.

organização laboral dentro do mundo do trabalho sexual¹⁷⁹. Simultaneamente, o fraco envolvimento é compensado pelo que Gregor Gall chama de «superativistas»¹⁸⁰, que dada a insuficiência e dispersão na constituição do coletivo, acabam por concentrar em si um excesso de esforço e de trabalho. A consequência deste excesso de trabalho repercute-se, frequentemente, numa personalização dos movimentos, enfraquecimento do envolvimento base e *burnout* des ativistes envolvidos¹⁸¹.

2.2.4 *Novos desafios, novas respostas*

A organização sindical no mundo do trabalho sexual é um tipo de organização com muitas peculiaridades e que ainda enfrenta muitos desafios pela frente. É um modelo que não permite identificar uma entidade patronal evidente na maioria dos casos – e, sobretudo, se for uma organização com alguma extensão geográfica. Pode encontrar-se o caso de ausência de local de trabalho, de entidade patronal e de contrato laboral. São imensas as adversidades e também os desafios. Sob outra perspetiva, é substancial retirar desta análise como os sindicatos de TS assumem um papel relevante no que respeita ao autocuidado, à criação de vínculos entre companheiros, na consciencialização social, nos cuidados de saúde e uma série de outras atividades relevantes.

Da mesma maneira como vimos anteriormente que as emoções, afetos e intimidade estão intrinsecamente vinculados à produção capitalista pós-fordista, Kate Hardy e Katie Cruz¹⁸², baseando-se num estudo sobre o sindicato argentino Ammar, supramencionado, argumentam que estes também entram na equação quando consideramos a organização coletiva. O «affective turn»¹⁸³ não teve, portanto, só impacto nos modelos de produção capitalista, mas também nos modelos de organização coletiva no pós-fordismo. E tem, necessariamente, que ter impacto também nas leituras e análises antropológicas¹⁸⁴. Como sugere Rosaldo¹⁸⁵, nem o pensamento existe isolado da vida afetiva, nem o afeto existe

¹⁷⁹ *Ibidem*, 163. Mathieu, L. (2003). «The emergence and uncertain outcomes of prostitutes' social movements», *op. cit.*; Panchanadeswaran, S; Vijayakumar, G.; Chacko, S. & Bhanot, A. (2016), «Unionizing Sex Workers: The Karnataka Experience», *op. cit.*, 15.

¹⁸⁰ Gall, G. (2016). *Sex Worker Unionization. op. cit.*, 163.

¹⁸¹ *Ibidem*, 163.

¹⁸² Hardy, K. & Cruz, K. (2019). «Affective Organizing: Collectivizing Informal Sex Workers in an Intimate Union». *op. cit.*

¹⁸³ Veja-se, por exemplo: Clough, P. & Halley, J. (2007). *The affective turn: Theorizing the social*. Durham, NC: Duke University Press.

¹⁸⁴ Cf. Rosaldo, M. (2019). «Em direção a uma antropologia do self e do sentimento», *op. cit.* e Lutz, C. & White, G. (1986). «The Anthropology of Emotions», *op. cit.*

¹⁸⁵ Cf. Rosaldo, M. (2019). «Em direção a uma antropologia do self e do sentimento». *op. cit.*

separado do pensamento e ambos também atuam de maneira situada, já que refletem, em parte, o contexto cultural. Para a antropóloga, os afetos são interpretações informadas culturalmente, através das quais também se apreende como o corpo e a identidade estão envolvidos neste processo¹⁸⁶. Tanto os afetos como as emoções são um aspeto fundamental em todas as dimensões da nossa vida, estando também embebidos em significados culturais, juntamente com contextos históricos¹⁸⁷. Mas para além da mediação sociocultural, Sara Ahmed salienta como estas são móveis e voláteis, e nas suas expressões revelam também como o sujeito aparece e se expõe num mundo onde circulam simultaneamente uma multiplicidade de outros afetos e de emoções¹⁸⁸.

Ora, o peso de todos estes aspetos parece ser considerado nestas novas formas de movimentos sociais feministas. Neste tipo de organizações de TS, como é o caso da Ammar, há uma tendência em desenvolver um tipo de união mais íntima, bem como uma identidade coletiva alicerçada na consciência de classe. Através da cooperação, dos afetos e do humor, juntamente com a rejeição do individualismo e da competição, as autoras desta investigação afirmam que Ammar teve sucesso na superação do estigma e vergonha (incluindo a internalizada), e conseguiu promover a legitimidade e afirmação do trabalho sexual como uma forma de trabalho¹⁸⁹. Entende-se, assim, que estes modelos de organização coletiva partem das características dos novos movimentos sociais: «(1) redes informais, baseadas (2) na partilha de crenças e na solidariedade, que se mobilizam (3) sobre assuntos que geram conflito, através (4) do uso frequente de várias formas de protesto»¹⁹⁰. Mas para além do mais, considero que nos coletivos de TS aqui considerados sobressai, particularmente, a questão dos cuidados, que têm um impacto determinante na melhoria da qualidade de vida das pessoas que integram estes grupos, contribuindo para a melhoria da autoestima, estabilidade emocional e psicológica e combate à marginalização social.

Estes modelos de organização podem adquirir, portanto, uma figura híbrida de sindicalismo¹⁹¹ ou sindicalismo como movimento social¹⁹². Algumas características que

¹⁸⁶ *Ibidem*, 36.

¹⁸⁷ Lutz, C.; White, G. (1986). «The Anthropology of Emotions». *op. cit.*

¹⁸⁸ Ahmed, S. (2014). «Affect/Emotion: Orientation Matters. A conversation between Sigrid Schmitz and Sara Ahmed». Entrevistada por Sigrid Schmitz. Em *Freiburger Zeitschrift für GeschlechterStudien* 20/2: 98.

¹⁸⁹ Hardy, K. & Cruz, K. (2019). «Affective Organizing: Collectivizing Informal Sex Workers in an Intimate Union», *op. cit.*, 256.

¹⁹⁰ Della Porta, D. & Diani, M. (1999). *Social Movements: An Introduction*. *op. cit.*, 16. Tradução própria.

¹⁹¹ Gall, G. (2016). *Sex Worker Unionization. Global Developments, Challenges and Possibilities*. *op. cit.*, 4.

¹⁹² Estanque, E. (2009). «Sindicalismo e movimentos sociais: ação coletiva e regulação social no contexto europeu e português», *op. cit.*, 57.

definem estes novos ou renovados modelos de sindicalização e que se reveem nalguns dos sindicatos de TS anteriormente considerados seriam a) a defesa da democracia direta e b) intervenção mais ativa e horizontal dentro da própria estrutura sindical, c) ativismo associado ao autoempoderamento, d) trabalho de consciencialização para outros problemas mais amplos de classe, e) reivindicação de interesses coletivos mas também f) afirmação identitária, assim como g) organização no combate de lutas mais gerais contra opressões¹⁹³. Acrescentaria, neste sentido, ainda a alínea h): cuidados, intimidade e afetos como vetor de união, bem-estar e política ativista.

A sindicalização des TS é um fenómeno, como disse inicialmente, relativamente pouco estudado. Seria então de pensar que existem poucos casos reais que sustentem o seu estudo. Da mesma maneira, investigadores afirmam uma tendência de fragilidade e efemeridade destes coletivos. Após esta breve análise neste capítulo, sugiro uma releitura, uma nova lente de análise do percurso de organização coletiva e sindicalização des TS. Se os Sindicatos têm conseguido constituir-se com uma imensa força e conquistado as suas reivindicações? Não, é um caminho que se constrói. Mas há um outro ponto relevante que considero que fica evidente após esta análise: independentemente de todas e tantas as adversidades, contingências e limitações que atravessam ês TS, há uma indubitável força e ambição de organização, união e reconhecimento. Um retrato desta realidade é que nos vários países encontramos várias experiências de coletivos que nascem, com maior ou menor sucesso, que procuram conquistar direitos. Alguns conseguem persistir até hoje. Dos movimentos que se esmorecem, não se apaga a energia de aprender com essas experiências, não se apaga a iniciativa de continuar a criar coletivos e não se apaga a ousadia de reinventar a união.

Neste capítulo analisei algumas questões base que são consideradas nesta investigação: o controlo dos corpos, a emergência da sexopolítica no contexto de produção pós-fordista, como se produzem a liminaridade e as margens, o debate do trabalho no trabalho sexual e os trajetos, desafios e respostas na sindicalização. Uma vez dado este contexto teórico, vejamos, então, como se situa o quadro legal do trabalho sexual no mundo, o contexto específico do caso espanhol e o trajeto que percorreu o Sindicato do estudo de caso desta investigação, o Sindicato OTRAS.

¹⁹³ Cf. *Ibidem*, 57.

III . PERCURSOS, DERROTAS E CONQUISTAS

3.1 Configuração do trabalho sexual e modelos de legislação

A evolução do debate em torno dos possíveis marcos legais dentro do trabalho sexual permite conhecer vários quadros contemporâneos que considero merecerem uma breve reflexão como forma de contextualização sobre o panorama geral. Embora não exista um consenso claro sobre os vários panoramas a destacar, optei por considerar, após uma leitura comparativa de várias perspectivas, que os pontos que em seguida indico são os que sintetizam, de maneira mais inequívoca e útil a análise.

3.1.1 Modelo abolicionista

Seguindo este modelo, o trabalho sexual na sua generalidade não está proibido, tanto em locais privados (casas, hotéis, clubes, pubs, etc.) como nas ruas. O Estado tolera estas práticas sem intervenção e ês TS não são perseguides nem punidos (teoricamente), mas o aproveitamento económico de terceiros - lenocínio - é criminalizado. As restantes práticas dependerão, naturalmente, do quadro legal de cada Estado ou região a considerar, mas geralmente não se encontram nem no quadro da legalidade, nem no da ilegalidade, mas antes da ausência de enquadramento legal, isto é, situa-se num certo limbo jurídico que, face à sua não proibição, pode ser praticado¹⁹⁴. Assim, nestes casos, o trabalho sexual exercido de forma voluntária, livre e autonomamente, sem a intervenção de terceiros e por maiores de 18 anos, pode ocorrer dentro da lei. Este modelo também é percecionado como classicamente oposto ao regulamentarista, sobre o qual discorrerei em seguida.

O modelo do abolicionismo clássico tem como objetivo erradicar progressivamente o trabalho sexual, mas entende que o percurso será traçado no sentido de prestar apoio a TS para encontrar outras saídas profissionais, sendo que a via punitiva não deverá ser o caminho a adotar. Criminalizado será então o lenocínio e, portanto, atividades organizadas neste sentido são proibidas e punidas¹⁹⁵. Exemplos deste modelo são países como Portugal e Espanha. Nas

¹⁹⁴ Heim, D. (2011). «Prostitución y derechos humanos». Em *Cuadernos electrónicos de Filosofía del Derecho* 234-251. <https://ojs.uv.es/index.php/CEFD/article/view/716/472>.

¹⁹⁵ Flor, A. (21/09/2018). «Deve ser legal? Conferência junta ex-prostitutas em Lisboa». Em *Público*. <https://www.publico.pt/2018/09/21/sociedade/noticia/prostituicao-modelo-nordico-entrevista-sabrina-valisce-1844745>. [Recuperado a 14/08/2021].

seguintes páginas desenvolverei mais extensivamente sobre a aplicação deste modelo no contexto político considerado nesta investigação, o Estado Espanhol.

Resta sublinhar que o termo «abolicionismo», conceito que marca uma direção muito forte e vincada, tanto em termos teóricos como práticos, parece distanciar-se dos objetivos que o regem. Seria relevante refletir, neste sentido, que distancia e que pontos em comum encontramos entre o abolicionismo e o *status quo*. Porque determinadas práticas não entram no âmbito da lei, não significa que sejam abolíveis. Por outro lado, uma análise compreensiva sobre as políticas sociais e legais dos países que dizem seguir esta linha abolicionista revelam, na verdade, tomar ações flutuantes sem provas de êxito na «abolição», mas sim na produção de margens, exclusão e silenciamento. Seguirei utilizando, portanto, o termo «abolicionismo» e «neo-abolicionismo» como referência aos conceitos bases autodenominados por estes movimentos e tendências de ações político-legais. Mantenho, no entanto, estas considerações críticas subjacentes ao uso do conceito.

3.1.2 Modelo regulamentarista

Este modelo surge no século XVIII em França¹⁹⁶, motivado sobretudo pela preocupação higienista liberal de preservar a saúde pública – argumento que revestiu uma tendência moralizante¹⁹⁷. Neste modelo o trabalho sexual é, portanto, aceite de forma regulada, de modo que seja possível assegurar um determinado nível de controlo (limitação de espaços, cumprimento de normas de higiene, localização e controlo de possíveis contágios, etc.)¹⁹⁸.

Atualmente, considera-se que um Estado pertence a esta modalidade quando o trabalho sexual está previsto dentro de legislação. São conhecidos alguns países neste âmbito, como os Países Baixos (desde 2000, que levou a uma progressiva aplicação das leis) e Alemanha (desde 2002, que marcou uma rutura com plano abolicionista para o regulamentar). Nestes modelos, pode ocorrer que ês trabalhadores devam estar registados nalguma plataforma e sujeites a um determinado nível de controlo médico. TS podem trabalhar por conta própria ou através de um sistema de pertença a um negócio. A prática do trabalho sexual regulada está associada a um local – um clube, uma casa, etc., não podendo ser exercido na rua. De acordo com a legislação penal dos países supramencionados, é possível o vínculo laboral dentro destas duas

¹⁹⁶ Note-se, no entanto, que França enquadra-se na contemporaneidade num modelo fortemente abolicionista.

¹⁹⁷ O discurso higienista aparece diretamente relacionado com a ascensão da moral da ideologia burguesa à época (Cf. Foucault, M. (1994). *História da Sexualidade I. op. cit.*).

¹⁹⁸ Boza Moreno, E. (2017). *Sobre la prostitución. Un análisis desde la Política Criminal y la necesidad de su legalización*. [Tese doutoral de doutoramento, Universidade de Pablo Olavide, Sevilha], 74-81.

modalidades, mantendo-se bastante claras as sanções no que concerne ao tráfico e exploração sexual. Ademais, fica explícito, que tanto «empregadores» como clientes, não podem exigir a trabalhadoras a prestação de um serviço que este não deseje realizar e, bem assim, é reservado o «direito a admissão».¹⁹⁹

Com este modelo, os Estados pretendem, por um lado, através do reconhecimento do trabalho sexual enquanto prática voluntária e consentida, adquirir ferramentas para detetar e punir casos de tráfico e exploração sexual. Por outro lado, pretende-se também a melhora da posição jurídica, legal e social dos TS. E, finalmente, facilitar o apoio e assegurar condições para quem pretenda abandonar esta prática laboral.

Contudo, é um modelo alvo de algumas críticas e reflexões. Segundo Raj Redlich, dificulta o exercício cooperativo, uma vez que confere o poder a empresárias que tenham a capacidade económico-social de satisfazer os requerimentos legalmente impostos para a obtenção de licenças, instalações com os critérios exigidos e restantes normas. Consiste num modelo altamente liberalizado, que tende a não beneficiar pequenos trabalhadores, nem trabalhadores autónomos ou autorganizados. Consequentemente, este modelo favorece a que TS tenham uma relação de dependência com grandes indústrias na área ou, em alternativa, se mantenham na área de maneira ilegal, sem aceder aos direitos laborais e alvos de perseguição legal²⁰⁰.

3.1.3 Modelo proibicionista

Nesta modalidade encontramos os Estados que têm proibido o trabalho sexual em várias das suas vertentes, condenando todas as pessoas implicadas nestas atividades, incluindo clientes. Poucos países declaram abertamente seguir este modelo, sendo dele exemplo alguns estados dos Estados Unidos da América²⁰¹, a Rússia²⁰² e outrora a Irlanda²⁰³, que atravessa uma possível transição.

¹⁹⁹ Cf. *Ibidem*, 221-246.

²⁰⁰ Cf. Redlich, R. (2019). «¿En qué consiste el modelo proderechos en prostitución?». Em *Ctxt, Contexto y acción*. <https://ctxt.es/es/20191106/Politica/29352/Raj-Redlich-prostitucion-regulacion-proderechos-abolicion.htm>

²⁰¹ Nos E.U.A. em todos os estados com exceção de alguns condados de Nevada, o trabalho sexual é ilegal. Na maioria, tanto clientes como trabalhadoras são igualmente punidos por lei. Em Delaware e Minesotta, as penas são especialmente pesadas para os TS. Cf. ProCon.org (05/04/2018). «US Federal and State Prostitution Laws and Related Punishments». Em *Britannica ProCon.org*. <https://prostitution.procon.org/us-federal-and-state-prostitution-laws-and-related-punishments/>. [Recuperado a 02/07/2021].

²⁰² Flor, A. (2018). «Deve ser legal? Conferência junta ex-prostitutas em Lisboa». *op. cit.*

²⁰³ A Irlanda é um dos poucos países da Europa que está associado a este modelo. Contudo, apesar de seguir em grande parte as linhas deste modelo, é cada vez menos evidente ou consensual que esta seja efetivamente

Apesar de este tipo de legislação pretender direta e necessariamente erradicar a prática de trabalho sexual, não foram encontradas evidências de que estas medidas tenham eficácia. Estudos revelam que a criminalização do trabalho sexual tem um impacto mais severo em TS, principalmente em população *queer*, racializada e imigrantes²⁰⁴. Para além do mais, é sublinhada a perda capacidade de detetar e parar a redes de trafico e exploração sexual. Este modelo é sobretudo criticado por não ser eficaz em nenhuma medida preventiva, e pelos efeitos nocivos da sua política altamente punitiva.

3.1.4 Modelo neo-abolicionista

Modelo relativamente recente, que surge nos finais dos anos 1990 - também conhecido como modelo nórdico, já que a Suécia surge como o exemplo deste modelo. O país proibiu o acesso a estes serviços em 1999, com a Lei de Compra de Serviços Sexuais («Sexköpslag»)²⁰⁵. O que este modelo introduz de diferente é que além de criminalizar e punir quem lucre com o lenocínio, também pune clientes, mas não ês TS – que são encaradas, fundamentalmente, como vítimas. A ideia é procurar erradicar a existência de clientes, como maneira de extinguir o trabalho sexual. Os serviços sexuais são percecionados como violência de género, não havendo distinção entre trabalho sexual forçado de voluntário, e considera a «prostituição»²⁰⁶ e o tráfico inseparáveis²⁰⁷. Nesta matéria, investiu-se fortemente em políticas de «reintegração social» de modo a apoiar a TS a serem profissionalmente integradas noutras áreas. A proposta deste modelo estendeu-se a países como a Noruega, a Islândia ou a França.

A Suécia congratula-se pelo sucesso do modelo, sobretudo na redução do número de casos de tráfico sexual. Relatórios do Estado Sueco²⁰⁸ afirmam que o exercício do trabalho sexual na rua diminuiu, bem como a procura por parte de clientes. Também é declarado que reduziram os números de exploração e tráfico sexual. Os resultados e os efeitos desta política,

proibicionista, já que tem vindo a trabalhar no sentido de reduzir as políticas punitivas a TS, estando atualmente numa possível transição para a linha neo-abolicionista.

²⁰⁴ American Civil Liberties Union (2020). «Is Sex Work Decriminalization the Answer? What the Research Tells Us». Em *ACLU Research Brief: Why Decriminalize Sex Work?*
https://www.aclu.org/sites/default/files/field_document/aclu_sex_work_decrim_research_brief.pdf.

²⁰⁵ Heim, D. & Monfort Soria, N. (2004). «Prostitución y políticas públicas: análisis y perspectivas de un conflicto histórico. Especial referencia a la situación en los Países Bajos y Suecia». Em *Revista Catalana de Seguretat Pública*, Núm. 15, 115-125. <https://raco.cat/index.php/RCSP/article/view/130849>.

²⁰⁶ Usarei sempre este termo com recurso às aspas, já que não é um conceito que subscreva, mas sim aqui utilizado com alusão à forma como é mencionado neste caso.

²⁰⁷ Flor, A. (2018). «Deve ser legal? Conferência junta ex-prostitutas em Lisboa». *op. cit.*

²⁰⁸ Swedish Institute (2010). *Selected extracts of the Swedish government report SOU 2010:49: —The Ban against the Purchase of Sexual Services. An evaluation 1999-2008*. Swedish Government Institute <https://www.government.se/contentassets/8f0c2ccaa84e455f8bd2b7e9c557ff3e/english-translation-of-chapter-4-and-5-in-sou-2010-49.pdf>.

contudo, não são claros. Primeiro, porque antes de 1999 não havia suficientes estudos sobre o assunto. Por outro lado, com a ilegalização torna-se, naturalmente, árduo realizar estudos verosímeis se pretendemos levantar dados que não existem ou que são extremamente difíceis de obter.

As principais críticas lançadas ao relatório publicado assentam, sobretudo, na falta de rigor científico: não há provas que o número de clientes ou de pessoas a exercer trabalho sexual tenha baixado, bem como dos valores associados ao tráfico ou exploração²⁰⁹. Encontramos, por isso, investigadores que afirmam que embora o trabalho sexual de rua tenha diminuído, trata-se uma camuflagem, já que este se adaptou a outros modelos – como o trabalho em espaços fechados. É também denunciado como as condições de vida dos TS pioraram, bem como a estigmatização, a falta de apoio das autoridades e das instituições^{210 211}. Vários grupos de TS consideram que este modelo é prejudicialmente, dado que se repercute numa redução dos rendimentos, coloca-as em maior risco e sem alternativas viáveis²¹².

3.1.5 Modelo descriminalização pró-direitos

A perspectiva pró-direitos entende que os direitos laborais devem ser reconhecidos para a TS. O debate sobre o trabalho sexual deve afastar-se da moralidade e centrar-se no reconhecimento e na defesa dos trabalhadores. São estabelecidas condições fundamentais para exercer o trabalho, tal como ser exercido de maneira voluntária, autónoma e consentida. É então considerado que o problema real é a falta de reconhecimento e a falta de proteção²¹³.

O passo prioritário será então o reconhecimento da capacidade de agência dos trabalhadores, sem lógicas paternalistas ou moralistas. Para este modelo, o objetivo é eliminar normas que proíbam ou criminalizem qualquer tipo de trabalho sexual, incluindo leis neo-abolicionistas que criminalizem clientes, dado que reproduzem o estigma, contribuem em processos de clandestinização e expõem TS a piores condições de trabalho e menores rendimentos. O modelo pró-direitos difere do regulamentarista, como é o caso dos Países Baixos ou da Alemanha, já que estes legalizam o trabalho sexual, mas não necessariamente no

²⁰⁹ Dodillet, S. & Östergren, P. (3-4/03/2011). *The Swedish Sex Purchase Act: Claimed Success and Documented Effects*. International Conference Workshop: Decriminalizing Prostitution and Beyond: Practical Experiences and Challenges. Haia, Países Baixos. Em <http://www.petraostergren.com/upl/files/54259.pdf>

²¹⁰ *Ibidem*.

²¹¹ Gimeno, B. (2012). *La prostitución. Aportaciones para un debate abierto*. Barcelona: Bellaterra, 280-282.

²¹² Burnett, S. (14/04/2021). «Is a ban on buying sex work effective? Sex workers say 'no'». Em DW. <https://www.dw.com/en/france-ban-prostitution-sex-workers-threat/a-57198238>. [Recuperado a 02/09/2021].

²¹³ Redlich, R. (2019). «¿En qué consiste el modelo proderechos en prostitución?», *op. cit.*

sentido de reconhecer a perspectiva pró-direitos, associada aos direitos sociais-laborais e de direitos especialmente focados nos TS.

Uma das referências no movimento pró-direitos é o modelo neozelandês. Este modelo conceptualiza, em termos latos, que as pessoas trabalhadoras do sexo são trabalhadoras que devem ter todos os seus direitos laborais e sociais devidamente reconhecidos. Este modelo de despenalização pretende salvaguardar os direitos humanos dos TS e prevenir a exploração; promover o bem-estar social, saúde e segurança para trabalhadoras; assegurar a saúde pública e ainda proteger pessoas menores de 18 anos de estar associadas a este tipo de trabalho²¹⁴. O modelo da lei neozelandesa reconhece, como geralmente ocorre no caso dos países regulamentaristas, o direito à admissão. Pode dar-se o reconhecimento da relação laboral (empregador-empregada), mas isso não significa que o empregador possa, em caso algum, impor clientes ou práticas a trabalhadoras. Por outro lado, a lei neozelandesa, para além de impor regulamentações específicas a empregadoras, tem a particularidade de também facilitar a autoorganização de TS, tendo a liberdade de criar e organizar os seus próprios locais e pequenos negócios²¹⁵.

3.1.6 O caso espanhol

O Estado Espanhol enquadra-se no modelo abolicionista. Para além das leis vigentes, o atual Governo espanhol assume um caráter abertamente abolicionista e tem também adotado novas medidas e normas nesse sentido²¹⁶. A situação legal espanhola é a de não tipificar como delito o exercício de trabalho sexual, nem a contratação destes serviços. Por outro lado, também não foi aprovada nenhuma lei que explicitamente legalize o trabalho sexual²¹⁷. Ao não estar proibido nem permitido, entra, portanto, na chamada «norma geral de exclusão» - de acordo com o ordenamento jurídico espanhol, tudo o que não se encontra proibido, é lícito. Uma parte do trabalho sexual em Espanha carece, então, de legislação que a regule. Existem, no entanto, algumas normativas que regulam as práticas, nomeadamente o Código Penal e medidas de cada

²¹⁴ Cf. Ministry of Justice of New Zealand (27/06/2003). «Prostitution Reform Act 2003». Em *Parliamentary Counsel Office, New Zealand Legislation*.

<https://www.legislation.govt.nz/act/public/2003/0028/latest/whole.html%23whole#DLM197820>

²¹⁵ Redlich, R. (2019). «¿En qué consiste el modelo proderechos en prostitución?». *op. cit.*

²¹⁶ Cf. Público (08/07/2021). «El PSOE asegura tener listo un borrador para abolir la prostitución». Em *Público*. <https://www.publico.es/politica/feminismo-psoe-listo-borrador-abolir-prostitucion.html>. [Recuperado a 02/08/2021] e Castro, I. (16/10/2021). «El PSOE apuesta por una ley de abolición de la prostitución sin fijarse plazos». Em *El Diario*. https://www.eldiario.es/politica/psoe-apuesta-ley-abolicion-prostitucion-fijarse-plazos_1_8403626.html. [Recuperado a 17/10/2021].

²¹⁷ Cf. Código Penal. Ley Orgánica 10/1995, de 23 de noviembre de 1995 (Espanha). Publicado em «BOE» núm. 281, de 24/11/1995. <https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-1995-25444>.

Região Autónoma. Estas medidas locais proíbem, por exemplo, o exercício de trabalho sexual na rua, limitam áreas em que pode ocorrer, e toleram a sua ocorrência nos espaços fechados. Quando ocorre em espaços públicos, todas as pessoas envolvidas poderão ser sancionadas com multa. Algumas províncias da Catalunha, como Barcelona, Badalona, Castelldefels, Girona, Lleida e outras espanholas como Valência, Málaga ou Granada aprovaram decisões locais que sancionam o trabalho sexual de rua, tanto a TS como a clientes.

Anteriormente, proporcionar um local para o exercício do trabalho sexual, prática que não tem cobertura legal, não era considerado delito nas sucessivas reformas do Código Penal de 1995 e 2015. O que não estava e não está reconhecido, contudo, era a relação laboral entre TS e administradores desses estabelecimentos, bem como um vínculo laboral com clientes nesse tipo de práticas. Apesar de não existir essa vontade expressa em fontes legislativas do Estado Espanhol, é possível determinar através de casos jurídicos, nomeadamente sentenças de tribunais – como foi o caso da Sentença para a anulação dos estatutos do Sindicato OTRAS - que a prestação de serviços sexuais não pode ou não deve ser objeto de contrato por não se adequar «às práticas dos bons costumes»²¹⁸.

Por outro lado, surge muito recentemente a nova «Ley Orgánica de garantía integral de la libertad sexual»²¹⁹ (LOE), impulsionada pelo Ministério da Igualdade, conhecida como a lei de «só o sim é sim», que está atualmente a ser discutida e que promete trazer várias mudanças na defesa dos direitos das mulheres. Este novo Projeto de Lei, aprovado em Conselho de Ministros no dia 6 de julho de 2021, entre outras medidas, propõe que o silêncio ou a passividade deixem de pressupor consentimento para práticas sexuais; a eliminação da diferenciação entre abuso ou agressão sexual; assistência integral e o direito a reparação de todas as sobreviventes de violência sexual. Por último, introduz um novo ponto que terá um forte impacto sobre o trabalho sexual, que alega ser pela «perseguição à indústria proxeneta». Esta medida propõe-se a «perseguir toda a pessoa que forneça um imóvel ou local para favorecer a exploração sexual de outra pessoa». Não só essa pessoa será punida com pena de prisão como o local será encerrado²²⁰. A LOE tem sido, por isso, amplamente denunciada por

²¹⁸ Cf. Audiencia Nacional. Sala de lo Social. Sentença N. 174/2018. Ramón Gallo Llanos. 19/11/2018. Em *Poder Judicial*.

<https://www.poderjudicial.es/search/contenidos.action?action=contentpdf&database=AN&reference=8580902&links=sindicato%20OTRAS&optimize=20181122&publicinterface=true>, 7.

²¹⁹ Cf. La Moncloa (06/07/2021). «Proyecto de Ley Orgánica de garantía integral de la libertad sexual». Em *La Moncloa*. <https://www.lamoncloa.gob.es/consejodeministros/Paginas/enlaces/060721-enlace-libertad-sexual.aspx>. [Recuperado a 23/08/2021].

²²⁰ *Ibidem*.

TS e movimentos de TS, dado que será altamente prejudicial para trabalhadoras que se dedicam à área, porque não faz distinção entre tráfico sexual, lenocínio, ou associações de TS que funcionem de maneira autogerida, acabando por traduzir-se numa perseguição geral a TS de maneira indistinta, motivada pelas medidas abolicionistas do Governo²²¹.

Desde 2014 que o trabalho sexual é considerado no Produto Interno Bruto (PIB) do Estado Espanhol. A mudança no modelo de contabilizar a riqueza nacional teve a sua origem na petição do organismo europeu encarregado (o Sistema Europeu de Contas), de que todos os países deveriam passar a incluir nas suas contas o dinheiro que move o trabalho sexual, bem como outros tipos de «economia submergida»²²². Poderia considerar-se este um trabalho de maquiagem sobre a dívida pública, onde uma parte da economia e do trabalho não é reconhecida nem considerada em nenhum outro aspeto senão para a riqueza do país²²³. Um aspeto interessante ainda a considerar é o seguinte: se não há dados estatísticos reais e oficiais sobre o trabalho sexual, como pode então ser considerada a riqueza que o trabalho sexual pode produzir para o país? Para tal, são considerados dados da polícia, ONG, clubes de alterne e de coletivos pró-direitos, como é o caso do coletivo Hetaria²²⁴. De acordo com o artigo de *El Diario* supracitado, é ainda interessante ressaltar como, seguindo então estes dados estatísticos para calcular o PIB, estima-se que cerca de 600.000 pessoas exercem trabalho sexual em Espanha (de maneira voluntária). Várias notícias e estudos, sobretudo baseados em relatórios policiais afirmam que cerca de 80% - chegando estes dados até aos 95% - das pessoas na área não exercem trabalho sexual²²⁵, estando contra a sua vontade. Isso significaria que mais de 3.000.000 de pessoas em Espanha exercem trabalho sexual, e desses 3 milhões, mais de

²²¹ Medina Martín, R. (2020). «Solo sí es sí, pero dependiendo de quién y dónde». Em *Ctxt: Contexto y acción*. <https://ctxt.es/es/20201201/Firmas/34390/ley-de-libertad-sexual-trabajadoras-sexuales-terceria-locativa-rocio-medina.html>.

²²² Garaizabal, C. & Briz, M. (24/10/2014). «Prostitución: contabiliza en el PIB pero no se considera trabajo». Em *El Diario*. https://www.eldiario.es/opinion/zona-critica/prostitucion-contabiliza-pib-considera-trabajo_129_4561714.html. [Recuperado a 08/06/2020].

²²³ Cf. Requena Aguilar, A. (16/07/2014). «El nuevo PIB que quiere medir Europa: sin trabajo doméstico pero con prostitución y drogas». Em *El Diario*. https://www.eldiario.es/economia/pib-drogas-prostitucion-trabajo-domestico_1_4765600.html. [Recuperado a 08/06/2020].

²²⁴ O coletivo Hetaria nasceu em Madrid em 1995 como «coletivo em defesa dos direitos das prostitutas». Na página do coletivo, indicam «surgiu a necessidade de organizar-se para combater o estigma social que recai sobre «as prostitutas» e reivindicar os seus direitos, por exemplo, a trabalhar tranquilas, a organizar-se, a sindicalizar-se, a descontar para a Segurança Social; o apoio nas denúncias de agressão, de chantagens; a defesa coletiva frente a abusos de poder e, em geral, favorecer a sua auto-organização em defesa dos seus interesses como trabalhadoras.». Tradução própria. Coletivo Hetaria (n. d.). *Nosotras*. Em <https://colectivohetaira.org/nosotras/>.

²²⁵ Cf. ABC (18/09/2015). «Ocho de cada diez mujeres que ejercen la prostitución en España lo hacen contra su voluntad». Em *ABC*. <https://www.abc.es/sociedad/20150918/abci-mujeres-obligadas-prostitucion-201509181643.html> [Recuperado a 27/01/2021] e *La Opinión de Murcia* (23/09/2020). «Más del 80% de las mujeres prostituidas en España son víctimas de trata». Em *La Opinión de Murcia*. <https://www.laopiniondemurcia.es/comunidad/2020/09/23/80-mujeres-prostituidas-espana-son-33963931.html>. [Recuperado a 27/01/2021].

2.400.000 pessoas eram vítimas de tráfico sexual. Há um desfasamento claro e evidente em todos estes números, fundamentalmente nas estatísticas sobredimensionadas que pretendem denunciar o tráfico sexual, mas pouco representativas da realidade do trabalho sexual.

Um ano depois do trabalho sexual ser incluído no PIB do país, entrou em vigor a Lei de Proteção da Segurança Cidadã, Lei Orgânica 4/2015²²⁶, também conhecida como «Lei Mordaza». Esta lei teve um impacto relevante no trabalho sexual, porque prevê multas tanto para clientes como para TS que solicitem ou aceitem serviços sexuais em zonas de trânsito público ou nas proximidades de lugares frequentados por menores, como escolas ou parques. Neste sentido, é prevista a aplicação multas a TS, a partir do artigo 37.4, que persegue quem realize ou incite à realização de atos que atentem contra a liberdade ou segurança sexual, ou que realizem atos de exibição obscena. Vários relatórios e relatos têm indicado, no entanto, que a multa mais comumente aplicada costuma estar relacionada com desobediência e resistência à autoridade²²⁷.

Independentemente das lacunas, vazios ou inconstâncias legais que são possíveis evidenciar no que respeita ao panorama legal espanhol, é de sublinhar que existe um número elevado de associações, organizações ou coletivos relacionados com o trabalho sexual no país, algumas delas formalmente reconhecidas. Em 2001, foi fundada ANELA, «Asociación Nacional de Empresarios de Locales de Alterne», que representa mais de 200 clubes de alterne pelo país. Em 2003 formou-se *Aceca*, «La Associació catalana d'empreses de clubs de alterne», sediada em Barcelona, que une a 40 empresários donos de clubes de alterne.²²⁸ Em 2004, o Tribunal Supremo reconheceu a «Asociación Nacional de Empresarios Mesalina», depois de terem recorrido a tribunal, pelo facto de o Ministério do Trabalho não reconhecer a associação cuja atividade se enquadra na gestão de estabelecimentos que oferecem «productos e servicios» a pessoas «que exerçam alterne e prostituição por conta própria»²²⁹. Em 2005

²²⁶ Ley Orgánica 4/2015, de 30 de marzo de 2015, de protección de la seguridad ciudadana. Publicado em BOE «BOE» núm. 77, a 31 de marzo de 2015. <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-2015-3442>.

²²⁷ Borraz, M. (29/11/2016). «La Ley Mordaza, contra las prostitutas: "Somos multadas y criminalizadas"». Em *El Diario*. https://www.eldiario.es/sociedad/ley-mordaza-prostitutas-multadas-criminalizadas_1_3708625.html. [Recuperado a 08/06/2020]

²²⁸ García, T. (27/11/2018). «Los empresarios que se lucran con los clubes de alterne sí están organizados». Em *El Salto*. <https://www.elsaltodiario.com/trabajo-sexual/empresarios-lucran-clubes-alterne-patronales>. [Recuperado a 08/06/2020]

²²⁹ Lázaro, J. M. (27/12/2004). «El Supremo legaliza una asociación de locales de alterne y prostitución "por cuenta propia"». Em *El País*. https://elpais.com/diario/2004/12/27/sociedad/1104102009_850215.html. [Recuperado a 08/06/2020].

formou-se a *Cattelia*, uma associação de Madrid que integra mais de cem clubes. Em 2015 foi registada a ACAI, «Asociación de Clubs de Alterne de Ibiza»²³⁰.

Em 2014 constituiu-se, também em Ibiza, a primeira cooperativa de trabalhadoras sexuais chamada *Sealeer*. O conselho da Economia e Comércio das Ilhas Baleares entendeu que os serviços sexuais, enquanto atividade não regulada, não deveriam ser autorizadas. No entanto, a organização recorreu aos tribunais, tendo sido reconhecido o seu trabalho e imposta a sua inscrição, sendo deixada apenas a nota de que seriam vigiadas no sentido de assegurar-se de que não existiriam situações de coação. O recurso destas trabalhadoras sustentou-se nas decisões do Tribunal Supremo e, bem assim, na jurisprudência comunitária.

Em 2021, Evelin Rochel ganhou uma luta que travava desde 2017 contra o Club *Flowers*, onde exercia, apoiada pelo advogado Juan Jiménez Piernas – ambes entrevistades para este projeto. Foi um caso atípico e surpreendente em Espanha, já que o clube onde exercia foi obrigado a reconhecer a relação laboral de alterne e respetivos direitos e responsabilidades para com Evelin por decisão do Tribunal Supremo²³¹. Ressalto, contudo, que a relação laboral reconhecida foi a de alterne – com enquadramento legal no contexto espanhol – ainda que o seu trabalho implique, em termos práticos, funções que extravasam a realidade do trabalho de alterne, como é, de resto, geralmente o caso.

O limbo legal em que se encontra o trabalho sexual no país vizinho gera uma certa margem de negociação, resistência e organização, onde as várias partes envolvidas procuram conquistar o seu reconhecimento, direitos e apoio económico e social. É de salientar, contudo, que neste processo, ês TS continuam a ser quem mais dificuldades têm nesta luta pela visibilidade, frente a por exemplo, proprietaries de clubes que, como foi analisado ao longo destas páginas, não lhes são apresentados tantos entraves no que respeita à organização coletiva.

Nestas páginas analisei, de modo sucinto, os possíveis enquadramentos legais do trabalho sexual que podemos encontrar atualmente à escala global. Dentro das possibilidades de aceitação laboral do trabalho sexual, destacam-se os modelos regulamentarista, com um foco mais economicista e o modelo pró-direitos, direcionado pelo reconhecimento e direitos des TS. No que respeita à rejeição laboral do trabalho sexual, destacam-se o modelo

²³⁰ García, T. (27/11/2018). «Los empresarios que se lucran con los clubes de alterne sí están organizados». *op. cit.*

²³¹ Remeto para Gálvez, J.J. (26/04/2021). «La prostituta que derrotó a uno de los mayores burdeles de Madrid», *op. cit* ou Ventas, L. (17/05/2021) «Evelin Rochel, la prostituta colombiana que venció a uno de los mayores burdeles de España», *op. cit.*

proibicionista, cada vez menos promovido pela sua inoperância em limitar o trabalho sexual e em apoiar TS, e os modelos abolicionista e neo-abolicionista. O caso espanhol integra-se, a meu ver, num ponto de transição entre estes dois últimos, já que é abertamente abolicionista, tendo o trabalho sexual descriminalizado, mas que olha para o trabalho sexual indistintamente do tráfico ou exploração sexual, encarando TS como vítimas. Pelas medidas e discursos recentes do Governo Espanhol face ao tema, revela-se uma tendência em querer seguir o exemplo sueco na linha neo-abolicionista. No entanto, até ao momento, tem-se demonstrado a insuficiência das medidas do país, já que as disposições legais e normativas que tem adotado, como a Lei Mordaça ou a Lei de Liberdade Sexual se traduzem numa perseguição policial direta contra TS. Simultaneamente, evidencia-se como vários coletivos de empresárias e proprietárias têm conseguido formalmente reconhecer a sua existência. Poderia então concluir que o atual panorama legal do trabalho sexual em Espanha é fundamentalmente prejudicial para TS.

3.2 O lançamento do Sindicato OTRAS, impactos e consequências

A história do Sindicato OTRAS é um reflexo da constante e permanente luta que travam ês TS. Se aquando do seu aparecimento conseguiu ser bem-sucedido na formalização da sua existência, essa realidade rapidamente se alterou quando passou a ser do conhecimento geral a constituição do Sindicato de trabalhadoras do sexo. Nas próximas páginas, proponho-me a expor brevemente o trajeto e as lutas legais do Sindicato desde a sua formação até ao momento atual. Simultaneamente, analiso alguns destes acontecimentos com notícias jornalísticas que os tenham acompanhado, como forma de compreender também os discursos mobilizados no que respeita a este tema. Com esta análise descritiva dos factos e dos acontecimentos, poderá ser possível evidenciar um expoente máximo de uma das formas de marginalização e silenciamento des TS no plano institucional.

No dia 4 de agosto de 2018, é publicado no Boletim Oficial do Estado Espanhol (BOE) a Resolução da Direção Geral de Trabalho do Ministério do Trabalho, Migrações e Segurança Social, de 31 de julho de 2018, a constituição de um Sindicato denominado «Organización de Trabajadoras Sexuales» (Organização de Trabalhadoras Sexuais), em siglas OTRAS. Declara-

se nesta publicação²³², assinada pela Diretora Geral do Ministério do Trabalho, Concepción Pascual, que foi comprovado que este Sindicato reunia todos os requisitos previstos na Lei Orgânica 11/1985, de 2 de agosto, da Liberdade Sindical, bem como o Real Decreto 416/2015, de 29 de maio, sobre o depósito dos estatutos das organizações sindicais e empresariais. Indica-se ainda que esta publicação aparece no BOE na secção de «Anúncios» com a finalidade de dar publicidade à admissão efetuada e que a dita resolução poria fim ao processo administrativo. Qualquer pessoa interessada poderia examinar o documento depositado e estaria passível de impugnação mediada pela Audiência Nacional.

Após algumas semanas sem nenhum impacto do sucedido, no dia 30 de agosto saem as primeiras notícias sobre o assunto. No *El Mundo* encontramos como frase de abertura da primeira notícia sobre o tema: «Apesar do marcado carácter feminista do Governo de Pedro Sánchez, a Direção Geral do Trabalho admitiu o depósito da constituição de um Sindicato autodenominado “Organização de Trabalhadoras Sexuais”»²³³. Esta notícia aproveita o contexto da legalização do Sindicato para criticar abertamente o Governo questionando, com esta frase, o seu compromisso feminista, mas também assumindo abertamente que o coletivo de TS não poderia ser feminista, ainda que no seu próprio manifesto e nas declarações a jornalistas tal seja expressamente manifestado.

Nas primeiras declarações públicas, a Direção Geral do Trabalho nega que seja a sua intenção dar algum tipo de aval laboral ao trabalho sexual e alega que «nem todo o trabalho relacionado com o sexo é ilegal»²³⁴. Nas entrevistas facultadas ao jornal *El Mundo*, assegura que só cumpriu com as suas funções depositar e anunciar a publicação dos estatutos do Sindicato, que não faz menção a atividades ilícitas; caso contrário não seria aprovado²³⁵. Efetivamente, na publicação no BOE declara-se que o Sindicato cumpre com todos os requisitos legais para ser constituído e formalizado como Sindicato. Ainda nesse mesmo dia, dá-se uma explosão de notícias sobre o tema em inúmeros jornais, já com declarações do próprio Governo do Estado Espanhol e do Ministério do Trabalho. Revela-se uma desvalorização da constituição e conseqüente reconhecimento do Sindicato pelas instituições,

²³² Agencia Estatal del Boletín Oficial del Estado (04/08/2018). «Resolución de la Dirección General de Trabajo por la que se anuncia la constitución del sindicato denominado "Organización de Trabajadoras Sexuales", en siglas OTRAS, con número de depósito 99105790.» Em *BOE*. https://www.boe.es/diario_boe/txt.php?id=BOE-B-2018-40130.

²³³ Hernández, M. (30/08/2018). «El Gobierno da luz verde a un sindicato de "trabajadoras sexuales" en España». Em *El Mundo*. <https://www.elmundo.es/espana/2018/08/30/5b86dc7946163f583c8b458e.html>. [Recuperado a 11/06/2020]. Tradução própria.

²³⁴ *Ibidem*.

²³⁵ *Ibidem*.

indicando que se trata de um trâmite burocrático, automatizado e que, por consequência, também o Sindicato OTRAS foi reconhecido. Nestas primeiras notícias lançadas sobre o tema evidencia-se uma urgência em apurar responsabilidades e reproduzir declarações das instituições responsáveis, mas não declarações de membros do Sindicato. De facto, a notícia supracitada termina com os nomes das pessoas do Sindicato que subscreveram a sua formação, o que comprova que, evidentemente, havia dados suficientes para contactar os seus elementos e contrapor discursos, o que não ocorreu. Neste processo de mediatização do caso denota-se uma tendência discursiva contra o Sindicato OTRAS.

Retomemos a questão do Governo de «marcado carácter feminista», cuja chefia foi assumida por Pedro Sánchez, do Partido Socialista Obrero Espanhol (PSOE) após a moção de censura contra o governo de Mariano Rajoy, a 1 de junho de 2018. Este é um partido que se localiza ideologicamente no centro-esquerda²³⁶. Na página web do PSOE, o partido declara que «Rajoy governou contra as mulheres, cortando na sua capacidade económica e direitos, expulsando-as ou precarizando-as no mercado laboral (...). Esta foi a legislatura da desigualdade»²³⁷. O partido assume então o seu «compromisso com as mulheres» e que o seu «projeto de governo é incluir a igualdade como linha prioritária em todas as áreas, desde a reforma constitucional até ao desporto, passando por uma luta contra a violência de género ou os direitos sexuais e reprodutivos»²³⁸. Desde 7 de janeiro de 2020, após o PSOE obter maioria simples resultante das eleições de 10 de novembro de 2019, foi assumido um Governo de coligação entre o Partido Socialista Obrero Español, En común – Unidas Podemos (estes dois maioritários), Partido de los Socialistas de Cataluña, Izquierda Unida/PCE e independentes.

O PSOE assume-se publicamente um partido feminista e com um Governo que segue essa índole. A sua resposta pública ao aparecimento do Sindicato foi também fundamentada com base nesse pilar. A então ministra do Ministério do Trabalho, Migrações e Segurança Social²³⁹, Magdalena Valerio²⁴⁰, rapidamente se isentou de responsabilidades sobre a questão quando abordada por jornalistas, afirmando que a aprovação não passou por ela - que

²³⁶ Cf. Lardiés, A. (2018). «Posicionamiento ideológico de los partidos». Em *Sociométrica*, Sondeo El Español. <https://sociometrica.es/2018/09/sep18-posicionamiento-ideologico-de-los-partidos/> e European Social Survey (2012). «Political Parties, ESS6». Em *European Social Survey*. http://www.europeansocialsurvey.org/docs/round6/survey/ESS6_appendix_a3_e02_0.pdf, 49.

²³⁷ Partido Socialista Obrero Español (n. d.). *Propuestas. Igualdad, la igualdad marca la diferencia*. <https://www.psoe.es/propuestas/igualdad/>. Tradução própria.

²³⁸ *Ibidem*.

²³⁹ Atualmente, após a tomada de posse do novo Governo constituído em 2020, denomina-se «Ministerio de Trabajo y Economía Social».

²⁴⁰ Foi Ministra entre 2018 e 2020, tendo como sucessora Yolanda Díaz após a tomada de posse do novo Governo em 2020.

desconhecia o sucedido – e que a responsabilidade recairia sobre o departamento que aprovou o Sindicato como «um mero ato administrativo»²⁴¹. Em várias notícias e vários jornais, encontram-se declarações da Ministra afirmando que esse foi um dos piores dias da sua carreira e que lhe meteram «a bola na gaveta»²⁴², para além de que «um Governo socialista e feminista não aprovará uma atividade que vulnera os direitos das mulheres»²⁴³. Em várias declarações afirmava, inclusive, que estava a estudar maneiras de impugnar os estatutos do Sindicato, junto com a Procuradoria-Geral do Estado (Abogacía General del Estado), não porque o registo contivesse algum erro que justificasse a sua anulação, mas sim por «questões de fundo».

A explosão de notícias e as reações do Governo perante a polémica parecem ter-se alimentado ciclicamente. Reitera-se a ideia de que uma instituição feminista e com responsabilidade social não pode tolerar que uma organização de TS seja reconhecida. Nesta última notícia que menciono, do *El País*, já são incluídas declarações em representação do Sindicato, em que Conxa Borrell sublinha que ês TS reivindicam os mesmos direitos que o resto des trabajadoras. Após as suas declarações, surge a legenda de que a interlocutora integra a associação Aproxex, «uma controvertida associação que oferece cursos de formação e empoderamento de prostitutas»²⁴⁴. Não são nem fundamentos nem evidências que justifiquem a constatação de a associação ser (ou não) controvertida, mas é levantada a suspeita, com os discursos mobilizados nesta notícia, ao sugerir as motivações dos «cursos» que poderiam estar relacionadas com a promoção do lenocínio.

No documento lançado pelo Gabinete de Comunicação do Ministério do Trabalho, Migrações e Segurança Social no dia 30 de agosto, declara-se que «o registo efetuado se produziu (...) como um mero ato administrativo, e não contém erros de forma, mas sim de fundo para um Governo feminista e que tem como linha central das suas políticas a igualdade entre homens e mulheres»²⁴⁵.

Apesar de não ser fácil encontrar evidências sobre a ordem do sucedido, posso sim constatar a linha cronológica sobre a informação adquirida: 1) constituição do Sindicato

²⁴¹ EFE/El Diario (30/08/2018). «La ministra Valerio reconoce que le han "metido un gol": inicia los trámites para impugnar el sindicato de trabajadoras sexuales». Em *El Diario*. https://www.eldiario.es/sociedad/valerio-abogacia-sindicato-trabajadoras-sexuales_1_1962056.html. [Recuperado a 11/06/2020].

²⁴² «Un gol por la escuadra», expressão comum na linguagem desportiva, geralmente associada ao futebol que significa que a bola passou a baliza no ângulo reto superior da trave, um ângulo difícil de alcançar e que o guarda-redes normalmente não tem maneira de impedir que a bola passe a baliza.

²⁴³ Cué, C. E. (03/09/2018). «Relevada la directora de Trabajo por aprobar un sindicato de prostitutas». Em *El País*. https://elpais.com/politica/2018/09/03/actualidad/1535979318_955992.html. [Recuperado a 11/06/2020]. Tradução própria.

²⁴⁴ *Ibidem*.

²⁴⁵ Consultar anexo 2. Tradução própria

publicada no BOE a 4 de agosto de 2018; 2) a explosão de informação sobre o caso, contudo, só se dá 26 dias depois. Das fontes jornalísticas analisadas, a primeira notícia é publicada no jornal *El Diario*, no dia 30 de agosto de 2018 às 12h58, onde o jornal afirma ter conversado com a Direção Geral do Trabalho, em que declaram ter cumprido com as suas funções; 3) as primeiras reações públicas por parte de membros do Governo são encontradas às 14h22 desse mesmo dia, no *El País*, em que encontramos o seguinte excerto sobre Magdalena Valerio, Ministra do Trabalho:

«Magdalena Valerio viveu uma das piores tardes da sua longa carreira política esta quarta-feira [dia 29 de agosto] quando se apercebeu de que o seu Ministério, sem que ela tivesse conhecimento, autorizou a constituição de um sindicato de prostitutas, que rejeita rotundamente. Passou toda a tarde à procura dos responsáveis e até pegou na cópia de papel em que se publica a autorização no BOE e a rasgou em pedaços, só para libertar a raiva, e deu ordens expressas aos seus colaboradores de que remexessem tudo para reverter imediatamente esta decisão que considera uma afronta.»²⁴⁶

Neste excerto encontramos uma descrição detalhada e hiperbolizada de uma situação política personalizada na Ministra, em que é retratada a constituição de um Sindicato de trabalhadoras como um momento marcante, uma afronta à sua vasta carreira. Uma vez mais, o coletivo de trabalhadoras é o grande esquecido para que o palco seja dado aos momentos de raiva da Ministra do Trabalho e à premência em como anular a existência do Sindicato.

A primeira reação direta que identifiquei de membros do Governo podemos encontrá-la no Twitter de Pedro Sánchez²⁴⁷, às 14h28 do mesmo dia, 30 de agosto de 2018, em que afirma, então, que o Ministério do Trabalho já teria em trâmite a impugnação do Sindicato. Denota-se assim um evidente desfasamento temporal entre a publicação da constituição do Sindicato OTRAS no BOE e as respostas e reações por parte do Governo. De facto, as primeiras publicações que deteto sobre o caso são já a partir dos próprios meios de comunicação, que logo se replicam. Na própria notícia supracitada de *El País*, reconhece-se que Magdalena Valerio só teve conhecimento do caso no dia 29 de agosto – quase um mês depois da constituição do Sindicato. Não pude apurar, no entanto, nenhuma exposição de motivos que justifique este desfasamento temporal, nem o que levou as instituições a aperceberem-se do

²⁴⁶ Martín, M. (20/08/2018). «Trabajo busca cómo anular un sindicato de prostitutas». Em *El País*, https://elpais.com/politica/2018/08/30/actualidad/1535631750_784409.html. [Recuperado a 11/06/2020]. Tradução própria.

²⁴⁷ Não foi possível localizar nenhuma publicação no mês de agosto de 2018 sobre o assunto na página do Ministério do Trabalho, do PSOE, de Carmen Calvo (Ministra da Igualdade), nem de Magdalena Valerio (Ministra do Trabalho). A publicação encontrada foi a anteriormente mencionada, de Pedro Sánchez, e pode ser consultada no anexo 3.

sucedido só nessas datas. É difícil afirmar com toda a certeza que as reações dos membros do Governo e Ministério do Trabalho foram uma resposta à polémica gerada nos media. Contudo, analisando a linha temporal dos artigos publicados, tudo parece apontar nesse sentido. Ao considerar a evolução do comportamento do Ministério do Trabalho, vemos a sua rápida e volátil progressão entre, primeiro, reconhecer o Sindicato; logo enfatizar que este reconhecimento foi apenas resultado de trâmite normal, já que este coletivo cumpria todos os requisitos formais e, por último, num espaço de poucas horas, face à polémica instalada, comunicar que já estaria a procurar impugnar o ato de constituição.

Imediatamente no dia a seguir a este comunicado, a 31 de agosto, são publicadas declarações do Sindicato OTRAS, em que denunciam que «o Governo se escuda “atrás do intocável véu do feminismo branco, heterossexual e burguês”», que dizem que guarda «um ódio visceral contra as trabalhadoras sexuais»²⁴⁸. Sublinham ainda que procuram regular a atividade para defender os seus direitos laborais e pedem para sentar-se a negociar com o Governo²⁴⁹.

Poucos dias depois, dia 3 de setembro de 2018, a Diretora-Geral do Trabalho, Concepción Pascual, demite-se, assumindo a responsabilidade do seu departamento envolvido na aprovação dos Estatutos do Sindicato. Semanas mais tarde, são publicadas notícias a partir das conferências de imprensa dadas pelo Sindicato, como é o caso da publicada por *El País*, reforçando também a ideia que os advogados do Estado estão a estudar o caminho mais eficaz para anular a aprovação do Ministério pressionados pelo Governo abolicionista²⁵⁰.

Segundo a notícia do *El País*, nesse momento o Ministério do Trabalho, Migrações e Segurança Social elaborou um relatório jurídico para o Ministério da Justiça e pediu ao Ministério Público («Fiscalía» em Espanha)²⁵¹ que levasse o caso à Audiência Nacional. Mais

²⁴⁸ Cabaleiro, L. (31/08/2018). «El sindicato de trabajadoras sexuales pide la "dimisión en bloque" del gobierno de Sánchez». Em *El Mundo*. <https://www.elmundo.es/cataluna/2018/08/31/5b892cd4e2704e55258b45ba.html>. [Recuperado a 11/06/2020]. Tradução própria.

²⁴⁹ É possível encontrar também parte desta informação no comunicado do Sindicato lançado face à polémica em Sindicato OTRAS (30/08/2018). «Rueda de prensa Sindicato OTRAS 30 Agosto 2018». Em *Sindicato OTRAS*. <http://www.sindicatootras.org/wp/index.php/2018/08/30/rueda-de-prensa-sindicato-otras-30-agosto-2018/>. [Recuperado a 11/06/2020].

²⁵⁰ Álvarez, P. (21/09/2018). «El sindicato de prostitutas: “Estamos constituidas y trabajando”». Em *El País*. https://elpais.com/sociedad/2018/09/21/actualidad/1537543646_262587.html. [Recuperado a 11/06/2020].

²⁵¹ Para facilitar a compreensão, apesar do nome em Espanha atribuído a este organismo comumente ser «Fiscalía», daqui em diante, chamar-lhe-ei Ministério Público, que é igualmente correto em castelhano e é o conceito mais usual em território português.

concretamente, no dia 15 de outubro, o Ministério do Trabalho envia um documento²⁵² ao Ministério da Justiça para ser remetido ao Ministério Público, alegando que o Sindicato corresponde a uma organização criada «em fraude de lei», com fins distintos dos previstos legalmente e que apesar de o Sindicato aparentar estar dentro da legalidade, realmente não é assim. Segundo o Ministério do Trabalho, os estatutos do Sindicato OTRAS, violam os artigos 10.º e 14.º da Constituição, que remetem para a dignidade da pessoa, o princípio da igualdade e a Lei Orgânica para a Igualdade Efetiva entre Mulheres e Homens e a Lei Orgânica de Liberdade Sindical (LOLS) - apesar de inicialmente o Sindicato ter sido reconhecido porque correspondia aos pontos requeridos de acordo com a LOLS.

Considerando tanto as declarações emitidas pelo Ministério do Trabalho, como as informações divulgadas pelas fontes jornalísticas, é constatada bastante imprecisão no que concerne aos conceitos de trabalho sexual, lenocínio, prostituição, exploração e tráfico sexual. Em suma: estas realidades são expostas como se tratasse, fundamentalmente, tudo do mesmo. Por outro lado, é também promovida a ideia de que reconhecer o Sindicato OTRAS seria uma forma de reconhecer, de maneira encapuzada, o lenocínio – quando, juridicamente, tal possibilidade não poderia ter cabimento. Como terei a oportunidade de expor adiante, atestar a existência de um coletivo nunca pode sobrepor-se à legislação que rege um país.

Ora, no que respeita ao direito de constituir Sindicatos, nesta fase o Ministério do Trabalho destaca que apenas se reconhecem pessoas em situação de trabalhadoras por conta de outrem²⁵³, como é também visível na Lei Orgânica 11/1985, de 2 de agosto, de Liberdade Sindical²⁵⁴. Acrescento, contudo, que trabalhadoras independentes também têm liberdade de organização, como reconhece o «Estatuto del Trabajo Autónomo»²⁵⁵. Evidencia-se por isso a existência de Sindicatos e de Associações de trabalhadoras que não correspondem ao critério

²⁵² Álvarez, P. (14/11/2018). «Trabajo alega que crear un sindicato de prostitutas “da cobertura” a la trata de personas». Em *El País*. https://elpais.com/sociedad/2018/11/13/actualidad/1542110145_632904.html. [Recuperado a 11/06/2020].

²⁵³ Álvarez, P. (29/10/2018). «El Gobierno pedirá a la Fiscalía que impugne el registro de un sindicato de prostitutas». Em *El País*. https://elpais.com/sociedad/2018/10/29/actualidad/1540810738_916072.html. [Recuperado a 11/06/2020].

²⁵⁴ Como aparece mencionado no ponto da exposição dos motivos: «Este projeto de lei não se ocupa de desenvolver o direito da livre sindicalização dos empresários por entender que basta, a esse respeito (...) manter a plena vigência do estabelecido em matéria do associativismo empresarial (...). Fixa-se neste âmbito (...) incluindo todos os trabalhadores por conta de outrem, sejam ou não de Administrações Públicas. Unicamente estão excetuados do exercício do direito os membros das Forças e Institutos Armados de carácter militar, assim como Juízes, Magistrados e Fiscais, enquanto estejam no ativo.». Ley Orgánica 11/1985, de 2 de agosto de 1985, de Libertad Sindical. Publicado em «BOE» núm. 189, de 08/08/1985. <https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-1985-16660>. Tradução própria.

²⁵⁵ Ley 20/2007, de 11 de julio de 2007, del Estatuto del trabajo autónomo. Publicado em «BOE» núm. 166, de 12/07/2007. <https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-2007-13409>

de trabalhador por conta de outrem para constituição de um Sindicato. Um caso emblemático é o embrionário Sindicato SAE-19²⁵⁶, «Sindicato de Autónomos de España» (trabalhadores independentes com um Sindicato oficialmente reconhecido). Por outro lado, são conhecidos vários casos de associações de proprietários de clubes que estão legitimamente reconhecidos e legalizados no Registo de Associações do Ministério do Interior, como mencionei anteriormente.

Regressando ao percurso do Sindicato OTRAS, à medida que se aproximavam as datas das revisões das denúncias apresentadas em Audiência Nacional, aumentavam também os movimentos associados à polémica. Os movimentos de contestação à constituição do Sindicato começam a ter especial impacto a finais em outubro e inícios de novembro de 2018. Por um lado, identifica-se a associação pelos direitos humanos L'Escola contra o Ministério do Trabalho e, por outro, uma atuação conjunta entre a Comisión de Investigación de Malos Tratos a Mujeres e a Plataforma 8 de Marzo de Sevilla contra o Sindicato OTRAS. Simultaneamente já estava consolidado nesse momento o documento do Ministério do Trabalho dirigido ao Ministério Público, solicitando a impugnação de tal registo do Sindicato²⁵⁷.

Surge, então, o comunicado público «Nunca sin Nosotras», que reúne quase 2000 assinaturas (à data, nos jornais, falam-se de poucas centenas), de pessoas e coletivos, reivindicando a diversidade de posições e sensibilidades sobre o debate do trabalho sexual dentro de feminismo – que, sublinham, não tem nenhuma unanimidade sobre o assunto. Pedem, por isso, que não se movam supostas unissonâncias inexistentes como aval para medidas legais que afetem condições materiais da vida das pessoas e que encontrem espaço de diálogo onde as várias partes possam ser consideradas em igualdade de condições – começando pela retirada do processo das associações supra indicadas contra o Sindicato²⁵⁸.

Pouco tempo depois estala um movimento abolicionista que se organiza, solicitando a ilegalização do Sindicato – este com números mais difíceis de encontrar já que ês subscrições não aparecem em lista pública, apenas a página para assinar a petição²⁵⁹. De acordo com a

²⁵⁶ Diario 16 (05/05/2020). «Los autónomos ya tienen sindicato». En *Diario 16*. <https://diario16.com/los-autonomos-ya-tienen-sindicato/>. [Recuperado a 14/11/2020].

²⁵⁷ Álvarez, P. (13/11/2018). «350 firmas, entre ellas las de Coixet y Poniatowska, apoyan el sindicato de prostitutas». Em *El País*. https://elpais.com/sociedad/2018/11/12/actualidad/1542023421_520282.html. [Recuperado a 11/06/2020].

²⁵⁸ Manifiesto «Nunca sin Nosotras» (26/10/2018). Em *Nunca Sin Nosotras*. <https://nuncasinnotras.wordpress.com/2018/10/26/manifiesto-12n/>. [Recuperado a 18/08/2020].

²⁵⁹ Manifiesto «Manifiesto por la ilegalización del sindicato OTRAS» (n. d.) Em *Google Docs*. https://docs.google.com/forms/d/1BvqI0xHtzuTW_2Uy1AuLi7HX3ZtEjJiCou3XdwAoDE/viewform?edit_request=true. [Recuperado a 18/08/2020].

notícia publicada no *El País*²⁶⁰, foram mais de 1000 assinaturas. O manifesto refere, entre outros pontos, que

«A legalização do Sindicato OTRAS é uma manobra para legalizar de facto o proxenetismo (...). Segundo a lei da liberdade sindical um sindicato é, obrigatoriamente, para trabalhadores por conta de outrem contratados por uma empresa e para limitar o poder patronal (...) Portanto, se se reconhece um sindicato de prostitutas enquanto tal, reconhece-se que há uma terceira parte, legal, que contrata para enriquecer da exploração do seu trabalho.»²⁶¹

Destacam-se, sobre estas datas, notícias que contam sobre o nascimento de movimentos como a «Plataforma por el derecho a no ser prostituídas», que nasce em Barcelona, a meados de outubro de 2018. Apesar de não ser apresentando o Sindicato como o fator-causa da notícia, é discutido como a fundadora da plataforma alega que este tipo de atividades não pode ser sindicalizado e que «se existe um sindicato como OTRAS pode fazer-nos pensar que a mulher desempregada tem uma maneira de entrar no mercado de trabalho que é a prostituição».²⁶²

Nesta notícia do *El País* refere-se ainda que elementos do Sindicato que estavam presentes no momento do lançamento desta última plataforma, nomeadamente uma das suas fundadoras, procuravam intervir, mas não lhes foi dada a possibilidade de resposta porque não era «o lugar». O artigo encerra com uma declaração das ativistas abolicionistas, indicando que «o Sindicato perverte o conceito de trabalho, já que a prostituição é escravatura»²⁶³. Tanto na conferência, como na notícia que a sucede, a voz des TS não entra.

O Sindicato OTRAS está sediado na cidade de Barcelona, tendo Ada Colau como Presidente Municipal («alcaldesa»), eleita pela plataforma Barcelona en Comú²⁶⁴ desde junho de 2015, tendo sido reeleita em 2019. Numa entrevista no canal *La Sexta*²⁶⁵, a alcaldesa do Ajuntament indica que o debate sobre a «prostituição» é, evidentemente, muito complexo e o seu Governo não o financia, mas que denota que é visível a necessidade de as mulheres que

²⁶⁰ Álvarez, P. (13/11/2018). «Más de mil firmas piden ilegalizar el sindicato de prostitutas». Em *El País*. https://elpais.com/sociedad/2018/11/13/actualidad/1542126633_870767.html. [Recuperado a 11/06/2020].

²⁶¹ Manifesto «Manifiesto por la ilegalización del sindicato OTRAS», *op. cit.* Tradução própria.

²⁶² Congostrina, A. (15/10/2018). «Nace en Barcelona una plataforma que exige la abolición de la prostitución.» Em *El País*. https://elpais.com/ccaa/2018/10/15/catalunya/1539603168_637991.html. Tradução própria. [Recuperado a 21/06/2020].

²⁶³ *Ibidem*.

²⁶⁴ Plataforma que resulta da confluência entre os partidos Iniciativa per Catalunya Verds, Esquerra Unida i Alternativa, Equo, Procés Constituent e Podemos.

²⁶⁵ *La Sexta* (3/09/2018). «Colau apoya el sindicato de prostitutas: "La prostitución es legal porque no es ilegal, es una hipocresía lo de Sánchez"». Em *La Sexta*. https://www.lasexta.com/programas/al-rojo-vivo/entrevistas/colau-apoya-el-sindicato-de-prostitutas-la-prostitucion-es-legal-porque-no-es-ilegal-es-una-hipocresia-lo-de-sanchez_201809035b8d28770cf2be22cab5a422.html. [Recuperado a 13/06/2020]. Tradução própria.

exercem trabalho sexual terem mais direitos, não menos. Refere ainda que o que está a fazer o Partido Socialista é proibir um direito constitucional. Qualifica como hipócrita que o trabalho sexual seja permitido, já que não é ilegal, e que grandes empresários possam organizar-se e criar associações²⁶⁶, mas que esse direito seja retirado às trabalhadoras deste Sindicato. Outros membros do Governo de Ada Colau, nomeadamente a responsável pela área de feminismos Laura Pérez, mas também Jaume Asens, foram fortemente críticas da pretensão de ilegalização do Sindicato por parte do Governo de Pedro Sánchez, sublinhando a importância da auto-organização para a defesa das trabalhadoras. Asens levantou ainda o exemplo do «Sindicato de Manteros (vendedores ambulantes), que formalmente é uma atividade ilegal e que «nem o PP se atreveu a ilegalizar»²⁶⁷.

Existem diversas menções sobre pedidos de reunião pelo Sindicato com o Partido no Governo, que negaram sentar-se com o coletivo de TS²⁶⁸. Nas entrevistas realizadas no âmbito deste projeto de investigação, que veremos mais adiante, também surgiram várias referências a que em nenhum momento nestes últimos 2 anos e meio o partido da chefia do governo aceitou reunir ou conversar com o Sindicato OTRAS.

Avança, nessa altura – finais de 2018 – o recurso ao setor judicial para impedir a existência do Sindicato. A associação L’Escola, que referiu aos meios de comunicação social que iria processar o Ministério do Trabalho, deixou de ser mencionado nas notícias e não obteve nenhum tipo de informação adicional à mesma, através das plataformas judiciais oficiais. O mesmo ocorreu na relação entre o Ministério do Trabalho e o Sindicato OTRAS. O Ministério afirmou, em determinado momento, que iria tomar as medidas necessárias e que estaria a estudar as diversas formas de anular os estatutos do Sindicato para conseguir reverter a sua aprovação. No entanto, não encontrei mais informação para além da facultada anteriormente – que o Ministério do Trabalho enviou o relatório com o seu parecer para o Ministério da Justiça para ser considerado pelo Ministério Público e em Audiência Nacional. De acordo com as declarações de Sabrina Sánchez, responsável pela área de Comunicação do Sindicato OTRAS,

²⁶⁶ *Ibidem*. Tradução própria.

²⁶⁷ Cabaleiro, L. (01/09/2018). «El Ayuntamiento de Barcelona defiende el sindicato de trabajadoras sexuales». Em *El Mundo*. <https://www.elmundo.es/cataluna/2018/09/01/5b899236268e3e7f288b45d2.html>. Tradução própria. [Recuperado a 13/06/2020].

Sindicato Popular de Vendedores Ambulantes de Barcelona, mantido com o aval da alcaldesa Ada Colau. Congrostitina, A. (10/10/2015). «Los manteros crean un ‘sindicato’ para negociar con la administración». Em *El País*. https://elpais.com/ccaa/2015/10/09/catalunya/1444420311_791452.html. [Recuperado a 26/10/2020].

²⁶⁸ García, A. (13/11/2018). «El sindicato OTRAS: "¿Por qué os negáis a juntaros con los trabajadores y trabajadoras del sexo?"». Em *20 Minutos*. <https://www.20minutos.es/noticia/3490409/0/sindicato-otras-trabajadores-trabajadoras-del-sexo/>. [Recuperado a 13/06/2020].

o Ministério do Trabalho teria ultrapassado os prazos para reagir (e impedir) a legal constituição do Sindicato²⁶⁹.

Como referi no contexto metodológico, apesar das inúmeras tentativas de contacto da minha parte junto do Ministério do Trabalho, através de vários canais de comunicação, não consegui obter nenhum tipo de resposta. Parece, no entanto, resultar de interpretações de várias notícias publicadas em meios de comunicação, que o Governo terá procurado uma solução através da intervenção do Ministério Público, já que os prazos legalmente previstos para a impugnação do ato administrativo estariam esgotados e, sob esse prisma, nada mais poderia fazer, sob pena de incorrer em excesso no exercício das suas competências de administração no marco das liberdades públicas. Ingerências sobre direitos fundamentais, tal como o direito à liberdade sindical deverão ser mínimas, devidamente justificadas e sem a excessiva intervenção do Governo, assegurando uma necessária separação dos poderes²⁷⁰.

A 12 de novembro de 2018, sai no *El Mundo*²⁷¹, uma notícia que realmente dá voz a Concha Borrel, Secretária-Geral do Sindicato, onde afirma que a necessidade do surgimento deste Sindicato justifica-se pelo facto dos principais sindicatos do país, como *Comisiones Obreras* ou UGT não acederem às suas reivindicações. A UGT publicou um comunicado apoiando as ações do Governo para que «adote medidas que evitem que se outorgue a legalidade de qualquer forma de prostituição»²⁷². Nessa mesma notícia, Concha Borrel sublinha ainda que conta com os partidos Unidas Podemos e Ciudadanos para defender o Sindicato perante este limbo legal e que estão em diálogo nesse sentido. Viríamos a saber, mais tarde, que o Ciudadanos não assumiu nenhum papel na questão em causa. Unidas Podemos virá a revelar publicamente um pendor abolicionista, sobretudo na pessoa de Irene Montero, que assumiu o cargo de Ministra da Igualdade do Estado Espanhol, a janeiro de 2020. Como é

²⁶⁹ Cf. Sabrina Sánchez, 30/09/2020, anexo 13.

²⁷⁰ Cf. García, A. (19/10/2018). «El Gobierno deberá probar en sede judicial que los estatutos del sindicato de prostitutas no tienen base legal». Em *20 Minutos*. <https://www.20minutos.es/noticia/3477683/0/proceso-judicial-sindicato-otras/>. [Recuperado a 13/06/2020] e *La Vanguardia* (29/10/2018). «La anulación de un sindicato: un difícil proceso abocado a la vía judicial». Em *La Vanguardia*. <https://www.lavanguardia.com/vida/20181029/452622524035/la-anulacion-de-un-sindicato-un-dificil-proceso-abocado-a-la-via-judicial.html>. [Recuperado a 13/06/2020].

²⁷¹ La Cal, L. (12/11/2018). «El sindicato de trabajadoras sexuales: "Contamos con Ciudadanos y Podemos para sacarnos del limbo legal"». Em *El Mundo*. <https://www.elmundo.es/espana/2018/11/12/5be89857268e3e05318b4646.html>. [Recuperado a 13/06/2020]

²⁷² *El Diario* (31/08/2018). «Reacciones encontradas sobre la ilegalización del sindicato OTRAS: UGT apoya al Gobierno, CGT critica la decisión». Em *El Diario*. https://www.eldiario.es/sociedad/feministas-recurren-creacion-sindicato-trabajadoras_1_2755565.html. [Recuperado a 13/06/2020]. Tradução própria.

mencionado em vários momentos, a Ministra assume que o horizonte do Governo é abolicionista e tem vindo a atuar nesse sentido²⁷³.

A 14 de novembro de 2018 ocorre a Audiência Nacional²⁷⁴. Contra o Sindicato OTRAS²⁷⁵, bem como contra o Ministério Público²⁷⁶, encontram-se as Associações «Comisión para la Investigación de Malos Tratos a Mujeres» e «Plataforma 8 de marzo de Sevilla». O Ministério Público, no entanto, adere à ação judicial apresentada, reiterando a sua intenção de impedir a legalização do coletivo de trabalhadoras. As associações que apresentam a ação judicial solicitam a impugnação dos estatutos e da ata de constituição do Sindicato, bem como a consequente dissolução da organização sindical e do seu registo formal.

O problema central para atacar a legitimidade do Sindicato reside no facto de este afirmar no ponto 4 – âmbito funcional dos seus estatutos que o Sindicato «desenvolverá as suas atividades no âmbito funcional das atividades relacionadas com o trabalho sexual em todas as suas vertentes.»²⁷⁷ Se é certo que no âmbito laboral são reconhecidas algumas vertentes do trabalho sexual (por exemplo na produção e participação em filmes eróticos, trabalho em bares de alterne e clubes de striptease) porque podem estabelecer um contrato laboral, o conflito neste caso assenta no carácter abarcador da expressão «em todas as suas vertentes», já que poderia abranger práticas ao nível do trabalho sexual não reguladas ou inclusive ilegais, como o caso do lenocínio. Considera-se que manter esta expressão com um carácter geral e abrangente implica que o objeto do Sindicato seja a atividade da «prostituição exercida por conta de

²⁷³ Apesar de não ser a posição oficial do Partido, que tem o tema em discussão, algumas facções têm-se revelado abolicionistas e pertencentes ao Partido (En Comú Podem), pró-direitos. Veja-se La Sexta (09/03/2020). «Irene Montero: "Este Gobierno tiene un horizonte abolicionista con la prostitución"». Em *La Sexta*. https://www.lasexta.com/programas/el-objetivo/noticias/irene-montero-este-gobierno-tiene-un-horizonte-abolicionista-con-la-prostitucion_202003085e6571601eff86000107061b.html. [Recuperado a 03/11/2020] e Araque Conde, P. (20/10/2021). «La ley del 'solo sí es sí' lleva al Congreso la disputa entre abolición y regulación de la prostitución». Em *Público*. <https://www.publico.es/politica/tercera-locativa-debate-regulacion-abolicion-prostitucion-evidencia-congreso-ley.html>. [Recuperado a 21/10/2020].

Por outro lado, cabe mencionar que Más Madrid, pertencente ao partido político Más País, formado em finais de 2019, resultado de uma cisão com Unidas Podemos, ao contrário deste último, ainda em 2021, defendeu publicamente a importância de dar voz e reconhecimento a TS. Concretamente, advogou pela legitimidade do Sindicato OTRAS e por um modelo de despenalização do trabalho sexual com influências neozelandesas. (La Moncloa (01/12/2021). «Más Madrid propone un Pacto Internacional sobre trabajo sexual». Em *La Moncloa*. <https://www.moncloa.com/2021/12/01/mas-madrid-pacto-internacional-trabajo-sexual/>. [Recuperado a 01/02/2022]).

²⁷⁴ Para conhecer ao detalhe todo o processo e argumentos, consulte-se Audiencia Nacional. Sala de lo Social. Sentença N. 174/2018. Ramón Gallo Llanos. 19/11/2018, *op. cit.*

²⁷⁵ Especificamente Marí Trini, María Milagros, Adelaida, Carlos Miguel, Luis Angel e Antonia, tal e como aparece exposto na sentença (*ibidem*).

²⁷⁶ Representado por Maria del Mar Felipe Cruz.

²⁷⁷ Sindicato OTRAS (09/2018). «Estatutos Fundacionales». Em *Sindicato OTRAS*. <http://sindicatootras.org/estatutos.html>. [Recuperado a 03/09/2020].

terceiros», legitimando, portanto, a prática de lenocínio que constituiu um delito de acordo com o artigo 187.1 do Código Penal do Estado Espanhol.

Para as associações que iniciaram o processo judicial, a «prostituição» exercida por conta de outrem não pode ser objeto de contrato de trabalho. Estas associações entendem que este é o motivo pelo qual não pode existir o direito a fundar um sindicato, nem de filiação no mesmo, pelo que deve ser dissolvida a organização²⁷⁸. Para o Sindicato, por outro lado, não considerar todas as atividades laborais em torno do trabalho sexual perde o sentido, já que exclui companheiros que exercem atividade nos mais distintos campos dentro do trabalho sexual e também devem poder usufruir do seu direito de livre associação e reivindicação de direitos laborais. Igualmente, durante a audiência são ainda sublinhados vários casos de reconhecimento da legalidade de associações patronais dedicadas à indústria do sexo, como o caso de Mesalina, que também mencionei anteriormente.

A meu ver há, para além do mais, uma discussão circundante a todo este processo e que é evidente durante a Audiência Nacional: afinal quem defende os direitos das mulheres. Neste sentido, é referido e reforçado, inclusive na sentença, como as associações que requerem a dissolução do Sindicato são associações que trabalham ativamente na defesa dos direitos das mulheres, prevenção da violência machista e que têm por finalidade conquistar a igualdade real das mulheres²⁷⁹ e que, portanto, têm «interesses diretos, pessoais e legítimos na ação exercida dado os princípios que defendem»²⁸⁰. Parece-me que este discurso é basilar na resolução da Audiência, como fator relevante para a decisão, como se a defesa dos direitos das mulheres, associadas aos interesses diretos, pessoais e legítimos destas associações, se afirmassem numa relação de oposição ao preconizado pelo Sindicato. Os argumentos das associações abolicionistas são fundamentados enquanto discurso feminista. Todavia, o próprio Sindicato

²⁷⁸ Esta hipótese, nos termos da lei, não tem cabimento dado que o que estaria em causa nesta Audiência Nacional seria uma possível impugnação de estatutos, não a dissolução da organização. Especificamente a impugnação de estatutos dos sindicatos está prevista nos artigos 173 e seguintes da Lei Reguladora da Jurisdição Social. Sublinho o ponto que parece ser mais relevante, associado aos «Efeitos de sentença», artigo 175, ponto 1, onde indica «No caso de ser estimatória, a sentença declarará a nulidade das cláusulas dos estatutos que não sejam conformes ao Direito ou de os estatutos na sua integridade». Em Ley 36/2011, de 10 de octubre de 2011, reguladora de la jurisdicción social. «BOE» núm. 245, de 11/10/2011. <https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-2011-15936>. Tradução própria.

²⁷⁹ Cf. Audiencia Nacional. Sala de lo Social. Sentença N. 174/2018. *op. cit.*

²⁸⁰ *Ibidem*. Tradução própria.

também se declara feminista²⁸¹, mas parece que um determinado tipo de feminismo foi considerado válido em detrimento do outro.

Na sentença da Audiência Nacional, que foi proferida poucos dias depois, a 19 de novembro, consta que as várias partes estariam concordantes que «na prostituição não existe relação laboral»²⁸² - ainda que, com a utilização deste conceito, não se esclarece se se referem especificamente à prática de trabalho sexual por conta de outrem ou não. A sentença refere ainda alguns factos que alega serem «controversos», nomeadamente: 1) que o Sindicato não está exclusivamente formado por «prostitutas», mas antes por trabalhadoras do âmbito do trabalho sexual²⁸³; 2) nenhuma das fundadoras do Sindicato OTRAS exerce prostituição e todas são trabalhadoras por conta de outrem (não especificado); 3) o Sindicato protege a relação laboral no âmbito da indústria pornográfica, centros de massagens, espetáculos eróticos, bares de alterne²⁸⁴.

No processo da Audiência Nacional, considera-se assim que o requerido pelas associações – a dissolução do Sindicato - não tem cabimento, já que estas não são suscetíveis de ser objeto de decisão e de resolução através da modalidade processual então considerada. O que é possível determinar é a declaração de nulidade parcial ou total dos estatutos do mesmo, de acordo com os artigos 173.1, 175.1 y 26.1 da LRJS. O argumento central na decisão reside, uma vez mais, em torno do perigo da legitimação do lenocínio com os estatutos do Sindicato. Na sentença é ainda frisada a Convenção das Nações Unidas para a Supressão do Tráfico de Pessoas e da Exploração da Prostituição de Outrem – apesar de, a meu ver, este argumento apenas servir para sustentar as questões relacionadas com o lenocínio, dado que a Organização das Nações Unidas, tanto por parte da UN Women como da UNAIDS apoia a regulamentação do trabalho sexual no âmbito laboral, precisamente como forma de proteção dos trabalhadores e dos direitos humanos²⁸⁵.

²⁸¹ Cf. Sindicato OTRAS (08/03/2019). «¿Quieres conocer nuestro ideario?». Em *Sindicato OTRAS*. <https://www.sindicatootras.org/-que-decimos-.html>. [Recuperado a 03/09/2020]. Nesta página é possível encontrar alguns dos vários textos do Sindicato onde declara as suas linhas ideológico-políticas, nomeadamente: «somos pessoas com diversidades ideológicas, associadas à corrente do feminismo interseccional e anticapitalista». Tradução própria.

²⁸² Audiencia Nacional. Sala de lo Social. Sentença N. 174/2018. *op. cit.*, 3. Tradução própria.

²⁸³ Apesar de encontrar alguma divergência e imprecisão semântica na sentença, no que concerne aos termos «prostituição» e «trabalho sexual», entendo que, na prática, pretende referir-se a «prostituição» como o que inclui «serviço completo» com clientes, e que se referirá ao «trabalho sexual» num plano mais abrangente.

²⁸⁴ Cf. *ibidem*, 3.

²⁸⁵ Cf. UN WOMEN (2013). «Notes on Sex Work, Sexual Exploitation and Trafficking». Em *Global Network of Sex Work Projects*. <https://www.nswp.org/sites/nswp.org/files/UN%20Women's%20note%20on%20sex%20work%20sexual%20ex>

O relator da sentença sublinha ainda as condições de acordo com o artigo 1271 do Código Civil do Estado Espanhol, que menciona como condições de contrato 1) consentimento dos contratantes; 2) objeto certo que seja matéria do contrato e 3) causa da obrigação estabelecida. Por último, é ainda destacado o artigo 1271 do Código Civil do Estado Espanhol, que indica que «podem ser igualmente objeto de contrato todos os serviços que não sejam contrários às leis ou aos bons costumes»²⁸⁶. Não posso deixar de notar como a lei sublinha a relevância dos «bons costumes» um termo que, vejamos, tem tudo de abstrato e arbitrário – precisamente o que a lei deveria evitar para ser o mais justa e, em princípio, igualitária, democrática e laica quanto possível, apesar das suas evidentes insuficiências. O que me parece aqui interessante é como os «bons costumes» são um fator relevante a sublinhar no Código Civil, uma condição para relação laboral e ainda um conceito considerado numa sentença em Audiência Nacional. Neste caso, não há um sustento legal sequer ancorado na «proteção das mulheres»: trata-se mesmo de retomar uma ressalva discricionária sustentada num conservadorismo moralista.

Apesar de ser sumamente reconhecido e reforçado o direito à liberdade sindical como um direito fundamental, indica-se na sentença que é um direito exercido na condição de trabalhador a partir dos termos expostos. Logo, não havendo legitimidade de empregadorie, não há legitimidade de sindicalização. Consideram que relacionado com este facto, acresce ainda a violação do direito à liberdade sexual em caso de exploração por terceiros, já que não é respeitado o direito da pessoa a decidir com quem deseja manter relações sexuais, em que momento e que tipo de práticas. Apesar de o Sindicato, como menciono anteriormente, alegar não considerar este fator já que está fora do âmbito legal no Estado Espanhol, incido brevemente nesta questão sobre a liberdade de escolha.

Seguindo o Real Decreto 1659/1998, de 24 de julho da Lei de Estatutos do Trabalhador²⁸⁷, as condições que podem definir a existência de um contrato de trabalho são: a) identidade das partes que estabelecem o contrato; b) data de começo da relação laboral e de conclusão, caso se aplique; c) domicílio social da empresa ou de empresárie e centro de

ploitation%20and%20trafficking.pdf e UNAids (2014). «The legal status of sex work Key human rights and public health considerations». Em *Global Network of Sex Work Projects*. https://www.nswp.org/sites/nswp.org/files/sexwork_brief-21feb2014.pdf.

²⁸⁶ Código Civil Espanhol. Real Decreto de 24 de julio de 1889. Vigencia desde 01/05/1889. Artigo 1271. Publicado em *GACETA* de 25 de Julho de 1889.

²⁸⁷ Veja-se «Real Decreto 1659/1998, de 24 de julio de 1998, por el que se desarrolla el artículo 8, apartado 5, de la Ley del Estatuto de los Trabajadores en materia de información al trabajador sobre los elementos esenciales del contrato de trabajo». Publicado em «BOE» núm.192, de 12 de agosto de 1998. <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-1998-19580>.

trabalho onde o trabalhador exerce os seus serviços; d) categoria ou grupo profissional do posto de trabalho; e) quantia do salário base e complementos salariais, bem como a periodicidade dos pagamentos; f) duração e distribuição da jornada laboral; g) duração das férias e modalidades de atribuição das mesmas; h) prazos de pré-aviso a que estão obrigados a respeitar tanto por empresa como trabalhador; i) convenção coletiva aplicada à relação laboral, com dados que permitam a sua identificação. Não obstante estes conceitos gerais serem aplicados à generalidade das relações laborais, no caso do trabalho sexual, pela sua especificidade, tem cabimento o exercício da limitação do poder de direção de empregador – como ocorre em países onde o trabalho sexual está legalmente regulamentado, como por exemplo a Alemanha. Neste país aplica-se o *Eingeschränktes Weisungsrecht*, que determina que empresas podem, por exemplo, determinar no contrato de trabalho o local ou o horário de trabalho, mas não podem definir com quem e como são prestados os serviços sexuais, para além que trabalhadores têm sempre reservado o direito a recusar ou interromper um serviço sexual, mesmo que esses moldes tenham sido acordados previamente. Nem clientes, nem empregadores podem exigir um serviço.

É, portanto, na minha opinião, falacioso apresentar este argumento como sustento para deslegitimar o Sindicato. Primeiramente, porque se a intervenção de terceiros no trabalho sexual não está compreendida no âmbito da lei, não se pode assumir que os estatutos do Sindicato a têm subjacente pelo simples facto de mencionar o trabalho sexual «em todas as suas vertentes». E, em última instância, porque o Código Penal prevalece sobre estatutos sindicais. Por outro lado, é um argumento falacioso afirmar que no caso de existir uma relação laboral – caso esta fosse legal, que não é o caso no Estado Espanhol - esta implicaria a obrigatoriedade de cumprir serviços sem consentimento e que violaria a liberdade sexual, porque em termos efetivos não é assim que funciona.

Pois bem, no caso da sentença da Audiência Nacional, cabiam três possíveis cenários: o primeiro, manter o reconhecimento e legalidade do Sindicato; o segundo, declarar nulo o ponto 4, alusivo a «todas as vertentes» do trabalho sexual, que parecia ser o problema fundamental da discussão; e a última possibilidade legal seria declarar nula a totalidade dos estatutos. No dia 19 de novembro de 2018, a Audiência Nacional ditou sentença declarando a nulidade total dos estatutos do Sindicato OTRAS. Considerou-se que esse ponto dos estatutos seria condicionante para a totalidade dos mesmos, por determinar o âmbito de atuação do coletivo (eventualmente associada ao lenocínio, argumentam) e, conseqüentemente,

comprometia os estatutos na sua globalidade²⁸⁸. Quando procurei obter alguns esclarecimentos adicionais sobre esta questão, Begoña Lalana Alonso, envolvida no tema e com perspetiva no âmbito da lei sobre o tema acrescenta:

«Pois eu não sei. Mas eu creio que... que... bom, que não é assim, que não tem nada que ver o exercício do Sindicato com proxenetismo. Não sei muito bem qual é a... a razão última das decisões da sentença em Audiência Nacional, mas não as partilho. Eu penso que o proxenetismo está muito mais protegido se não tem uma voz que lhe responda. E não tem, e não tem! (...) Eu também não entendo a impugnação da totalidade dos estatutos porque o resto dos estatutos estão... bom, estão perfeitamente adequados ao Direito e não é apresentado nenhum argumento contra estes, para além do mais.»²⁸⁹

A decisão da impugnação da totalidade dos estatutos implicava a retirada do depósito oficial dos estatutos do Sindicato OTRAS, pelo que a organização perderia a sua personalidade jurídica enquanto tal, bem como os benefícios decorrentes desse tipo de associação, deixando de se reger pelo quadro legal estabelecido para os sindicatos, incluindo a possibilidade de negociação com entidades patronais, bem como perdendo as isenções/benefícios fiscais e eventuais subvenções²⁹⁰. A associação, no entanto, enquanto coletivo não poderia ser dissolvida, pelo que manteria a sua constituição como entidade de tipo associativo ou como sindicato irregular, podendo conservar a sua atividade reivindicativa.

Nesse momento, publicam-se então algumas -poucas- notícias sobre a anulação dos estatutos do Sindicato OTRAS²⁹¹, outros jornais aqui considerados, como o *20 Minutos*, nem noticiaram o sucedido. Desde esse momento, as notícias publicadas relativas ao caso são escassas ou inexistentes. Apenas é possível encontrar algumas menções, como o caso de uma breve notícia do *El Mundo* que refere um confronto simbólico em maio de 2019 entre um grupo de feministas e um grupo pró-direitos com elementos²⁹² que pertencem ao Sindicato OTRAS²⁹².

Após a decisão da Audiência Nacional, o Sindicato OTRAS decidiu apresentar recurso da decisão²⁹³ ao Tribunal Supremo. Foi uma espera de mais de dois anos, entre a decisão da

²⁸⁸ Audiencia Nacional. Sala de lo Social. Sentença N. 174/2018, *op. cit.*, 10.

²⁸⁹ Begoña Lalana Alonso, 26/11/2020, anexo 6. Tradução própria.

²⁹⁰ De acordo com o artigo 5 da Ley Orgánica 11/1985, de 2 de agosto de 1985, de Libertad Sindical, *op. cit.*

²⁹¹ Valdés, I. (22/11/2018). «La Audiencia Nacional anula los estatutos del sindicato de prostitutas.» Em *El País*. https://elpais.com/sociedad/2018/11/21/actualidad/1542794462_452451.html. [Recuperado a 15/06/2020]. e Recuero, M. (21/11/2018). «La Audiencia Nacional anula el sindicato de prostitutas tras considerar que la prostitución no es un contrato de trabajo válido.» Em *El Mundo*. <https://www.elmundo.es/espana/2018/11/21/5bf52e0e268e3ebc1f8b4628.html>. [Recuperado a 15/06/2020].

²⁹² *El Mundo* (11/05/2019). «Una manifestación enfrenta a abolicionistas y a defensoras de las prostitutas.» Em *El Mundo*. <https://www.elmundo.es/cataluna/2019/05/11/5cd6ef61fc6c83a3318b4737.html>. [Recuperado a 13/06/2020].

²⁹³ Em castelhano «recurso de casación».

Audiência Nacional e a resposta do recurso. De acordo com a página oficial do Poder Judicial em Espanha, o tempo médio em 2019 de resposta de recursos deste tipo na Sala Social do Tribunal Supremo – que é a sala destinada a apreciar este caso – está situada entre os 14,5 meses (para recursos de decisão ordinária) e 18,4 meses (para os restantes recursos de decisão), sendo a média total dos vários casos 14,7 meses²⁹⁴. Calculando a média dos últimos 9 anos, isto é, entre 2010 e 2019, o tempo médio de resposta seria de 12,17 meses. Não consegui apurar em que data foi efetivamente apresentado o recurso à sentença em Audiência Nacional. Contudo, desde a data da sentença até à decisão do recurso, decorreram 30 meses, ou seja, mais do dobro da média. Na opinião de Juan Jiménez-Piernas:

«Não, evidentemente não é um tempo de resposta apropriado, como também não o foi o tempo que demorou em admitir os recursos de decisão para a Unificação de Doutrina e confirmar assim a falha da Sala do Social do TSJ [Tribunal Superior de Justiça] de Madrid no caso de Evelin contra *Flowers* (cerca de dois anos também).»²⁹⁵

Foi, finalmente, no dia 1 de junho de 2021 que o Tribunal Supremo deu resposta ao recurso apresentado pelo Sindicato em novembro de 2018²⁹⁶. O Sindicato apresentou como argumentos fundamentais no seu recurso que as associações em causa não dispõem de legitimidade ativa para impugnar os seus estatutos; que não têm em comum finalidades nem âmbitos subjetivos; que com a decisão se infringe o direito à liberdade sindical e que se violado o princípio da supremacia da Constituição Espanhola e da interpretação mais favorável ao exercício dos direitos humanos, *in dubio favor libertatis*. Em resposta a este recurso, as associações «Plataforma 8 de marzo de Sevilla» e «Comisión para la Investigación de Malos Tratos a Mujeres», que iniciaram o processo judicial, reforçam o seu interesse em confirmar a sentença da Audiência Nacional e contrariam o articulado nas alegações de recurso. Já o Ministério Público, indica que caso o Sindicato se limite a todas as atividades dentro do marco legal, não há necessidade de anular o seu âmbito funcional por completo.

O Tribunal Supremo indicou que para a sua decisão teve em conta algumas premissas. Tal como refleti anteriormente afirma, portanto, que estatutos sindicais não podem determinar

²⁹⁴ Poder Judicial España (2020). Estimación de los tiempos medios de duración de los procedimientos judiciales - Tribunal Supremo. Em *Poder Judicial*. <https://www.poderjudicial.es/cgpj/es/Temas/Transparencia/ch.Estimacion-de-los-tiempos-medios-de-duracion-de-los-procedimientos-judiciales.formato1/?idOrg=4&anio=2013&territorio=-&proc=Recursos%20de%20Casaci%C3%B3n%20Ordinaria>.

²⁹⁵ Juan Jiménez-Piernas, 29/06/2021, anexo 8. Tradução própria. Remete-se para o caso de Evelin anteriormente mencionado no subcapítulo sobre «O caso espanhol».

²⁹⁶ Tribunal Supremo. Sala de lo Social. Sentença núm. 584/2021. Rosa María Virolés Piñol. Em *Poder Judicial*. <https://www.poderjudicial.es/search/AN/openDocument/452fdbf38fb0db56/20210614>.

a legalidade ou ilegalidade de atividades regidas por um Estado. O foco dado na decisão deve corresponder, assim, a se a liberdade sindical que requer o Sindicato cabe no ordenamento ou não, e para tal «deve ser o conteúdo dos Estatutos, não realidades paralelas ou associadas»²⁹⁷. O Tribunal Supremo declarou, portanto, que o Sindicato OTRAS está conforme o direito vigente e que a defesa da liberdade sindical, enquanto direito fundamental, desaconselha interpretações restritivas da mesma. É, igualmente, determinado que «as pessoas que desenvolvam trabalhos sexuais (...) gozam do direito fundamental à liberdade sindical e têm o direito a sindicalizar-se, incluindo trabalhadores por conta própria». Foi feita a ressalva – reconhecida pelo Sindicato – sobre atividades contrárias ao Direito (lenocínio, portanto), não têm uma relação laboral válida, pelo que não é abrangido nesta decisão. Por último, foi ainda determinado que as associações, efetivamente, careciam de legitimidade para impugnar os estatutos do Sindicato.

No dia seguinte, a 2 de junho, saíram algumas notícias sobre a sentença do Tribunal Supremo, em que contextualizam o caso e expõem a decisão preferida²⁹⁸. Destaco duas notícias do *El País* que, face ao reconhecimento do Supremo afirmam que «o Supremo aceita que se sindicalizem (...) mas não podem inscrever-se na Segurança Social nem é reconhecida a parte empresarial com quem negociar»²⁹⁹ indiciando, assim, a inconsistência que se mantém no que respeita ao trabalho sexual no Estado Espanhol. Trata-se de uma notícia interessante no sentido em que desvela algumas das fragilidades no acesso a direitos por parte de TS e incoerências do atual panorama legal da atividade. Este mesmo jornal, próximo desta data, também publica um artigo de uma escritora com uma posição abolicionista, onde indica: «A justiça validou a Organização de Trabalhadoras Sexuais (OTRAS) como Sindicato, no entanto, uma grande parte das mulheres em situação de prostituição não foram livres para aceder a este

²⁹⁷ *Ibidem*, 7.

²⁹⁸ Requena Aguilar, A. (02/06/2021). «El Supremo corrige a la Audiencia Nacional y valida los estatutos del sindicato de trabajadoras sexuales OTRAS». Em *El Diario*. https://www.eldiario.es/sociedad/supremo-corrige-audiencia-nacional-valida-estatutos-sindicato-trabajadoras-sexuales_1_7995532.html. [Recuperado a 04/06/2021] e Larrañeta, A. (02/06/2021). «El Tribunal Supremo determina que las trabajadoras sexuales en España tienen derecho a sindicarse». Em *20 Minutos*. <https://www.20minutos.es/noticia/4715995/0/el-tribunal-supremo-determina-que-las-trabajadoras-sexuales-en-espana-tienen-derecho-a-sindicarse/?autoref=true>. [Recuperado a 04/06/2021].

²⁹⁹ Álvarez, P. & Carranco, R. (08/06/2021). «Un sindicato legal en el limbo de la prostitución». Em *El País*. <https://elpais.com/sociedad/2021-06-08/un-sindicato-legal-en-el-limbo-de-la-prostitucion.html>. Tradução própria. [Recuperado a 17/06/2021].

“trabalho”»³⁰⁰. Uma vez mais, é possível identificar aqui várias imprecisões teóricas e sobreposições de diferentes temáticas de maneira indistinta.

Ao longo destas páginas procurei, de maneira sucinta, acompanhar e expor alguns dos principais momentos da progressão do Sindicato a nível institucional. Concluo, neste sentido, que é evidente a marginalização e silenciamento deste coletivo de trabalhadoras desde o princípio. Um Sindicato que foi, numa primeira instância, reconhecido enquanto tal, porque formalmente cumpria todos os requisitos necessários, sofreu constantes ataques desde então por, tal como as próprias instituições reconhecem, divergências morais. Não se tratava de que o Sindicato não pudesse ser formalmente reconhecido, da mesma maneira que uma eventual inadequação de uma alínea dos seus estatutos não implicava a sua dissolução na totalidade.

Da mesma forma, fui tendo em conta algumas das principais notícias que acompanharam o caso porque revelam também uma notória parcialidade, num sentido mais ou menos subtil, de desacreditar este Sindicato. Em termos gerais, denota-se pouca inclusão dos discursos, depoimentos ou posições dos Sindicatos face à polémica que diretamente o envolvia. Apresenta-se um estatuto diferenciado entre os organismos públicos e o Sindicato OTRAS que, também sendo um interlocutor formal e diretamente envolvido, é apresentado apenas como objeto de notícia e não como agente entrevistável. Numa parte das notícias, logo à priori, evidencia-se um pendor depreciativo face à existência do Sindicato e aos princípios que o orientam – ou «finalidades encapuzadas» como alguns sugerem. Na esmagadora maioria dos casos há um evidente desconhecimento e indistinção de termos revelantes para uma compreensão real do que inclui o trabalho sexual. O uso dos conceitos «prostituta» e «prostituição» é o mais frequente.

Saliento também a progressão do interesse e desinteresse dos media de maneira flutuante, de acordo com o nível de impacto que poderá ou não gerar o assunto. No momento da publicação da constituição do Sindicato, deu-se uma explosão de notícias e de um desejo de intensificar o momento de choque e de crise com as respostas das instituições. Durante o período que decorreu entre a Audiência Nacional e a decisão do Tribunal Supremo, dificilmente são encontradas referências nos media mainstream em relação ao tema e inclusive ao Sindicato em geral. Foi retomada a questão sucintamente com a decisão do Supremo, que abriu portas para introduzir novas discussões abolicionistas, como a supramencionada.

³⁰⁰ Lozano, M. (15/06/2021). «El olvido del Tribunal Supremo». Em *El País*. https://elpais.com/elpais/2021/06/10/mujeres/1623346029_745433.html. [Recuperado a 17/06/2021]. Tradução própria.

Concluo, pois, que não se trata apenas de uma parte – considerável – da sociedade que não é ouvida pelas principais instituições políticas e meios de comunicação, mas que estamos perante um silenciamento e marginalização ativos e intencionais. TS que não têm reconhecimento formal do seu trabalho, não têm apoios estatais, nem direitos fundamentais garantidos, decidem organizar-se no âmbito da lei e cumprindo todos os requisitos. A resposta que recebe das instituições perante a sua organização é que ativamente está a trabalhar no sentido de anular a sua existência. E esse processo é suportado, ou ocorre de maneira concertada com outras organizações, ao mesmo tempo que meios de comunicação que contribuem para promover um discurso de desinformação. Estamos perante um expoente máximo da marginalização.

IV. OS DESAFIOS DO CORONAVIRUS: DA NECROPOLÍTICA À SOBREVIVÊNCIA

4.1 A crise pandémica

Em dezembro de 2019 começaram a ser detetados os primeiros casos do vírus SARS-CoV-2 na cidade de Wuhan³⁰¹, que rapidamente se alastraria a nível mundial. A 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou o estado de pandemia mundial causada pelo vírus³⁰². No dia 13 de março, com 4200 casos de contágio e 120 mortes em Espanha, o Primeiro-Ministro Pedro Sánchez declarou que se iniciaria nesse mesmo sábado, 14 de março de 2020, estado de emergência. O estado de emergência («estado de alarma» em Espanha) é regulado pelo artigo 116.º da Constituição Espanhola, bem como pela Lei Orgânica 4/1981 e contempla situações de catástrofe, desabastecimento ou crises de saúde pública³⁰³. A partir de 14 de março de 2020, foram tomadas medidas à limitação da liberdade de circulação de pessoas, sendo permitido o uso da via pública só para casos concretos, como compra de produtos de primeira necessidade, deslocação ao local de trabalho e residência e alguns outros motivos de força maior devidamente justificados³⁰⁴.

Nesse momento, Pedro Sánchez garantia, em conferência de imprensa, que «o Governo de Espanha vai proteger todos os seus cidadãos e vai garantir as condições de vida adequadas para travar a pandemia com o menor impacto negativo possível»³⁰⁵. Duas semanas mais tarde, com 73000 casos de contágio e 5982 mortes, o Governo comunicou que iria tomar medidas restritivas mais severas a partir do dia 30 de março de 2020, paralisando todas as atividades, salvo as consideradas de primeira necessidade (alimentação de pessoas e animais, cuidados de saúde, forças e corpos de segurança do Estado, meios de comunicação e transportes

³⁰¹ Huang, C. et al. (2020). «Clinical features of patients infected with 2019 novel coronavirus in Wuhan, China». Em *Lancet* 2020; 395: 497–506.

³⁰² Adhanom, T. (11/03/2020). «WHO Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19». Em *World Health Organization*. <https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020>.

³⁰³ Foi a segunda vez que o país viveu situação política semelhante, sendo que o primeiro estado de emergência na história do país ocorreu em 2010, como meio de impor fim da greve de controladores aéreos. Gil Grande, R. (13/03/2020), «Sánchez declara el estado de alarma para afrontar con la "máxima agilidad y contundencia" el coronavirus». Em *RTVE*. <https://www.rtve.es/noticias/20200313/pedro-sanchez-declara-estado-alarma-nacional/2009974.shtml>. [Recuperado a 04/03/2021].

³⁰⁴ El País (15/03/2020). «Consulte el real decreto por el que se declara el estado de alarma en España». Em *El País*. <https://elpais.com/espana/2020-03-14/consulta-el-real-decreto-por-el-que-se-declara-el-estado-de-alarma-en-espana.html>. [Recuperado a 04/03/2021].

³⁰⁵ *Ibidem*. Tradução própria.

públicos)³⁰⁶. Foi, neste contexto, clarificado que empregades que se vissem perante esta situação, forçades a parar a sua atividade laboral teriam uma justificação de ausência sem que isso afetasse o seu salário (o qual se manteria como até então). Uma vez superada a situação de emergência, então ês trabalhadores poderiam estabelecer acordo com ês empresáries para ampliar os seus horários até 31 de dezembro como forma de recuperar os dias de inatividade de maneira paulatina³⁰⁷.

Na verdade, foi nesse mesmo mês, em março de 2020, que dentro das atividades profissionais consideradas documentadas e reguladas, 285000 empregos foram destruídos e 563000 trabalhadores viram-se afetados por ERTE³⁰⁸. Também nesse mês, 833979 pessoas deixaram de descontar para a Segurança Social³⁰⁹. Note-se que estes dados não consideram empregos informais. Pela sua situação irregular, somada ao contexto pandémico, não é precipitado imaginar que este tipo de trabalhos também tenham sofrido uma quebra acentuada. No final de 2020, Espanha registou uma taxa de desemprego de 16,13%³¹⁰. Esta percentagem não inclui ERTEs nem trabalhadores por conta própria que cessaram atividade.

É, neste contexto, que surge a questão sobre o que sucede com trabalhadores que não entram, por diversos motivos, nas atividades laborais formalmente reconhecidas, como é o caso

³⁰⁶Menéndez, M. (28/03/2020). «El Gobierno endurece el confinamiento y paraliza todas las actividades salvo las esenciales desde el lunes». Em *RTVE*. <https://www.rtve.es/noticias/20200328/sanchez-anuncia-paralizacion-todas-actividades-salvo-esenciales-desde-este-lunes/2011000.shtml>. [Recuperado a 04/03/2021].

³⁰⁷*Ibidem*.

³⁰⁸Jorrín, J. G. (28/04/2020). «El covid-19 destruye 285.000 empleos y deja 563.000 afectados por ERTE en marzo». Em *El Confidencial*. https://www.elconfidencial.com/economia/2020-04-28/paro-abril-coronavirus-crisis-primer-trimestre-epa_2569439/. [Recuperado a 04/03/2021].

ERTE é um acrónimo para «Expediente de Regulación Temporal de Empleo», uma medida que muitas empresas decidiram tomar neste contexto pandémico, permitindo, nesse caso, dar a suspensão laboral temporária de um contrato de trabalho devido a circunstâncias de força maior. Não se dá, portanto, rescisão do contrato de trabalho, mas a empresa deixa de pagar a trabalhadores, que por sua vez deixam temporariamente de praticar a sua atividade laboral. Anteriormente era requerido que trabalhadores tivessem descontado um determinado período de tempo para poder receber este apoio do Estado, mas nesta situação excecional, o Governo aprovou um pacote de medidas entre as quais qualquer trabalhador, independentemente se descontou o suficiente anteriormente ou não, poderia ter direito a este tipo de apoios. Nesse caso, trabalhadores receberiam nos primeiros seis meses 70% da base de salário, contando os 180 dias prévios declarados, e 50% a partir do sétimo mês. (cf. De la Cruz, S. (2020). «¿Qué es un ERTE y cómo afectará a trabajadores y empresas en España». Em *El Economista*.

<https://www.economista.es/economia/noticias/10421953/03/20/Que-es-un-ERTE-y-como-afectara-a-trabajadores-y-empresas-en-Espana.html>. [Recuperado a 04/03/2021] e Florio Barcelona, L. (2020). «¿Qué es un ERTE y cuáles son tus derechos como trabajador?». Em *La Vanguardia*, <https://www.lavanguardia.com/economia/20200320/474272215730/erte-empleo-paro-derechos-trabajador-que-es-cobrar-seguridad-social.html>. [Recuperado a 04/03/2021].

³⁰⁹Jorrín, J. G. (02/04/2020). «La crisis del coronavirus destruyó 834.000 empleos en marzo, el peor dato de la historia». Em *El Confidencial*. https://www.elconfidencial.com/economia/2020-04-02/crisis-coronavirus-destruccion-historica-empleo_2530303/. [Recuperado a 04/03/2021].

³¹⁰*El Economista* (28/01/2021). «El paro sube en 527.900 personas en 2020 y se destruyen 622.600 empleos, los peores datos desde 2012». Em *El Economista*. <https://www.economista.es/economia/noticias/11017392/01/21/El-paro-sube-en-527900-personas-en-2020-y-se-destruyen-622600-empleos-los-peores-datos-desde-2012.html>. [Recuperado a 04/03/2021].

do trabalho sexual, cujo âmbito legal contextualizei anteriormente. O Governo afirma ter reunido esforços para remediar situações laborais e económicas que se encontram particularmente frágeis no contexto pandémico e pós-pandémico. No entanto, quem se encontra numa posição laboral, económica e social ainda mais vulnerável pela falta de reconhecimento formal – quem não esteja inscrito na Segurança Social na qualidade de trabalhador, quem não tem contrato de trabalho, relações laborais de carácter especial ou que não tenham a sua situação administrativa regularizada - ficou excluído dos vários apoios criados pelo Estado neste período.

4.2 COVID-19 e o trabalho sexual

Evidentemente, também o trabalho sexual se insere neste contexto de falta de reconhecimento laboral. Apesar de não ser uma atividade ilegal *per se*, como referido em outros momentos, várias das atividades que compreendem este tipo de trabalho carecem de reconhecimento formal-legal. Muites TS (assim como restantes grupos do precariado) viram-se não só impossibilitados de exercer as suas funções laborais e, por tanto, de manter os seus rendimentos, como também descartados de apoios e compensações do Estado como forma de assegurar acesso a condições mínimas de vida.

Antes de partir para a análise detalhada do caso que ocorreu com o trabalho sexual, é importante clarificar previamente alguns conceitos fundamentais. As divisões e tipologias do trabalho sexual não estão claramente definidas ou unificadas. Sanders et al.³¹¹ traçam uma distinção entre trabalho sexual direto (que implica contacto presencial e físico, por exemplo *escorting*³¹², massagem erótica, etc.) e trabalho sexual indireto (por exemplo, a interação com clientes online, como *webcamming*). Outras autoridades, contudo, partem destes termos - «trabalho sexual direto ou indireto» para estabelecer como critério de diferenciação a presença ou ausência de contacto genital. Nesse caso por exemplo, práticas como *lap dances*, dominação ou *bondage*, massagens, entre muitos outros enquadrar-se-iam no critério de trabalho sexual indireto³¹³. Efetivamente, não há um consenso sobre a aplicação destes conceitos.

³¹¹ Sanders, T., et al., (2018). *Internet Sex Work: Beyond the Gaze*. Cham: Palgrave Macmillan, Springer Nature. DOI: https://doi.org/10.1007/978-3-319-65630-4_1.

³¹² Pessoa que exerce trabalho sexual através de agência ou de maneira independente que pode incluir também o acompanhamento a eventos sociais.

³¹³ Harcourt, C. & Donovan, B. (2005). «The many faces of sex work». Em *Sex Transm Infect* 2005; 81. 201–206. DOI: 10.1136/sti.2004.012468.

Conceptualmente, distancio-me desta última distinção, por considerar que apresenta uma visão redutora da sexualidade e pouco representativa da realidade do trabalho sexual. Por outro lado, esta última distinção desvirtua o que pretendo ter aqui em consideração, e que está relacionado também com o risco de transmissão da COVID-19, e com riscos para a saúde e a vida que extravasam o foco da sexualidade genital.

Decido, então, propor um novo plano de diferenciação que considero particularmente revelante para diferenciar tipos de trabalho sexual e o impacto sofrido na pandemia. Um ensaio de Hypatia Vourloumis³¹⁴ leva-me a refletir sobre a multiplicidade de critérios que podem definir o toque e como nos pode afetar de uma maneira tão plural. Noutro momento, será profícuo repensar esta materialização diversa, como podemos extravertê-la para pensar também a sexualidade e, inclusive, a sua aplicação no trabalho sexual. De momento, cinjo-me ao conceito de háptico, do grego *háptō*, referente ao tato – e à experiência, comunicação e percepção corporal que implica, transpondo esta reflexão para o mundo do trabalho sexual. Traço, portanto, uma diferenciação entre o trabalho sexual que implica um contacto tátil – háptico - e o que não implica essa proximidade tátil – não háptico. Dentro do primeiro grupo, *trabalho háptico*, encontramos atividades tais como trabalho na rua, em clubes e agências (pubs, clubes, casas, saunas, *doorways*, *door knock*, *strip*, sub/dom, massagens, alterne, etc.), *call girls* e trabalho independente. No segundo grupo, isto é, *trabalho não háptico*, encontramos, designadamente, o mundo do trabalho virtual online (*cams*, pornografia), mas também cabines de strip, entre outras, que impliquem uma clara barreira física entre clientes e trabalhadoras.

«Trabalho sexual» é um conceito extremamente abrangente e cada sector tem os seus próprios desafios, necessidades e exigências. Naturalmente, trabalhadoras que exerçam dentro do âmbito háptico viram-se fortemente afetadas, não só porque se expõem diretamente ao risco de transmissão da COVID-19, como também porque tiveram as suas atividades diretamente paralisadas. Contudo, independentemente do tipo de trabalho exercido, tanto TS como tantas outras trabalhadoras, sofreram fortemente os impactos da pandemia, de maneiras distintas e com vários graus de intensidade.

Como indica Sabrina Sánchez, responsável pela comunicação do Sindicato OTRAS:

³¹⁴Vourloumis, H. (2015). «Ten Theses on Touch, or, Writing Touch». Em *The Haptic, a special issue of W&P*. Bradley, R. (Ed.) 4 dezembro de 2014, *Women and Performance*. Em <https://www.womenandperformance.org/ampersand/ampersand-articles/ten-theses-on-touch-or-writing-touch-hypatia-vourloumis.html>.

«É que era muito difícil, era impossível trabalhar, e ainda para mais com o medo da gente é que... E chegas a um momento e dizes “bom, deixo de ter medo do COVID, porque tenho mais medo da fome”, mas os próprios clientes também estavam, e também estão, alguns ainda estão temerosos.»³¹⁵

Ou seja, ês TS viam-se num contexto de privação de rendimentos (trabalhadoras de rua, de clubes ou em casas, por exemplo, caso continuassem a exercer iriam contra a lei nessa fase). Es próprias trabalhadoras receavam, naturalmente, os riscos tanto de contágio pela COVID, como repressão policial, mas como indica Sabrina Sánchez, chega a um ponto em que esses medos são superados pela necessidade. No entanto, mesmo superando os normais e fundamentados receios de exposição ao vírus, ou temendo as consequências da polícia e estando dispostes a manter a sua atividade laboral, ês trabalhadoras também enfrentavam o medo dos próprios clientes, pelos mesmos motivos e, portanto, viam os seus rendimentos radicalmente – se não totalmente – cortados.

As consequências das circunstâncias vividas, fazem-se sentir, por outro lado, já para além do confinamento e parecem ter um impacto que começa a enraizar-se tanto na economia em geral, como no trabalho sexual em específico. Como refere Lourdes Ros, da Fundación Triángulo:

«O que está a acontecer (...) é que os clientes estão a baixar os preços, porque sabem que há uma necessidade. (...) E lamentavelmente, [as trabalhadoras] têm que aceitá-lo porque têm que pagar o quarto, têm que pagar comida, então... também estão a atravessar uma fase inclusive de humilhação, sabes? E, e... é que já não só ganho menos, mas é que também tenho que sofrer essa humilhação de que me diz [o cliente] “é que vais aceitá-lo” [o preço que o próprio cliente propõe] e isso já nos disseram muitas mulheres... Mas não há outra opção! Para além do mais, baixar os preços quer dizer que vai afetar a todas, quer dizer que já ninguém vai voltar ao preço de antes. Isto por um lado e logo... eles, como sabes, e elas, movem-se e vão ocupando distintos sítios. Com estas medidas do confinamento, é mais complicado a... é mais complicada a mobilidade. (...) Se ficam num lugar habitual, têm que pagar arrendamento e para além do mais são arrendamentos monstruosos, porque como é arrendar sem contrato e sem documentação, nessas circunstâncias pedem 700, 800€ por um quarto, eh, por semana. Então a qualidade de vida piorou e está a piorar muitíssimo... bom, como a de muitas pessoas, infelizmente, mas é certo que este é um setor muito, muito desfavorecido»³¹⁶.

Aqui identifico duas ideias-chave para entender o que tem vindo a suceder com o trabalho sexual nos últimos meses. Por um lado, uma realidade que tem vindo a ser

³¹⁵ Sabrina Sánchez, 30/09/2020, anexo 13. Tradução própria.

³¹⁶ Lourdes Ros, 17/11/2020, anexo 9. Tradução própria.

comummente descrita, é a da desvalorização dos preços associados aos serviços do trabalho sexual. Ou seja, não só os TS se viram incapacitados para manter a sua atividade laboral e, conseqüentemente, rendimentos, como o poder de compra diminuiu fortemente, e a necessidade aumentou em proporção. Neste sentido, os preços, que não são tabelados, mas que são estabelecidos por modelos comparativos e nalguns casos entre acordos mútuos e prévios entre trabalhadores, foram baixando desde o início da pandemia, o que agravou a situação de precariedade.

Por outro lado, surge uma questão de extrema importância, que une as condições e necessidades básicas de vida e de trabalho. Dependendo da área de trabalho, não é incomum, (sobretudo em trabalhos de alterne, clubes ou casas), que a residência habitual de TS corresponda ao próprio local de trabalho. Nesses casos, como refere Lourdes Ros, supracitada, trabalhadores pagam um preço para arrendar o espaço, normalmente com valores bastante elevados. No período do confinamento, com falta de opções e alternativas de mobilidade, muitas pessoas viram-se forçadas a manter de maneira fixa um só local de residência e trabalho. Como consequência, tiveram que suportar consideráveis despesas de arrendamento. Não foi, por isso, estranho assistir a casos em que trabalhadores não conseguiram corresponder aos valores de arrendamento exigidos, uma vez que se encontravam privados de fontes de rendimento, levando a muitas ameaças e execuções de despejos. Ainda que a 22 de dezembro de 2020³¹⁷ o Governo espanhol tenha suspenso, temporariamente, a possibilidade de despejos de moradores do seu local de residência por falta de pagamento da renda – em vigor até 9 de agosto de 2021 – é certo, no entanto, que tais despejos foram vivenciados e denunciados de maneira regular³¹⁸. Nos casos aqui analisados, mais clara e evidente é esta possibilidade, já as situações consideradas são maioritariamente sem contratos laborais ou de arrendamento – encontramos-nos num vazio legal, pelo que se torna difícil argumentar a violação da lei. Ao não ter a atividade profissional reconhecida, os TS estão impedidos de aceder a uma série de direitos sociais e laborais, como são a reforma, Segurança Social, subsídio de desemprego, baixa médica, entre outros. Mas também indiretamente são afetados, nomeadamente, nas dificuldades de arrendamento/compra de casa, ou empréstimos, por

³¹⁷ Cf. Real Decreto-ley 37/2020, de 22 de diciembre, de medidas urgentes para hacer frente a las situaciones de vulnerabilidad social y económica en el ámbito de la vivienda y en materia de transportes. Publicado em «BOE» núm. 334, de 23/12/2020. https://www.boe.es/diario_boe/txt.php?id=BOE-A-2020-16824.

³¹⁸ De acordo com o Consejo General del Poder Judicial, em 2020 verificam-se 34750 execuções hipotecárias (Cf. Poder Judicial (2020). «Estadística sobre Ejecuciones Hipotecarias». Em *Poder Judicial*. <https://www.poderjudicial.es/cgpj/es/Temas/Estadistica-Judicial/Estadistica-por-temas/Datos-penales--civiles-y-laborales/Civil-y-laboral/Estadistica-sobre-Ejecuciones-Hipotecarias/>).

exemplo, já que não é possível demonstrar rendimentos. Como denuncia Anneke Necro situações que companheiras suas vivenciaram:

«As raparigas que trabalhavam em clubes eh, mandaram-nas embora dos clubes porque, claro, se não estavam a trabalhar, tal. Então, como muitas não tinham casa, nem sítio para onde ir dormir, tiveram que ir... e ficaram na rua, trabalhavam na rua e viviam na rua.»³¹⁹

Não é possível negar o quão violentas são estas medidas fortemente restritivas tomadas pelo Governo, se não são acompanhadas por alternativas e apoios reais e concretos. Evidentemente, o trabalho háptico viu-se intensamente afetado pela pandemia já que, pela sua própria génese, implica um tipo de contacto que passou a ser não só receado como proibido. Na maioria dos casos, a atividade ficou paralisada por algum tempo, ou trabalhadoras mantiveram um número reduzido de contactos com clientes mais próximos, apesar de em teoria não poderem realizar tais atividades. Noutros casos, determinados clubes permaneceram abertos, ainda que contra a lei, pondo em risco a saúde e a segurança de quem trabalhava nesses locais. Houve também quem procurasse passar para o formato online, para adaptar-se às circunstâncias. Vejamos, então, que impactos teve o trabalho sexual não háptico. Raj Redlich, trabalhador sexual no âmbito da pornografia *freelance*, conta:

«Muita gente dizia, “não, como há muita gente que agora está em casa, então vê mais porno e tal”, hummm... não necessariamente, eh. Porque para muitos dos nossos clientes a rotina mudou muito, e ao ter família, bom, se estavam todo o dia em casa com a família, também não tinham tempo para porno, mas enfim [não afetou] nem positiva, nem negativamente.»³²⁰

Como sublinha Raj Redlich, numa primeira instância, é certo que poder-se-ia considerar que no âmbito digital o trabalho sexual evidenciou inclusive melhorias, mas é aqui apresentada também uma nova perspetiva de limitações reais quotidianas que afetaram muitas das pessoas em contexto de confinamento, tais como a neutralização de espaços e tempos privados. Anneke Necro, que também continuou a exercer durante o confinamento no formato online, conta de que maneiras se sentiu afetada pelo confinamento:

«O confinamento foi bastante desastroso eh... (...) O nosso trabalho já levava uns meses que não estava muito bem eh... porque também em Espanha, ou seja... antes do COVID já havia crise económica (...). Então, claro, tudo isto a nós afeta-nos, porque evidentemente estamos muito ligadas ao dinheiro e à riqueza que exista no país. A gente, ou seja, se... se não tem dinheiro e se lhes baixam os rendimentos, evidentemente o último em que pensam é em nós, evidentemente! Então, claro, vivemos uns meses complicados e a quarentena então foi...

³¹⁹ Anneke Necro, 25/09/2020, anexo 5. Tradução própria.

³²⁰ Raj Redlich, 19/10/2020, anexo 12. Tradução própria.

terrível, porque para além do mais não pudemos receber nem ERTes, nem desemprego, nem absolutamente nada, ou seja, vivemos basicamente de poupanças. (...) E eu, por exemplo, e outras companheiras do porno, que estamos mais habituadas a “vender-nos” e autoproduzir-nos, fomos conseguindo safar-nos com isso. Mas foi... realmente... terrível.»³²¹

Anneke acrescenta, portanto, aqui um outro dado bastante interessante, sobre o facto de a economia acompanhar diretamente este tipo de trabalhos, que em momentos de crise e recessão se veem fortemente afetados. Esta informação, no entanto, contrasta com notícias, artigos e investigações publicados recentemente, que revelam que o consumo de pornografia aumentou durante o período do confinamento³²². De acordo com o estudo publicado pelo Pornhub (uma das principais páginas web destinadas à partilha de conteúdo pornográfico), que durante o primeiro mês do confinamento ofereceu o registo na sua conta premium gratuitamente, o registo e consumo na sua página aumentou em 61,3%³²³ comparando com o movimento anterior habitual da página. Este contraste de relatos deve-se à diferença entre o tipo e custos de produção destas páginas mainstream³²⁴, geralmente de acesso livre e sem contribuir diretamente para o salário de TS, e o trabalho des performers aqui entrevistades, com material produzido para plataformas mais inclusivas e diversas, geralmente com acesso mediante pagamento – este último com uma adesão mais limitada e com mais impacto direto nos rendimentos de TS.

Em março de 2020, saem algumas notícias sobre a frágil situação económica des TS: «Todas as medidas sociais adotadas pelo Governo para atenuar esta emergência estão destinadas a pessoas em situação regular. Mas mulheres que inclusive estejam nesta situação, não podem demonstrar rendimentos nem na maioria dos casos pedir ajudas para o

³²¹ Anneke Necro, 25/10/2020, anexo 5. Tradução própria.

³²² Zattoni, F., et al. (2020). «The impact of COVID-19 pandemic on pornography habits: a global analysis of Google Trends». Em *International Journal of Impotence Research* (2020). DOI: <https://doi.org/10.1038/s41443-020-00380-w> e Pornhub (2020). «Coronavirus Insights». Em *Pornub*. <https://www.pornhub.com/insights/coronavirus>.

³²³ Valor registado no dia 16 de março de 2020.

³²⁴ Páginas como Pornhub aceitam a submissão de vídeos da maioria des utilizadores sem que sejam submetidos a processos exaustivos de verificação e revisão. Por esse mesmo motivo, esta página e várias que são geridas de maneira semelhante, estão associadas a denúncias por promover vídeos que estão associados à difusão e partilha de imagens e/ou vídeos de maneira não consentida e outro tipo de práticas não consentidas, sem conhecimento de gravação e divulgação, e/ ou sem retribuição monetária às pessoas envolvidas - o que é considerado crime de violência sexual. Veja-se, por exemplo, Shelton, T. (17/12/2020). «Pornhub sued for \$52 million in damages by 40 victims of GirlsDoPorn sex-trafficking operation». Em *ABC News*. <https://www.abc.net.au/news/2020-12-17/pornhub-sued-by-40-girlsdoporn-sex-trafficking-victims/12992798> [Recuperado a 13/08/2021] e Ritta, M. (18/06/2021). «Pornhub sued for allegedly serving nonconsensual sex videos». Em *CNN Business*. <https://edition.cnn.com/2021/06/17/tech/pornhub-lawsuit-filed/index.html>. [Recuperado a 13/08/2021].

arrendamento»³²⁵. Isto porque, ao não ser reconhecida a sua condição laboral nem, em muitos casos, o contexto de arrendamento que carece de contrato, não têm como apresentar a documentação requerida para obter as ajudas prometidas pelo Governo.

Aquando da publicação do Real Decreto-lei 20/2020, de 29 de maio de 2020, que foi posteriormente atualizado a 30/09/2020 e a 03/02/2021³²⁶, não é contemplada nenhuma atividade irregular que permita o acesso a estes apoios. Apesar de ser possível encontrar algumas exceções - como é o caso do risco de exclusão social (apresentado de maneira genérica) - em termos gerais é estabelecido como requisito a demonstração da situação económico-laboral «caso seja registado em qualquer uma das modalidades que integrem o Sistema da Segurança Social (...) ou em alguma mutualidade de previsão social alternativa ao regime especial da Segurança Social dos trabalhadores, seja por conta de outrem ou própria»³²⁷. Para aceder a este apoio, quase todos os requisitos não serão necessários em casos de «condição de vítima de tráfico ou de exploração sexual». Esta condição, por último, deverá ser comprovada «através de um relatório emitido pelos serviços públicos encarregues da atenção integral a estas vítimas ou pelos serviços sociais, bem como qualquer outro meio de acreditação que se determine regulamentarmente.»³²⁸ Isto significa, por um lado, que pessoas que sejam realmente sobreviventes de exploração ou tráfico sexual têm que ser oficialmente sinalizadas e reconhecidas enquanto tal pelas instituições para poder aceder a este apoio. Por outro lado, no mundo do trabalho sexual, que é uma realidade complementemente distinta, não haveria nenhum tipo de apoio. Exceto se alegando que estariam numa situação de exploração ou de tráfico sexual o que é, consubstancialmente, o oposto de tudo o que defendem, representam e reivindicam. Pela situação de desamparo e a necessidade do momento é, a meu ver, uma afronta à dignidade que uma TS tenha que declarar-se sobrevivente de uma destas situações para receber algum tipo de ajuda. Para além do mais, tem como resultado a manipulação de dados sobre tráfico e exploração sexual, contribuindo para um ciclo de desinformação que sustenta o discurso hegemónico.

³²⁵ Kohan, M. (24/03/2020). «Prostitución y trata: mujeres aún más vulnerables ante la emergencia sanitaria». Em *Público*. <https://www.publico.es/sociedad/prostitucion-coronavirus-prostitucion-trata-mujeres-invisibles-emergencia-sanitaria.html>. [Recuperado a 07/03/2021]. Tradução própria.

³²⁶ À data da escrita.

³²⁷ Em Real Decreto-lei 20/2020, de 29 de mayo, por el que se establece el ingreso mínimo vital. Publicado em «BOE» núm. 154, de 01/06/2020. <https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-2020-5493&b=8&tn=1&p=20210203#a5>. Art. 7º, 2. Tradução própria.

³²⁸ *Ibidem*, Art, 19º, 6.

Um mês mais tarde, começa a divulgar-se uma nova ajuda: «Vítimas de tráfico sexual e prostitutas vulneráveis receberão o Rendimento Mínimo desenhado pelo Governo frente ao coronavírus»³²⁹. O termo «prostitutas vulneráveis» não é claro nem clarificado ao longo da notícia - entendo que se refira a situações de exploração sexual. Esta é, efetivamente, uma das condições que parece ter sido estipulada pelo Governo para conceder tais ajudas: «vítimas de exploração sexual e tráfico»³³⁰. Neste período, saíam várias notícias internacionais com a projeção de que Espanha planeava estabelecer permanentemente um rendimento básico como resposta à crise do coronavírus³³¹. Entrou, assim, em vigor, em junho de 2020, o Real Decreto 20/2020, que estabelecia o «Ingreso Mínimo Vital» (IMV). Foi estabelecido que:

«A situação de pobreza e desigualdade existente em Espanha e o incremento da vulnerabilidade económica e social ocasionada pela COVID-19, exigem implementar com carácter urgente um mecanismo de garantia de rendimentos no âmbito nacional. (...) Esta prestação nasce com o objetivo principal de garantir, através da satisfação de umas condições materiais mínimas, a participação plena de toda a cidadania na vida social e económica, rompendo o vínculo entre a ausência estrutural de recursos e a falta de acesso a oportunidades (...)»³³²

Altas expectativas foram geradas. Mas essa ilusão rapidamente caiu por terra. Foram estabelecidas inúmeras condições para aceder a este apoio e, tal como refere o próprio website da Segurança Social, «é uma prestação dirigida a prevenir o risco de pobreza e exclusão social de pessoas (...) que carecem de recursos económicos básicos para cobrir as suas necessidades básicas»³³³. A realidade que cobre o IMV foi erroneamente descrita como o que poderia vir a ser o Rendimento Básico Incondicional, destinado independentemente dos rendimentos de cada pessoa. No caso do IMV, mesmo considerando os seus objetivos e alcance acabaram por ter resultados extremamente limitados. Não foi possível apurar evidências de que TS e outros

³²⁹ El Mundo/EFE (21/04/2020). «Vítimas de trata y prostitutas vulnerables percibirán el ingreso mínimo diseñado por el Gobierno ante el coronavirus». Em *El Mundo*, <https://www.elmundo.es/espana/2020/04/21/5e9ea2c2fc6c83393f8b4622.html>. [Recuperado a 07/03/2021]. Tradução própria.

³³⁰ La Moncloa (17/03/2020). «Igualdad impulsa un Plan de Contingencia contra la violencia de género ante la crisis del COVID-19». Em *La Moncloa*, <https://www.lamoncloa.gob.es/serviciosdeprensa/notasprensa/igualdad/Paginas/2020/170320-covid-viogen.aspx>. [Recuperado a 07/03/2021].

³³¹ Veja-se, por exemplo, Davies, P. (06/04/2020). «Spain Plans Universal Basic Income To Fix Coronavirus Economic Crisis». Em *Forbes*. <https://www.forbes.com/sites/pascaledavies/2020/04/06/spain-aims-to-roll-out-universal-basic-income-to-fix-coronavirus-economic-crisis/> [Recuperado a 16/03/2021] ou Arnold, C. (10/07/2020). «Pandemic speeds largest test yet of universal basic income». Em *Nature*. <https://www.nature.com/articles/d41586-020-01993-3>. [Recuperado a 16/03/2021].

³³² Em Real Decreto-ley 20/2020, de 29 de mayo, por el que se establece el ingreso mínimo vital. *op. cit.* Tradução própria.

³³³ Seguridad Social (2020). «Ingreso Mínimo Vital». Em *Seguridad Social*. <https://www.seg-social.es/wps/portal/wss/internet/Trabajadores/PrestacionesPensionesTrabajadores/65850d68-8d06-4645-bde7-05374ee42ac7>.

trabalhadores informais tenham recebido as ajudas previstas pelo IMV. No entanto, um ano depois de ser lançado este apoio económico, faz-se um balanço: «só 21% dos pedidos concedidos»³³⁴ e «o IMV chega a um terço dos lares previstos»³³⁵.

Como comentado numa notícia do *Público* de 23 de abril de 2020, «o projeto de ampliação das medidas anunciado pelo Governo levantou mal-estar e repreensão por parte de diversas organizações especializadas que trabalham com estas vítimas [exploração sexual]» As organizações indicam não só não ter sido consultadas para contribuir, mas também que denotam uma ausência de apoios e de alternativas que continuavam indisponíveis³³⁶. A este respeito, Maria José Barrera, do Coletivo de Prostitutas de Sevilha, refere:

«Fizeram publicidade sobre isso [apoio do Governo a TS]. E retiraram-no do BOE no último momento. Então não podíamos entrar como pessoas em contexto de prostituição. Apenas podíamos, eh... gerar... pedir o subsídio por pobreza. Mas por pobreza não cumprimos todos os requisitos. Não temos certificado de registo, não temos não sei o quê porque não cumprimos os papéis nem por pobreza. Então, por prostituição também não, porque nos retiraram o direito em contexto de prostituição, então só nos sobrava a opção de vítima de tráfico ou vítima de exploração. Para isso tens que denunciar uma coisa horrorosa, antes que te o deem.»³³⁷

Nas várias entrevistas realizadas, é notório como ês entrevistades delatam esta realidade com um discurso muito próximo ao de Maria José Barrera, facto a salientar sobretudo quando ês entrevistades em causa não têm contacto próximo nem frequente entre elus – ou, nalguns casos, nenhum contacto. A denúncia da situação de desespero face ao desamparo económico-social durante a pandemia é gritante nas várias entrevistas. Em todos os casos, também, é mencionada a falta de apoios, embora estes tenham sido fortemente publicitados, na mesma linha do que indica Maria José Barrera. Vejamos:

«Não só não nos deram [IMV] como nos enganaram. Ponho-te um exemplo: para o IMV este, parece que há um apartado para nós, ok? Nesse apartado, para solicitar este Ingresso, se não és vítima de tráfico/exploração sexual, não entras dentro do sistema para receber o Ingresso. (...) Entre colegas, desesperadas, não? Mentem e dizem que são vítimas destas situações para poder

³³⁴ Álvarez, R. J. (15/07/2021). «Un año de Ingreso Mínimo con sólo el 21% de solicitudes concedidas: "He soñado que no teníamos para comer"». Em *El Mundo*. <https://www.elmundo.es/espana/2021/06/15/60c79b61fc6c83c0788b469a.html>. [Recuperado a 22/08/2021].

³³⁵ Olías, L. & Ordaz, A. (14/07/2021). «El ingreso mínimo vital solo llega a un tercio de los hogares previstos un año después». Em *El Diario*. https://www.eldiario.es/economia/ingreso-minimo-vital-llega-tercio-hogares-previstos-ano-despues_1_8037127.html. [Recuperado a 22/08/2021].

³³⁶ Kohan, M & Coronado Sopeña, N. (23/04/2020). «Las ONG que atienden a víctimas de trata y prostitución, críticas con las medidas anunciadas por Igualdad para proteger a este colectivo». Em *Publico*. <https://www.publico.es/sociedad/violencia-machista-coronavirus-ong-atienden-victimas-trata-prostitucion-criticas-medidas-anunciadas-igualdad-protger-colectivo.html>. [Recuperado a 11/03/2021].

³³⁷ Maria José Barrera, 23/06/2020, anexo 10. Tradução própria.

aceder ao IMV. (...) É um dado do Governo, mas é um dado falso, porque nos obrigam a dizê-lo para receber uma miséria de ajuda, não? Com base numa premissa que é falsa.»³³⁸

Esta foi, de resto, uma opinião amplamente partilhada por várias entrevistades, pelo que se evidencia uma consensualidade de posicionamento: estou a considerar pessoas de condições muito distintas que coincidem muito no sentido em que ninguém ês protegeu e que o Governo prometeu ajudas que nunca chegaram³³⁹. A partir destes excertos, entendo ser possível constatar que as queixas são partilhadas e que se evidencia um generalizado descuido do Governo que, chegando a esta fase com tanta margem temporal desde o início da pandemia, progrediu para negligência continuada. Esta situação é histórica e sistémica face a muitos tipos de trabalho informal e também manifesto no caso do trabalho sexual. Esta realidade, contudo, agravou-se fortemente no contexto pandémico em que, como é possível observar nestes excertos, um número considerável de pessoas viu-se sem nenhum tipo de apoio, ajuda ou rendimento durante vários meses. Em todas as entrevistas, com exceção de uma, foi mencionada a fome e situação de sem-abrigo como respostas diretas às perguntas relacionadas com as consequências dos meses de pandemia.

Todes ês entrevistades consideram que caso o Sindicato OTRAS tivesse sido legalizado antes da pandemia, provavelmente os efeitos resultantes da crise teriam sido semelhantes aos vividos. Isto deve-se sobretudo ao facto de percecionarem o Sindicato como uma via, um instrumento para alcançar mudanças estruturais/legais, nomeadamente conquistas de reconhecimento e direitos laborais. Como no momento da maioria das entrevistas o Sindicato não estava formalmente reconhecido (tinha os estatutos impugnados) e, portanto, tinha pouca capacidade de ação legalista, a sua potencialidade de ação foi vista como reduzida. É reconhecido nas entrevistas, em algumas com mais, outras com menos esperança, o eventual papel do Sindicato num futuro. No entanto, pelo facto de ser um coletivo embrionário e das suas lutas pelo seu reconhecimento pioneiras, denota-se de maneira generalizada baixas expectativas em relação ao seu potencial de conquista de direitos imediatos.

Ora, no que respeita a perspetivas do foro das instituições do Estado, como indicado anteriormente, nenhum partido, Ministério ou representante do Governo me concedeu entrevista sobre esta temática, tendo a maioria se eximido a apresentar qualquer tipo de resposta

³³⁸ Evelin Rochel, 24/11/2020. Anexo 7. Tradução própria.

³³⁹ Cf. Anneke Necro, 25/09/2020. Anexo 5.

Lourdes Ros, 17/11/2020. Anexo 9.

Raj Redlich, 19/10/2020. Anexo 12.

Sabrina Sánchez. Anexo 13.

às minhas várias tentativas de contacto. Pablo Matilla, militante base do PSOE, que aceitou conceder entrevista sobre o tema, seguindo a linha abolicionista do partido que integra, quando questionado sobre os efeitos do contexto pandémico, refere:

«Creio que não se tratou muito este problema [falta de apoio social a TS] durante a pandemia, lamentavelmente... (...) Creio que foi um erro, eh... do Governo, creio que não se preocuparam muito. Creio que não, pelo que, vendo o que se passou, ninguém se preocupou muito por... eh a sua situação [de TS], digamos, que suponho que tenha sido muito pior. Sem dinheiro e a viver... nos bordéis, e... e... e com o seu... talvez inclusive com o seu chefe a receber alguma ajuda por terem um bar. Quando fecharam os bares deram essa ajuda à hotelaria, seguramente terá recebido dinheiro e tudo, ou seja... »³⁴⁰

Esta informação parece ser sustentada pelos dados existentes. A hotelaria, juntamente com o setor turístico e pequeno comércio, foram setores profundamente afetados pela pandemia. Receberam, por isso, diversos apoios estatais e regionais, como reduções dos valores dos arrendamentos e apoios ao seu pagamento, novas opções de financiamento, adiamento do pagamento de impostos, entre outros apoios que no total, ao finalizar o ano de 2020, alcançaram os 51.500 milhões de euros³⁴¹. Deste mesmo modo, tanto a entidade empregadora como trabalhadores puderam receber ajudas (como ERTE durante o período de inatividade). Neste caso, um bar de alterne que tivesse encerrado durante o período da pandemia, é proprietária do local receberia apoios, bem como seguranças, profissionais de limpeza, bartenders, funcionárias, mas uma TS que exercesse atividade no local, não.

Se, por um lado, ês entrevistades não veem que a legalização do Sindicato OTRAS fosse determinante para assegurar direitos no contexto pandémico, por outro, todes ês entrevistades, à exceção de um caso, consideram que se o trabalho sexual tivesse sido legalizado e reconhecido como trabalho antes da pandemia, os impactos vividos poderiam ter sido muito distintos. Consideram que as condições de vida neste momento e ao atravessar a crise pandémica, teriam sido consideravelmente diferentes num sentido positivo: poderiam ter recebido subsídio de desemprego, ou em caso de não proceder despedimento, receber medidas de apoio social que correspondessem (ERTE, IMV, etc.). Foi sinalizado 18 vezes no total das entrevistas o caso da Nova Zelândia como um exemplo de modelo legal de referência. Neste sentido, não posso deixar de salientar também como o militante do PSOE, Pablo Matilla,

³⁴⁰ Pablo Matilla Yáñez, 07/10/2020, anexo 11. Tradução própria.

³⁴¹ La Moncloa (22/12/2020). «El Gobierno aprueba nuevas ayudas a los sectores del turismo, la hostelería y el comercio minorista». <https://www.lamoncloa.gob.es/consejodeministros/resumenes/Paginas/2020/221220-cministros.aspx>.

quando interrogado sobre os possíveis impactos da legalização do trabalho sexual antes da pandemia, indica:

«Claro, se fosse uma situação legal isso facilitaria muito as coisas, quero dizer, podiam [TS] ter solicitado um ERTE, estariam registados na Segurança Social, fariam descontos... Mas claro, o que dizia antes: se se reconhecesse tudo isto... eu creio que... ou seja, as que fossem legais, as que tivessem forma legal, poderiam fazer tudo isto, mas creio que a grande maioria não estaria legal. Ou seja, se todos... claro, é muito difícil chegar a todos. Se isto fosse uma atividade económica normal, bom, “normal”, quero dizer... poderia regular-se, poderia estar estruturado, poderia passar, mas... ao ser isto, ainda que fosse legalizado, eu creio que a grande maioria seguiria em situação irregular.»³⁴²

Este é um aspeto que outres entrevistades, nomeadamente Maria José Barrera³⁴³, Lourdes Ros³⁴⁴ e Sabrina Sánchez³⁴⁵ destacam – sobre os atuais critérios que definem as situações de irregularidade e que impossibilitam muitas vezes o acesso ao reconhecimento. No entanto, é igualmente sublinhado um aspeto importante no que diz respeito à possibilidade de legalização do trabalho sexual e que é mencionado nalgumas entrevistas – nomeadamente a de Lourdes Ros e Maria José Barrera – que tem que ver com a questão tributária associada à legalização do trabalho sexual. Como explicam, em muitos casos trata-se do trabalho como uma forma de sobrevivência, pelo qual, por mais pequena que seja a quantia de dinheiro, é relevante e faz a diferença. Assim, a possibilidade de que sobre estes valores do rendimento sejam ainda afetados negativamente pelas deduções tributárias parece também levantar uma discussão. Neste caso, a menos que seja possível assegurar valores mínimos pelos serviços e descontos proporcionalmente justos, é exposto por estas entrevistadas como a legalização poder-se-ia revelar, nalguns casos, um enorme peso fiscal para ês TS, expondo-ês ainda mais à precariedade. No caso de trabalhadoras por conta própria, por exemplo, os descontos geralmente situam-se entre os 19% e os 47%³⁴⁶. É, portanto, considerada aqui uma possibilidade laboral que pressupõe um privilégio a que muitas não se podem permitir. Esta problemática acarreta, assim, muitas questões extremamente complexas que merecem, numa outra ocasião, a devida reflexão e discussão: não se trata só de pensar sobre legalizar, mas sim como legalizar.

³⁴² Pablo Matilla Yáñez, 07/10/2020, anexo 11. Tradução própria.

³⁴³ Remeto para o anexo 10.

³⁴⁴ Remeto para o anexo 9.

³⁴⁵ Remeto para o anexo 13.

³⁴⁶ As.com (14/03/2021). «Autónomos en la Declaración de la Renta 2020-21: ¿Cuáles son las tablas de tramos del IRPF?». Em As. https://as.com/diarios/2021/03/14/actualidad/1615718927_922192.html. [Recuperado a 22/08/2021].

De todo modo, é evidente que, neste momento, uma esmagadora maioria dos TS situa-se no esquecimento e no silenciamento. Esta realidade não é uma novidade, mas é certo que se agravou com o contexto pandémico, um contexto que não se vivia desde há um século atrás e cuja gravidade e impactos vividos foram verdadeiramente preocupantes. Perante momentos críticos como estes, impera a intervenção do Estado Social, como o próprio Estado Espanhol se designa no artigo 1º da Constituição³⁴⁷. No entanto, apesar das várias garantias e promessas, os meses da pandemia foram particularmente duros para quem não pôde continuar a exercer a sua atividade laboral, vendo-se desprovido de rendimentos. O impacto recaiu, em especial, sobre quem enfrentou não só a paralisação da sua atividade, como também o não reconhecimento, deparando-se com a ausência de qualquer tipo de proteção social. Nos últimos meses reproduzia-se a ideia de que a COVID não faz distinções, não reconhece barreiras sociais, económicas, geográficas. Diria que esta afirmação se fica só pela meia-verdade. Não só porque o seu contágio é maior ou menor de acordo com as condições de habitação, de transportes e de trabalho de cada uma, como também o seu impacto é condicionado pela possibilidade de acesso à saúde, aos apoios sociais e às condições materiais de base. Neste sentido, há uma evidente diferenciação social nas repercussões e efeitos do vírus como consequência direta de uma gestão política assente na discriminação³⁴⁸.

4.3 Gestão nos corpos na produção liminar e necropolítica

Com Foucault aprendemos como a política é feita a partir da gestão dos corpos. O vírus não trouxe necessariamente mudanças estruturais na forma como é feita esta gestão e controlo. Ao invés, «não faz mais que replicar, materializar, intensificar e estender a toda a população as formas dominantes de gestão biopolítica e necropolítica»³⁴⁹. É interessante, neste sentido, evidenciar como a gestão dos corpos e, em específico da sexualidade, atingiu um alcance e um nível de intromissão extraordinário. Tanto pelos próprios governos, como pelas instituições de saúde reconhecidas de vários países, chegaram, inclusive, a ser publicadas recomendações

³⁴⁷ Citando o ponto 1 do artigo 1º: «Espanha constituiu-se num Estado Social e democrático de Direito, que defende como valores superiores do seu ordenamento jurídico a Liberdade, a justiça, a igualdade e o pluralismo político». Constitución Española. Boletín Oficial del Estado, 29 de diciembre de 1978. Em «BOE» núm. 311, de 29 de diciembre de 1978. <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-1978-31229>. Tradução própria.

³⁴⁸ Agamben, G., et al. (2020). *Sopa de Wuhan. Pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemias*. Madrid: ASPO.

³⁴⁹ *Ibidem*, 168.

sobre tipos de práticas e posturas sexuais a adotar, e as que deveriam ser evitadas³⁵⁰. O incentivo à heteromononormatividade foi também uma constante, tendo países beneficiado as relações legalmente reconhecidas – matrimónios e uniões de facto - incentivando relações de exclusividade³⁵¹.

As tecnologias do poder, contudo, não se limitam somente a permitir viver e controlar todas as dimensões da vida, mas também ditam a quem se privilegia a vida e a quem se pode deixar morrer. Como refere Mbembe³⁵², há formas de existência social associada a determinados grupos que são submetidas a condições de sobrevivência que lhes confere um *status* entre a vida e a morte, com o objetivo de alimentar a sua exploração e, finalmente, destruição destes corpos - necropolítica. As políticas contemporâneas não se limitam a «permitir viver» e controlar as várias dimensões que compreendem a vida, mas também a ditar quem pode viver e quem se pode expor à morte e deixar morrer. A necropolítica para além do direito a matar, trata sobre o direito a expor determinadas pessoas a técnicas de morte. É precisamente este tipo de gestão que podemos encontrar em várias categorias de trabalho do precariado pós-fordista.

Ao considerar o esquecimento, o silenciamento e a negligência social e legal que vive uma parte des TS, torna-se evidente que nestes corpos são exercidos os poderes anatomopolíticos, biopolíticos e necropolíticos. A anatomopolítica, com a atuação do poder disciplinar através do controlo policial e legal, bem como da regulação de intervenções médicas. A biopolítica assegura uma gestão normalizada e normalizadora dos corpos, a sua produção e alteração de maneira massificada e controlada. A necropolítica já que, apesar das várias gestões de controlo realizadas sobre os corpos des TS, estes carecem de apoios e consideração tanto económica, como social e legal. Citando Preciado:

«Estas são as tecnomáquinas sexuais do século XXI: corpos vivos aos que é negado o acesso ao espaço político, privados de discurso público, de direito à insubmissão, despojados de direito a

³⁵⁰ Veja-se, por exemplo: Renter, A. (16/09/2020). «Sexo sin besos para evitar el contagio por Covid-19, si no convives con tu pareja». Em *La Vanguardia*. <https://www.lavanguardia.com/vivo/sexo/20200916/483506686432/recomendaciones-sexo-seguro-covid-19.html>. [Recuperado a 22/08/2021] ou Pina, F. (16/09/2020). «Covid-19. Sexo em "espaços grandes e abertos" ou por mensagem - as recomendações da autoridade de saúde da Catalunha». Em *Observador*. <https://observador.pt/2020/09/16/covid-19-sexo-em-espacos-grandes-e-abertos-ou-por-mensagem-as-recomendacoes-da-autoridade-de-saude-da-catalunha/>. [Recuperado a 22/08/2021].

³⁵¹ Note-se, por exemplo: Gallagher, S. (30/09/2020). «Coronavirus: ¿El gobierno ha prohibido a las parejas tener relaciones sexuales?» Em *Independent Español*. <https://www.independentespanol.com/noticias/coronavirus-reglas-sexuales-distanciamiento-social-b721143.html>. [Recuperado a 22/08/2021] e JN (03/06/2020). «Regras do governo inglês geram polémica por "proibirem o sexo"». Em *Jornal de Notícias*. <https://www.jn.pt/mundo/regras-do-governo-ingles-geram-polemica-por-proibirem-o-sexo-12270592.html>. [Recuperado a 22/08/2021].

³⁵² Mbembe, A. (2011). *Necropolítica. op. cit.*

sindicalização, greve, seguro médico e desemprego. Aqui não há competição entre máquina e o trabalhador, como no fordismo tradicional, mas antes pelo contrário: o trabalhador converte-se em biomáquina sexual.»³⁵³

Na sexopolítica condensam-se estas formas de gestão que orientam o dispositivo da sexualidade contemporâneo. O contexto pandémico vivido é um momento culminante no cruzamento e aplicação das várias tecnologias do poder, desde a biopolítica à tecnologia da invisibilização. Por um lado, historicamente, a trabalhadora sexual é uma figura assediada, controlada e acusada em momentos de crises sanitárias e de pandemia como vetor principal de propagação de vírus³⁵⁴. Por outro lado, nestes momentos de crise, é possível evidenciar também o seu silenciamento, marginalização e precariedade.

As políticas de proteção tomadas no caso espanhol relevam-se, portanto, políticas sumamente insuficientes. Quando falamos em proteger «os cidadãos» – como prometeu o Primeiro-Ministro Pedro Sánchez – devemos também refletir sobre o que implica este conceito. Há uma suposta universalidade no acesso aos direitos da cidadania e igualdade que é amplamente promovida, ao mesmo tempo que vela determinados tipos de dominação, nomeadamente patriarcais e de classe³⁵⁵. O acesso aos direitos de cidadania está diretamente associado a questões de género, de classe, de etnia, geográficas e capacitistas. Como indica Yuval-Davis: «os direitos de cidadania estão ancorados nos campos político e social. Sem garantir o acesso a condições sociais, os direitos políticos são um vácuo»³⁵⁶.

A igualdade formal teórica em que assenta a teoria liberal fundamenta-se no seu carácter incerto e abstrato³⁵⁷. A volatilidade da definição e aplicação destes critérios e dos direitos civis é, assim, mobilizada de acordo com o conveniente que possa ser o discurso. Da mesma forma, as próprias concepções de soberania podem ter um carácter incerto e abstrato, já que os próprios Estados também mobilizam ora posições relativas ao «centro», ora de «periferia». A volatilidade deste discurso, que revela como os Estados não são nem atuam homogeneamente, permite, portanto, partir de conceitos hegemónicos para afirmar a sua soberania e autoridade sobre a população, bem como afirmar a burocracia e alienação dos sujeitos para posicionar-se

³⁵³ Preciado, P. B. *Testo Yonqui. op. cit.*, 217. Tradução própria.

³⁵⁴ Agamben, G.; et al. (2020). *Sopa de Wuhan. op. cit.*, 168-171.

³⁵⁵ Pateman, C. (1995). *El Contrato Sexual*. Barcelona: Antrophos.

³⁵⁶ Yuval-Davis, N. (1997). «Women, citizenship, difference». Em *Feminist Review* nº57, Autumn 1997. <http://www.jstor.org/stable/1395799>, 21. Tradução própria.

³⁵⁷ Assad, T. (2004). «Where are the Margins of the State? ». Em Das, V. & Poole, D. (2004). *Anthropology in the Margins of the State: Comparative Ethnographies*. New Mexico: SAR Press.

de maneira descentralizada. Este movimento permite, portanto, compreender como a construção e reificação das margens é, realmente, fulcral na produção e gestão dos poderes.

Em *Vita*, João Biehl³⁵⁸ conta a história das heterotopias, dos espaços de ninguém, onde se cruza, de alguma maneira paradoxalmente, o controlo biopolítico com o abandono social pela marginalização. *Vita* é um espaço construído por ocupações e mantido por residentes e *outsiders*. Neste espaço cabem todas as pessoas que não cabem no resto da sociedade normalizada. Entre uma investigação baseada em história de vida e etnografia, Biehl desvela como atuam as instituições e o Estado, com padrões sistemáticos de indiferença e negligência. O seu trabalho é uma denúncia das «máquinas da morte social na qual os improdutivos e indesejados estão hoje aprisionados»³⁵⁹. *Vita* representa, por isso, um lugar não-lugar onde são deixadas todas as margens que constituem a sociedade, mas que não devem ser vistas – a zona do abandono social. Na linha da necropolítica de Mbembe, estes processos de marginalização geram, por isso, a aniquilação social, a emocional e, finalmente, a física. Neste trajeto, as tentativas de retirada de capacidade de agência e de voz viabilizam os abusos e a negligência. Nas palavras de Biehl:

«*Vita* põe dolorosamente em evidência que há sítios atualmente, mesmo num estado fundado com a premissa de direitos humanos invioláveis, onde esses direitos já não existem, onde os sujeitos que vivem nestas instituições marginais são construídos como outra coisa, entre a vida e a morte. Estes sítios revelam que as noções dos direitos humanos universais são social e materialmente condicionados por imperativos médicos e económicos. *Vita* mostra também até que ponto um tipo de discurso dos direitos humanos (...) funciona na prática a partir de uma lógica de exclusão; e confirma que a morte pública mantém-se o centro de várias estruturas sociais (...). »³⁶⁰

Para o antropólogo, a globalização económica, reformas do Estado e da medicina, juntamente com a aceleração das reivindicações dos direitos humanos e da cidadania coincidem com uma contínua produção local de morte social silenciada. Sublinha, neste sentido, uma relevante tecnologia contemporânea: a tecnologia da invisibilidade, que transforma as pessoas em «coisas ausentes»³⁶¹. Na linha de Agamben e *homo sacer*, em que os poderes atuam com impunidade sobre a vida, a morte, ou num limbo entre estes dois, Biehl argumenta que estes grupos invisíveis estão incluídos na ordem social através da sua morte. Deixar morrer é uma

³⁵⁸ Biehl, J. (2013). *Vita: Life in a Zone of Social Abandonment*. Berkley: University of California Press.

³⁵⁹ *Ibidem*, 366. Tradução própria.

³⁶⁰ *Ibidem*, 317. Tradução própria.

³⁶¹ Biehl, J. (2005). «Technologies of Invisibility: Politics of Life and Social Inequality». Em Inada, J. X. (Ed). *Anthropologies of Modernity: Foucault, Governmentality, and Life Politics*. Oxford: Wiley-Blackwell. 248 – 271.

ação social legitimada pela retirada de agência das pessoas silenciadas e a produção discursiva da sua marginalização permite criar rótulos que legitimem a justificação da sua morte³⁶².

Ora, num estado entre a morte e a vida, e a vida não-vida e não-morte está, precisamente, quem se encontra na liminaridade turneriana. O seu estado ambíguo e indeterminado de «betwixt and between» leva a que este ponto seja uma fase, um processo, mas, também, um estado. Fora da norma e da sua hegemonia, nas margens, identifica-se por isso, no caso em análise, o silenciamento e a invisibilização³⁶³. Mas num contexto de imposição hegemónica, liminaridade também é exposição e vulnerabilidade. A hegemonia, portanto, incentiva uma normalização no mundo moral-sexual e reprime tudo e todes que não cumpram estas linhas. Neste sentido, produz a normalização de comportamentos aceitáveis. Sobre a liberdade e pluralidade de ações e de comportamentos, a hegemonia impera e procura estabelecer processos de estruturação à qual, na realidade, ninguém corresponde na totalidade: as próprias pautas e correspondências aos seus critérios são passageiros e voláteis. O que Turner sublinha, contudo, é como nas sociedades contemporâneas do Norte Global a liminaridade *per se* converteu-se numa forma avançada de divisão do trabalho, que «se tem frequentemente tornado num estado religioso ou quase-religioso, e, em virtude da sua cristalização, tem vindo a tender a reintegrar a estrutura»³⁶⁴. Atuam, portanto, inúmeras forças que procuram constantemente a manutenção dos seus poderes. A sua capacidade de mobilização foi exacerbada no contexto pandémico e as posições liminares as mais fortemente atacadas.

Partia, num momento anterior, de Didier Fassin para refletir sobre a banalização do sofrimento. Se esta realidade já se verificava previamente, durante o período atravessado pela pandemia causada pela COVID-19 deu-se um momento auge deste fenómeno social. Seguindo a linha de Fassin, em contextos onde é ciclicamente replicado o discurso do Estado Social e da proteção dos direitos humanos, paradoxalmente, os processos de atribuir os apoios mais fundamentais e básicos à vida e dignidade humanas são perccionados pelas próprias instituições como uma grande e excecional dádiva que, para a alcançar, é necessário passar por uma série de processos burocráticos, mas também emocionais, de expor ao máximo a condição de necessidade, de vítima, de miséria, de carência para, eventualmente, obter uma retribuição que dificilmente cobre as despesas. «(...) Redobra-se o processo de vitimização que opera

³⁶² *Ibidem*. 262-264.

³⁶³ Turner, V. (1979). «Betwixt and between: The liminal period in rites of passage». *op. cit.*

³⁶⁴ Turner, V. (1977). *The Ritual Process*, *op. cit.*, 167. Tradução própria.

nestes dispositivos ao considerar que os indivíduos se submetem de corpo e alma a esta empresa que os constringe a expor a sua vida como um aval moral para merecer a generosidade pública»³⁶⁵. É, precisamente, esta a gestão que se pôde identificar com ês TS no contexto pandémico e as situações limite a que foram expostos para solicitar – só solicitar, não receber – algum tipo de apoio.

Existem, portanto, constantes tensões entre liminaridade e poderes hegemónicos, visibilidade e invisibilidade, inclusão e abandono. Estas tensões identificam-se em permanente renovação entre os agentes sociais analisados nesta investigação. Para a esmagadora maioria des TS, a atuação sociopolítica em relação à sua situação de abandono extrema por parte das Instituições foi uma realidade. E esta experiência não foi o resultado de uma incapacidade momentânea de responder às necessidades da população em geral ou de precisar de mais tempo para mobilizar recursos. Trata-se, como disse, de uma reiterada e intencional exclusão e marginalização não só da integração na sociedade normalizada, mas do acesso aos direitos mínimos e básicos de sobrevivência.

4.4 Desânimo, intencionalidade, agência

Face à situação pandémica, foram tomadas várias medidas coletivas auto-organizadas no sentido de assegurar condições materiais mínimas. O Sindicato teve um papel importante na organização des TS e na mobilização de recursos. Como é revelado em várias entrevistas, foram criados *crowdfundings*; recolha e partilha de alimentos; intervenções coletivas para evitar despejos de TS das suas casas; cursos online gratuitos para ensinar a usar as tecnologias para passar o trabalho para o formato online; foi prestada assessoria jurídica; investiu-se na mediatização do tema para dar visibilidade às necessidades des TS; entre outras ações. O Sindicato parece, portanto, ter impulsionado várias ações, dentro do possível, tendo tido um papel relevante no sentido de apoiar váries companheiros – um número, a meu ver, considerável e difícil de dar resposta, dadas as limitações (entre 300 a 350 membros, como refere Sabrina Sánchez na entrevista) mas que, ainda assim, é um valor bastante reduzido considerando possíveis números de TS no Estado Espanhol.

O Sindicato, diante de todas as dificuldades que vive desde a sua fundação e os limitados recursos que tinha – e tem - conseguiu, na minha opinião, afirmar uma enorme

³⁶⁵ Fassin, D. (2003). «Gobernar por los cuerpos, políticas de reconocimiento hacia los pobres y los inmigrantes en Francia». *op. cit.*, 71.

capacidade de resiliência e mobilização. Teve um impacto significativo na vida das pessoas que conseguiu apoiar materialmente e, ao mesmo tempo, procurou manter um trabalho de consciencialização social sobre a realidade que ês TS atravessavam. Ainda assim, como foi mencionado ao longo destas páginas, as próprias pessoas envolvidas (umas menos, outras mais) no Sindicato, consideram que este não tem, de momento, ferramentas de transformação social. Apesar de considerarem, simbolicamente, relevante e necessária a existência do Sindicato evidencia-se, no geral, poucas expectativas sobre o que este poderá alcançar, especialmente pelo panorama legal do trabalho sexual em Espanha. Sobressai nas entrevistas uma dose de realismo combinada com um profundo desencanto face às instituições e à sociedade num todo. É verificável este facto quando, a partir de evidências empíricas de uma mobilização social que pôde apoiar três centenas de TS é percecionado como uma quase-derrota. E, no fundo, talvez emerja aqui uma questão fenomenológica. Sim, foi possível organizar recursos e distribuí-los e esse contributo teve algum impacto, ainda que pequeno, mas positivo na vida de algumas pessoas. No entanto, trata-se literalmente de uma luta pela sobrevivência que à priori, num dito Estado Social e democrático, não deveria ter que existir. Mais: importa recordar que o contexto pandémico não é um caso isolado de abandono, mas antes uma longa realidade de exclusões e agressões constantes e cíclicas.

Há uma imprecisão sobre as expectativas e sentimentos em relação ao Sindicato: «sim, consegui organizar atividades, mas não consegue ir mais longe; sim, tem um papel importante, mas não pode passar disto; sim, mesmo com o reconhecimento formal, uma grande parte do trabalho sexual continua esquecido». Estas são algumas das ideias fundamentais que transpareceram nos discursos das entrevistas e que traduzem a dualidade de posições de querer aplaudir o conquistado, mas também reconhecendo os limites da ação coletiva. Quando inquirides sobre as esperanças para o futuro e impactos sobre o Sindicato, é mencionada a relevância do Sindicato para um bem-estar e organização quotidiana, mas com poucas expectativas sobre o seu papel, mesmo no caso da sua legalização e reconhecimento. Apesar de se considerar simbolicamente importante e necessário o reconhecimento formal/legal do Sindicato e, sobretudo, ultrajante a anterior anulação dos estatutos do Sindicato, em termos gerais é considerado que mesmo a legalização do Sindicato não traria mudanças significativas. À exceção de Anneke Necro, que sublinha que poderiam conseguir travar batalhas no reconhecimento no domínio laboral, bem como receber financiamento enquanto coletivo³⁶⁶, são geralmente mencionadas as limitações do Sindicato no sentido de que é ainda um

³⁶⁶ Anneke Necro, 25/09/2020, anexo 5.

movimento embrionário³⁶⁷. Com efeito, entende-se que encontra uma linha de ação reduzida pelo contexto legal do trabalho sexual no país, bem como não ter, consequentemente, a possibilidade de organizar-se frente a entidades patronais – já que podem ser consideradas lenocínio, pelo que não são formalmente reconhecidas enquanto tal.

Na visão de Lourdes Ros³⁶⁸, que tem contacto com o mundo do trabalho sexual externo ao sindicalismo e ativismo pró-direitos, não se sente que este nível de organização seja algo efetivamente estendido na área do trabalho sexual. Deve-se, sobretudo, ao estigma, bem como pelo facto des próprias TS não reconhecerem estas funções como um trabalho ou desvalorizarem a atividade (como temporal). Denota-se também o receio em adquirir visibilidade, indesejada, por vergonha ou por situação irregular. Estes foram, de resto, alguns dos motivos supra analisados como principais limitações à organização de TS, e cujos dados foram possíveis de cruzar e confirmar com as informações reveladas nas entrevistas. Sobressai, portanto, uma sensação agridoce no discurso des entrevistades, entre a capacidade de mobilização e poder transformador que representam coletivos como o Sindicato OTRAS e os inúmeros bloqueios que encontra ao travar batalhas para defender princípios tão basilares.

Assim como Foucault teorizou profundamente sobre as formas de poderes - dispersos e quotidianos -, James C. Scott trouxe reflexões semelhantes no que respeita à resistência - dispersa e quotidiana. O antropólogo e cientista político, baseia-se na reformulação das teorias gramscianas sobre hegemonia para refletir sobre modelos de resistência e de não-consentimento da dominação, como as «armas dos fracos»³⁶⁹ e as «resistências quotidianas». A partir da sua investigação é possível compreender como a resistência existe mesmo quando não é óbvia e/ou publicamente expressa, e que o discurso subversivo e contra-hegemónico está subjacente, mesmo que de maneiras pouco evidentes. A união e a solidariedade entre os grupos dominados são essenciais para a sua sobrevivência e resistência. Criam-se lugares de reunião, de organização, de libertação e de promoção e produção dos discursos ocultos, bem como transmissores de referências culturais próprias e de resistência. A dependência e solidariedade

³⁶⁷ «É que temos dois anos, é que não... não se pode saber [impactos sofridos pela crise pandémica caso o Sindicato já estivesse legalizado] porque... ao ser a legislação o que é também não... Hum... eu penso que nesse sentido teria sido mais ou menos igual. Teria sido mais ou menos igual porque também temos dois anos de existência, não temos cem como, eh, UGT, por exemplo. É que, de repente, com 10 anos de existência, com 10 anos de, de, de... estar estabelecido, o trabalho teria sido ainda maior, mas na, na, na escala que cobrimos agora... Espero que no futuro possamos continuar a crescer.» Sabrina Sánchez, 30/09/2020, anexo 13. Tradução própria.

³⁶⁸ Cf. Lourdes Ros, 17/11/2020, anexo 9.

³⁶⁹ Scott, J. C. (1985). *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*. *op. cit.*

entre marginalizadas leva a que se crie uma subcultura distinta, com dinâmicas disruptivas de resistência que estabelece um imaginário social partilhado - «nós» contra «elus»³⁷⁰.

Mesmo nos momentos em que a opressão e o silenciamento parecem inevitáveis, um sinal de força e de esperança prevalece, esteja presente num olhar, num gesto ou num som - «arte da resistência»:

«(...) tal como se pode demonstrar que diferentes estruturas de dominação operam de modos comparáveis, pode observar-se, por sua vez, que elas desencadeiam, em condições idênticas, reações e padrões de resistência globalmente comparáveis.»³⁷¹

Porque os poderes atuam de maneira inventiva e produtiva, também produzem o conhecimento, o desejo e a linguagem. Gera-se, necessariamente, uma relação ambígua entre poderes e resistências, normalizações e margens. A permeabilidade destas categorias assenta num processo contínuo de serem experimentadas e desafiadas. Se estamos todes nestas constantes lutas de relações de força e sujeitas à dominação simbólica, somos também agentes de criação. Na própria construção da sociedade normalizada e das margens que lhe correspondem, as suas linhas são ténues, muitas vezes desfocadas e mutáveis. Dependendo do contexto e do espaço temporal, pode-se pertencer ao grupo hegemónico ou contra-hegemónico ou, talvez seja mais certo expor da seguinte maneira: estamos em movimento neste espectro de distintas possibilidades. Como recorda Pina Cabral: «a operação do poder hegemónico é tal que não há nada nem ninguém que seja totalmente hegemónico em todos os seus aspetos.»³⁷²

Retomando o trabalho de Biehl, perante as situações de extrema exclusão física e emocional que o antropólogo descreve, conclui que se as pessoas não aprendessem a tornar-se visíveis, a reivindicar os direitos que lhes correspondem, seriam deixadas ao desamparo e à morte³⁷³. E, neste sentido, através da linguagem e capacidade de agência, é rejeitada a redução à *vida nua*, recuperando a expressão de Agamben. Aprende-se a viver e continuar a viver, rejeitando a morte de todas as formas possíveis³⁷⁴. Foram estas estratégias de sobrevivência que se destacaram, também, como ação organizada do Sindicato OTRAS, que desenvolveu e mobilizou várias alternativas para resistir ao abandono e marginalização das instituições - que atingiu um ponto culminante no período pandémico. As ações do Sindicato permitiram colmatar algumas necessidades fundamentais, tanto materiais como emocionais.

³⁷⁰ *Ibidem*.

³⁷¹ Scott, J. C. (2013). *A Dominação e a Arte da Resistência: Discursos Ocultos. op. cit.*, 17.

³⁷² Pina Cabral, J. (2000). «A difusão do limiar: margens, hegemonias e contradições.», *op. cit.*, 889.

³⁷³ Biehl, J. (2013). *Vita: Life in a Zone of Social Abandonment. op. cit.*, 394.

³⁷⁴ *Ibidem*.

E é, então, que surge a questão: podem estas estratégias de sobrevivência ser processos de resistência? A minha resposta inicial é francamente curta e direta: sim. Para Sherry Ortner³⁷⁵, a teorização de James Scott trouxe novos debates sobre o que pode, ou não, ser considerado resistência. Nessa discussão, as opiniões divergem, desde a hipótese de que a resistência existe definida pela intencionalidade, a capacidade no processo transformativo, consciência, identidade, mas, sobretudo, numa categoria que condensa todas as anteriores: a agência. Para pensar a capacidade de agência, sigo a linha teórica de Sewel³⁷⁶, em que da mesma forma que temos a capacidade da linguagem, mas temos que aprender idiomas em particular, também temos capacidade de agência, aplicada em tempos e lugares particulares. A agência não é, portanto, um dado imanente, uma coisa em si mesma, mas um processo. Muito embora esta possa estar presente com maior ou menor intensidade, de acordo com a capacidade de influência ou posicionamento marginalizado, nunca estamos destituídos de agência e a resistência é sempre uma possibilidade, uma forma de agência de poder³⁷⁷. Como em qualquer contexto de relações de poder, é gerada uma amálgama de dinâmicas culturais. De acordo com Ortner, se queremos reconhecer que os grupos de resistência atuam para além de se opor à dominação, que não têm um modelo de operação simplesmente reativo, então é também necessário olhar para esses grupos e analisar a intencionalidade e os projetos³⁷⁸ que seguem e a eventual cultura e política que produzem³⁷⁹.

Do meu ponto de vista, não há dúvida sobre a cultura de resistência que existe no Sindicato OTRAS, bem como em outros coletivos de TS organizados. Há uma evidente intencionalidade de resistência e organização política. A capacidade de agência e consciência das lutas travadas estão patentes nos vários discursos encontrados nas entrevistas. Há uma identidade coletiva desenvolvida que vai para além de responder à opressão: há uma intersecção de lutas e de reivindicações, há um interesse em desenvolver e expandir conhecimento, há vínculos, redes e cuidados.

Isto não significa que pretendo uniformizar ou romantizar o funcionamento do Sindicato ou de coletivos de TS. Como, de resto, tem vindo a ser um tema explorado amplamente nos estudos dos movimentos sociais, estes tendem a ter o seu grau de

³⁷⁵ Ortner, S. (1995). «Resistance and the Problem of Ethnographic Refusal». *op. cit.*

³⁷⁶ Sewel, W. (1992). «A Theory of Structure: Duality, Agency, and Transformation». Em *American Journal of Sociology*. 98, no. 1 (1992): 1–29. <http://www.jstor.org/stable/2781191>.

³⁷⁷ Ortner, S. (2007). «Poder e projetos: reflexões sobre agência». Em Grossi, M.; Eckert, C.; Fry, P. (Eds.). *Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas*. Brasília: Nova Letra Editora.

³⁷⁸ *Ibidem*.

³⁷⁹ Ortner, S. (1995). «Resistance and the Problem of Ethnographic Refusal». *op. cit.* 176-180.

heterogeneidade, de conflito e de inúmeras adversidades que atravessam³⁸⁰. Este tipo de contrariedades tanto contribuem para a união do grupo como são as que podem gerar a sua dispersão e ruturas. Estas próprias dinâmicas são comprovadas discursos nas entrevistas: Raj Redlich, que prefere não se juntar formalmente ao Sindicato para não prejudicar a sua liberdade de expressão³⁸¹; Evelin Rochel, que não responde a algumas perguntas que considera «pormenores técnicos» e remete para membros do Sindicato com cargos de maior responsabilidade³⁸²; Anneke Necro, que menciona como há determinados momentos de divergência prático-política dentro do coletivo³⁸³ ou Maria José Barrera, quando relata momentos de cisão dentro dos coletivos de TS³⁸⁴. A complexidade, heterogeneidade, dispersão e, por vezes, ruturas que encontramos nos coletivos e movimentos sociais também transparecem nas entrevistas. De todo modo, o Sindicato continua a avançar, a integrar novos membros, a organizar inúmeras iniciativas e a progredir nas conquistas legais. Verifica-se, na sua organização, um continuum entre ações políticas de pendor formal – como as lutas do Sindicato pelo seu reconhecimento nas instituições judiciais – e a sua organização no âmbito informal e íntimo – como a recolha e distribuição de alimentos ou encontros sociais. Há, neste sentido, uma organização fluida na sua gestão e sem grande separação hierárquica. São mobilizadas, simultaneamente, ações que asseguram a sobrevivência, bem como processos de resistência com estratégia política.

Ainda que considere que o Sindicato corresponde, independentemente da leitura de resistência, aos vários critérios aplicáveis, gostaria de deixar uma nota sobre a questão da intencionalidade *versus* sobrevivência e como esta dicotomia se integra na problematização da resistência. Segundo Foucault, uma relação de poderes é articulada também pelo elemento ou elementos em quem se exerce o poder – que é um sujeito que age e que nestas dinâmicas relacionais encontra um campo de respostas, reações, resultados e possíveis invenções. Não que a consolidação do poder não advenha, igualmente, de formas de violência, mas estas últimas agem pela força, coagem, destroem e fecham todas as possibilidades³⁸⁵. Considero, pois, que a intenção não pode ser exclusiva a definir as relações de poder ou em medir a

³⁸⁰ Veja-se, por exemplo, Freeman, J. (1978). «Crisis and conflict in Social Movement Organizations». Em *Chrysalis: A Magazine of Women's Culture*, No. 5, 43-51 e Tourain, A. (1985). «An Introduction to the Study of Social Movements». Em *Social Research*. Vol. 52, No. 4, Social Movements (Winter 1985), 749-787.

³⁸¹ Raj Redlich, 19/10/2020, anexo 12.

³⁸² Evelin Rochel, 24/11/2020, anexo 7.

³⁸³ Anneke Necro, 25/09/2020, anexo 5.

³⁸⁴ Maria José Barrera, 23/06/2020, anexo 10.

³⁸⁵ Foucault, M. (2002). *Power: The Essential Works of Michel Foucault 1954-1984. Essential Works of Foucault*. Volume 3. James O. Faubion (Ed.). London: Penguin Books, 540.

capacidade de resistência. Se não pode ser considerado resistir, então estamos a fechar as portas à contra-hegemonia e à pluralidade de formas de como esta pode existir ou reinventar-se. E, nesse caso, deixamos de encontrar relações de poder, e estamos perante o exercício da violência e da coação. O exercício das operações subversivas tem um efeito em si mesmo, podendo encontrar-se desalinhado tanto com a sua intencionalidade como com as suas finalidades – melhor ou pior conseguidas -, mas nem por isso perde a potência de resistir.

Da mesma forma que Pina Cabral sugeria que era «o centro» que se forma a partir do liminar, porque o liminar é a base, o fundamento, também pode a contra-hegemonia ser a origem e a normalização a resposta. Não operam, afinal, as estratégias de normalização e as tecnologias do poder como antecipação e em resposta às subversões? Não procuram integrar, precisamente, as contra-hegemonias na sua atuação de pretensões totalizantes? Entendo, neste sentido, redutor considerar que as ações contra-hegemónicas podem limitar-se a existir como uma resposta às hegemonias, da mesma forma que julgo desmerecida a distinção entre sobrevivência e resistência, sendo estas inseparáveis. Não negando nunca a gigantesca influência das tecnologias de poder e da sua hegemonia, entendo como fundamental reconhecer o papel da dissidência e da subversão. Porque estão sempre latentes e são o que nos faz caminhar, dia após dia.

Num contexto onde o biopoder é exercido juntamente com as ações da necropolítica, em que o abandono à morte é uma finalidade, sobreviver é, necessariamente, resistir. Usar a própria vida como argumento, mover-se pelas necessidades mais básicas da existência também é resistir. As lutas pelos direitos também podem ser dadas em termos de vida e de morte. Na linha das dicotomias opressor/oprimido, ou normalizado/marginalizado, que não são categóricas, quanto muito aproximativas, também nos estudos da resistência reside a ambivalência. Seguindo as pistas de Ortner³⁸⁶, em reconhecer e aceitar essas ambiguidades está uma chave para uma análise mais precisa. Esses jogos de definição e indefinição resultam de redes de (des)articulações entre os poderes. Neste sentido, é possível apreciar como na resistência há muito mais que uma oposição ou que uma mera resposta, mas verdadeiramente uma capacidade criativa e transformadora. A ambiguidade destas categorias, a criatividade, o desejo são o que permite construir, fugir, inventar novas condições de possibilidade no devir:

«Devemos considerar como as lutas das pessoas e as visões deles próprios e de outros – as suas histórias de vida – criam fendas nas teorias dominantes e intervêm e libertam uma vital pluralidade: estar em movimento, ambiguidade, e contrariedade, não redutível a uma narrativa

³⁸⁶ Ortner, S. (1995). «Resistance and the Problem of Ethnographic Refusal». *op. cit.*, 190-191.

única, projetado para o futuro, transformado pelo reconhecimento, e assim o próprio fabrico de alternativas de criar o mundo. Esta é a imanência da experiência vivida, que inclui sempre formas de sublimação e criatividade, ainda que marginais ou obscuras. (...) Os pequenos gestos, as ilhas dos cuidados, e os momentos de isolamento ou da espera em que a vida e a esperança que de alguma maneira continuam, não são apenas notas de rodapé nos registos etnográficos mas antes os verdadeiros lugares onde a imaginação moral e políticas alternativas podem tornar-se reais.»³⁸⁷

Neste capítulo procurei, fundamentalmente, recorrendo à informação obtida nas entrevistas, analisar a produção da liminaridade e marginalidade no mundo do trabalho sexual e como esta foi vivida no seu expoente máximo no contexto pandémico causado pela COVID-19. Torna-se, portanto, evidente, a atuação da gestão biopolítica, necropolítica, sexopolítica e as suas várias tecnologias. Como consequência, denota-se o cansaço e a descrença, inclusive de TS organizadas, que são sintomáticos de uma cíclica e tentacular operação de silenciamento e marginalização. A organização estendida e institucionalizada de TS continua a ser difícil de concretizar e desenvolver. As relações de opressão causam incomensuráveis danos. Ainda assim, o desejo e a criatividade unem-se e materializam-se pela capacidade de agência dos quais nunca estamos destituídos na totalidade. Em seguida, olharei mais detalhadamente para algumas das pautas que marcam os processos de exclusão e, por último, mas não menos importante – na verdade, o mais importante de tudo – como a concretização da resistência é a chave de leitura e resposta nas dinâmicas do poder.

³⁸⁷ Biehl, J. (2013). *Vita: Life in a Zone of Social Abandonment*. op. cit., 336. Tradução própria.

V. CAMADAS DE EXCLUSÃO, CAMADAS DE SUBVERSÃO

5.1 A interseccionalidade

O cruzamento de diferentes tipos de opressão e os distintos impactos destas intersecções é um fenómeno amplamente estudado e considerado a partir de vários prismas. Em 1851, Sojourner Truth pronuncia um discurso na Convenção dos Direitos da Mulher em Ohio que viria a ser o célebre intitulado «E eu não sou mulher?»³⁸⁸, em que desenvolve uma análise incisiva sobre os contrastes das realidades vividas entre mulheres negras e brancas, bem como uma crítica contundente ao feminismo branco sufragista da época. A discussão em torno da interseccionalidade não é recente, mas a sua aplicação e materialização teórica sim. Com os movimentos feministas de finais dos anos 60, começam a surgir e expandir-se debates sobre diferentes tipos de relações de opressão que se cruzam e que se sobrepõem. Em 1977, o coletivo Combahee River Collective, publica um manifesto de princípios em que menciona vários tipos de opressão - (hetero)sexual, racial, classista – e desenvolve sobre como estes podem unir-se. Denuncia, deste modo, como os principais pontos de opressão se baseiam no cruzamento destas formas de discriminação e a síntese destas opressões criam as condições de existência³⁸⁹. Em 1989, Kimberlé Crenshaw propõe o conceito de *interseccionalidade*, que lança para a discussão outros vértices a ter em conta nos movimentos feministas em voga nesse momento. A concretização teórico-prática deste conceito abre portas para a reflexão sobre como determinadas características económicas, sociais e culturais contribuem para a opressão, intersectam-se e sobrepõem-se, chegando a atuar de maneira concertada. Traz uma nova lente de análise sociocultural, que evidencia como distintas formas de desigualdade frequentemente operam juntas e reciprocamente se exacerbam³⁹⁰. É um conceito que abre a possibilidade de reconhecer que cada sujeito tem as suas próprias vivências, contextos, trajetos e experiências de discriminação e opressão – ou, pelo contrário, de privilégios. Como sublinha Crenshaw:

«O enfoque é nos grupos mais privilegiados que marginalizam os que estão multiplamente afetados e obscurece os protestos que não podem ser entendidos como resultado de fontes de informação descontínuas. Sugiro (...) que este tipo de enfoque nestes grupos não privilegiados

³⁸⁸ Truth, S. (1851). «Ain't I a Woman? Speech delivered at the 1851 Women's Convention in Akron, Ohio». Em *The Hermitage*. https://thehermitage.com/wp-content/uploads/2016/02/Sojourner-Truth_Aint-I-a-Woman_1851.pdf.

³⁸⁹ Cf. Combahee River Collective (1977). «The Combahee River Collective Statement». Em *Black Past*. <https://www.blackpast.org/african-american-history/combahee-river-collective-statement-1977/>.

³⁹⁰ Cf. Steinmetz, K. (2020). «She Coined the Term 'Intersectionality' Over 30 Years Ago. Here's What It Means to Her Today». Em *Time*. <https://time.com/5786710/kimberle-crenshaw-intersectionality/>.

criam uma análise distorcida do racismo e do sexismo porque operam sobre concepções de raça e de gênero baseadas em experiências que, em realidade, representam apenas um subconjunto de um fenômeno muito mais complexo».³⁹¹

Entender como funciona e como nos condiciona a interseccionalidade é um processo interessante – diria necessário e fundamental – mas também intrincado. É por isso que deve ser um processo cuidadoso e que deve considerar uma série de variantes. Simultaneamente ao reconhecimento destes eixos interseccionais, é requerido um importante equilíbrio para que não se converta num discurso essencialista e com pouca precisão. Segundo Chandra Mohanty³⁹², é importante pensar como aplicar as questões da interseccionalidade e alianças feministas num contexto global. Para tal, revela-se necessário considerar não só as identidades que se intersectam, como também a ausência de homogeneidade. As experiências de cada sujeito são moldadas por percursos específicos também relacionados com a geografia, a história e a cultura – para além de, designadamente, gênero, classe social, diversidade funcional, sexualidade, idade, nacionalidade, religião, físico - pelo que não podemos criar um grupo identitário homogêneo. É, precisamente, neste sentido que Laclau e Mouffe³⁹³ sublinham como a articulação destas camadas implica um certo nível de complexidade que não se resume a uma soma ou união de identidades bem delineadas – seria mais adequado pensar num fenômeno em constante movimento, transformado e transformador, que vai gerando determinadas configurações relacionais.

É tão importante pensar a interseccionalidade como rejeitar a essencialização identitária. Para Yuval-Davis³⁹⁴, essencializar determinadas características – mulher, negra, classe trabalhadora – como uma forma específica de vivência concretizada num tipo de opressão específico gera uma narrativa política que favorece os discursos hegemónicos, pré-determina trajetórias, invisibiliza experiências:

«O que falamos aqui não é apenas sobre diferenciações unidimensionais entre quem tem poder e quem não tem, nem que umas diferenciações são um reflexo de outras que sejam mais profundas. Ser negro ou ser mulher não é uma outra maneira de ser da classe trabalhadora, ou mesmo um tipo específico de uma pessoa da classe trabalhadora. E com isto não pretendo negar

³⁹¹ Crenshaw, K. (1989). «Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics». University of Chicago Legal Forum: Vol. 1989: Iss. 1, Article 8. <http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>, 140. Tradução própria.

³⁹² Cf. Mohanty, C. (1984). «Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses». Em *Boundary 2*. 12/13: 333–358.

³⁹³ Cf. Laclau, E. & Mouffe, C. (1985). *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*. Londres: Verso.

³⁹⁴ Yuval-Davis, N. (2006). «Intersectionality and Feminist Politics». Em *European Journal of Women's Studies*, SAGE Publications, 2006, 13 (3), 193-209.

que num contexto histórico específico – ou mesmo na maioria das situações históricas concretas – as pessoas não se distribuem aleatoriamente pelos diferentes eixos do poder das diferentes divisões sociais.»³⁹⁵

Efetivamente, grandes teorias que especifiquem ou uniformizem interconexões entre vários modelos de opressão tendem a cair na imprecisão e revelam-se pouco produtivos. Não há equações exatas sobre como funcionam ou são exercidas determinadas opressões – mas há a capacidade de reconhecê-las e de entender e problematizar as suas conexões. Como bem recorda Avtar Brah ³⁹⁶, seria mais rigoroso analisar as relações como historicamente contingentes e situadas num contexto específico, sem assumir suposições no que concerne à permanência ou estabilidade através do tempo e do espaço das categorias.

A interseccionalidade das opressões e das lutas é um tema que - direta ou indiretamente - surge de maneira recorrente nas entrevistas. Indiretamente, porque ao longo das entrevistas vão sendo nomeados vários fatores que contribuem ou para aceder a mais privilégios, ou para sofrer tipos de opressões e marginalização. Sublinho, neste sentido, algumas características fundamentais dentro das linhas de opressão que são identificáveis nas entrevistas: ser mulher, ser trans, ser pobre, ser migrante, ser TS. Estas foram as particularidades mais comumente sublinhadas como fatores de opressão social, também tendo sido mencionadas por vezes como características que se sobrepõem. Por outro lado, este tema surgiu de maneira direta e explícita, no sentido em que várias camadas de opressão são nomeadas como um fator relevante tanto nas experiências e vivências pessoais como nas de pessoas próximas. Por exemplo, Maria José Barrera indica:

«A minha luta (...) sempre foi a mesma: que as minhas companheiras não exerçam a prostituição nas mesmas condições que eu. E as minhas condições são de mulher branca. (...) Imagina então o que não quero para as minhas companheiras migrantes que estão aqui, não? Com a “Ley de Extranjería”³⁹⁷ e com tudo o que elas têm que passar».³⁹⁸

Neste caso, é referida a questão de ser TS como fator de marginalização. Por outro lado, é apontado o ser mulher como fator de opressão. Surge ainda a questão da migração. O estigma em relação ao trabalho sexual, o género e sexualidade, as migrações e as questões de classe

³⁹⁵ *Ibidem*, 200. Tradução própria.

³⁹⁶ Brah, A. (2004). «Diferencia, diversidad, diferenciación». Em bell hooks, et al. *Otras Inapropiables*, Madrid: Traficantes de Sueños. 107-136.

³⁹⁷ Esta questão será aprofundada no subcapítulo das migrações, nas próximas páginas.

³⁹⁸ Maria José Barrera, 23/06/2020, anexo 10.

são, fundamentalmente, temas que surgem de maneira recorrente ao longo das várias entrevistas. Por isso, dedico as próximas páginas a aprofundar cada um destes pontos.

5.2 O estigma

Nas várias entrevistas, é possível encontrar mencionado o estigma que ês TS vivem e como esse facto representa um fator de opressão e exclusão social. Como foi referido no subcapítulo anterior, TS vivem constantes exclusões e ataques nas mais diversas esferas do quotidiano: desde o não reconhecimento como atividade laboral, aos entraves ao arrendamento ou compra de casa, discriminação nos serviços médicos, invisibilização e silenciamento social. Já no que concerne à origem e confronto com o estigma, encontro alguma divergência de posições: por um lado, algúmes entrevistades consideram que o maior estigma reside na parte sociocultural da sociedade que integram, enquanto outres consideram que a nível social sentem o apoio e compreensão, mas é nas instituições políticas e jurídicas – patriarcais - que não conseguem encontrar esse suporte. Vejamos algumas opiniões:

«Parece-me mais importante o reconhecimento social que legal. (...) Sentes-te estigmatizada – porque para esta sociedade ser puta é ser má pessoa e pior se és uma puta organizada [em coletivos ativistas].»³⁹⁹

«O não reconhecimento implica estigma e implica ter vidas duplas, implica não ter uma estrutura nem uma experiência vital como...tranquila e sincera. Então é que...já não é só o tema do trabalho, e a tua vida, o teu dia-a-dia.»⁴⁰⁰

«Bom o reconhecimento social...é que nesta sociedade ocidental, a verdade é que não lhe tenho muita fé.»⁴⁰¹

«Agora há um respeito a estas pessoas que quiçá nalguns momentos não houve. Precisamente por serem trabalhadores do sexo, porque não nos esqueçamos que a sociedade continua a injuriá-los.»⁴⁰²

«Que outro coletivo de trabalhadores está mais invisibilizado, isolado e marginalizado socialmente que as prostitutas?»⁴⁰³

³⁹⁹ Maria José Barrera, 23/06/2020, anexo 10.

⁴⁰⁰ Anneke Necro, 25/09/2020, anexo 5.

⁴⁰¹ Sabrina Sánchez, 30/09/2020, anexo 13.

⁴⁰² Lourdes Ros, 17/11/2020, anexo 9.

⁴⁰³ Juan Jiménez-Piernas, 29/06/2020, anexo 8.

Todes ês entrevistades consideram relevante e urgente erradicar o estigma em todas as suas frentes. De acordo com Dolores Juliano⁴⁰⁴, assistimos a um fenómeno de estigmatização favorecido pela sociedade heteropatriarcal, onde são celebradas as mulheres que dedicam gratuitamente o seu tempo ao serviço dos homens – no trabalho doméstico, de cuidados ou sexual – mas é marginalizada quem se dedique a este profissionalmente, tanto em termos de reconhecimento laboral como social. Esta rejeição sociocultural gera uma pressão de grupo e dissuade a que se perpetuem os estereótipos binários do género heteromononormativo onde funções «feminizadas» são naturalizadas e essencializadas. O exercício do trabalho sexual afirma, neste sentido, a produção de formas relacionais e de intimidade que rompem com os paradigmas do *status quo*, com o sistema monogâmico e com os mitos do amor romântico heteronormativo. São uma ameaça à gestão normalizadora da heteromononormatividade e à sua rigorosa gestão e divisão dos espaços públicos e privados. A desvalorização do setor do trabalho sexual mantém, por isso, uma função pedagógica que é profundamente enraizada – de tal maneira que é também interiorizado por TS, tendo não só por isso que lidar com o estigma imposto pela sociedade, como combater o próprio estigma internalizado⁴⁰⁵. No relatório ABITS (Relatório Anual dos Serviços e Programas que compõem a Agência para a Abordagem Integral do Trabalho Sexual) do Município de Barcelona, é mencionado:

«O estigma é um tema que atravessa toda a narrativa das mulheres [TS], afeta a sua saúde e faz com que tenham dificuldades para verbalizá-lo como um dano sofrido e infligido socialmente, e chega a representar a área mais afetada das suas vidas; está presente no relato de muitas mulheres que são atendidas no âmbito psicológico e está estreitamente interrelacionado com todas as vertentes do trabalho e esferas das suas vidas. A rejeição social que experimentam provoca sentimentos de solidão, vergonha e culpa. Algumas mulheres vêem-se obrigadas a viver uma vida dupla para tentar minimizar os impactos que derivam do sistema patriarcal nas mulheres que exercem o trabalho sexual. Durante este ano 2018 observou-se um aumento na problemática do estigma, e do acompanhamento psicológico observa-se um incremento do

⁴⁰⁴ Juliano, D. (2005). «El trabajo sexual en la mira. Polémicas y estereótipos». Em *Cadernos Pagu* (25), julho-dezembro de 2005: 79-106.

⁴⁰⁵ Que é possível evidenciar como o caso da entrevista a Lourde Ros, 17/11/2020, anexo 9, que indica: «“Eu exerceo trabalho sexual, mas não é algo de que me sinta orgulhosa. Porque me pesa muito na educação que tive...” Isto, isto já eu ouvi muitas vezes: mulheres que vieram aqui à procura de uma vida digna e, e que no final, dizem: “olha, e olha onde acabei”, então... essa... essa... não creio que queiram essa reivindicação de “não, é que eu sou puta porque quero ser puta!”, “não, é porque eu sou puta porque não tenho outra alternativa”...» (Tradução própria). Apesar de este relato não representar, obviamente, a totalidade des TS, nem mesmo das entrevistas, considero que é um excerto que retrata a forma como é aplicado o estigma internalizado e o impacto que supõe na vida des TS, em que as bases culturais, sociais e religiosas são diretamente apontadas como fatores base que influenciam a forma como é percebida a prática de trabalho sexual, mas também como é construída a própria autoimagem e autoconfiança.

sentimento de culpabilidade frente ao exercício do trabalho, facto que implica um aumento da sintomatologia ansioso-depressiva.»⁴⁰⁶

É no âmbito dos processos de normalização que surge a questão do estigma. Para Goffman⁴⁰⁷, a dicotomia «normal» e «estigmatizado» são resultado de situações, encontros e situações sociais. Quem não corresponda às expectativas das normas, é estigmatizado. O estigma não é, então, um atributo das pessoas em si, mas perspectivas construídas pelas relações sociais que, partilhadas nos momentos de relações sociais, geram categorias de integração e de exclusão. Estas dinâmicas sociais são produto da aprendizagem e dos processos de socialização. O que significa que o estigma é contextual, histórico, situado e contingente. Este pode, portanto, tanto ser ciclicamente renovado, como modificado ou até mesmo extinto – é uma dinâmica social constante e viva. O carácter profundamente depreciativo do estigma é o que leva à origem do que Goffman denomina de identidades deterioradas. A estigmatização contribui para acentuar uma dicotomia entre pessoas normalizadas e estigmatizadas. Cria a união e autoestima das pessoas normalizadas em detrimento das estigmatizadas. Consequentemente, este segundo grupo é desumanizado e despersonalizado, a sua identidade real deixa de ser encarada e socialmente perde a sua visibilidade, ficando como uma identidade e imagem deteriorada. É anulada a existência e a individualidade das pessoas que não correspondem aos padrões de normalização exigidos socialmente.

A consolidação das figuras estigmatizadas leva à perpetuação do poder normalizador e normalizado, bem como da relação dicotómica entre as duas partes. O estigma, por outro lado, além de estar vinculado às identidades normalizadas, ele mesmo também é interiorizado e replicado internamente. Neste sentido, Pina Cabral⁴⁰⁸ retoma o trabalho de Howard Becker para descrever como as pessoas que adotam «deviant roles» têm a necessidade de desenvolver explicações autojustificativas, construídos a partir dos instrumentos e discursos simbólicos associados à hegemonia. Nessa mesma linha, pessoas estigmatizadas procuram encobrimentos

⁴⁰⁶ Informe ABITS (2018). «Informe Anual sobre los Servicios y Programas que componen la Agencia para el Abordaje Integral del Trabajo Sexual (ABITS)». Em *Dirección de Feminismos y LGTBI del Área de Derechos de Ciudadanía, Cultura, Participación y Transparencia de la Concejalía de Feminismos y LGTBI del Ayuntamiento de Barcelona*. <https://ajuntament.barcelona.cat/dones/es/recursos-y-actualidad/documentacion/informes-anales-agencia-abits>, 13.

⁴⁰⁷ Goffman, E. (2004). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. São Paulo: LTC.

⁴⁰⁸ Pina Cabral, J. (2000). «A difusão do limiar: margens, hegemonias e contradições.», *op. cit.*, 886.

e apresentar-se com máscaras, uma estratégia no sentido de disfarçar as suas características «desviadas» e poder assegurar a sua integração dentro da sua sociedade normalizada⁴⁰⁹.

Uma outra reação, para além das máscaras, que pretende a integração é, precisamente, o desprezo pela sociedade que rejeita e discrimina. Esta leva à rutura com os processos de normalização e tentativas de integração. Esta é, de resto, uma das relevantes conclusões que Elias e Scotson apresentam na sua investigação sobre «estabelecidos» e «outsiders». As diferenças entre estes dois grupos verificam-se através de uma reiteração cíclica na manutenção dos comportamentos e relações sociais. Enquanto a exclusão e a estigmatização dos *outsiders* contribuíam para a afirmação da superioridade do grupo normalizado, as margens respondiam com rejeição, raiva e agudização da cisão entre os grupos⁴¹⁰.

Ora, todas estas reações são identificáveis face ao estigma nos discursos dos TS. Desde a autojustificação, às máscaras da vida dupla, à cisão com a sociedade normalizada. São, todas elas, estratégias de sobrevivência e de autocuidado, e não têm que atuar de maneira exclusiva podendo, também, ser manobradas de maneira combinada ou intercalada. Certo é que face a este contexto de estigmatização do trabalho sexual e das pessoas que o exercem, estes processos impactam violentamente na vida de quem não corresponde à normalização.

Evidencia-se, por isso, uma notória descrença em relação à sociedade em geral e sobre a possibilidade de que o estigma em relação a TS possa ser superado. Sobre assuntos em específico – nomeadamente o estigma, bem como as condições precárias, o silenciamento e a opressão sistémica – denota-se um ponto de saturação discursiva por parte dos entrevistados o que evidencia, junto com o cansaço, a necessidade reiterada denunciar as situações vividas. Em todas as entrevistas – com exceção da entrevista a Pablo Matilla do PSOE – é frequentemente apontado o movimento abolicionista como o perpetrador dos principais ataques e agressões contra TS e contra conquista dos seus direitos. No total das entrevistas realizadas, o termo «abolo», «abola», «abolicionista» ou «abolir» (diretamente associado ao trabalho sexual), surge 116 vezes – fora as vezes que o assunto surge indiretamente ou com outros termos - o que revela que é um tema recorrente e que tem uma forte presença e impacto na vida

⁴⁰⁹ *Ibidem*. Sobre a questão do uso das máscaras, veja-se também Goffman, E. (1956). *The Presentation of the Self in Everyday Life*. Edimburgo: University of Edinburgh Social Sciences Research Centre. Para o sociólogo, a interação entre sujeitos baseia-se sempre, até certo ponto, numa atuação em que atores utilizam máscaras de acordo com a perceção que pretendem que outros tenham de si. Nos processos de normalização, o uso destas máscaras é também regulado e adaptado do sentido das normas. A finalidade é, portanto, corresponder às expectativas abstratas e estereotipadas de representação coletiva nas quais a atuação com as máscaras é modelada e adaptada às expectativas sociais.

⁴¹⁰ Elias, N. & Scotson, J. (1965). *The Established and the Outsiders*. Dublin: University College Dublin Press.

des entrevistades. Em termos gerais – uma vez mais, com exceção de Pablo Matilla, já que o seu partido é abertamente abolicionista – ês entrevistades consideram-se diretamente atacades por estes movimentos e é muito evidente pelos vários discursos como tem um impacto negativo no seu bem-estar coletivo, social, mental e emocional. São mencionadas agressões nos espaços de organização feminista, como movimentos, manifestações, convívios e debates⁴¹¹. Estes movimentos são referidos como coletivos que demonstram falta de solidariedade e sororidade feminista, que não ouvem a voz des TS, que representam um feminismo branco, privilegiado, hegemónico e excludente⁴¹².

Através das entrevistas realizadas, para além de um profundo cansaço face ao estigma e ao movimento abolicionista – que, até certo ponto, estão interligados – é notório como no discurso o confronto com os movimentos abolicionistas é secundarizado. Há um desejo de denúncia deste conflito e de desabafo. Mas este é minorizado no sentido da priorização de outras lutas que consideram mais prementes – como o reconhecimento laboral ou a melhoria material das condições de vida. Verifico, portanto, dois eixos fundamentais nas reivindicações des TS: em primeiro lugar, lutas de conquista de espaço público num nível social-cultural, de pendor mais emocional e associado aos vínculos; por outro lado, as lutas de conquista de espaço público no âmbito formal-legal, associado ao pragmatismo e aos cuidados materiais.

5.3 As migrações

Tanto para a conquista e reconhecimento de direitos no âmbito social, como no âmbito formal-legal, é também comumente mencionado nas várias entrevistas um fator relevante para a compreensão da realidade vivida neste setor laboral: as migrações. Segundo algumas

⁴¹¹ Citando a Maria José Barrera: «vivemos a violência mais brutal que se pode viver: desde manifestações, concentrações em universidades, boicotes, hum... o pior, tanto em espaços feministas, sindicalistas, sociais, políticos... em tudo isto estamos a receber uma... uma grande dose de violência, mas enfim, o abolicionismo é assim e o abolicionismo é desumano e as suas práticas são desumanas.» 23/06/2020, anexo 10. Tradução própria.

⁴¹² Vejamos, neste ponto, vários relatos como:

-Maria José Barrera: «O feminismo hegemónico e excludente está espedaçado porque durante muitíssimos anos mandaram gente embora.» 23/06/2020, anexo 10. Tradução própria.

-Evelin Rochel: «Eu quando me encontro com uma abolicionista, eh... cuspo na sua moral!». 24/11/2020, anexo 7. Tradução própria.

-Anneke Necro: «Há uma pressão [sobre o abolicionismo] por parte dos meios e por parte deste feminismo hegemónico de... de não querer perder privilégios porque agora... para além do mais é que nos estão a atacar a nós, estão a atacar a todas as mulheres trans... (...)» 25/09/2020, anexo 5. Tradução própria.

-Raj Redlich: «É que o neo-abolicionismo, isto, precariza-nos às trabalhadoras e aos trabalhadores do sexo, hum, consegue aquilo que pretende, invisibilizar a, a prostituição». 19/10/2020, anexo 12. Tradução própria.

-Sabrina Sánchez: «Há um ditado, que é muito certo, que diz “quem vive de contar os mortos, não se vai alegrar de que estejas viva”. E isso é o que estão a fazer as abolicionistas». 30/09/2020, anexo 13. Tradução própria.

entrevistas, um número elevado de pessoas que exercem trabalho sexual no país são migrantes⁴¹³. A discriminação sofrida por pessoas migrantes parece, de facto, ser uma realidade bastante reconhecida, já que todes ês entrevistades efetivamente a apontam, seja por experiência própria ou por conhecer a vivência de pessoas próximas. Para além disso, é sublinhada a questão de pessoas em situação irregular. Este caso é mencionado várias vezes⁴¹⁴ já que, como referi noutros momentos, para estas pessoas, inclusive o eventual reconhecimento do trabalho sexual não terá impacto nas suas vidas e a marginalização, exclusão ao acesso a direitos e condições básicas manter-se-ia limitado pelas leis contemporâneas que regulam as questões migratórias. Como indica Raj Redlich, num compêndio crítico face ao tema:

«Não é só uma questão de vontade política (...), é uma questão de fronteiras, de emigração, de desigualdades, eh... e acabar com isso vai passar pois, pela luta contra o desemprego, de desigualdades globais, eh, da justiça norte-sul.»⁴¹⁵

Entrar em Espanha de modo legal e com a documentação requerida a fim de obter um visto de residência a longo prazo é um processo difícil, moroso e dispendioso. Apesar de o processo ser relativamente simplificado para membros da União Europeia, o caso é bastante diferente para membros extracomunitários. De acordo com a Lei Orgânica (LOE) 4/2000, de 11 de janeiro⁴¹⁶, pessoas não nacionais de um estado-membro da União Europeia podem entrar em Espanha com uma de duas opções: ou por estadia (não superior a 90 dias), ou por residência temporária ou de longa duração. Para conseguir a residência temporária (até 5 anos) e, eventualmente, por consequência, o de longa duração é necessário cumprir alguns destes

⁴¹³ É, como seria de esperar, extremamente difícil obter dados estatísticos sobre este contexto dado que não só estou a analisar um âmbito laboral não reconhecido, como neste caso estou a considerar a situação de população migrante em contexto administrativo irregular e que, portanto, não quer nem pode ser visível, logo, não entrará para estatísticas. Uma grande parte dos dados encontrados sobre o trabalho sexual publicados nas principais fontes de informação baseiam-se em relatórios policiais, com informação retirada de contextos específicos (rusgas a grupos de tráfico sexual, por exemplo, inflacionado e promovendo a desinformação sobre as diferenças entre trabalho sexual e tráfico sexual). Foram também encontrados pequenos estudos locais direcionados para uma análise geográfica própria, o que dão uma margem de erro excessivamente grande, a meu ver, como para serem aqui considerados. Por estes motivos, não cito esses dados. No entanto, decido aqui integrar um exemplo estatístico que lhe reconheço credibilidade e fiabilidade, baseando-me no relatório ABITS (2018) suprarreferido, das mulheres TS atendidas nos gabinetes das entidades, 90% eram migrantes (Cf. Informe ABITS (2018). *op. cit.*).

⁴¹⁴ Vejamos alguns exemplos mencionados nas entrevistas:

-Maria José: «A maior parte das mulheres que estão a exercer a prostituição em Espanha são companheiras em situação irregular.» 23/06/2020, anexo 10. Tradução própria.

-Anneke: «As trabalhadoras migrantes também não poderão receber os benefícios, não? De todas estas leis porque afinal... pois, o de sempre, não?» 25/09/2020, anexo 5. Tradução própria.

-Raj: «Os migrantes irregulares não têm reconhecidos os seus direitos e, ativamente, escondem-se porque podem ser deportados, então também não podem ser protegidos.» 19/10/2020, anexo 12. Tradução própria.

⁴¹⁵ Raj Redlich, 19/10/2020, anexo 12.

⁴¹⁶ Ley Orgánica 4/2000, de 11 de enero, sobre derechos y libertades de los extranjeros en España y su integración social. Publicado em «BOE» núm. 10, de 12/01/2000. <https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-2000-544>. É comumente denominada por «Ley de extranjería».

requisitos: atestar que se têm capacidade financeira suficiente, demonstrar contexto de reagrupamento familiar, alegar razões humanitárias ou por motivos de trabalho – com garantias demonstráveis. Uma grande maioria dos migrantes ou potenciais migrantes têm à priori todos estes requisitos como um impedimento para chegar ao país de destino. Em suma, é um processo burocrático longo, difícil, que requer uma série de recursos económicos, culturais e sociais difíceis de aceder.

Ora, estar em situação irregular implica não ter acesso às mais básicas condições da vida humana: acesso à saúde, educação, apoio social, habitação, trabalho, proteção, justiça. Estas características reunidas – pessoa migrante, em situação irregular e TS – que, de resto, não são pouco frequentes – traduzem-se numa espiral imensa de marginalização e esquecimento institucional. Por exemplo, se uma TS em situação administrativa irregular é agredida, muito provavelmente irá recuar ao apoio médico ou denunciar, já que corre o risco de ser iniciado um processo sancionador por estadia irregular e poder ser deportada⁴¹⁷. Ês TS vêem-se excluídas no acesso a direitos fundamentais, e a rejeição a esse acesso solidifica-se quando falamos de contextos de migração, sobretudo irregular⁴¹⁸. Pelo elevado número de trabalhadoras neste contexto, revela-se evidente uma consciência coletiva e empatia generalizada sobre a questão migrante nas várias entrevistas.

5.4 As Lutas feministas e queer

São de ressaltar vários pontos relevantes no que respeita à interseccionalidade das lutas patente nas entrevistas. As lutas feministas e queer também surgem como um assunto recorrente nas várias conversas: sobretudo as lutas pelo reconhecimento trans, mas também a bissexualidade e lutas queer em termos globais foram algumas palavras-chave que surgiram, o que leva a entender um cruzamento entre as lutas e ativismo pró-direitos e queer. O tema surge de mãos dadas com as preocupações feministas. Todas ês entrevistadas se consideram feministas ou próximas ao movimento. Em várias entrevistas, é denunciada a violência contra as mulheres, a questão da dominação patriarcal e como essa violência se exerce em termos quotidianos, tanto pelo contacto direto e pelas relações sociais, afetivas e laborais, quanto em

⁴¹⁷ Há uma norma excecional na LOE (artigo 31º bis) para mulheres estrangeiras vítimas de violência de género que poderão solicitar autorização de residência, mesmo em caso de situação administrativa irregular. No entanto, não é frequente que mulheres TS consigam estar protegidas ao abrigo das leis contra violência machista e que sejam consideradas sobreviventes de delitos sexuais.

⁴¹⁸ Veja-se Nina; Porn, L.; Sudhra, K. (2021). *Putas Migras*. Valencia: Ona Ediciones.

termos estruturais, pela regulação jurídica e legal da sociedade assente num pensamento patriarcal. No total das entrevistas, os conceitos «feminista», «feminismo», «trans», «bissexualidade» e «LGBT» surgiram 97 vezes. Verifica-se, neste sentido, uma preocupação com a transversalidade das lutas: «esse tipo de feminismo que não seja trans inclusivo, que não tenha em conta a vida das pessoas migrantes, que não lute contra o capitalismo...»⁴¹⁹ revela-se então como um feminismo que não representa ês TS entrevistades. De resto, a questão do(s) feminismo(s) é uma questão intimamente relacionada com o movimento abolicionista, assunto anteriormente desenvolvido.

5.5 A Classe

Um ponto relevante e presente em vários discursos é a questão de classe. E este não surge necessariamente de forma indireta ou subtil nas conversas; mas, pelo contrário, é mencionado e sublinhado com toda a intencionalidade. A questão de classe surge com duas linhas principais. A primeira, da relação e distinção de classe entre TS e resto da sociedade – sobretudo marcando um ponto de separação «nós» *versus* «elus», como por exemplo: «nós da classe trabalhadora» *versus* «as privilegiadas abolicionistas que não têm que trabalhar». Há um discurso de rutura entre a realidade do trabalho sexual e o resto da sociedade, que parece não partilhar o mesmo espírito de sacrifício, seja por superar as dificuldades económicas, seja por lidar com o estigma. É sublinhado várias vezes como a questão da necessidade e da sobrevivência falam mais alto e como a violência do estigma caminha de mãos dadas com a violência de classe.

Surge uma segunda distinção marcada de classe que é dentro do próprio mundo do trabalho sexual, entre as várias funções que podem existir e rendimentos associados, exemplo: «nós trabalhadoras de rua» *versus* «escorts de luxo». É perceptível, nalguns momentos das entrevistas, um discurso de rutura frente a outros tipos de trabalho sexual ou outras lutas, onde parece haver algum tipo de privilégio económico ou social associado. Citando Maria José Barrera:

«Para mim as vertentes privilegiadas importam-me uma merda, para dizer a verdade. (...) Eu não penso em gente privilegiada, eu não penso em *escorts*, eu não penso nas companheiras que podem pagar o arrendamento de uma casa de um ano, eu não penso nelas, lamento.»⁴²⁰

⁴¹⁹ Anneke Necro, 25/09/2020, anexo 5. Tradução própria.

⁴²⁰ Maria José Barrera, 23/06/2020, anexo 10. Tradução própria.

Apesar de, em termos latos, perceber que ês TS se unem sendo de diversos campos dentro do mundo do trabalho sexual, também porque essa união lhes concede mais visibilidade, diversidade e força, está patente que há, de facto, realidades muito distintas que compreendem o ativismo pró-direitos e que nem todas travam as mesmas lutas ou ambicionam os mesmos objetivos. Há uma ocupação do espaço público com uma mensagem mais global e transversal, ao mesmo tempo que trabalhadoras de cada área se organizam com os seus próprios modelos e de acordo com os seus anseios. Com efeito, em termos de reconhecimento e de direitos conquistados na atualidade, é muito distinta a realidade de uma pessoa que exerce trabalho sexual háptico na rua e uma atriz de conteúdo explícito contratada por uma grande produtora, assim como não são comparáveis os rendimentos de uma trabalhadora que exerce atividade num clube como uma *escort*. Como refere Lourdes: «exceto determinadas pessoas que ganham muito dinheiro, o resto não, é um trabalho muito muito mal pago. (...) São rendimentos de sobrevivência, muitas vezes nem isso.»⁴²¹

Seguindo as leituras de Bourdieu⁴²², evidencia-se um contraste tanto interno como externo em termos de capital social, cultural, económico e simbólico. A nível externo, porque se denota manifestamente a relação entre o capital económico e o capital sociocultural. Mesmo quando o primeiro é alcançado, o estigma e o manto protetor da sexualidade moralizada imperam, levando aos efeitos nocivos anteriormente mencionados – como a vergonha, ter vidas duplas, etc. Noutro sentido, também se destaca o contraste a nível interno, já que dentro do mundo do trabalho sexual, há uma grande heterogeneidade de condições de existência e, consequentemente, distintos esquemas de pensamento e de intenção de ação. Há uma divisão de *habitus*⁴²³ dentro da organização dos TS e uma evidente estruturação sobre como esta se organiza, para além do capital económico, igualmente, em termos de influência sociocultural e simbólica.

O capital reunido condiciona, altera e/ou promove as condições e predisposições para a atuação. Em termos mais concretos: nível económico, tempo, disponibilidade mental, rede emocional, estruturas, contextos geográficos, formação académica, condições de saúde - estas são algumas das muitas características que estão diretamente relacionadas com a possibilidade de dedicação ao ativismo e à visibilidade nos movimentos pró-direitos, e esses contrastes são

⁴²¹ Lourdes Ros, 17/11/2020, anexo 9. Tradução própria.

⁴²² Bourdieu, P. (2007). *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Editora Zouk.

⁴²³ Conceito central na teoria de Bourdieu, teorizada a partir de Marcel Mauss, que poderia muito sinteticamente resumir como sistema de disposições que reúne diferentes características, padrões de pensamento, de ação, de sentir, pela acumulação histórica de experiências associada à posição social – diferentes classes e diferentes frações de classe (Cf. Bourdieu, P. (2007). *Ibidem*).

observáveis nos distintos discursos das entrevistas. Foi possível detetar, por esse motivo, nas várias entrevistas, tanto TS que decidem não se organizar e não têm interesse em discutir estas questões, como trabalhadoras ativistas que revelam um evidente domínio do espaço público. Encontramos relatos como o de Lourdes Ros:

«Também conheço mulheres que têm esse reconhecimento, eh... próprio do trabalho sexual, que é dizer “reconheço-me como puta, quero que me reconheças como puta, como esse trabalho sexual”, que também me parece muito bem. Mas em concreto o setor com o que nós estamos não está nesse momento de essa reivindicação, quiçá também porque estão na luta pela sobrevivência, quando estás na sobrevivência eu acho que não te sobra tempo para dedicar-te a, a... ainda que seja a lutar pela tua própria sobrevivência, mas isso é um trabalho de noite, pelo que quer dizer que de dia dormes, hum, hum... não te reúnes com as outras, também há uma competição brutal pelo tema da juventude, eh... as mulheres vêm-se afastadas à medida que vai passando a idade. Então eu acho que são circunstâncias muito complexas para conseguir esse associativismo, que seria importantíssimo não já só para o reconhecimento laboral – se é que o querem – mas é que inclusive reconhecimento de, de, de... dignidade como pessoas trans.»⁴²⁴

São realidades muito distintas, e há muita fluidez e contrastes, tanto nos coletivos, como no percurso individual. Vejamos o caso pessoal que nos conta Maria José Barrera:

«Por ali passaríamos uma data de mulheres que tínhamos problemas económicos, mas de que todas íamos sair... rapidamente, não? Depois a história é outra, a vida das companheiras é outra e então dás-te conta de que... de que isto não é assim e que... e que todo o mundo se está a alimentar de ti, e que tu não tens direito a nada. Mas isso eu só me dou conta quando deixo de exercer a prostituição. Eu enquanto exercia a prostituição não me dei conta de nada. Eu trabalhava nos clubes e trabalhava por aí e, tudo o que se passava fora do que era a, a... uma data de mulheres de um grupo e de outro que estejam em guerra por nós? Eu não sabia... Isso passava-se fora, mas nós lá dentro não sabíamos de nada disso. Não se sabe nem da nossa existência, as nossas companheiras não sabem nem que existe o Sindicato OTRAS. A grande maioria... não sabe nada!»⁴²⁵

Neste relato é possível entender como ocorre este contraste dentro do mundo des TS, desde o distanciamento total a qualquer tipo de organização ou coletivo pelos direitos laborais às de redes ativistas impulsionadoras desse mesmo ativismo. Toda a heterogeneidade dentro do mundo do trabalho sexual e ativismo pró-direitos cabe num espectro que não é nem estático, nem rígido. A partir do exemplo deste percurso, é precisamente demonstrada a fluidez e mutabilidade destes posicionamentos.

⁴²⁴ Lourdes Ros, 17/11/2020, anexo 9. Tradução própria.

⁴²⁵ Maria José Barrera, 23/06/2020, anexo 10. Tradução própria.

No caso concreto desta investigação, por exemplo, é importante salientar que as pessoas que amavelmente aceitaram conceder entrevistas para este projeto de investigação são pessoas diretamente associadas a grupos ativistas e que revelam uma enorme resiliência e um vasto *background* no contacto com o espaço público. Encontrei, por outro lado, uma resistência gigante na grande maioria dos contactos que procurei estabelecer e não consegui avançar com entrevistas a pessoas que não estivessem participativamente ligadas ao ativismo. Este é, de resto, um fenómeno compreensível e comum dentro do mundo do trabalho sexual. Por todo o contexto sociocultural que tenho vindo a desenvolver ao longo destas páginas, é difícil encontrar predisposição, disponibilidade ou interesse des TS em participar neste tipo de projetos. O estigma tanto externo como internalizado, não encarar o TS como merecedor de ativismo, dedicação ou reivindicação, a dificuldade em alcançar um lugar de fala efetivo são algumas das principais razões que justificam esta rejeição. E, com esta análise, não pretendo alimentar um discurso que hierarquize ou que estratifique um modelo de atuação sobre o outro – ou que se trate sequer de uma relação dual ou de oposição. Existem inúmeras formas de resistência, umas mais visíveis que outras, o que não retira o valor a nenhuma delas que, condensadas, asseguram a pluralidade e originalidade de atuações.

Em suma, as relações de classe e os contrastes de capital movido são evidentes tanto no contacto com a sociedade, quanto como dentro do próprio mundo do trabalho sexual. Em ambos casos, há uma marcada heterogeneidade que transparece também nas entrevistas. Dedico as seguintes páginas à criatividade na resistência, em oposição às camadas de marginalização.

5.6 Vínculos e redes

Até ao momento foram analisadas as principais camadas de exclusão indicadas nas entrevistas. Estas não são apenas vivenciadas de maneira isolada: atuam de maneira conjunta e sobrepõem-se. A interseccionalidade evidencia-se, portanto, nas camadas de exclusão. Mas também nas camadas de subversão e resistência. Por todo o trajeto de marginalização e silenciamento examinado nesta investigação, é notória nas entrevistas uma descrença geral em termos de esperanças e expectativas para o futuro. Há uma perspetiva e ambição de que a condição objetiva des TS venha a melhorar, mas num futuro mais distante, que ês entrevistades consideram que provavelmente não chegarão a viver. Ao mesmo tempo que se denota um evidente cansaço e desilusão com a realidade presente, há uma semente de esperança e de

positividade, uma força pela mudança também alimentada pela raiva, que é o que move és entrevistades em continuar a luta pelo seu reconhecimento e pelos seus direitos. Diante de todas as adversidades que são vivenciadas, as alianças e as redes de apoio parecem ser um suporte fundamental sobretudo a nível psicológico, mental e emocional.

No que concerne ao trabalho do Sindicato é indicado, por exemplo, como este teve um papel relevante na ajuda de muitas TS desde a sua constituição – e a sua mediatização ajudou a que muitas pessoas novas se aproximassem ao Sindicato, mas também, especialmente, no contexto da crise pandémica, em que teve um papel importantíssimo. Anteriormente mencionei várias atividades relevantes organizadas pelo Sindicato OTRAS nos últimos meses. Mas também a nível psicológico e emocional o coletivo de TS teve e tem um papel determinante:

«Claro que geras vínculos, porque tem em conta que estamos todas no mesmo barco, não? E remamos todas para o mesmo lado. Então, claro que há vínculos afetivos. Mas bom, digamos que somos eh... soldados que estão numa batalha e cada um tem o seu posto, não? (...) Mas as companheiras têm aquela aplicação que podem manter o contacto, que um dia se levantam e dizem “olha, aconteceu-me isto e tal”, “ai, companheira e tal estamos aqui” – dão apoio, o apoio psicológico.»⁴²⁶

«Geras amizade, geras debate, geras um espaço seguro (...) De repente dão-te uma organização, umas companheiras, umas amigas, com as que podes ir, com as que reivindicar, com as que unir-te (...) e também nos cuidados, evidentemente, é que para... bom, para mim também forma parte dos cuidados isto, não? (...) é muito bonito quando nos juntamos (...) sabes que estás... que estás acompanhada sempre e que nos damos oportunidades, ajudamo-nos muitíssimo.»⁴²⁷

«Nós somos feministas por... por defesa própria, eh... também temos, temos muito interiorizado o autocuidado pelas outras, por nós mesmas, porque sabemos como é o mundo ali fora conosco, como é o mundo se és trans também, eh... em geral, não? Se és migrante, se és uma pessoa de cor, então tudo isto... nós damos, temos toda esta variedade dentro do Sindicato. Então nos nossos grupos internos cuidamo-nos muito, sentimos... queremos também que as companheiras que se vão aproximando ao Sindicato sintam isso, essa pertença, o estar... estar como em casa!»⁴²⁸

É evidente a relevância deste tipo de organizações não só na conquista de ferramentas objetivas, mas também no sentido do bem-estar social, psicológico e emocional de quem as integra. É uma rede de apoio e uma estrutura profundamente necessária, que contrabalança em

⁴²⁶ Evelin Rochel, 24/11/2020, anexo 7. Tradução própria.

⁴²⁷ Anneke Necro, 25/09/2020, anexo 5. Tradução própria.

⁴²⁸ Sabrina Sánchez, 30/09/2020, anexo 13. Tradução própria.

muitos casos a exclusão e a violência que representa uma grande parte de outros espaços sociais. Como foi indicado nalgumas entrevistas, e supramencionado também, trata-se de conseguir criar um lugar seguro, um espaço de abertura, partilha, de cuidados – uma casa. Neste caso, estendo a análise não só ao Sindicato, mas também, naturalmente, a outras organizações de ou para trabalhadores sexuais, como é o caso do Coletivo de Prostitutas de Sevilha (coletivo a que pertence Maria José Barrera) ou da Fundação Triângulo (que integra Lourdes Ros). No geral, revela-se relevante a criação destes tipos de organizações que apoiam e dão uma rede de suporte a TS.

Como vimos, denota-se uma clara limitação de expectativas nos discursos. São mencionados pequenos passos, algumas vitórias, ao mesmo tempo que é recordado que há todo um caminho por percorrer. Da minha leitura, a resistência às esperanças e expectativas, bem como a resistência ao contacto com a sociedade - por não querer enfrentar os seus contínuos estigmas e ataques – está proporcionalmente correlacionada com a resistência às camadas de opressão sofridas. São, no entanto, os vínculos, os laços e os apoios que se estabelecem entre ês TS um ponto fulcral para a sua luta. Não só especificamente dentro do Sindicato, mas entre os vários coletivos de e para ês TS. Para algumes entrevistades, percebe-se que a forma de existir e de sobreviver está, de facto, diretamente associada ao ativismo pró-direitos⁴²⁹. Perante o sentido individualizado da angústia e do fracasso, estes momentos sociais e de organização política permitem interiorizar como estamos diante de condições sociais injustas e partilhadas, e que esses momentos coletivos se convertem numa terapia plural de coexistência. Este ativismo surge como forma não só de cuidado pessoal, mas também de cuidado coletivo: pretendem ativamente ajudar ês companheiros, conseguir alargar movimentos, o seu impacto – tanto a nível interno, para poder chegar a mais colegas, como externo, no sentido de conquistar influência e apoio social e legal.

Especificamente sobre o Sindicato, em termos latos, denota-se pelas entrevistas que é sublinhado o carácter vanguardista do mesmo. O facto de o trabalho sexual ter uma estrutura sindical significa que está legalmente dotado da capacidade para travar lutas no âmbito laboral e que adquire um estatuto e uma voz que os restantes coletivos poderão não conseguir ter. De maneira geral, para ês entrevistades, o sindicalismo é visto como uma ferramenta positiva, que é preciso saber gerir. Por outro lado, saliento que em várias entrevistas, ao mesmo tempo que

⁴²⁹ Raj Redlich: «Claro, temos que estar organizados, e trabalhar dentro de outras organizações, assim foi como eu me formei, como ajudei a formar outras companheiras e isso e, como digamos, o ativismo mais militante.» 19/10/2020, anexo 12. Tradução própria.

é reconhecida a importância e a necessidade da existência do Sindicato, é também sublinhado como esta organização não elimina a necessidade de outras associações ou coletivos no sentido da reivindicação de direitos para TS. A pluralidade destas organizações é, pois, vista positivamente, no sentido da complementaridade.

Cabe ainda salientar como este trabalho de organização e de ativismo não existe só em coletivos fechados, mas como é potenciado que se criem mais grupos, organizações, coletivos e Sindicatos, e como estes cooperam entre eles, tanto a nível regional, nacional e internacional⁴³⁰. É possível apurar a partir de várias entrevistas como os diferentes grupos se organizam com outros coletivos de TS e mantêm um diálogo regular inclusive a nível internacional⁴³¹. Por outro lado, ainda se organizam com outros coletivos de lutas transversais que consideram igualmente relevantes – como coletivos antirracistas, antifascistas, queer, pelos direitos dos migrantes, entre outros. Entre a desilusão do mundo e o cansaço das batalhas travadas, não deixa de existir uma semente de esperança e o celebrar das pequenas vitórias e avanços:

«Nós estamos a conseguir coisas. Na verdade, antes não se falava nas trabalhadoras sexuais e se está aqui hoje é porque estamos a conseguir coisas. (...) Nós sabemos que as leis não nos vão acompanhar, e sabemos que, que, vão castigar-nos, não? Mas nós estamos à procura de compa... e estamos à procura de coletivos, estamos à procura de gente ao nosso lado, que há gente que nos está a abrir caminho, para quando chegar esse momento estejamos o mais organizadas possível: para que as nossas companheiras tenham um espaço seguro ao que chegar.»⁴³²

«Vamos continuar, vamos continuar a ampliar as nossas redes, a nossa força e... e creio que o tempo vai dar-nos razão. Eu sou muito otimista com, com o movimento. Evidentemente vai haver (...) movimentos contrários, mas, mas acho que no final a história vai dar-nos razão.»⁴³³

Entendo que é este ativismo e os consequentes vínculos que gera que, *per se*, gera um processo de resistência contra-hegemónico. São estas redes que permitem, de alguma maneira, passar por cima do estigma e da marginalização e encontrar estratégias de sobrevivência que não dependam das instituições nem de agentes normalizadores. Os coletivos, organizações e sindicatos de TS são, neste sentido, fundamentais à resiliência e bem-estar das pessoas que os

⁴³⁰ Maria José Barrera: «Organizámos as companheiras, nasceram mais com... coletivos, eh, tendo como referente o CPS, eh... apareceram mais companheiras na luta, umas ficaram neste coletivo, outras foram para outros coletivos, porque... porque tinham mais em comum com a linha dos outros coletivos, eh... Todas as lutas são legítimas.», 23/06/2020, anexo 10. Tradução própria.

⁴³¹ Foram mencionados alguns países, por dar um exemplo, como Portugal, Itália, Reino Unido, Nova Zelândia, Holanda, Alemanha, México.

⁴³² Maria José Barrera, 23/06/2020, anexo 10. Tradução própria.

⁴³³ Sabrina Sánchez, 30/09/2020, anexo 13. Tradução própria.

integram. Tal como o Sindicato OTRAS revelou sê-lo, são ferramentas de autocuidados, de vínculos, de apoio emocional, psicológico e material.

Considero, assim, que o Sindicato OTRAS corresponde na totalidade às novas formas de movimentos sociais no sentido da hibridização sindical. É um coletivo que tem várias frentes de atuação e que considera uma série de lutas simultâneas. Está, por isso, longe das figuras tradicionais dos Sindicatos, da mesma forma que o trabalho sexual também se distancia das lutas e das realidades de outras áreas laborais. Nesta multiplicidade de lutas, o Sindicato OTRAS demonstrou ter um impacto significativo na criação de redes de apoio, na consciencialização social, na conquista de espaço público, no avanço nos direitos legais, partilha e no apoio material, no combate à marginalização e na melhoria da autoestima individual e coletiva.

Se as emoções, a intimidade e os afetos parecem ser uma das ferramentas contemporâneas de exploração laboral do pós-fordismo, estas também podem e devem ser redirecionadas e repensadas no sentido da organização e resistência social. As uniões íntimas assentes na sororidade – ou, melhor dito, em castelhano, *zorreridad*⁴³⁴ – parecem ser uma chave que está a dar sinais de força.

5.7 Resistir

Até ao momento analisei como é possível evidenciar as camadas de opressão e de marginalização nos discursos das entrevistas. Estas camadas podem sobrepor-se, tanto ao nível das discriminações, como ao nível das camadas de sobrevivência e de resistência. Como tem vindo a ser constatado, o nível de marginalização e de silenciamento dos TS é colossal, atua de várias frentes e maneiras. Mas a tentacularização dos poderes, assim como a pluralização das suas formas de atuação revela, uma vez mais, que não estamos perante uma simples e óbvia oposição binária, mas como neste jogo de forças encontramos a exceção para formar a regra – ou, neste caso, muitas exceções. Como tem também sido demonstrado neste projeto, nos jogos das relações de força todas as peças participam.

Como sublinha Foucault nas suas leituras sobre os poderes, o interessante nestas relações é que nunca são estáticas. São mutáveis, elásticas, em permanente tensão e negociação.

⁴³⁴ Termo que une os conceitos «zorra» (calão para «puta») e «sororidade», conceito que identifica a solidariedade entre mulheres ou feminista, especialmente na luta pelo empoderamento e em defesa de direitos comuns, numa perspetiva pró-direitos.

Além do controlo, das dominações encontramos, por isso, também espaços de afirmação, de criação, de transformação e de subversão. São poderes desiguais, mas são também difusos, dinâmicos, fluidos. E essa é uma característica fundamental também da gestão sexopolítica, que não é apenas um lugar onde são exercidos os poderes, mas todo um espaço de criação e de sobreposição de movimentos feministas e queer, onde há subversão e afirmação de (des)identidades na subjetividade sexual⁴³⁵.

Os corpos no biocapitalismo estão embebidos nas contradições e indefinições contemporâneas. Absorvem as tecnologias de controlo, mas também convertem as tradicionais dicotomias em conceitos empoeirados. Reconhecer a condição dinâmica e fluida das relações de poder é um passo necessário para afirmar novas e potentes ferramentas pelo reconhecimento e emancipação. Os corpos, portanto, não são um alvo passivo onde atuam as tecnologias do poder: são rebelião em potência.

Pelas entrevistas foi, assim, possível conhecer como ês TS souberam, coletivamente, organizar-se e resistir a este contexto, através de experiências de sororidade, criatividade e alianças. Os cuidados, afetos e vínculos atuaram como estratégia de sobrevivência de ação contra-hegemónica. É possível encontrar nos diferentes discursos relatos de resistências, de criatividade e de união que atuam no sentido de superar as adversidades. Neste processo, desenvolvem-se linhas e exigências políticas, o que ajuda a ganhar voz, visibilidade e reconhecimento nos contextos mais amplos. Para além disso, está também sempre vigente uma base de autocuidado e de fomentar os vínculos como um exercício basilar ao ativismo pró-direitos. Através das entrevistas foi possível conhecer como ês TS operam a resistência, coletiva e individualmente, tanto se o perspectivamos como sobrevivência, como por reconhecimento e reivindicação sociopolítica. Neste caminho, torna-se também evidente a questão da interseccionalidade das opressões e das lutas, e como entender esta sobreposição é fundamental para compreender as necessidades de cada uma e dos coletivos, bem como as consequentes opressões a denunciar e as reivindicações a conquistar.

Partindo da noção de ação política sustentada butleriana, importa pensar a questão e a relação entre a vulnerabilidade e resistência. Movendo-se neste pêndulo não dicotómico, existe a concretização da mobilização através da corporalidade: os corpos encarnam a sua condição de vulnerabilidade e resistem de formas coletivas e performativas. Começando pelo princípio, para poder aprofundar esta questão, gostaria de debruçar-me brevemente sobre como podemos

⁴³⁵ Preciado, P. B. (2005). «Multitudes queer...». *op. cit.* 160-162.

pensar a corporalidade. Baseando-me em Butler, para começar, reforço o que não é um corpo: não é algo individual, não é distinto dos restantes e não é socialmente amorfo. Um corpo existe porque existe em interdependência com os outros corpos. É construído porque tem redes de apoio e de relações que o formam e fazem a sua vida e ação possíveis⁴³⁶. A interdependência dos corpos entre si e a íntima relação que estabelecem com o psicossocial e cultural-social, correspondendo a tempos e lugares específicos, de resto, é um trabalho amplamente desenvolvido por Van Gennep e Marcel Mauss. Considerarmos os movimentos do corpo, pressupõe assim características biológicas e psicológicas, cuja aprendizagem reside também na educação e, se as circunstâncias dadas são as da vida em comum, do contacto⁴³⁷. O corpo atua e opera numa relação de reciprocidade, sendo ferramenta de interação com o mundo e simultaneamente esculpido a partir dessa relação. Seguindo algumas pistas deleuzianas, é, portanto, interessante rejeitar a noção do corpo num quadro de uma ontologia perentória. Assim, será possível conceber a sua construção não unitária, mas múltipla; não como uma essência, mas uma sucessão de eventos.

Logo, os corpos são dependentes, são relação e é nessa relação que ganham significado. De contrário, não seriam mais que um significante vazio, matéria bruta. É nesta rede de relações que adquire um significado identitário: o corpo não se limita a refletir a sociedade, a cultura não opera de maneira totalizante ou superorgânica, porque no corpo também encarna a subjetividade⁴³⁸. O moldar e (re)construir do corpo, por último é também indissociável das emoções, incorporados pela vivência e consciência do sujeito envolvido entre o meio a que pertence, e a capacidade de agência que lhe pertence⁴³⁹. É, precisamente, na condensação da multiplicidade de fatores que podem constituir o corpo e que o permitem relacionar-se com o mundo e também ter efeito no meio que integra, que é possível compreender como neste se produzem os efeitos das tecnologias do poder, simultâneos com a capacidade de subversão. Como descrevem Bastos e González:

«Por existir socialmente, o grande caos imaginativo de cada entidade envolvida na ilusão empírica de corpo não o é senão no plano subalterno do desejo, ou da rebeldia; é que, antes de ser qualquer destas coisas, o corpo já é, domesticadamente, máquina, mecanismo, criação, sistema previsível, invólucro, elo, mapa anatómico, organismo, resultado de abstrações

⁴³⁶ Butler, J. (2015) [Universidad de Alcalá] «XV Simposio de la Asociación Internacional de Filósofas - Repensar la vulnerabilidad y la resistencia», *op. cit.*

⁴³⁷ Mauss, M. (1996). «Las técnicas del cuerpo [1934]». Em *Incorporaciones*. Kwinter, S. & Crary, J. (Eds.). Madrid: Ediciones Cátedra, 403.

⁴³⁸ Vale de Almeida, M. (1996, Ed.) *Corpo Presente: Treze Reflexões Antropológicas sobre o Corpo*. *op. cit.* 1-2.

⁴³⁹ Cf. Rosaldo, M. (2019). «Em direção a uma antropologia do self e do sentimento», *op. cit.*, e Ahmed, S. (2014). «Affect/Emotion: Orientation Matters...», *op. cit.*

múltiplas legitimadas por cadeias de poder.»⁴⁴⁰

Encontramos espaço para criar novas respostas, novos coletivos e novas formas de existir. A subjetividade e a corporalidade implicam pluralidade: formamo-nos a partir de um conjunto complexo de normas, instituições, práticas, infraestruturas e materiais em tensão, possibilitando a nossa emergência e persistência.

Nesta linha, surge o poder da performatividade. Butler pensa a performatividade⁴⁴¹, a partir de Victor Turner⁴⁴², e como esta também influi, naturalmente, na construção do corpo. As próprias ações sociais performadas pelos corpos requerem performances repetidas e neste processo de repetição é legitimado um conjunto de significados sociais previamente estabelecidos. A reatuação e reexperimentação destes comportamentos assumem o caráter público, reforçando as dinâmicas e leis sociais assentes. Como descreve Schechner⁴⁴³, a performatividade e o que abarca (incluindo os rituais e os jogos) estão presentes em todas as situações como qualidades, modulações e estados.

Na performatividade quotidiana, as atuações não têm um autor identificável, são criadas e replicadas pelo coletivo⁴⁴⁴. Para Geertz, o comportamento humano enquanto ação simbólica produz significados pelo fluir dos mesmos, pela ação social e por como estas são articuladas culturalmente. O significado é gerado num constante trabalho de (re)produção do que são as dinâmicas da vida sociocultural⁴⁴⁵. A performatividade, que integra também a dimensão linguística e corporal, constrói as identidades de maneira relacional. Compreender o papel dos rituais dentro das práticas performativas é compreender o papel das interações humanas: são também uma forma de conectar sujeitos, de construir solidariedade e de manutenção social. A performatividade quotidiana, que compreende ações, interações, relações, dá forma aos poderes através da maximização e replicação destes comportamentos, promovidos como legítimos e certos⁴⁴⁶.

⁴⁴⁰ Vale de Almeida, M. (1996, Ed.) *Corpo Presente: Treze Reflexões Antropológicas sobre o Corpo*. op. cit. 184.

⁴⁴¹ Cf. Butler, J. (1999). *El género en disputa: El feminismo y la subversión de la identidad*. Barcelona: Editorial Paidós.

Refiro-me a performatividade na linha crítica de Miguel Vale de Almeida que contrapõe a «performance», que supõe um corpo natural pré-existente à inscrição corporal e a «performatividade», que questiona a própria noção do sujeito. Vale de Almeida, M. (2013). «Do Feminismo a Judith Butler». Em UNIPPOP (Ed.), *Pensamento Crítico Contemporâneo*. Lisboa: Edições 70. 148-149.

⁴⁴² Turner, V. (1977). *The Ritual Process. Structure and Anti-Structure*. op. cit .

⁴⁴³ Schechner, R. (2002). *Performance Studies: An Introduction*. op. cit.

⁴⁴⁴ *Ibidem*, 31-35.

⁴⁴⁵ Cf. Geertz, C. (1973). *The Interpretation of Cultures*. New York: Basic Books. 17.

⁴⁴⁶ Cf. Lyotard, J. (1984). *The Postmodern Condition: A Report on Knowledge*. Minneapolis: University of Minnesota Press. 46-48.

Trata-se de um processo reiterativo, repetitivo, inventivo, eventualmente subversivo, que implica, ainda, uma dimensão social e política, que provoca construção e constrição. Enquanto processo de manutenção e coesão social, atua também com palco aberto à reconfiguração e transformação. Porque no corpo inscrevem-se e replicam-se práticas, o que não o dissocia da sua subjetividade, relativa autonomia e capacidade de agência. O que considero aqui particularmente relevante de compreender é como na performatividade quotidiana cabe a disrupção em potência. Assim como os poderes em si mesmo não são fechados, também a performatividade é porosa. É, por este motivo, que dentro da constrição e que existe na construção e repetição de performatividade em torno da repressão do trabalho sexual, Butler e Athanasiou⁴⁴⁷ falam das potencialidades subversivas das subjetividades «desapegadas» e a possibilidade que nos trazem de mudança. Essa mudança é materializada pela performance, indefinida e imprevisível, permanentemente suscetível de acontecer e trazer a disrupção.

Derrida sugere, deste modo, em vez da significação, pensarmos em «movimentos de significação», afirmando, assim, os jogos de identificação e desidentificação, um processo em movimento, uma permanente produção do devir. Marca, nesta linha, o fim do peso metafísico em favor do reconhecimento da alteridade. Frente às tradicionais dicotomias tradição/renovação, memória/porvir, reforma/revolução, a multiplicidade das repetições abre espaço para romper com o pensamento binário e dar espaço à fluidez⁴⁴⁸.

Surge, assim, a questão da vulnerabilidade: porque esta corporalidade também se constrói a partir das estruturas institucionais, culturais e sociais. Um corpo não pode, portanto, ser dissociado das condições infraestruturais, ambientais e socioculturais intrínsecas à sua existência e formação, o que expõe a sua dependência e a sua vulnerabilidade⁴⁴⁹. A vulnerabilidade que se expressa no corpo é, igualmente, geradora de identidade e condição de possibilidade de resistência em potência. Na linha da dividualidade de Marriot⁴⁵⁰, é na análise da socialização melanésia que Marilyn Strathern introduz uma relevante reflexão sobre a dicotomia sociedade-indivíduo. Os corpos, por conseguinte, são relacionais e interdependentes porque tanto são visibilizados como invisibilizados, dependendo do contexto. Somos seres

⁴⁴⁷ Butler, J. & Athanasiou, A. (2013). *Dispossession: The Performative in the Political*. Cambridge: Polity Press.

⁴⁴⁸ Derrida, J. (2000). «El Otro es Secreto porque es otro. Entrevista con Antoine Spire». *Le Monde de l'Éducation*, n.º284, septiembre de 2000 e Derrida, J. (1989). *La escritura y la diferencia*. Barcelona: Anthropos.

⁴⁴⁹ Butler, J. (2017). *Cuerpos aliados y lucha política...op. cit.*, 125-156.

⁴⁵⁰ Marriott, M. (1976). «Hindu Transactions: Diversity without Dualism». Em Kapferer, B. (Ed.), *Transaction and Meaning: Directions in the Anthropology of Exchange and Symbolic Behavior*. ASA Essays in Social Anthropology, 1. Filadelfia: Institute for the Study of Human Issues. 109-142.

individuais no sentido em que a nossa corporalidade se fragmenta e se desconjunta, mas também se sustenta e edifica de maneira relacional e performativa⁴⁵¹. Partindo da leitura de Englund e Leach que propõe que no conhecimento contemporâneo antropológico, importa reconhecer, frente a essencialismos e relativismos, como todas as pessoas são simultaneamente individuais e individuais⁴⁵².

Ora, a existência dos nossos corpos requer uma série de condições básicas que devem prover as instituições públicas – quando ocupamos o espaço público e damos visibilidade aos nossos corpos, pela sua própria presença, demonstramos vulnerabilidade constitutiva, o que já representa *per se* um ato político de resistência ao questionar as políticas que minam o público:

«A condição de vulnerabilidade corporal sai à luz nessas assembleias e coligações públicas que querem fazer frente à precariedade em expansão. Por tanto é de vital importância entender a relação que existe entre vulnerabilidade e essas formas de atividade que incidem na nossa sobrevivência, nosso desenvolvimento e na nossa resistência política.»⁴⁵³

A resistência e a vulnerabilidade, assim, operam juntas. Toda a vida está atravessada pela dimensão política. Ao tecer-mos performativamente, incorporamos e corporalizamos a ação política e a possibilidade de resistir. Somos vulneráveis e somos precários. E é na assunção dessa vulnerabilidade que são gerados os vínculos que permitem a resistência. Os corpos vulneráveis conectam-se e assumem a sua interdependência porque dessa maneira podem continuar a caminhar, juntos. Como sintetiza Esperanza Escribano:

«O problema não é ser vulneráveis, é que alguém explore essa vulnerabilidade. Que o Estado nos abandone política e economicamente é a tradução dessa exploração. E ao mesmo tempo, o que nos une às pessoas (...) é o abandono.»⁴⁵⁴

É, neste sentido, que Butler conecta a resistência, a precariedade e a vulnerabilidade: a resistência e possibilidade de emancipação alicerça-se na nossa condição de interdependência e vulnerabilidade. A chave – ou uma das chaves – reside em construir alianças e redes de apoio. E esse é, precisamente, a determinação que ês TS encontraram como modelo de resistência. Nesse projeto político coletivo, espaço público é ocupado para alcançar visibilidade, expondo a condição de marginal e vulnerável: vulnerabilidade para resistir.

⁴⁵¹ Cf. Strathern, M. (1990). *The Gender of the Gift: Problems with Women and Problems with Society in Melanesia*. Berkley: University of California Press.

⁴⁵² Englund, H. & Leach, J. (2000). «Ethnography and the Meta-Narratives of Modernity». Em *Current Anthropology*, 41(2), 225–248. DOI: <https://doi.org/10.1086/300126>.

⁴⁵³ Butler, J. (2017). *Cuerpos aliados y lucha política...op. cit.*, 185. Tradução própria.

⁴⁵⁴ Escribano, E. (2018). «Judith Butler: "Yo quiero ser más débil"». Em *El Salto*. <https://www.elsaltodiario.com/gsnofaftershave/judith-butler-yo-quiero-ser-mas-debil>. Tradução própria.

O Sindicato OTRAS é a encarnação de redes de vínculos como forma de cruzar a resistência e a vulnerabilidade. Reciclou as tradicionais formas de organização de trabalhadoras com linhas feministas e que incluiu a interseccionalidade das lutas. Avança nas conquistas formais-legais, mas não descarta as necessidades materiais quotidianas nem do constante combate ao estigma sociocultural. Mas, em especial, gera um espaço de conforto e de cuidados entre quem o integra representando, por isso, inovação e esperança para os movimentos de TS. Marca-se uma nova linha política no caminho dos movimentos sociais que se afasta do pensamento patriarcal e masculinizado e que encontra na vulnerabilidade e nos vínculos uma estratégia de existir.

Com isto, importaria ainda sublinhar que não pretendo romantizar as respostas e resistências a contextos de vulnerabilidade, opressão e silenciamento tão violentos como os descritos ao longo destas páginas. Não se trata de embelezar ou idealizar esta realidade, porque trata-se de resistir para sobreviver, literalmente. São agressões sistémicas, históricas, contínuas e deliberadas que produzem dor, sofrimento, limitam a qualidade e longevidade de vidas. E pelo caminho deste processo, encontramos, assim, os cuidados, os vínculos e os afetos como estratégia de sobrevivência.

VI. CONCLUSÕES

Ao longo destas páginas procurei refletir sobre uma história que acaba de começar. É a história de trabalhadoras do sexo que lutam por existir, lutam por direitos fundamentais e lutam por serem ouvidas. Por detrás desta história, encontramos séculos de marginalização, estigma e silenciamento.

Num primeiro momento, procurei partir para esta análise através das reflexões-base do biopoder foucaultiano e as suas releituras contemporâneas, que passam a compreender tecnologias de invisibilização, a dimensão sexopolítica ou a necropolítica. Estas conceções permitem uma leitura precisa sobre a gestão contemporânea dos corpos, especialmente no contexto do trabalho sexual. Os poderes, enquanto forças inventivas e produtivas, levam à construção da sociedade normalizadora e normalizante; nas posições de liminaridade cabe tudo o que não está estruturado.

A marginalização e silenciamento do trabalho sexual tem-se demonstrado uma realidade relativamente constante no contexto contemporâneo. Este fenómeno acarreta várias consequências, tais como o estigma, exclusão, negação de acesso a direitos sociais, ausência de direitos laborais e reconhecimento formal – em suma, supressão da inclusão, tanto ao nível sociocultural como institucional-formal. O percurso do Sindicato OTRAS e os obstáculos que tem enfrentado desde o seu nascimento revelam, portanto, como se evidenciam estas dinâmicas de silenciamento. Mas revelam ainda uma exclusão deliberada, já que se evidenciam esforços mobilizados com o propósito de impedir a conquista de visibilidade e de reconhecimento deste coletivo de TS. A produção jornalística foi um desses exemplos, onde se observou a lógica discursiva apresentada num sentido tendencialmente contrário à afirmação no Sindicato, em que pouca voz lhe foi destinada. Denota-se também desconsideração em relação às reivindicações dos TS, pelas reiteradas lacunas no que respeita ao conhecimento específico sobre o tema e conceitos mobilizados. Por outro lado, é percecionada uma resposta dramática e hiperbólica em relação à legalização dos estatutos do Sindicato, por parte media, das instituições e, por último, pela ação que foi levada a tribunal. Houve um claro empenho por parte de associações e instituições em anular mais que os estatutos, a própria existência do Sindicato OTRAS. Por fim, a própria sentença da Audiência Nacional vai nesse sentido: quando o único problema que pode ser apontado ao Sindicato é uma alínea dos seus estatutos e a decisão parte para a sua anulação na totalidade.

Simultaneamente a estas lutas formais-legais, o controlo bio, necro e sexopolítico evidencia-se, de igual modo, a partir de outras dinâmicas, como as que envolveram o caso da pandemia causada pela COVID-19. Partindo deste conceito analisei como ês TS se viram numa situação de completo desamparo socioeconómico e de uma complexa exclusão. Uma grande parte das pessoas que exercem trabalho sexual foram impedidas de trabalhar pelo Estado, mas também impedidas de aceder a qualquer tipo de apoios do Estado. Em suma, no contexto capitalista contemporâneo, impedidas de existir. Nesta posição liminar, a condição de existência baseia-se em lutas pela sobrevivência. E foi precisamente o que fizeram ês TS, nomeadamente através do Sindicato. Organizaram várias atividades que visavam permitir colmatar as lacunas produzidas pelo Estado Social que não assume as suas responsabilidades em assegurar acesso condições básicas de vida. Apesar das mobilizações do Sindicato OTRAS terem sido relevantes, as pessoas envolvidas não o consideram desta maneira, demonstrando por isso um desânimo, descrença e cansaço face às cíclicas dinâmicas de marginalização. Ao mesmo tempo, evidencia-se como a organização de TS é um processo particularmente difícil, mais ainda no formato de Sindicato, pelas lutas legais que envolve. Ainda assim, a necessidade de sobrevivência e consequente resistência não cessam. A capacidade de agência, estando sempre presente, é condição de possibilidade à transformação em potência.

Ao considerar pontos específicos como o estigma, migrações, lutas feministas e queer e as questões de classe foi possível compreender como a interseccionalidade subjaz às problemáticas aqui consideradas, tanto desde as opressões como resistências. A partir da performatividade dos corpos que reinventam, que são criativos, que materializam os desejos e o dever, nasce a subversão e a dissidência. E na conexão entre a vulnerabilidade e a resistência tecem-se as redes de apoio que contrabalançam o desamparo socioinstitucional das posições liminares.

Considero, assim, que o Sindicato OTRAS revela, por um lado, algumas características tradicionais de um Sindicato: estrutura, organização hierárquica, concentração de responsabilidades em determinados postos («superativistas»), representação de interesses coletivos de trabalhadoras, poder de greve e negociação coletiva. Por outro lado, introduz elementos associados aos novos movimentos sociais e à hibridização sindical, dimensão que introduz novos níveis de análise e também novas potencialidades. Os cuidados feministas, a construção das redes de apoio, a promoção dos cuidados e dos vínculos também como forma de fazer política representam, a meu ver, uma rutura com o pensamento patriarcal e uma transformação significativa em potência. A primeira grande vitória a celebrar, em termos

objetivos, do Sindicato OTRAS, foi o seu reconhecimento pelo Tribunal Superior. Como disse, este é apenas o começo de uma história à qual faltam ainda muitos episódios por acompanhar. Os instrumentos que o Sindicato tem agora, estando oficialmente legalizado, permitem-lhe uma maior margem de manobra e capacidade de influência. Se a sua atuação se revelou notável antes, agora tem nas mãos o peso de ser um dos únicos sindicatos a nível europeu com esse poder. Num contexto onde a ausência de cobertura legal do trabalho sexual tem demonstrado o seu efeito nocivo, fundamentalmente direcionado a TS, e que tem vindo a reforçar a direção no sentido abolicionista, a afirmação do Sindicato inaugura uma grande batalha pela frente. E, ao mesmo tempo, todos os outros movimentos e associações de TS, independentemente do seu *status* de reconhecimento, mais ou menos formal, asseguram de igual modo a sua importância nas lutas pela sua existência e reconhecimento – porque a chave reside, no meu ponto de vista, na rede entre os vários coletivos, que cooperem e atuem em várias frentes. Tecer redes de apoio, de cuidados e de *zorreridad* é o que permite continuar a caminhar. A utopia pela transformação é a resposta política que une e que move.

A partir destas pistas dadas, foi possível avaliar empiricamente a produção das tecnologias sexopolíticas e também como delas emerge a resistência. Compreender os poderes contemporâneos implica decompor as suas propriedades, multiplicadas e de imanências descentralizadas. As dicotomias modernas são frágeis: poder/resistência, centro/margens, opressor/oprimido. Estas dinâmicas estão em constante operação, mas a lógica binária limita a visão da complexidade que a compõe. Os corpos e as suas performatividades fazem, desfazem, produzem, dispersam. Descoser, desconstruir, desarticular, devir. As leituras atentas das dinâmicas e ações dos movimentos abrem as portas para encontrar os pontos débeis dos poderes da dominação e rompê-los desde aí. E aqui uma das estratégias da sexopolítica: avancemos com as estratégias da desidentificação e desterritorialização – num sentido deleuziano – nos nossos corpos tecnovivos como forma de produção dissente, de maneira a alcançar a posição tão básica e tão utópica de tornar a vida vivível.

FONTES – Entrevistas

Anneke Necro: 25 de setembro de 2020.

Begoña Lalana Alonso: 26 de novembro de 2020.

Evelin Rochel: 24 de novembro de 2020.

Juan Jiménez-Piernas: 29 de junho de 2021.

Lourdes Ros: 17 de novembro de 2020.

Maria Jose Barrera: 23 de junho de 2021.

Pablo Matilla Yáñez: 07 de outubro de 2020.

Raj Redlich: 19 de outubro 2020.

Sabrina Sánchez: 30 de outubro de 2020.

BIBLIOGRAFIA

- ABC (18/09/2015). «Ocho de cada diez mujeres que ejercen la prostitución en España lo hacen contra su voluntad». Em *ABC*. <https://www.abc.es/sociedad/20150918/abci-mujeres-obligadas-prostitucion-201509181643.html>. [Recuperado a 27/01/2021].
- Abu-Lughod, L. (1991). «Writing Against Culture». Em Fox, R. (Ed.). *Recapturing Anthropology: Working in the Present*. Santa Fe: School of American Research Press, 1991. 137-162.
- Adhanom, T. (11/03/2020). «WHO Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19». Em *World Health Organization*. <https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020>.
- Agamben, G., et al. (2020). *Sopa de Wuhan. Pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemias*. Madrid: ASPO.
- Agencia Estatal del Boletín Oficial del Estado (04/08/2018). «Resolución de la Dirección General de Trabajo por la que se anuncia la constitución del sindicato denominado "Organización de Trabajadoras Sexuales", en siglas OTRAS, con número de depósito 99105790.» Em *BOE*. https://www.boe.es/diario_boe/txt.php?id=BOE-B-2018-40130.
- Ahmed, S. (2014). «Affect/Emotion: Orientation Matters. A conversation between Sigrid Schmitz and Sara Ahmed». Entrevistada por Sigrid Schmitz. Em *Freiburger Zeitschrift für GeschlechterStudien*.
- Álvarez, P. (21/09/2018). «El sindicato de prostitutas: “Estamos constituidas y trabajando”». Em *El País*.

https://elpais.com/sociedad/2018/09/21/actualidad/1537543646_262587.html. [Recuperado a 11/06/2020].

Álvarez, P. (29/10/2018). «El Gobierno pedirá a la Fiscalía que impugne el registro de un sindicato de prostitutas». Em *El País*. https://elpais.com/sociedad/2018/10/29/actualidad/1540810738_916072.html. [Recuperado a 11/06/2020].

Álvarez, P. (13/11/2018). «350 firmas, entre ellas las de Coixet y Poniatowska, apoyan el sindicato de prostitutas». Em *El País*. https://elpais.com/sociedad/2018/11/12/actualidad/1542023421_520282.html. [Recuperado a 11/06/2020].

Álvarez, P. (13/11/2018). «Más de mil firmas piden ilegalizar el sindicato de prostitutas». Em *El País*. https://elpais.com/sociedad/2018/11/13/actualidad/1542126633_870767.html. [Recuperado a 11/06/2020].

Álvarez, P. (14/11/2018). «Trabajo alega que crear un sindicato de prostitutas “da cobertura” a la trata de personas». Em *El País*. https://elpais.com/sociedad/2018/11/13/actualidad/1542110145_632904.html. [Recuperado a 11/06/2020].

Álvarez, P. & Carranco, R. (08/06/2021). «Un sindicato legal en el limbo de la prostitución». Em *El País*. <https://elpais.com/sociedad/2021-06-08/un-sindicato-legal-en-el-limbo-de-la-prostitucion.html>. [Recuperado a 17/06/2021].

Álvarez, R. J. (15/07/2021). «Un año de Ingreso Mínimo con sólo el 21% de solicitudes concedidas: "He soñado que no teníamos para comer"». Em *El Mundo*. <https://www.elmundo.es/espana/2021/06/15/60c79b61fc6c83c0788b469a.html>. [Recuperado a 22/08/2021].

American Civil Liberties Union (2020). «Is Sex Work Decriminalization the Answer? What the Research Tells Us». Em *ACLU Research Brief: Why Decriminalize Sex Work?* https://www.aclu.org/sites/default/files/field_document/aclu_sex_work_decrim_research_brief.pdf.

Ammar - Asociación de Mujeres Meretrices de Argentina (n. d.), <https://www.ammar.org.ar/-Quienes-somos-.html>.

Araque Conde, P. (20/10/2021). «La ley del 'solo sí es sí' lleva al Congreso la disputa entre abolición y regulación de la prostitución». Em *Público*. <https://www.publico.es/politica/terceria-locativa-debate-regulacion-abolicion-prostitucion-evidencia-congreso-ley.html>. [Recuperado a 21/11/2020].

Arendt, H. (2017). *Eichmann em Jerusalém - Uma reportagem sobre a banalidade do mal*. Trad. Ana Corrêa da Silva. Lisboa: Edições Ítica.

Arnold, C. (10/07/2020). «Pandemic speeds largest test yet of universal basic income». Em *Nature*. <https://www.nature.com/articles/d41586-020-01993-3>. [Recuperado a 16/03/2021].

As.com (14/03/2021). «Autónomos en la Declaración de la Renta 2020-21: ¿Cuáles son las tablas de tramos del IRPF?». Em *As*. https://as.com/diarioas/2021/03/14/actualidad/1615718927_922192.html. [Recuperado a 22/08/2021].

Assad, T. (2004). «Where are the Margins of the State? ». Em Das, V. & Poole, D. (2004). *Anthropology in the Margins of the State: Comparative Ethnographies*. New Mexico: SAR Press.

Audiencia Nacional. Sala de lo Social. Sentença N. 174/2018. Ramón Gallo Llanos. 19/11/2018. Em *Poder Judicial*.
<https://www.poderjudicial.es/search/contenidos.action?action=contentpdf&databasematch=AN&reference=8580902&links=sindicato%20OTRAS&optimize=20181122&publicinterface=true>

Austin, J. (1962). *How to Do Things with Words*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Barreno, M. I.; Horta, M. T. & Costa, M. (2010). *Novas Cartas Portuguesas*. Edição Anotada. Amaral, A. L. (Ed). Lisboa: Dom Quixote. [1972].

Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. [1977].

Baylos, A. (2012). *¿Para qué sirve un Sindicato? Instrucciones de uso*. Madrid: Ediciones Catarata.

Becker, H. (2009). *Outsiders: hacia una sociología de la desviación*. Buenos Aires: Siglo XXI.

Behar, R. & Gordon, D. (Eds.), (1995). *Women writing culture*. Berkeley: University of California Press.

Biehl, J. (2005). «Technologies of Invisibility: Politics of Life and Social Inequality». Em Inda, J. X. (Ed). *Anthropologies of Modernity: Foucault, Governmentality, and Life Politics*. Oxford: Wiley-Blackwell. 248 – 271.

Biehl, J. & Locke, P. (2010). «Deleuze and the Anthropology of Becoming». Em *Current Anthropology*, Volume 51, Number 3, June 2010. DOI: 10.1086/651466.

Biehl, J. (2013). *Vita: Life in a Zone of Social Abandonment*. Berkley: University of California Press.

Borraz, M. (29/11/2016). «La Ley Mordaza, contra las prostitutas: "Somos multadas y criminalizadas"». Em *El Diario*. https://www.eldiario.es/sociedad/ley-mordaza-prostitutas-multadas-criminalizadas_1_3708625.html. [Recuperado a 08/06/2020].

Bourdieu, P. (2007). *A Distinção: crítica social do julgamento*. Trad. Daniela Kern. São Paulo: Editora Zouk.

Boza Moreno, E. (2017). *Sobre la prostitución. Un análisis desde la Política Criminal y la necesidad de su legalización*. [Tese doutoral de doutoramento, Universidade de Pablo Olavide, Sevilha].

Brah, A. (2004). «Diferencia, diversidad, diferenciación». Em bell hooks, et al. *Otras Inapropiables*. Madrid: Traficantes de Sueños. 107-136.

Braidotti, Rosi (2015). *Lo Posthumano*. Trad. Juan Carlos Gentile Vitale. Barcelona: Editorial Gedisa.

Burnett, S. (14/04/2021). «Is a ban on buying sex work effective? Sex workers say 'no'». Em *DW*. <https://www.dw.com/en/france-ban-prostitution-sex-workers-threat/a-57198238>. [Recuperado a 02/09/2021].

Butler, J. (1999). *El género en disputa: El feminismo y la subversión de la identidad*. Trad. M. Antonia Mufloz. Barcelona: Editorial Paidós.

Butler, J. (2006). *Deshacer el género*. Trad. Patrícia Soley Beltran. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica.

Butler, J. & Athanasiou, A. (2013). *Dispossession: The Performative in the Political*. Cambridge: Polity Press.

Butler, J. (2015) [Universidad de Alcalá] «XV Simposio de la Asociación Internacional de Filósofas - Repensar la vulnerabilidad y la resistencia». [Video]. Youtube. <https://www.youtube.com/watch?v=hEjQHv0R6rQ>.

Butler, J. (2017). *Cuerpos aliados y lucha política: hacia una teoría performativa de la asamblea*. Trad. María José Viejo. Barcelona: Editorial Paidós.

Cabaleiro, L. (31/08/2018). «El sindicato de trabajadoras sexuales pide la "dimisión en bloque" del gobierno de Sánchez». Em *El Mundo*. <https://www.elmundo.es/cataluna/2018/08/31/5b892cd4e2704e55258b45ba.html>. [Recuperado a 11/06/2020].

Cabaleiro, L. (01/09/2018). «El Ayuntamiento de Barcelona defiende el sindicato de trabajadoras sexuales». Em *El Mundo*. <https://www.elmundo.es/cataluna/2018/09/01/5b899236268e3e7f288b45d2.html>. [Recuperado a 13/06/2020].

Campehouth, L. V.; Marquet, J.; Quivy, R. (2019). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Trad. João Minhoto Marques, Maria Amália Mendes, Maria Carvalho. Lisboa: Gradiva.

Casciani, D. (19/11/2008). «Q&A: UK Prostitution Laws». Em *BBC News Channel*. <http://news.bbc.co.uk/1/hi/uk/7736436.stm>. [Recuperado a 17/08/2021].

Castro, I. (16/10/2021). «El PSOE apuesta por una ley de abolición de la prostitución sin fijarse plazos». Em *El Diario*. https://www.eldiario.es/politica/psoe-apuesta-ley-abolicion-prostitucion-fijarse-plazos_1_8403626.html. [Recuperado a 17/10/2021].

Clemente, C. (21/07/2021). «Ley de libertad sexual, la paradoja de castigarnos por víctimas». Em *El Salto*. <https://www.elsaltodiario.com/opinion/ley-libertad-sexual-paradoja-castigarnos-victimas-teceria-locativa>. [Recuperado a 17/08/2021].

Clifford, J. & Marcus, G. (1986). *Writing Culture. The Poetics and Politics of Ethnography*. Berkeley: University of California Press.

Clough, P. & Halley, J. (2007). *The affective turn: Theorizing the social*. Durham, NC: Duke University Press.

Código Civil Espanhol. Real Decreto de 24 de julio de 1889. Vigencia desde 01/05/1889. Artigo 1271. Publicado em *GACETA* de 25 de Julho de 1889.

Coletivo Hetaria (n. d.). *Nosotras*. Em <https://colectivohetaira.org/nosotras/>.

Combahee River Collective (1977). «The Combahee River Collective Statement». Em *Black Past*. <https://www.blackpast.org/african-american-history/combahee-river-collective-statement-1977/>.

Congrostitina, A. (10/10/2015). «Los manteros crean un ‘sindicato’ para negociar con la administración». Em *El País*. https://elpais.com/ccaa/2015/10/09/catalunya/1444420311_791452.html. [Recuperado a 26/10/2020].

Congostrina, A. (15/10/2018). «Nace en Barcelona una plataforma que exige la abolición de la prostitución.» Em *El País*. https://elpais.com/ccaa/2018/10/15/catalunya/1539603168_637991.html. [Recuperado a 21/06/2020].

Constitución Española. Boletín Oficial del Estado, 29 de diciembre de 1978. Em «BOE» núm. 311, de 29 de diciembre de 1978. <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-1978-31229>.

Crenshaw, K. (1989). «Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics». University of Chicago Legal Forum: Vol. 1989: Iss. 1, Article 8. 139-167. <http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>.

Creswell, J. (2007). *Qualitative Inquiry and Research Design: Choosing Among Five Approaches*. Los Angeles: SAGE Publications.

Cué, C. E. (03/09/2018). «Relevada la directora de Trabajo por aprobar un sindicato de prostitutas.» Em *El País*. https://elpais.com/politica/2018/09/03/actualidad/1535979318_955992.html. [Recuperado a 11/06/2020].

Daich, D. (2012). «Prostitución, trata y abolicionismo. Conversaciones con Dolores Juliano y Adriana Piscitelli». Em *Avá, Revista de Antropología*, Nr. 20, 2012.

Dale, G. & Rose, X. (2010). «A response to the sex work debate». Em *International Socialism*. Issue 127. Em <http://isj.org.uk/a-response-to-the-sex-work-debate/>.

- Das, V. & Poole, D. (2004). *Anthropology in the Margins of the State: Comparative Ethnographies*. New Mexico: SAR Press.
- Davies, P. (06/04/2020). «Spain Plans Universal Basic Income To Fix Coronavirus Economic Crisis». Em *Forbes*. <https://www.forbes.com/sites/pascaledavies/2020/04/06/spain-aims-to-roll-out-universal-basic-income-to-fix-coronavirus-economic-crisis/> [Recuperado a 16/03/2021].
- De la Cruz, S. (2020). «Qué es un ERTE y cómo afectará a trabajadores y empresas en España». Em *El Economista*. <https://www.eleconomista.es/economia/noticias/10421953/03/20/Que-es-un-ERTE-y-como-afectara-a-trabajadores-y-empresas-en-Espana.html>. [Recuperado a 04/03/2021].
- Della Porta, D. & Diani, M. (1999). *Social Movements: An Introduction*. Oxford: Blackwell.
- Derrida, J. (1989). *La escritura y la diferencia*. Barcelona: Anthropos. Trad. Patricio Peñalver. [1967].
- Derrida, J. (2000). «El Otro es Secreto porque es otro. Entrevista con Antoine Spire». *Le Monde de l'Éducation*, n.º284, septiembre de 2000. Trad. Cristina de Peretti e Paco Vidarte.
- Diario 16 (05/05/2020). «Los autónomos ya tienen sindicato». En *Diario 16*. <https://diario16.com/los-autonomos-ya-tienen-sindicato/>. [Recuperado a 14/11/2020].
- Dodillet, S. & Östergren, P. (3-4/03/2011). *The Swedish Sex Purchase Act: Claimed Success and Documented Effects*. International Conference Workshop: Decriminalizing Prostitution and Beyond: Practical Experiences and Challenges. Haia, Países Baixos. Em <http://www.petraostergren.com/upl/files/54259.pdf>.

Dreyfus, H. & Rabinow, P. (1983). *Michel Foucault: Beyond Structuralism and Hermeneutics*. Chicago: The University of Chicago Press.

El Diario/EFE (30/08/2018). «La ministra Valerio reconoce que le han "metido un gol": inicia los trámites para impugnar el sindicato de trabajadoras sexuales». Em *El Diario*. https://www.eldiario.es/sociedad/valerio-abogacia-sindicato-trabajadoras-sexuales_1_1962056.html . [Recuperado a 11/06/2020].

El Diario (31/08/2018). «Reacciones encontradas sobre la ilegalización del sindicato OTRAS: UGT apoya al Gobierno, CGT critica la decisión». Em *El Diario*. https://www.eldiario.es/sociedad/feministas-recurren-creacion-sindicato-trabajadoras_1_2755565.html. [Recuperado a 13/06/2020].

El Economista (28/01/2021). «El paro sube en 527.900 personas en 2020 y se destruyen 622.600 empleos, los peores datos desde 2012». Em *El Economista*. <https://www.eleconomista.es/economia/noticias/11017392/01/21/El-paro-sube-en-527900-personas-en-2020-y-se-destruyen-622600-empleos-los-peores-datos-desde-2012.html>. [Recuperado a 04/03/2021].

El Mundo (11/05/2019). «Una manifestación enfrenta a abolicionistas y a defensoras de las prostitutas». Em *El Mundo*. <https://www.elmundo.es/cataluna/2019/05/11/5cd6ef61fc6c83a3318b4737.html>. [Recuperado a 13/06/2020].

El Mundo/EFE (21/04/2020). «Víctimas de trata y prostitutas vulnerables percibirán el ingreso mínimo diseñado por el Gobierno ante el coronavirus». Em *El Mundo*, <https://www.elmundo.es/espana/2020/04/21/5e9ea2c2fc6c83393f8b4622.html>. [Recuperado a 07/03/2021].

- El País (15/03/2020). «Consulte el real decreto por el que se declara el estado de alarma en España». Em *El País*. <https://elpais.com/espana/2020-03-14/consulta-el-real-decreto-por-el-que-se-declara-el-estado-de-alarma-en-espana.html>. [Recuperado a 04/03/2021].
- Elias, N. & Scotson, J. (1965). *The Established and the Outsiders*. Dublin: University College Dublin Press.
- Englund, H. & Leach, J. (2000). «Ethnography and the Meta-Narratives of Modernity». Em *Current Anthropology*, 41(2), 225–248. DOI: <https://doi.org/10.1086/300126>.
- Escribano, E. (2018). «Judith Butler: "Yo quiero ser más débil"». Em *El Salto*. <https://www.elsaltodiario.com/gsnotaftershave/judith-butler-yo-quiero-ser-mas-debil>.
- Espejo, B. (2009). *Manifiesto Puta*. Barcelona: Edicions Bellaterra.
- Estanque, E. (2009). «Sindicalismo e movimentos sociais: ação coletiva e regulação social no contexto europeu e português». Em *Lutas Sociais*, São Paulo, n.23.
- European Social Survey (2012). «Political Parties, ESS6». Em *European Social Survey*. http://www.europeansocialsurvey.org/docs/round6/survey/ESS6_appendix_a3_e02_0.pdf.
- Fairclough, N. (2013). *Critical Discourse Analysis. The Critical Study of Language*. New York: Routledge.
- Fassin, D. (2003). «Gobernar por los cuerpos, políticas de reconocimiento hacia los pobres y los inmigrantes en Francia». Em *Cuadernos de Antropología Social*, Nr. 17, 68.

- Federici, S. (2013). *Revolución punto cero: trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas*. Trad. Scriptorium (Carlos Fernández Guervós e Paula Martín Ponz). Madrid: Traficantes de Sueños.
- Federici, S. (2018). *Patriarcado del salario. Críticas feministas al marxismo*. Trad. María Aránzazu Catalán Altuna e Scriptorium (Carlos Fernández Guervós e Paula Martín Ponz). Madrid: Traficantes de Sueños.
- Flor, A. (21/09/2018). «Deve ser legal? Conferência junta ex-prostitutas em Lisboa». Em *Público*. <https://www.publico.pt/2018/09/21/sociedade/noticia/prostituicao-modelo-nordico-entrevista-sabrinna-valisce-1844745>. [Recuperado a 14/08/2021].
- Florio Barcelona, L. (2020). «¿Qué es un ERTE y cuáles son tus derechos como trabajador?». Em *La Vanguardia*, <https://www.lavanguardia.com/economia/20200320/474272215730/erte-empleo-paro-derechos-trabajador-que-es-cobrar-seguridad-social.html>. [Recuperado a 04/03/2021].
- Foucault, M. (1988). «El sujeto y el poder», em *Revista Mexicana de Sociología*, Vol. 50, Num. 3, (Jul-Set 1988), Universidad Autónoma de México.
- Foucault, M. (1994). *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Trad. Pedro Tamen. Lisboa: Edição Relógio D'Água, Antropos.
- Foucault, M. (1996). *Tecnologías del Yo y otros textos afines*. Trad. Mercedes Allende Salazar. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica.
- Foucault, M. (2001). *Los Anormales. Curso de Collège de France (1974-1975)*. Trad. Horacio Pons, Madrid: Ediciones AKAL.

Foucault, M. (2002). *Power: The Essential Works of Michel Foucault 1954-1984. Essential Works of Foucault*. Volume 3. James O. Faubion (Ed.). London: Penguin Books,

Foucault, M. (2003). *Hay que Defender la Sociedad. Curso de Collège de France (1975-1976)*. Trad. Horacio Pons. Madrid: Ediciones AKAL.

Foucault, M. (2008). *Seguridad, Territorio, Población. Curso de Collège de France (1977-1978)*. Trad. Horacio Pons. Madrid: Ediciones AKAL.

Foucault, M. (2010). *El cuerpo utópico: Las heterotopias*. Trad. de Heber Cardoso. Buenos Aires: Nueva Visión (Claves).

Freeman, J. (1978). «Crisis and conflict in Social Movement Organizations». Em *Chrysalis: A Magazine of Women's Culture*, No. 5, 43-51.

Fundación Triángulo (n. d.). ¿Quiénes Somos?. Em <https://fundaciontriangulo.org/presentacion/>.

Gall, G. (2006). *Sex Worker Union Organising: An International Study*. Hampshire: Palgrave Macmillan.

Gall, G. (2007). «Sex worker unionisation: An exploratory study of emerging collective organisation». Em *Industrial Relations Journal*, 38(1), 70-88. https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=958565.

Gall, G. (2016). *Sex Worker Unionization. Global Developments, Challenges and Possibilities*. Hampshire: Palgrave Macmillan.

Gallagher, S. (30/09/2020). «Coronavirus: ¿El gobierno ha prohibido a las parejas tener relaciones sexuales?» Em Independent Español. <https://www.independentespanol.com/noticias/coronavirus-reglas-sexuales-distanciamiento-social-b721143.html>. [Recuperado a 22/08/2021].

Gálvez, J.J. (26/04/2021). «La prostituta que derrotó a uno de los mayores burdeles de Madrid». Em *El País*. <https://elpais.com/espana/madrid/2021-04-16/la-prostituta-que-derroto-a-uno-de-los-mayores-burdeles-de-madrid.html> [Recuperado a 20/05/2021]

Garaizabal, C. & Briz, M. (24/10/2014). «Prostitución: contabiliza en el PIB pero no se considera trabajo». Em *El Diario*. https://www.eldiario.es/opinion/zona-critica/prostitucion-contabiliza-pib-considera-trabajo_129_4561714.html. [Recuperado a 08/06/2020].

García, A. (19/10/2018). «El Gobierno deberá probar en sede judicial que los estatutos del sindicato de prostitutas no tienen base legal». Em *20 Minutos*. <https://www.20minutos.es/noticia/3477683/0/proceso-judicial-sindicato-otras/>. [Recuperado a 13/06/2020]

García, A. (13/11/2018). «El sindicato OTRAS: "¿Por qué os negáis a juntaros con los trabajadores y trabajadoras del sexo?"». Em *20 Minutos*. <https://www.20minutos.es/noticia/3490409/0/sindicato-otras-trabajadores-trabajadoras-del-sexo/>. [Recuperado a 13/06/2020].

García, T. (27/11/2018). «Los empresarios que se lucran con los clubes de alterne sí están organizados». Em *El Salto*. <https://www.elsaltodiario.com/trabajo-sexual/empresarios-lucran-clubes-alterne-patronales>. [Recuperado a 08/06/2020].

Geertz, C. (1973). *The Interpretation of Cultures*. New York: Basic Books.

Gil Grande, R. (28/03/2020), «Sánchez declara el estado de alarma para afrontar con la "máxima agilidad y contundencia" el coronavirus». Em *RTVE*. <https://www.rtve.es/noticias/20200313/pedro-sanchez-declara-estado-alarma-nacional/2009974.shtml>. [Recuperado a 04/03/2021].

Gimeno, B. (2012). *La prostitución. Aportaciones para un debate abierto*. Barcelona: Bellaterra.

Goffman, E. (1956). *The Presentation of the Self in Everyday Life*. Edimburgo: University of Edinburgh Social Sciences Research Centre.

Goffman, E. (2004). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Trad. Mathias Lambert. 4ª ed. São Paulo: LTC. [1988].

Graeber, D. (2009). *Direct Action: An Ethnography*. Edimburgo: AK Press.

Hale, C. (2008). «Activist Research v. Cultural Critique: Indigenous Land Rights and the Contradictions of Politically Engaged Anthropology». Em *Cultural Anthropology*, Volume 21, Issue 1, Fevereiro 2006. 96-120. DOI: <https://doi.org/10.1525/can.2006.21.1.96C>.

Haraway, D. (1988). «Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective». Em *Feminist Studies*, Vol. 14, No. 3 (Autumn, 1988): 575-599.

Haraway, D. (1991). *Ciencia, cyborgs y mujeres: la reinención de la naturaleza*. Madrid: Ediciones Cátedra.

- Haraway, D. (2016). *Staying with the trouble. Making Kin in the Chthulucene*. Durham e London: Duke University Press.
- Harcourt, C. & Donovan, B. (2005). «The many faces of sex work». Em *Sex Transm Infect* 2005; 81. 201–206. DOI: 10.1136/sti.2004.012468.
- Hardt, M. (2007). «Forward: What affects are good for». Em Clough, P. & Halley, J. (2007). *The affective turn: Theorizing the social*. Durham, NC: Duke University Press.
- Hardt, M. & Negri, T. (2014). *Imperio*. Trad. Eduardo Sadier. Caracas: Editorial La Cueva.
- Hardy, K.; Cruz, K. (2019). «Affective Organizing: Collectivizing Informal Sex Workers in an Intimate Union». Em *American Behavioral Scientist* 2019, Vol. 63(2) 244–261. DOI: 10.1177/0002764218794795.
- Heim, D. (2011). «Prostitución y derechos humanos». Em *Cuadernos electrónicos de Filosofía del Derecho* 234-251. <https://ojs.uv.es/index.php/CEFD/article/view/716/472>.
- Heim, D. & Monfort Soria, N. (2004). «Prostitución y políticas públicas: análisis y perspectivas de un conflicto histórico. Especial referencia a la situación en los Países Bajos y Suecia». Em *Revista Catalana de Seguretat Pública*, Núm. 15, 115-125. <https://raco.cat/index.php/RCSP/article/view/130849>.
- Hernández, M. (30/08/2018). «El Gobierno da luz verde a un sindicato de "trabajadoras sexuales" en España». Em *El Mundo*. <https://www.elmundo.es/espana/2018/08/30/5b86dc7946163f583c8b458e.html>. [Recuperado a 11/06/2020].

Huang, C. et al. (2020). «Clinical features of patients infected with 2019 novel coronavirus in Wuhan, China». Em *Lancet* 2020; 395: 497–506.

Informe ABITS (2018). «Informe Anual sobre los Servicios y Programas que componen la Agencia para el Abordaje Integral del Trabajo Sexual (ABITS)». Em *Dirección de Feminismos y LGTBI del Área de Derechos de Ciudadanía, Cultura, Participación y Transparencia de la Concejalía de Feminismos y LGTBI del Ayuntamiento de Barcelona*. <https://ajuntament.barcelona.cat/dones/es/recursos-y-actualidad/documentacion/informes-anales-agencia-abits>.

Jessop, B. & Sum, N. (2006). *Beyond the Regulation Approach: Putting Capitalist Economies in their Place*. Northampton: Edward Elgar.

JN (03/06/2020). «Regras do governo inglês geram polémica por "proibirem o sexo"». Em *Jornal de Notícias*. <https://www.jn.pt/mundo/regras-do-governo-ingles-geram-polemica-por-proibirem-o-sexo-12270592.html>. [Recuperado a 22/08/2021].

Jorrín, J. G. (02/04/2020). «La crisis del coronavirus destruyó 834.000 empleos en marzo, el peor dato de la historia». Em *El Confidencial*. https://www.elconfidencial.com/economia/2020-04-02/tesis-coronavirus-destruccion-historica-empleo_2530303/. [Recuperado a 04/03/2021].

Jorrín, J. G. (28/04/2020). «El covid-19 destruye 285.000 empleos y deja 563.000 afectados por ERTE en marzo». Em *El Confidencial*, https://www.elconfidencial.com/economia/2020-04-28/paro-abril-coronavirus-tesis-primer-trimestre-epa_2569439/. [Recuperado a 04/03/2021].

Juliano, D. (2005). «El trabajo sexual en la mira. Polémicas y estereótipos». Em *Cadernos Pagu* (25), julho-dezembro de 2005: 79-106.

Kohan, M. (24/03/2020). «Prostitución y trata: mujeres aún más vulnerables ante la emergencia sanitaria». Em *Público*. <https://www.publico.es/sociedad/prostitucion-coronavirus-prostitucion-trata-mujeres-invisibles-emergencia-sanitaria.html>. [Recuperado a 07/03/2021].

Kohan, M & Coronado Sopena, N. (23/04/2020). «Las ONG que atienden a víctimas de trata y prostitución, críticas con las medidas anunciadas por Igualdad para proteger a este colectivo». Em *Publico*. <https://www.publico.es/sociedad/violencia-machista-coronavirus-ong-atienden-victimas-trata-prostitucion-criticas-medidas-anunciadas-igualdad-proteger-colectivo.html>. [Recuperado a 11/03/2021].

La Cal, L. (12/11/2018). «El sindicato de trabajadoras sexuales: "Contamos con Ciudadanos y Podemos para sacarnos del limbo legal"». Em *El Mundo*. <https://www.elmundo.es/espana/2018/11/12/5be89857268e3e05318b4646.html>. [Recuperado a 13/06/2020]

La Moncloa (17/03/2020). «Igualdad impulsa un Plan de Contingencia contra la violencia de género ante la crisis del COVID-19». Em *La Moncloa*. <https://www.lamoncloa.gob.es/serviciosdeprensa/notasprensa/igualdad/Paginas/2020/170320-covid-viogen.aspx>. [Recuperado a 07/03/2021].

La Moncloa (22/12/2020). «El Gobierno aprueba nuevas ayudas a los sectores del turismo, la hostelería y el comercio minorista». En *La Moncloa*. <https://www.lamoncloa.gob.es/consejodeministros/resumenes/Paginas/2020/221220-cministros.aspx>. [Recuperado a 08/03/2021].

La Moncloa (06/07/2021). «Proyecto de Ley Orgánica de garantía integral de la libertad sexual». Em *La Moncloa*. <https://www.lamoncloa.gob.es/consejodeministros/Paginas/enlaces/060721-enlace-libertad-sexual.aspx>. [Recuperado a 23/08/2021].

La Moncloa (01/12/2021). «Más Madrid propone un Pacto Internacional sobre trabajo sexual». Em *La Moncloa*. <https://www.moncloa.com/2021/12/01/mas-madrid-pacto-internacional-trabajo-sexual/>. [Recuperado a 01/02/2022].

La Opinión de Murcia (23/09/2020). «Más del 80% de las mujeres prostituidas en España son víctimas de trata». Em *La Opinión de Murcia*. <https://www.laopiniondemurcia.es/comunidad/2020/09/23/80-mujeres-prostituidas-espana-son-33963931.html>. [Recuperado a 27/01/2021].

La Sexta (3/09/2018). «Colau apoya el sindicato de prostitutas: "La prostitución es legal porque no es ilegal, es una hipocresía lo de Sánchez"». Em *La Sexta*. https://www.lasexta.com/programas/al-rojo-vivo/entrevistas/colau-apoya-el-sindicato-de-prostitutas-la-prostitucion-es-legal-porque-no-es-ilegal-es-una-hipocresia-lo-de-sanchez_201809035b8d28770cf2be22cab5a422.html. [Recuperado a 13/06/2020].

La Sexta (09/03/2020). «Irene Montero: "Este Gobierno tiene un horizonte abolicionista con la prostitución"». Em *La Sexta*. https://www.lasexta.com/programas/el-objetivo/noticias/irene-montero-este-gobierno-tiene-un-horizonte-abolicionista-con-la-prostitucion_202003085e6571601eff86000107061b.html. [Recuperado a 03/11/2020].

La Vanguardia (29/10/2018). «La anulación de un sindicato: un difícil proceso abocado a la vía judicial». Em *La Vanguardia*. <https://www.lavanguardia.com/vida/20181029/452622524035/la-anulacion-de-un-sindicato-un-dificil-proceso-abocado-a-la-via-judicial.html>. [Recuperado a 13/06/2020].

Laclau, E. & Mouffe, C. (1985). *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*. Londres: Verso.

Lardiés, A. (2018). «Posicionamiento ideológico de los partidos». Em *Sociométrica*, Sondeo El Español. <https://sociometrica.es/2018/09/sep18-posicionamiento-ideologico-de-los-partidos/>.

Larrañeta, A. (02/06/2021). «El Tribunal Supremo determina que las trabajadoras sexuales en España tienen derecho a sindicarse». Em *20 Minutos*. <https://www.20minutos.es/noticia/4715995/0/el-tribunal-supremo-determina-que-las-trabajadoras-sexuales-en-espana-tienen-derecho-a-sindicarse/?autoref=true>. [Recuperado a 04/06/2021].

Latour, B. (1994). *Jamais fomos modernos. Ensaio de antropologia simétrica*. Trad. Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.

Lázaro, J. M. (27/12/2004). «El Supremo legaliza una asociación de locales de alterne y prostitución "por cuenta propia"». Em *El País*. https://elpais.com/diario/2004/12/27/sociedad/1104102009_850215.html. [Recuperado a 08/06/2020].

Lazzarato, M. (1996). "Immaterial labor". Em Virno, P. & Hardt, M. (Eds.). *Radical Thought in Italy: A Potential Politics*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Lazzarato, M. (2000). «Del biopoder a la biopolítica» Trad. Muxuilunak. Em *Multitudes nº1.*, março 2000. Em <https://sindominio.net/arkitzean/otrascosas/lazzarato.htm#notatit>.

Lazzarato, M. & Negri, T. (2001). *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Tradução de Monica de Jesus Cesar. Rio de Janeiro: DP&A Editora.

Leigh, C. (2016). «Trabajo sexual y feminismo, una filiación borrada: traducción de “Inventing sex work” de Carol Leigh (Alias Scarlot Harlot)». Em *Revista de Estudios de Género. La ventana*, vol. V, núm. 44, julio-diciembre, 2016, 7-23.

Ley 20/2007, de 11 de julio de 2007, del Estatuto del trabajo autónomo. Publicado em «BOE» núm. 166, de 12/07/2007. <https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-2007-13409>.

Ley 36/2011, de 10 de octubre de 2011, reguladora de la jurisdicción social. Publicado em «BOE» núm. 245, de 11/10/2011. <https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-2011-15936>.

Ley Orgánica 11/1985, de 2 de agosto de 1985, de Libertad Sindical. Publicado em «BOE» núm. 189, de 08/08/1985. <https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-1985-16660>.

Ley Orgánica 4/2000, de 11 de enero, sobre derechos y libertades de los extranjeros en España y su integración social. Publicado em «BOE» núm. 10, de 12/01/2000. <https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-2000-544>.

Ley Orgánica 4/2015, de 30 de marzo de 2015, de protección de la seguridad ciudadana. Publicado em «BOE» núm. 77, a 31/03/2015. <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-2015-3442>.

Lopes, A. (2006). «Sex workers in the Labour Movement». Em Campbell, R. & O’Neil M. (Eds.). *Sex Work Now*. Cullompton: Willan.

- Lozano, M. (15/06/2021). «El olvido del Tribunal Supremo». Em *El País*. https://elpais.com/elpais/2021/06/10/mujeres/1623346029_745433.html. [Recuperado a 17/06/2021].
- Lutz, C. & White, G. (1986). «The Anthropology of Emotions». Em *Annual Review of Anthropology*, 15, 405–436. <http://www.jstor.org/stable/2155767>.
- Lyotard, J. (1984). *The Postmodern Condition: A Report on Knowledge*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Manifiesto «Manifiesto por la ilegalización del sindicato OTRAS» (n. d.) Em *Google Docs*. https://docs.google.com/forms/d/1BvqI0xHtzuTW_2Uy1AuLi7HX32ZtEjJiCou3XdwAoDE/viewform?edit_requested=true. [Recuperado a 18/08/2020].
- Manifiesto «Nunca sin Nosotras» (26/10/2018). Em *Nunca Sin Nosotras*. <https://nuncasinnotras.wordpress.com/2018/10/26/manifiesto-12n/>. [Recuperado a 18/08/2020].
- Marriott, M. (1976). «Hindu Transactions: Diversity without Dualism». Em Kapferer, B. (Ed.), *Transaction and Meaning: Directions in the Anthropology of Exchange and Symbolic Behavior*. ASA Essays in Social Anthropology, 1. Filadelfia: Institute for the Study of Human Issues. 109-142.
- Martín, M. (20/08/2018). «Trabajo busca cómo anular un sindicato de prostitutas». Em *El País*, https://elpais.com/politica/2018/08/30/actualidad/1535631750_784409.html. [Recuperado a 11/06/2020].
- Marx, K. (1997). *O capital: crítica da economia política. Livro Primeiro: O processo de produção do capital*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo. [1867].

- Marx, K. (2007). *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse) – 1857-1858*. Vol 2. Trad. Pedro Scarón, Miguel Murmis e José Aricó. Madrid: Siglo XXI. [1939].
- Maskovsky, J. (2013). «Protest Anthropology in a Moment of Global Unrest». Em *American Anthropologist*, 115(1), Março 2013. DOI:10.1111/j.1548-1433.2012.01541.
- Mathieu, L. (2003). «The emergence and uncertain outcomes of prostitutes' social movements». Em *European Journal of Women's Studies*, 10(1), 29-50.
- Mauss, M. (1996). «Las técnicas del cuerpo [1934]». Em *Incorporaciones*. Kwinter, S. & Crary, J. (Eds.). Madrid: Ediciones Cátedra.
- Mbembe, A. (2011). *Necropolítica*. Trad. Elisabeth Falomir Archambault. Santa Cruz de Tenerife: Editorial Melusina.
- McRobbie, A. (1982). «The Politics of Feminist Research: Between Talk, Text and Action». Em *Feminist Review*, No. 12 (1982), 46-57.
- McRobbie, A. (2008). *The Aftermath of Feminism: Gender, Culture and Social Change*. London: Sage.
- Medina Martín, R. (2020). «Solo sí es sí, pero dependiendo de quién y dónde». Em *Ctxt: Contexto y acción*. <https://ctxt.es/es/20201201/Firmas/34390/ley-de-libertad-sexual-trabajadoras-sexuales-terceria-locativa-rocio-medina.html>.
- Menéndez, M. (28/03/2020). «El Gobierno endurece el confinamiento y paraliza todas las actividades salvo las esenciales desde el lunes». Em *RTVE*.

<https://www.rtve.es/noticias/20200328/sanchez-anuncia-paralizacion-todas-actividades-salvo-esenciales-desde-este-lunes/2011000.shtml>. [Recuperado a 04/03/2021].

Ministry of Justice of New Zealand (27/06/2003). «Prostitution Reform Act 2003». Em Parliamentary Counsel Office, New Zealand Legislation. <https://www.legislation.govt.nz/act/public/2003/0028/latest/whole.html%23whole#DL M197820>.

Mohanty, C. (1984). «Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses». Em *Boundary 2*. 12/13: 333–358.

Nina; Porn, L.; Sudhra, K. (2021). *Putas Migras*. Valencia: Ona Ediciones.

Oakley, A. (1981). «Interviewing women: a contradiction in terms». Em Roberts, H. *Doing feminist research*. London: Routledge.

Olías, L. & Ordaz, A. (14/07/2021). «El ingreso mínimo vital solo llega a un tercio de los hogares previstos un año después». Em *El Diario*. https://www.eldiario.es/economia/ingreso-minimo-vital-llega-tercio-hogares-previstos-ano-despues_1_8037127.html. [Recuperado a 22/08/2021].

Orellano, G. (2019). «Entre el abolicionismo y el regulacionismo, quienes estamos en el medio somos las trabajadoras sexuales.» Entrevistada por Guillermo Martínez. Em *Ethic*. <https://ethic.es/2019/08/georgina-orellano-trabajo-sexual-clandestinidad/>.

Ortner, S. (1995). «Resistance and the Problem of Ethnographic Refusal». Em *Comparative Studies in Society and History*, 37(1), 173-193. DOI:10.1017/S0010417500019587.

Ortner, Sherry (2006). «Entonces, ¿Es la mujer al hombre lo que la naturaleza a la cultura?». Em *AIBR, Revista de Antropología Iberoamericana*, Ed. Electrónica. Volumen 1, Nº1, Madrid: Antropólogos Iberoamericanos en Red, Enero-Febrero 2006, 12-21.

Ortner, S. (2007). «Poder e projetos: reflexões sobre agência». Em Grossi, M.; Eckert, C.; Fry, P. (Eds.). *Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas*. Brasília: Nova Letra Editora.

Ortner, S. (2016). «Dark anthropology and its others. Theory since the eighties». Em *Hau: Journal of Ethnographic Theory* 6 (1): 47–73. DOI: <http://dx.doi.org/10.14318/hau6.1.004>.

Orús, A. (14/04/2021). «Número de lectores diarios de los principales periódicos españoles en 2020». Em *Statista*. <https://es.statista.com/estadisticas/476795/periodicos-diarios-mas-leidos-en-espana/>.

Panchanadeswaran, S; Vijayakumar, G.; Chacko, S. & Bhanot, A. (2016), «Unionizing Sex Workers: The Karnataka Experience». Em *Studies in Law, Politics, and Society*. Vol. 71. Special Issue: Problematizing Prostitution: Critical Research and Scholarship. Emerald Group Publishing Limited, pp. 139-156. DOI: <https://doi.org/10.1108/S1059-433720160000071007>.

Partido Socialista Obrero Español (n. d.). *Propuestas. Igualdad, la igualdad marca la diferencia*. <https://www.psoe.es/propuestas/igualdad/>.

Pateman, C. (1995). *El Contrato Sexual*. Trad. M. Luisa Femenías. Barcelona: Antrophos.

Pérez Díaz, V. (1993). *La primacía de la sociedad civil. El proceso de formación de la España democrática*. Madrid: Alianza.

Pina Cabral, J. (2000). «A difusão do limiar: margens, hegemonias e contradições.» Em *Análise Social*, 34(153). <https://www.jstor.org/stable/41011401>.

Pina, F. (16/09/2020). «Covid-19. Sexo em "espaços grandes e abertos" ou por mensagem - as recomendações da autoridade de saúde da Catalunha». Em *Observador*. <https://observador.pt/2020/09/16/covid-19-sexo-em-espacos-grandes-e-abertos-ou-por-mensagem-as-recomendacoes-da-autoridade-de-saude-da-catalunha/>. [Recuperado a 22/08/2021].

Plenario Intersindical de Trabajadores - Convención Nacional de Trabajadores, PIT – CNT, (n. d.) <https://www.pitcnt.uy/>.

Poder Judicial España (n. d.). «Qué es la AN». Em *Poder Judicial España*. <http://www.poderjudicial.es/cgpj/es/Poder-Judicial/Audiencia-Nacional/Informacion-institucional/Que-es-la-AN/>.

Poder Judicial España (2020). «Estadística sobre Ejecuciones Hipotecarias». Em *Poder Judicial*. <https://www.poderjudicial.es/cgpj/es/Temas/Estadistica-Judicial/Estadistica-por-temas/Datos-penales--civiles-y-laborales/Civil-y-laboral/Estadistica-sobre-Ejecuciones-Hipotecarias/>.

Poder Judicial España (2020). Estimación de los tiempos medios de duración de los procedimientos judiciales - Tribunal Supremo. Em *Poder Judicial*. <https://www.poderjudicial.es/cgpj/es/Temas/Transparencia/ch.Estimacion-de-los-tiempos-medios-de-duracion-de-los-procedimientos-judiciales.formato1/?idOrg=4&anio=2013&territorio=-&proc=Recursos%20de%20Casaci%C3%B3n%20Ordinaria>.

PornHub (2020). «Coronavirus Insights». Em *Pornub*.
<https://www.pornhub.com/insights/corona-virus>.

Powdermaker, H. (1966). *Stranger and a Friend: The way of an Anthropologist*. New York: Norton.

Preciado, P. B. (2002). *Manifiesto Contra-sexual. Prácticas subversivas de identidad sexual*. Trad. Julio Díaz e Carolina Meloni. Madrid: Editorial Opera Prima.

Preciado, P. B. (2005). «Multitudes queer: nota para la política de los “anormales”». Em *Nombres, Revista de Filosofía*. Ano XV, nº 19, Córdoba, abril de 2005.

Preciado, P. B. (2017) *Testo Yonqui*. Barcelona: Editorial Espasa. [2008]

ProCon.org (05/04/2018). «US Federal and State Prostitution Laws and Related Punishments». Em *Britannica ProCon.org*. <https://prostitution.procon.org/us-federal-and-state-prostitution-laws-and-related-punishments/>. [Recuperado a 02/07/2021].

Público (08/07/2021). «El PSOE asegura tener listo un borrador para abolir la prostitución». Em *Público*. <https://www.publico.es/politica/feminismo-psoe-listo-borrador-abolir-prostitucion.html>. [Recuperado a 02/08/2021].

Rabinow, P. & Rose, N. (2006). «Biopower Today». Em *BioSocieties*. (2006), 1, 195–217. London School of Economics and Political Science, DOI:10.1017/S1745855206040014.

Real Academia Espanhola. (n. d.). Sindicato. Em *Diccionario de la lengua española*. <https://dle.rae.es/sindicato?m=form>. [Recuperado a 14/12/2020].

Real Decreto 1659/1998, de 24 de julio de 1998, por el que se desarrolla el artículo 8, apartado 5, de la Ley del Estatuto de los Trabajadores en materia de información al trabajador sobre los elementos esenciales del contrato de trabajo. Publicado en «BOE» núm. 192, de 12 de agosto de 1998. <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-1998-19580>.

Real Decreto-ley 20/2020, de 29 de mayo, por el que se establece el ingreso mínimo vital. Publicado en «BOE» núm. 154, de 01/06/2020. <https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-2020-5493&b=8&tn=1&p=20210203#a5>.

Real Decreto-ley 37/2020, de 22 de diciembre, de medidas urgentes para hacer frente a las situaciones de vulnerabilidad social y económica en el ámbito de la vivienda y en materia de transportes. Publicado en «BOE» núm. 334, de 23/12/2020. https://www.boe.es/diario_boe/txt.php?id=BOE-A-2020-16824.

Recuero, M. (21/11/2018). «La Audiencia Nacional anula el sindicato de prostitutas tras considerar que la prostitución no es un contrato de trabajo válido». Em *El Mundo*. <https://www.elmundo.es/espana/2018/11/21/5bf52e0e268e3ebc1f8b4628.html>. [Recuperado a 15/06/2020].

Redlich, R. (2019). «¿En qué consiste el modelo proderechos en prostitución?». Em *Ctxt, Contexto y acción*. <https://ctxt.es/es/20191106/Politica/29352/Raj-Redlich-prostitucion-regulacion-proderechos-abolicion.htm>.

Renter, A. (16/09/2020). «Sexo sin besos para evitar el contagio por Covid-19, si no convives con tu pareja». Em *La Vanguardia*. <https://www.lavanguardia.com/vivo/sexo/20200916/483506686432/recomendaciones-sexo-seguro-covid-19.html>. [Recuperado a 22/08/2021].

Requena Aguilar, A. (16/07/2014). «El nuevo PIB que quiere medir Europa: sin trabajo doméstico pero con prostitución y drogas». Em *El Diario*. https://www.eldiario.es/economia/pib-drogas-prostitucion-trabajo-domestico_1_4765600.html. [Recuperado a 08/06/2020].

Requena Aguilar, A. (02/06/2021). «El Supremo corrige a la Audiencia Nacional y valida los estatutos del sindicato de trabajadoras sexuales OTRAS». Em *El Diario*. https://www.eldiario.es/sociedad/supremo-corrige-audiencia-nacional-valida-estatutos-sindicato-trabajadoras-sexuales_1_7995532.html. [Recuperado a 04/06/2021].

Richardson, J. E. (2007). *Analysing Newspapers. An Approach from Critical Discourse Analysis*. Hampshire: Palgrave Macmillan.

Ritta, M. (18/06/2021). «Pornhub sued for allegedly serving nonconsensual sex videos». Em *CNN Business*. <https://edition.cnn.com/2021/06/17/tech/pornhub-lawsuit-filed/index.html>. [Recuperado a 13/08/2021].

Roben, A. (2006). «The Politics of Truth and Emotion among Victims and Perpetrators of Violence». Em Roben, A. & Sulka, J. (Eds.). *Ethnographic Fieldwork: An Anthropological Reader*. New Jersey: Blackwel. 80-103.

Roca Martínez, B. (2013). *Contrapoder sindical: Etnografía, crítica e investigación aplicada en las organizaciones sindicales*. Madrid: Fundación Anselmo Lorenzo.

Rosaldo, M. (2019). «Em direção a uma antropologia do self e do sentimento». Em *RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*. v. 18, n.54, 31- 49.

Sanders, T., et al., (2018). *Internet Sex Work: Beyond the Gaze*. Cham: Pallgrave Macmillan, Springer Nature. DOI: https://doi.org/10.1007/978-3-319-65630-4_1.

Sanjek, R. (1990). *Fieldnotes: the makings of anthropology*. New York: Cornell University Press.

Schechner, R. (2002). *Performance Studies: An Introduction*. New York: Routledge.

Scheper-Hughes, N. (1995). «The Primacy of the Ethical: Propositions for a Militant Anthropology». Em *Current Anthropology*, Volume 36, nº3, 409-440.

Scott, J. C. (1985). *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*. New Heaven: Yale University Press.

Scott, J. C. (2013). *A Dominação e a Arte da Resistência: Discursos Ocultos*. Trad. Pedro Serras Pereira. Lisboa: Livraria Letra Livre.

Seguridad Social (2020). «Ingreso Mínimo Vital». Em *Seguridad Social*. <https://www.seg-social.es/wps/portal/wss/internet/Trabajadores/PrestacionesPensionesTrabajadores/65850d68-8d06-4645-bde7-05374ee42ac7>.

Sewel, W. (1992). «A Theory of Structure: Duality, Agency, and Transformation». Em *American Journal of Sociology*. 98, no. 1 (1992): 1–29. <http://www.jstor.org/stable/2781191>.

Shelton, T. (17/12/2020). «Pornhub sued for \$52 million in damages by 40 victims of GirlsDoPorn sex-trafficking operation». Em *ABC News*. <https://www.abc.net.au/news/2020-12-17/pornhub-sued-by-40-girlsdoporn-sex-trafficking-victims/12992798> [Recuperado a 13/08/2021].

Sindicato Otras (30/08/2018). «Rueda de prensa Sindicato Otras 30 Agosto 2018». Em *Sindicato Otras*. <http://www.sindicatootras.org/wp/index.php/2018/08/30/rueda-de-prensa-sindicato-otras-30-agosto-2018/>. [Recuperado a 11/06/2020].

Sindicato Otras (09/2018). «Estatutos Fundacionales». Em *Sindicato Otras*. <http://sindicatootras.org/estatutos.html>. [Recuperado a 03/09/2020].

Sindicato Otras (08/03/2019). «¿Quieres conocer nuestro ideario?». Em *Sindicato Otras*. <https://www.sindicatootras.org/-que-decimos-.html>. [Recuperado a 03/09/2020].

Standing, G. (2011). *The Precariat. The New Dangerous Class*. London: Blumsbury Academic.

Steinmetz, K. (2020). «She Coined the Term ‘Intersectionality’ Over 30 Years Ago. Here’s What It Means to Her Today». Em *Time*. <https://time.com/5786710/kimberle-crenshaw-intersectionality/>.

Strathern, M. (1990). *The Gender of the Gift: Problems with Women and Problems with Society in Melanesia*. Berkley: University of California Press.

Swedish Institute (2010). *Selected extracts of the Swedish government report SOU 2010:49: —The Ban against the Purchase of Sexual Services. An evaluation 1999-2008*. Swedish Government Institute
<https://www.government.se/contentassets/8f0c2ccaa84e455f8bd2b7e9c557ff3e/english-translation-of-chapter-4-and-5-in-sou-2010-49.pdf>.

Tourain, A. (1985). «An Introduction to the Study of Social Movements». Em *Social Research*. Vol. 52, No. 4, Social Movements (Winter 1985), 749-787.

Tribunal Supremo. Sala de lo Social. Sentença núm. 584/2021. Rosa María Virolés Piñol. Em *Poder Judicial*.
<https://www.poderjudicial.es/search/AN/openDocument/452fdbf38fb0db56/20210614>.

Truth, S. (1851). «Ain't I a Woman? Speech delivered at the 1851 Women's Convention in Akron, Ohio». Em *The Hermitage*. https://thehermitage.com/wp-content/uploads/2016/02/Sojourner-Truth_Aint-I-a-Woman_1851.pdf.

Turner, V. (1977). *The Ritual Process. Structure and Anti-Structure*. New York: Cornell University Press [1969].

Turner, V. (1979). «Betwixt and between: The liminal period in rites of passage». Em Lessa, W. & Vogt, E. (Eds.). *Reader in Comparative Religion: An Anthropological Approach*. New York: Harper & Row.

UN WOMEN (2013). «Notes on Sex Work, Sexual Exploitation and Trafficking». Em *Global Network of Sex Work Projects*.
<https://www.nswp.org/sites/nswp.org/files/UN%20Women's%20note%20on%20sex%20work%20sexual%20exploitation%20and%20trafficking.pdf>.

UNAids (2014). «The legal status of sex work Key human rights and public health considerations». Em *Global Network of Sex Work Projects*.
https://www.nswp.org/sites/nswp.org/files/sexwork_brief-21feb2014.pdf.

Valdés, I. (22/11/2018). «La Audiencia Nacional anula los estatutos del sindicato de prostitutas.» Em *El País*.
https://elpais.com/sociedad/2018/11/21/actualidad/1542794462_452451.html
[Recuperado a 15/06/2020].

Vale de Almeida, M. (1996, Ed.) *Corpo Presente: Treze Reflexões Antropológicas sobre o Corpo*. Oeiras: Celta Editora.

Vale de Almeida, M. (2013). «Do Feminismo a Judith Butler». Em UNIPPOP (Ed.), *Pensamento Crítico Contemporâneo*. Lisboa: Edições 70.

Valente, P. (2020). «O “x” e o “@” não são a solução: Sistema Elu e Linguagem Neutra em Género». Em *Medium*. <https://medium.com/@pedrosttv/sistema-elu-linguagem-neutra-em-g%C3%A9nero-pt-pt-9529ed3885cf>.

Van Der Veen, M. (2001) «Rethinking Commodification and Prostitution: An Effort at Peacemaking in the Battles over Prostitution». Em *Rethinking Marxism*, 13:2, 30-51, DOI: 10.1080/089356901101241686.

van Dijk, T. (1995). «Aims of critical discourse analysis». Em *Japanese Discourse*, 1, 17–27.

Vasallo, B. (2019) «Lenguaje académico y traición de clase.» Em *Pikara Magazine*. <https://www.pikaramagazine.com/2019/04/lenguaje-academico-y-traicion-de-clase/>.

Vasallo, B. (2021). *Lenguaje inclusivo y exclusión de clase*. Barcelona: Larousse.

Ventas, L. (17/05/2021) «Evelin Rochel, la prostituta colombiana que venció a uno de los mayores burdeles de España». Em *BBC News*. <https://www.bbc.com/mundo/noticias-56915777> [Recuperado a 20/05/2021].

Virno, P. (2003). *Gramática de la Multitud*. Trad. Adriana Gómez. Madrid: Traficantes de Sueños.

Vourloumis, H. (2015). «Ten Theses on Touch, or, Writing Touch». Em *The Haptic, a special issue of W&P*. Bradley, R. (Ed.) 4 dezembro de 2014, *Women and Performance*. Em <https://www.womenandperformance.org/ampersand/ampersand-articles/ten-theses-on-touch-or-writing-touch-hypatia-vourloumis.html>.

Yuval-Davis, N. (1997). «Women, citizenship, difference». Em *Feminist Review* n°57, Autumn 1997. 4–27. <http://www.jstor.org/stable/1395799>.

Yuval-Davis, N. (2006). «Intersectionality and Feminist Politics». Em *European Journal of Women's Studies*, SAGE Publications, 2006, 13 (3), 193-209.

Zattoni, F., et al. (2020). «The impact of COVID-19 pandemic on pornography habits: a global analysis of Google Trends». Em *International Journal of Impotence Research* (2020). DOI: <https://doi.org/10.1038/s41443-020-00380-w>

Anexo 1: Correio Eletrónico enviado pela Secretaria de Igualdad sobre o Posicionamento do PSOE face à polémica da constituição do Sindicato OTRAS

«POSICIONAMIENTO SOBRE LA PROSTITUCIÓN DEL PSOE

El PSOE se ha definido abolicionista de la prostitución.

Resoluciones del 39 Congreso Federal del PSOE

“La prostitución, de la que nos hemos declarado abolicionistas, es uno de los rostros más crueles de la feminización de la pobreza, así como una de las peores formas de violencia contra las mujeres.

Daremos los pasos necesarios para la aprobación de una normativa que regule el abolicionismo centrando la responsabilidad en los empresarios, usuarios o consumidores de prostitución. Así mismo, desarrollaremos las medidas necesarias de apoyo integral a las mujeres en situación de prostitución”

El Partido Socialista defiende un modelo social que luche por la desaparición de las causas que obligan a las mujeres a prostituirse, por ser incompatible con el modelo social que proponemos, de igualdad, de respeto a la dignidad de las personas, y de defensa de los derechos humanos de las mujeres. La igualdad entre mujeres y hombres continuará siendo inalcanzable mientras se compren, vendan y exploten a mujeres y niñas y niños.

El PSOE se posiciona radicalmente del lado de las víctimas y en contra del negocio del sexo, que se nutre del sufrimiento y de la explotación de las mujeres y niñas, especialmente de las más pobres.

El Partido Socialista considera que la prostitución es uno de los fundamentos de la desigualdad entre mujeres y hombres, en los términos del *Contrato Sexual* de Carol Pateman– como analogía del *Contrato Social* que se sitúa en el origen de nuestras sociedades modernas. Así, el *Contrato Social* es a la vez un *Contrato Sexual* porque lleva implícita la subordinación de las mujeres. Un *contrato* que garantiza a todo varón el acceso a los cuerpos de las mujeres, pudiéndose también hablar de los principios que fundan “el patriarcado moderno”.

Como marco teórico, en el contexto de las relaciones asimétricas de poder entre mujeres y hombres y la desigualdad estructural de las mujeres que configuran el patriarcado, el Partido Socialista considera que la prostitución es fundamentalmente una cuestión de poder.

La prostitución no es un fenómeno capitalista, pero cuando la prostitución se incorpora a una economía de mercado altamente desarrollada y avanzada, las mujeres se convierten en mercancía. Para el Partido Socialista la prostitución hoy, es el producto de una intersección del capitalismo neoliberal– donde los ricos compran a los pobres – y del patriarcado – donde los hombres compran a las mujeres. El análisis no puede desligarse. Es necesario un análisis crítico de la estrecha relación que existe entre el patriarcado, la clase social y el cuerpo de las mujeres.

Mostramos nuestra preocupación por el hecho paradójico de que una parte de la izquierda vea relaciones de dominación y explotación en la mayor parte de los contratos liberales, excepto en la prostitución y en los vientres de alquiler, que consideramos dos caras de la misma moneda, de la misma mercantilización de los cuerpos de las mujeres.

Bajo el aséptico y falaz relato de la libre elección individual, se perpetúa la ideología que sostiene que los cuerpos de las mujeres existen para la satisfacción y los objetivos y deseos de otros. Hacemos nuestras las palabras de Françoise Héritier: “Decir que las mujeres tienen el derecho a venderse es ocultar que los hombres tienen el derecho a comprarlas”.

Desde el Partido Socialista defendemos que la prostitución no es un problema de las mujeres, sino un problema que afecta a las mujeres. Consideramos que la prostitución no puede abordarse sin poner en cuestión el modelo hegemónico de sexualidad masculina, cómo se construye y en base a qué.

Por otro lado, en relación con la trata y la explotación sexual, los estudios y las experiencias en otros países nos indican que allí donde se ha regularizado la prostitución ha aumentado la trata. Por tanto, entendemos que para combatir la trata de mujeres con fines de explotación sexual de manera efectiva hay que acabar con la prostitución.

Respecto al “sindicato OTRAS” hay una sentencia que anula sus estatutos y a ella nos remitimos para las cuestiones jurídicas. El Partido Socialista Obrero Español no reconoce esta organización como un sindicato ni la prostitución como un “trabajo sexual”, por todo lo expuesto anteriormente.

La socavación de derechos y de dignidad de las mujeres que supone la prostitución es incompatible con el feminismo socialista y con la propia democracia. Para las y los socialistas, tal como expresó la Secretaria de Igualdad del PSOE, Carmen Calvo: “La prostitución no es el oficio más antiguo del mundo, sino la esclavitud más antigua y grande de la historia”.»

Anexo 2: Comunicado do Ministério do Trabalho, Migrações e Segurança Social face à constituição do Sindicato OTRAS



MINISTERIO
DE TRABAJO, MIGRACIONES
Y SEGURIDAD SOCIAL

GABINETE DE
COMUNICACIÓN

Nota de prensa

El Ministerio de Trabajo, Migraciones y Seguridad Social inicia el trámite de impugnación de la “Organización de Trabajadoras Sexuales”.

- La prostitución no es legal en España y este gobierno no dará respaldo a ninguna organización donde se recoja esa actividad ilícita.

30 de agosto 2018.-Ante la publicación en el BOE del 4 de agosto de la constitución de un sindicato denominado “Organización de Trabajadoras Sexuales”:

El Ministerio de Trabajo, Migraciones y Seguridad Social ha iniciado el trámite de impugnación de los estatutos de esta nueva organización por cuestiones de fondo.

Toda la documentación del expediente de registro se ha puesto en manos de la Abogacía General del Estado para estudiar la fórmula de impugnación.

La prostitución no es legal en España y este Gobierno no puede admitir que bajo el subterfugio de un “sindicato” de trabajadores y trabajadoras del sexo, se dé cabida a la prostitución.

El registro efectuado ante la Dirección General de Trabajo de este Ministerio se produjo como un mero acto



administrativo, y no contiene errores de forma, pero sí de fondo para un Gobierno feminista y que tiene como eje central de sus políticas la igualdad entre hombres y mujeres.

Anexo 3: Primeiras reações do PSOE face à constituição do Sindicato OTRAS – twitter de Pedro Sánchez



Pedro Sánchez @sanchezcastejon · 30 ago. 2018
El Ministerio de Trabajo, Migraciones y Seguridad Social ha iniciado ya el trámite de impugnación de la "Organización de Trabajadoras Sexuales". La prostitución no es legal en España y este #Gobierno no dará respaldo a ninguna organización donde se recoja esa actividad ilícita.

Nota de prensa

El Ministerio de Trabajo, Migraciones y Seguridad Social inicia el trámite de impugnación de la "Organización de Trabajadoras Sexuales".

- La prostitución no es legal en España y este gobierno no dará respaldo a ninguna organización donde se recoja esa actividad ilícita.

30 de agosto 2018.-Ante la publicación en el BOE del 4 de agosto de la constitución de un sindicato denominado "Organización de Trabajadoras Sexuales":

El Ministerio de Trabajo, Migraciones y Seguridad Social ha iniciado el trámite de impugnación de los estatutos de esta nueva organización por cuestiones de fondo.

Toda la documentación del expediente de registro se ha puesto en manos de la Abogacía General del Estado para estudiar la fórmula de impugnación.

La prostitución no es legal en España y este Gobierno no puede admitir que bajo el subterfugio de un "sindicato" de trabajadoras y trabajadoras del sexo, se dé cabida a la

administrativo, y no contiene errores de forma, pero sí de fondo para un Gobierno feminista y que tiene como eje central de sus políticas la igualdad entre hombres y mujeres.

Ministerio Trabajo y Economía Social

775 1,1 mil 1,3 mil

Pedro Sánchez @sanchezcastejon · 30 ago. 2018
El registro efectuado ante la Dirección General de Trabajo del Ministerio fue un mero acto administrativo que no contenía errores de forma, pero sí de fondo. Este es un #Gobierno feminista, partidario de la abolición de la prostitución.

512 639 874

Anexo 4: Informação de início da entrevista traduzida

«Vou fazer umas breves perguntas relacionadas com as lutas pelo reconhecimento dos direitos laborais des trabalhadores do sexo e sobre o impacto do Sindicato OTRAS. A meta desta investigação é estudar o trajeto legal do Sindicato desde a sua formação oficial, bem como a relevância do Sindicato na defesa dos direitos des trabalhadores do sexo e na sociedade em geral.

A informação recolhida será confidencial e não se usará para outro propósito fora desta investigação. Se tem alguma dúvida sobre o projeto, poderá perguntar-me em qualquer momento antes, durante e depois da sua participação na entrevista.

As perguntas são abertas, sem respostas corretas ou incorretas. Algumas perguntas podem ter um conteúdo sensível. Em caso de que não se sinta confortável com alguma pergunta, por favor, simplesmente indique-me e passamos à seguinte pergunta sem nenhum problema. A entrevista tem a duração aproximada de 40 a 60 minutos.

Muito obrigada pela colaboração!»

Anexo 5: Entrevista a Anneke Necro, 25/09/2020

Voy a hacer unas breves preguntas relacionadas con las luchas por el reconocimiento de los derechos laborales de les trabajadoras del sexo y el impacto del Sindicato OTRAS. La meta de esta investigación es estudiar el trayecto legal del Sindicato desde su formación oficial, bien como la relevancia del Sindicato en la defensa de los derechos de TS y en la sociedad en general.

La información que se recoja será confidencial y no se usará para ningún otro propósito fuera de los de esta investigación. Si tienes alguna duda sobre este proyecto, podrás preguntarme lo que sea en cualquier momento antes, durante y después de tu participación en la entrevista

Son preguntas abiertas, sin respuestas correctas o incorrectas. Algunas preguntas pueden tener un contenido más sensible. En el caso de que no te sientas cómoda con alguna pregunta, por favor dímelo y pasamos a la siguiente, sin ningún problema. La entrevista tendrá la duración aproximada de 40 a 60 minutos.

Ante todo, me gustaría saber si ¿quieres que publique tu nombre en esta entrevista, o...?

Sí, sí, como Anneke Necro.

Anneke, ¿me puedes comentar un poco sobre tu trayectoria de lucha y organización/activismo en las luchas de les TS?

Bueno, yo empecé en el porno principalmente fue una... una forma de... sí... pues de expresión y de buscar hacer un activismo más práctico, ¿no? No tanto de escribir, no tanto de pensar y tal, sino como una acción más directa y representar la pornografía como... como una parte de nuestra cultura, o sea, como que el sexo y, o sea, como que la pornografía al fin y al cabo representa una emoción y... o varias emociones, pero dentro de ellas considero que la sexualidad también como que forma parte de las emociones y tal... Y empezó como un activismo que luego se convirtió en un trabajo y en un... en... en una forma de, de ganarme la vida, ¿no? Pero en un principio siempre fue así entonces... ahora lo que pasa es que como compagino, ¿no? este trabajo de... de como pornógrafa y como dominante profesional con el

activismo. En colectivismo y dentro del feminismo, pero un feminismo eh... eso, o sea que... ¡incluya!, ¿no? también a trabajadores sexuales.

¿Te identificas, entonces, como trabajadora del sexo?

Sí, sí, totalmente.

¿Y cómo empezó, dentro de todo esto, tu involucramiento con el Sindicato OTRAS?

¿Participaste en el Sindicato ya desde su fundación?

He estado desde la función, la idea... o sea, yo conocí primero a APROSEX, me invitaron a unas jornadas para hablar de porno y de webcams y a partir de ahí pues, se... bueno, ya tejimos alianzas entre las chicas de APROSEX y yo y tal... y entonces como más adelante me explicaron que había la idea de formar un Sindicato. Porque APROSEX se quedaba muy corto, ¿no? APROSEX como que... bueno, como tantas otras asociaciones que hay de trabajadoras sexuales que hacen una labor super necesaria, ¿no? Sobre todo, de apoyo y de red de... de cuidados y tal. Pero claro, necesitábamos algo más. No... o sea, no sirve de nada quedar una vez cada equis para hacer unas jornadas o hablar entre nosotras por WhatsApp de nuestras problemáticas si luego no... si no, no... digamos, que no tenemos una organización detrás que nos ayude a cambiar a... a... a solucionar esas problemáticas, básicamente. O sea, entonces, que no sirve de nada hablarlo tanto. Entonces, me comentaron que se iba a formar el Sindicato y ya pues... si quería a formar parte, evidentemente, no lo dudé ni un segundo, o sea, porque considero que... que ya era... vamos, que era super necesario. Entonces yo entré a formar parte digamos en el «apartado de audiovisuales» que es lo que le llamamos, en lo que entraría todo lo que sería performance, por lo que sería *shows* en vivo, pornografía, webcams eh... producciones de contenido explícito, o sea todas las personas, digamos que, en nuestro trabajo, pues sería como en frente a una cámara, o en un escenario, con un público, etcétera.

¿Te parece importante el reconocimiento social y/o legal del trabajo sexual? ¿Por qué?

Buah, es que... es que me parece que es vital, o sea ya no solo por el ejercicio en si del trabajo sino... por el... en sí, para tener una experiencia vital en... digamos... eh, primero sincera, porque muchas veces el hecho de... del no reconocimiento implica estigma e implica dobles

vidas, implica como no tener una estructura, ni una experiencia vital como... como tranquila y sincera, ¿no? Entonces... es que ya no solo es el tema del trabajo, es tu vida y tu día a día.

¿Qué significaría para ti el reconocimiento concretamente legal del trabajo sexual? ¿Qué impactos tendría?

Bueno... pues para mí... claro, es que significaría desde ya cuestiones prácticas, ¿no? De... de mi trabajo pues... por ejemplo, tener un lugar seguro donde trabajar, poder cotizar, poder tener una Seguridad Social, poder tener un... un... o sea, por ejemplo, un ERTE, no sé... podría organizarme con mis compañeras en cooperativas para poder trabajar juntas y gestionar nuestros propios negocios eh... sería... no depender muchas veces de terceras personas de... porque podríamos gestionarlo entre nosotras, ayudarnos a crear nuestros... nuestro empleo, ¿no? En cuanto al tema de pornografía pues, claro, eh... sería luchar sobre todo en contra todas las injusticias que existen en los rodajes, ¿no? Sería tener un convenio colectivo, saber cuántas horas puedo trabajar en un rodaje, a cuánto me tienen que pagar por cada, por cada hora, cuáles son mis derechos, si sucede algo en un rodaje si lo puedo denunciar, puedo decir «mira, eh, he sufrido un abuso o mi contrato no se ha, eh... no se ha cumplido, etcétera», ¿no? Todo eso, pues, imagínate, o sea, puf... sería una tranquilidad y sería poder trabajar en unas condiciones muchísimo mejores.

¿Y dentro de todo esto, cuál consideras ser el papel que asume el liderazgo político-económico? ¿Cómo ves los posicionamientos que ocupan los principales partidos del país sobre el trabajo sexual?

A ver, es que yo creo que suceden varias cosas ahí. Eh... La mayoría de partidos no se mojan excesivamente en el tema uno: porque todavía el sexo es un tema extremadamente tabú y hay un problema de moral, entonces hay muchos partidos de izquierda que realmente no quieren meterse en ese asunto porque no... porque es un tema... al final, es un tema moral y al final no hay que olvidar que una de las... eh... una de las... de los motivos porque lo hay este clasismo y por lo que hay eh... esta idea de que el trabajo sexual no es un trabajo tiene muchísimo que ver también con ciertas... ciertos movimientos de izquierda, eh... que consideraran y que pusieron el trabajo sexual pues al lado del lumpen, ¿no? Lo que llaman el lumpen donde también pues existe y está ahí al lado la mendicidad y tal... y nos situaron como, eh... sujetos que debemos ser rescatados, o como sujetos o sea... como víctimas, ¿no? El discurso eterno

de la víctima o sea... eh, y para los partidos más de derechas o más conservadores somos un problema a nivel higiénico, ¿no? Como el higienismo del siglo XIX, o sea, somos un problema que hay que controlar, somos eh... personas que hay que poner, que situar en espacios, eh... fuera de la vía pública, en burdeles, en sitios escondidos, etcétera; mientras que, para gran parte de la izquierda, como más tradicional somos «víctimas», ¿no? Aquellas que debemos ser rescatadas porque nuestra situación de lumpen, ¿no? Porque somos analfabetas, porque somos personas que venimos de familias desestructuradas, o porque somos... no sé, esa fantasía, ¿no? Que, que yo no digo que no exista, pero... pero que es, sobre todo, como una fantasía eh... que existe desde el siglo XIX sobre la trabajadora sexual – que es trabajadora sexual porque no puede ser otra cosa, ¿no? Como como si trabajar en una fábrica no fuera que trabajas en una fábrica porque al final, no te queda otra que trabajar allí igualmente, ¿no? Aunque tengas cinco carreras y estás ahí poniendo tapones en un... en, yo qué sé, latas de Coca-Cola. Pero bueno. Eh... eso es y que al final, se... se ha creado una industria del rescate o sea... a nivel actual, en el feminismo en España hay gente que vive de este discurso, gente que recibe sus... o sea es que hay asociaciones que reciben muchísimo dinero y subvenciones, por ejemplo, lo hemos ahora visto con la crisis del COVID eh... muchas asociaciones abolicionistas que se suponen que son ONG... o sea, es que es muy gracioso, ¿no? Porque son supuestamente ONGs que tratan de sacar de la prostitución a las mujeres eh... que lo desean, hum... pero luego son a la vez asociaciones abolicionistas y que han recibido muchísimo dinero durante la pandemia y... nadie que conozcamos, ninguna asociación de trabajadoras sexuales, nadie, se nos ha dado nada. Por ejemplo y además es que... el caso fue bastante... dio bastante revuelta, ¿no? El caso de una compañera de nuestro Sindicato que llamó, en Madrid, para pedir ayuda, para... no sé para pedir ayuda por el tema del coronavirus porque las chicas de la calle se han quedado sin trabajo y tal, y la respuesta fue que ellas no estaban dando ningún tipo de ayuda y eso es APRAMP, que es como la asociación principal... es... es... como la gran asociación, ¿no? de lucha contra la trata, ¿no? Y le dijeron que no... que no estaban dando ningún tipo de ayudas, que lo único que podría hacer era ir a una parroquia al centro de Madrid a pedir comida. Como si eso, pedir comida y ya, ya está, te soluciona todo el problema de pagar... de pagar, yo qué sé, pagar tu casa, ah... pagar la gasolina, o sea, lo que sea, ¿no? Entonces eh... hay toda una trama de asociaciones de industrias de rescate que es muy muy fuerte. Es muy fuerte, es muy potente, y tú a día de hoy, si quieres vivir del feminismo si tú quieres vivir de... de tu activismo, de dar charlas y tal hum... tienes que ser abolicionista. Y lo estamos viendo incluso en *influencers* que nunca se habían eh... nunca habían tenido discursos abolicionistas y tal y de repente, eh... tienen discursos abolicionistas y están en las televisiones, les dan programas, les

dan... espacios en todos sitios, ¿no? Y... ¡y es curioso! Entonces luego, por otro lado, muchos partidos como el PSOE, o como el PP, etcétera, hum... no se van a meter ahí. O sea... o sea... bueno, el PSOE se está queriendo meter con el tema de los burdeles y tal y... yo no me lo creo porque sabemos perfectamente que tanto el PSOE como el PP han dado muchísimas licencias para estos burdeles, a mucho, mucha gente, colega... o sea [risas] es como un poco gracioso, ¿no? O sea, como... que al final esto está pareciendo todo un poco un teatro. Es... porque y luego por ejemplo ha habido un caso terrible en las Islas Baleares y creo que en Andalucía también un caso de... bueno, varios casos de niñas tuteladas por el Estado, en orfanatos y tal, que se ha destapado una trama de... de trata infantil, ¿no? de menores y el mismo el PSOE y mismo Podemos, hum... decidieron, hum... o sea, votaron en contra de que se investigara eso [risas] es bastante chocante o sea es como... [silencio]

Bueno, y, de hecho, has tocado ya en el asunto del abolicionismo y me interesaría preguntarte también: ¿has notado alguna evolución en los movimientos abolicionistas en España en los últimos años? ¿Y desde el surgimiento del Sindicato?

Huuuum... ha aumentado, pero no... tampoco creo que sea a raíz del Sindicato. Sí que es verdad que el hecho de que apareciera el Sindicato fue como... o sea, se rabiaron muchísimo, se creó bueno... Twitter y tal, no sé un ambiente raro era como... que... sí que avivó mucho la llama, ¿no? Y, evidentemente, yo imagino que sí que desde el Gobierno y tal se... se ve como una problemática que exista este Sindicato y que se logre eh... legalizarlo, ¿no? Porque claro... o sea es complicado, y es muy complicado que se... que de repente se escuchen nuestras voces y que... y que la gente cambie de opinión, o sea... o bueno, o que se les señale directamente como ya he dicho, que al final estas licencias como los prostíbulos y la trata... todo eso existe porque alguien les está dejando que exista... o sea, y nosotras no podemos hacer nada tampoco contra la trata, no somos policías, no somos... hum... jueces que pongan... que podamos escribir leyes entonces nosotras, hum... somos como cualquier otro ciudadano, ¿no? Que, bueno pues, evidentemente si nos enteramos de algún caso de trata, lo iremos a denunciar pero más allá no, no podemos hacer nada, mientras que quien puede hacerlo no lo está haciendo entonces, eh... da igual la cuestión es, hum... no creo, no creo tanto que sea a raíz del Sindicato, sino más que nada una presión, eh... social y una presión por parte de los medios y por parte de... de este feminismo hegemónico de... de no querer perder privilegios porque ahora... y, además, es que nos están atacando a nosotras, nos están atacando a todas las mujeres trans y están... ahora están empezando... por ejemplo el otro día que fue el día de la visibilidad

bisexual también hubo un ataque bastante fuerte en contra las personas bisexuales y tal... ¿no? Y entonces creo que es un tema de no querer perder privilegios, eh... de que el Estado, de que el feminismo hegemónico ve que ya no hay esta víctima perfecta, ve que ya no, no... que tiene un discurso que se puede desmontar, ¿no? Porque al fin y al cabo es un feminismo que interesa, es para mí un feminismo para mí que es absolutamente liberal. El feminismo radical a mí es que me hace mucha gracia que se... que se llamen «radicales», ¿no? Porque me parece que en 2020 ese tipo de feminismo que no sea transinclusivo, que no tiene en cuenta las vidas de las personas migrantes, que no luchan contra... contra el capitalismo – porque no luchan contra el capitalismo porque mientras, o sea... mientras nos acusan de liberales, luego se pasan el día pues, eh... alabando a personas que son abiertamente capitalistas y liberales y sin ningún tipo de problemática, ¿no? Entonces, ahí me parece como... como que ese es el asunto, ¿no? Que es el feminismo este que no quiere salir de... salir de, de... pues de sus sillones, de su academia, de sus puestos en partidos políticos, porque... porque ganan mucho dinero. O sea, simplemente. Y no quieren que lo gane otras, ya está.

Y en todo esto, ¿cuál consideras que puede ser el rol del Sindicato y qué crees que puede traer de nuevo en estas luchas?

Ahora mismo, el rol del Sindicato yo creo que debería ser – y bueno, ya lo es – el de ayudar a las compañeras de hacer como una especie de punto, como que de encuentro para el debate porque entre nosotras mismas también hay... existen eh, tenemos debates y tenemos posiciones políticas distintas y... y tiene que ser un lugar de concienciar, ¿no? Y de concienciar sobre todo a las personas aliadas, de que la situación es realmente peligrosa, ¿no? Y de que hay que empezar al igual que la gente en seguida con... con otras cuestiones sociales en seguida no duda para nada en dar la voz, con el tema del trabajo sexual hay muchas, eh... aliadas que todavía les cuesta hablar públicamente, defenderlo públicamente, porque realmente hay una presión social y una persecución y, o sea... nosotras tenemos compañeras aliadas que realmente el hecho de salir a defendernos les ha costado. Les ha costado el trabajo, les ha costado un acoso de redes sociales tremendo y que lo entendemos que hay que empezar a perder también este miedo, porque, al fin y al cabo, nosotras estamos aquí todo el día, eh... sufriendo esto y... mira, al final pues, te acostumbras, no pasa nada [risas]. Eh y luego, y luego el Sindicato cuando, cuando... sea realmente legal, pues básicamente, eh se tiran adelante, pues sacar las propuestas de pues de... por ejemplo, en mi caso, el caso del porno pues tirar adelante lo del

convenio colectivo eh, para... para la gente que trabaja en el porno. O sea, es lo primero que se vaya a hacer.

Lo entiendo. Y este caso, ¿cómo lo veis? ¿Qué expectativas tienes? O sea, la situación actual del Sindicato, con los estatutos impugnados en Audiencia Nacional, y más de dos años esperando una respuesta del Tribunal Superior...

Claro, todavía no... También con el tema del COVID, supongo que habrá... está todo muy con el tema de Cataluña, eh... todo el tema del independentismo y tal ha saturado muchísimo los juzgados, eh... y aparte, bueno, pues es que es un tema que nadie quiere meterse, porque realmente, eh... No pueden denegarnos el derecho a sindicarnos, o sea que realmente no pueden. Entonces, imagino que estarán haciendo ahora una gimnasia jurídica para tratar de ilegalizarlo porque realmente no pueden, porque... de hecho, todos los estatutos los aprobaron. O sea, todo lo aprobaron, el único punto que no está aprobado es el del trabajo a terceros, el caso de... de la prostitución.

Claro, el problema con la expresión del trabajo sexual «en todas sus vertientes».

Sí, ese es el único punto que no está aprobado. Todo lo demás... O sea, si eso lo quitáramos, o sea, el Sindicato funcionando. Lo que pasa es que no se puede quitar, porque la realidad es la que es, y es que hay muchas trabajadoras sexuales que trabajan para terceros, desde en el porno, hasta pues... las casas de... o los pisos, o lo clubs... y eso existe, o sea, podemos estar más a favor o más en contra de que... de... de que haya empresarios, etcétera, pero la cuestión es que existen, y no podemos dejar, dejar atrás a estas mujeres, que trabajan ahí.

Y si hubieseis aclarado en los estatutos que al referir el trabajo sexual «en todas sus vertientes» sería dentro de la legalidad, no incluyendo al proxenetismo... bueno, aclarar un poco esa cuestión que estaría dentro del trabajo sexual ejercido de manera autónoma, consentida y sin coacción, ¿eso no sería suficiente para que la Audiencia Nacional cambiara su visión y aprobara los estatutos? O sea, porque entiendo que más tarde sí que lo habéis clarificado en vuestros estatutos, una vez que habéis reunido en vuestro primero Congreso. Ahí habéis actualizado vuestros estatutos, ¿verdad?

Sí, lo que pasa es que claro entonces... O sea, el problema... a ver, el presunto problema de... sobre, sobre... aceptar esto es que entonces las personas que tienen... o sea, dueños de clubs, de pisos, etcétera, pasarían a ser empresarios. Y eso es lo que no quieren. Pero ¿por qué no lo quieren? Porque, a mí me... hay una cosa que me alarma porque dicen que no quieren que sean empresarios, pero ya tienen Sindicato, los... o sea... los dueños y trabajadores de clubs de alterne ya tienen un Sindicato. O sea, existe desde el 2000 poco. O sea, que es una cosa que hace muchísimos años que existe, nadie va contra ellos. Entonces, mi pregunta es: “¿por qué?” o sea, ya tienen el estatuto de empresario, porque ya se lo dio el Gobierno en su momento, porque ahora quieren... o sea... ¿dónde está la trampa aquí? No sé, eh... a mí me da la sensación de que... de que lo que hay miedo es que se destapen realmente unas tramas ahí de corrupción impresionantes y de que no quede... nadie sin manchar ahí dentro.

Y entonces crees que una vez que el Tribunal Superior dé una respuesta, en principio... ¿tenéis la expectativa de que sean aprobados los estatutos?

No lo sé, no lo sé... Es que yo... yo tengo muchas dudas, o sea tengo muchísimas dudas, porque realmente veo como que se está yendo muy muy deprisa para aplicar unas leyes similares... unas leyes abolicionistas similares a Francia, por ejemplo, ¿no? Entonces... hum... puf... no lo sé, o sea, debería de legalizarse, evidentemente, el Sindicato, porque como trabajadoras, eh... o sea es que está en nuestro derecho y... no hay más, o sea no tiene ningún sentido, pero claro eh... no sé, no sé qué pasará la verdad.

Bueno, y ahora hablando un poquito más sobre vuestra organización interna... ¿Crees que el Sindicato genera un sentido de pertenencia? ¿Generáis vínculos afectivos allí? En caso afirmativo, ¿qué relevancia tienen los afectos y vínculos en vuestra organización y lucha?

Bueno, evidentemente que generas eh... generas amistades, generas debate, generas un espacio seguro, hum... eh... no es lo mismo ¿no? Por ejemplo, enfrentarte una manifestación, por ejemplo, como puede ser la del 8 de marzo sola, hum... y estando... sintiéndote como muy fuera de lugar, o en el día del Orgullo, por ejemplo, ¿no? Que... que de repente te den una organización, unas compañeras, unas amigas, con las que ir, con las que reivindicar, con las que hacer piña, eh... que sabes, ¿no? Que si, que, si alguien te agrade, de alguna forma, en seguida tienes ahí un respaldo de personas que te van a... te van a ayudar, ¿no? y te van a sacar

de ahí, eh... También va muy bien para saber tus derechos, ¿no? Yo he aprendido muchísimas cosas, cosas que yo pensaba que eran normales dentro de mi trabajo y tal y luego descubres que no y te... y tienes gente que te asesora legalmente, gente que te asesora... Y también en los cuidados, evidentemente, es que para... bueno para mí también forma parte esto de los cuidados, ¿no? El hecho de que unas personas te estén dando conocimiento sobre su trabajo, y que estén dando eh... hum... herramientas, ¿no? Para trabajar de una forma más segura, pues también considero que, que son cuidados y, evidentemente es... es muy bonito cuando nos juntamos, aunque a veces podamos tener eh... nuestras problemáticas entre nosotras, ¿no? porque cada una piensa más o menos, hum... a su manera, y... bueno... eh, igualmente sabes que estás... que estás acompañada siempre y que nos damos oportunidades, nos ayudamos muchísimo.

¿Te sientes, en este sentido, totalmente integrada en el Sindicato? ¿Y también participas en todos los procesos de toma de decisión?

Hum-hum. Claro es... bueno, es importante que las decisiones se tomen de una forma horizontal. Evidentemente, yo por ejemplo eh... que estoy en el ámbito de... dentro del tema audiovisual y tal, eso dentro de cuestiones, a lo mejor, de un trabajo... yo qué sé, de las chicas que trabajan en calle y lo que sea pues... yo no me voy a meter ahí, ¿no? Porque, porque no conozco su... tanto su trabajo, o porque no me afecta a mi directamente y puedo, puedo darles mi opinión y puedo decir... «oye, ¿os ayudo? O lo que haga falta», ¿no? Pero... pero al final cada una sabe cuál es su lugar y... y dónde tiene que trabajar también y con quién. Pero sí, claro, todas las decisiones se... hay asambleas, hay reuniones, hay... bueno pues como cualquier otro Sindicato, o sea... trabajamos exactamente igual.

O sea, para las tomas de decisión, elegiste la palabra «horizontal». ¿Es flexible en este aspecto, entonces? ¿Consideras que no existen jerarquías estructuradas?

No, no, no... o sea, hay personas que tienen más relevancia, otras menos... pues, evidentemente hay una secretaria, hay pues, etcétera, etcétera, pero luego... al final luego entre todas pues vamos decidiendo los pasos y... todo.

Y, retomando ahora lo del COVID... ¿Y cómo pasaste los meses del confinamiento? ¿Seguiste trabajando, cobrando, tus ingresos se han visto afectados, recibiste apoyos del Estado...?

Buf... El confinamiento ha sido bastante desastroso, eh... Porque, eh... pufff... nos ha cogido a todas... bueno, a todo el mundo nos ha cogido completamente por sorpresa, nunca hemos visto una situación así... Y claro, nuestro trabajo ya llevaba unos meses que no estaba muy bien, eh... porque igualmente en España, o sea... antes del COVID y todo ya había una crisis económica, ya había... ya se empezaba a escuchar que habría como... otra crisis económica como la de 2008, como bueno... Entonces, claro, todo esto a nosotras nos afecta, porque evidentemente nosotras vamos muy ligadas al dinero y a la riqueza que hay en el país. La gente, o sea si... si no tiene dinero y si le bajan los ingresos evidentemente, nosotras, somos lo último en que piensan, evidentemente o sea es que [risas]... yo no digo, o sea, yo lo entiendo, ¿no? O sea, si yo no tengo dinero, lo primero que pienso es «bueno, voy a pagar comida, voy a pagar el alquiler y... los gastos básicos y ya luego... pues mira, si puedo irme un día a tomar algo, si puedo hacer un fin de semana fuera y tal, o... Con pagar por porno, pues, eso es lo ultimísimo, ¿no? Entonces... eh... claro, ya vivíamos unos meses complicados y la cuarentena entonces ha sido... terrible porque además nosotras no podíamos acogernos ni a ERTes, ni a pedir el paro, ni absolutamente nada, o sea... hemos vivido de... básicamente de ahorros, o sea... y yo, por ejemplo, y ya otras compañeras del porno, que estamos acostumbradas pues a vendernos o sea a autoproducimos y vender nuestro propio material y venderlo luego en diversas plataformas como la famosa *OnlyFans* u otras plataformas similares, pues bueno, hemos podido ir tirando con eso. Pero ha sido... realmente... chunguísimo. Y, además, claro, encima, no parábamos de escuchar el Gobierno decir «sí, vamos a dar ayudas a víctimas de trata», o sea si tu querías recibir el Ingreso Mínimo Vital siendo trabajadora sexual tenías que declarar ser víctima de trata, cosa que era falsísimo, o sea, ¿Cómo puedo yo declararme víctima de trata? O sea, no tenía ningún sentido, ¿no? O sea, era como, como absurdo, eh... un trato horrible, super... no sé es como... hum... y, además, si me declaro víctima de trata yo pensaba «¿qué? ¿y va a venir la policía? ¿a mí casa a comprobar que soy víctima de trata?» Porque claro si, si... es que, encima, esto es lo que más me asustaba, ¿no? Lo de decir... es que es un juego como... es muy macabro, ¿no?, estás obligando a personas que son víctimas de trata a... declararse víctimas de trata... ¡pero tampoco vas a hacer nada! O sea, imagínate que soy víctima de trata de verdad, y lo estoy haciendo porque tengo realmente problemas, ¡no vas a venir a rescatarme! O sea, no vas a venir a ayudarme, no vas a venir a hacer nada, ¿sabes? Me vas a dar 400€ al mes como

si con 400€ al mes puedas hacer algo viviendo en ciudades en... en España, con 400€ al mes, ¿qué haces? Es que no haces absolutamente nada, o sea, no pagas ni el alquiler, es como... hum, me pareció como super, super macabro y ahora insisten, ¿no? «bueno, sí daremos ayudas a las trabajadoras sexuales». Tengo muchísimas compañeras - y yo también - pedí el Ingreso Mínimo Vital y tal... y ninguna hemos recibido respuesta, ninguna hemos recibido ni un duro, es como... es que es todo como... como que no entiendo, ¿no? ¿cuál es el juego? O sea, es que no... que no acabo de entender... que es lo que quieren hacer.

O sea, y al final, incluso para personas que se dijeron víctimas de trata, ese apoyo financiero tampoco habrá llegado, supongo, por lo que me comentabas de APRAMP, que recibió los fondos del Estado y tampoco los ha repartido...

Eso es, es que es tremendo es que... es, o sea, cuando analizo la situación, realmente es que... no... te quedas con... con muy mal cuerpo, ¿no? Porque dices, ¿a qué están jugando? O sea, eh... sobre todo porque estamos hablando de un Gobierno, eh... que se autodenomina «feminista», que se autodenomina el «Gobierno más progresista del mundo» – porque eso lo dicen: «somos el Gobierno más progresista del mundo». Eh... bueno, no sé, pues, me da un poco de miedo [risas] pensar que esto es lo... que esto es lo más progresista que hay en el mundo, ¿no?, la verdad...

¿Y cuál fue el papel del Sindicato en toda esta crisis?

Pues, escribir muchos textos, o sea, montar, montar... cajas de resistencia... es que al final, tuvimos que organizar cajas de resistencia, recaudar fondos para comprar comida, que también las asociaciones de migrantes nos ayudaron muchísimo – o sea, hay que reconocerse, hay que decir que realmente han hecho una labor tremenda, dándonos comida y dándonos apoyo. Porque claro, nunca habíamos organizado algo así, nunca habíamos estado en esta situación no sabíamos... o sea no sabíamos ni, ni, ni... ni cómo usar el *GoFundMe*, no sabíamos que... bueno y es que además se nos denunció la campaña, eh... tanto en las redes sociales, como el propio *GoFundMe*. Y *GoFundMe*, como había recibido tantas denuncias de que nuestra campaña era fraudulenta y tal, ¡congeló el dinero! Y tuvimos que hacer otra caja de resistencia para... porque de repente teníamos como 10000€ o más - no sé cuánto fue que recaudamos, que la verdad es que recaudamos bastante dinero en seguida, eh... y se quedaron ahí clavados, o sea, que no los podíamos utilizar porque nos habían denunciado la campaña, o sea... a ese

nivel incluso el... el abolicionismo, ¿no? Eh, trabaja, porque al final decían que nosotras éramos proxenetas que estábamos recaudando dinero que nadie sabe exactamente por qué, eh... no sé cuál era la historia que inventaban y... y que por eso había que cancelar nuestra... es que fue todo realmente, buf... han sido unos meses de... de muchísimo estrés.

Y ese dinero que quedó congelado, ¿ya lo habéis recibido? ¿o todavía está allí bloqueado?

No, creo que todavía está congelado. O sea, hemos podido tirar de la segunda caja de resistencia que con eso sí que se pagaron alquileres de... pues claro es que las chicas que trabajaban en clubs eh, las echaron de los clubs porque claro, si ya no estaban trabajando, tal. Entonces, como muchas no tenían casa, ni sitio a dónde ir a dormirse, se fueron... se quedaron en la calle, trabajaban en la calle y vivían en la calle. Entonces, eh... ante esta situación el Sindicato, eh... primero lo que trató fue eh, de hablar con los dueños de los clubs para que dejaran a las chicas quedarse a cambio de un alquiler reducido. Pues si normalmente, no sé... no sé cuánto pagan al día por estancias, pagan 50€ o 60€ pues se intentó que bajaran a la mitad el pago de ese alquiler y ese alquiler se pagó con ayuda de esos fondos, o sea es que... era como... y a parte pues lo de la comida, etcétera.

Y... y crees que si antes de que...

Ay, ¡perdón!, se me olvidó una cosa importante. Es que además estuvimos organizando cursos online de teletrabajo sexual, o sea de... porque claro porque muchas mujeres... hum... no podíamos llegar a todas, eh... con la red de trabajadoras sexuales de latino-américa, entonces hicimos pues eso, pues cursos online, donde explicábamos pues, cómo usar el móvil, cómo usar, eh... pues la cámara del móvil para grabarte, cómo colgar los vídeos, cómo venderlos, cómo hacer un *OnlyFans* o cómo usar otros métodos de pago, etcétera, pues para... porque claro, muchas mujeres dicen «sí, vale, me estáis dando comida y tal y cual, pero yo necesito tener un ingreso, ¿no?». Y entonces las ayudamos a saber utilizar pues las redes sociales, eh... todo lo que sea, pues el... el... el trabajar de forma online.

Y esos cursos los habéis dado para ¿quién ya estaba sindicalizado? ¿O fueron de carácter abierto?

Fue abierto. Por Instagram lo estuvimos haciendo varias veces, luego por *Zoom* y tal... también con otras asociaciones de trabajadoras sexuales, incluso en Italia, con unas compañeras italianas también... o sea, estuvimos haciendo como un montón de cursos de estos.

¿Crees que, si el trabajo sexual hubiera sido legalizado y efectivamente reconocido en el ámbito laboral antes de la pandemia, los impactos sufridos habrían sido distintos? ¿En qué aspectos?

Claro, imagínate... Pues, por ejemplo, las chicas que trabajan en clubs, pisos y tal, pues habrían tenido su ERTE, o recibían su paro, eh... evidentemente pues es una situación complicada para cualquier persona, ¿eh? O sea, trabajadora de cualquier ámbito, pero por lo menos, pues tendrías, el Ingreso Mínimo Vital, o sea, quizá hubiese llegado, o... por lo menos no tendríamos que autodenominarnos como víctimas de la trata, que es como... eh... y las chicas que trabajamos de forma independiente pues también. Pues seguramente hubiésemos podido... a lo mejor estaríamos eh... en cooperativas o algo así. Entonces, pues, también tendríamos derecho a ayudas del Estado... Pero claro... hum... sin, si nuestro trabajo no está siquiera considerado como tal entonces es que no... hum...

¿Y si OTRAS hubiera sido reconocido formalmente como Sindicato, los impactos sufridos y el rol del Sindicato podría haber sido distinto en esta crisis? ¿Podríais haber tenido otras herramientas para defenderos?

Hombre, claro es que... imagínate... Es que de entrada estaríamos hablando de que seguramente ya tendríamos, eh... en marcha, eh pues un montón de cosas, desde... hum... o sea, tendríamos derechos laborales para empezar, o sea tendríamos eh... yo qué sé, yo que trabajo en el porno pues tendría... hum... a lo mejor estaría cobrando los royalties, ¿no? Por ejemplo, de... de todas mis películas, a lo mejor vivía, bueno pues... ni me hace falta trabajar porque ya estoy cobrando los derechos de imagen y tal de todas las cosas que ya he hecho. Como lo que pasa con otro tipo de actores y actrices en otros ámbitos, ¿no? Bueno, que a lo mejor no es un sueldo tal, pero bueno, lo vas haciendo... Eh... tendríamos convenios colectivos, ¿no? Es que... es que el hecho de tener un convenio colectivo, el hecho de que haya un, una... algo que marque, ¿no? cómo se trabaja y cómo, y qué pasa, ¿no? cuando dejas de

trabajar, eso es muy importante... A lo mejor yo hubiese podido cobrar el paro, durante unos meses, no sé... eh... mil cosas. Aparte de que evidentemente con un Sindicato, eh... 100% legalizado toda esta situación que ha sucedido con el tema de las asociaciones abolicionistas que se ha dicho que... de... claro, hombre, hubiésemos podido responder de una forma muchísimo más contundente, porque, al fin y al cabo, sí, vale somos una asociación y tenemos voz y tal, pero de una forma muy individual. Y si, de repente, fuera un Sindicato legalizado, hubiésemos sido mucho más contundentes, y hubiésemos sido pues evidentemente... pues a lo mejor hubiésemos podido con el Gobierno y hubiésemos dicho «¿oye, pero que estáis haciendo?», ¿no? Eh... «¿este dinero dónde está?» ... podríamos haber pedido muchas más responsabilidades o sea decir «¿este dinero a quién se lo estáis dando? Porque si lo estáis dando a...» ... A lo mejor ese dinero lo hubiesen dado a nosotras, ¿no? Y nosotras hubiésemos podido ayudar a un montón de gente pagando sus alquileres, eh... y que no se tuvieron que quedar a vivir en los clubs... eh... yo qué sé, mil historias. Y, además, en el en el... ya no solo, ya no solo en tal en derechos laborales sino pues... la crisis sanitaria que supone el COVID para las trabajadoras sexuales es muy importante porque a nosotras siempre, constantemente, estamos haciéndonos test de infecciones de transmisión sexual, estamos, eh... siempre, eh... siempre cuidándonos, cuidándonos mucho, ¿no? Aunque es curioso que siempre se nos acuse como foco de infección que también... ha pasado ahora con la crisis del COVID, que se nos señalaba a nosotros, a nosotras como un foco, ¿no? de Coronavirus y en cambio... pues... que... eso, a lo mejor hubiésemos podido hacer realmente un plan, un plan para cumplir, ¿no? Y de todo, obligar a los clubs, y a los pisos, y a los rodajes, etcétera, a cumplir una serie de normas higiénicas... porque ahora ¡no se lo está haciendo! O sea, ahora en los rodajes de porno, por ejemplo, eh... sigue pasando lo mismo, es que dependes de... de la buena voluntad de... de las personas que llevan el rodaje, de la producción, ¿no? Entonces... hum... si es cierto que hay productoras que sí que se lo llevan muy en serio, los PCR y todo, tal... Que muchas veces lo tiene que pagar eh... el propio actor o la propia actriz, hum... pero hay productoras que no están haciendo el PCR, por ejemplo... o sea sí que tienen el control de las ITS y tal – que también lo paga, eh... el actor o la actriz – pero... [risas] ¿sabes? Entonces aquí sí que podríamos presionar en plan «No, no. Es que si tú vas a un rodaje y no se te han hecho el PCR y tal y cual eh... pues, lo puedo denunciar». O... o... bueno, o aclarar, ¿no? quien tiene que pagar las pruebas, ¿no? Porque al fin y al cabo la producción y quien gana más dinero es la productora, evidentemente, entonces, quien... pues ¿Quién debe hacerse cargo de este... de este desembolso? Lo que no puede ser es esto, que te estén pagando 300€ o 400€ por escena, y que tengas que gastar casi 200€ en tus pruebas tanto de IST como de PCR, es que es como...

absurdo... que no tiene ningún sentido, ¿aumh? Pero, la gente, pues, por necesidad pues tiene que aceptar estas condiciones y porque todo el mundo trabaja igual, da igual si eres porno feminista, o porno *mainstream*, todo el mundo está haciendo exactamente lo mismo. Sí, todo el mundo está haciendo exactamente lo mismo en plan... pues te lo pagas tú los PCR, y tal... eh... es que es... eh... es realmente muy fuerte. Eso sí, luego tú ves superproducciones muy bonitas y tal porque se han gastado cientos mil euros en un... en alquilar la localización, ¿no? Pero tú estás cobrando fatal... y... y... o sea...

De hecho, ahora que comentaste la cuestión de reunir con el Gobierno, he leído en vuestro blog que habíais pedido varias reuniones con el PSOE y que en ningún momento os han dado una respuesta. ¿Eso es así hasta hoy? ¿Habéis en algún momento podido reunir con algún partido?

El PSOE, no, no... El único partido que aceptó reunirse fue Ciudadanos. Pero claro, Ciudadanos, evidentemente... claro que quieren eso, es un partido liberal y evidentemente tiene una posición, eh, a favor de la legalización del trabajo sexual, o sea... a favor de... o sea, de una... eh, de una regulación - que es lo que nosotras no queremos, o sea, nosotras no queremos la regulación de nuestro trabajo, queremos eh... que se descriminalice para poder nosotras organizarnos en un Sindicato, etcétera, para nosotras crear nuestros convenios colectivos; no queremos que lo... lo... que pase otra vez pues lo mismo como en el siglo XIX, ¿no? Que al final empresarios y gobiernos pues que regularon el trabajo sexual que es... no, no, no queremos que vuelva a suceder algo así.

Bueno y ya para la última preguntita... ¿Qué piensas sobre el impacto que los movimientos han tenido en lograr derechos sociales y laborales para las y los trabajadores del sexo en las últimas décadas? ¿Qué diferencias y esperanzas encuentras en el Sindicato OTRAS (si es el caso)?

Creo que tampoco se ha logrado mucha cosa... por ejemplo, o sea sí que es verdad que en Nueva Zelanda han conseguido ahora la descriminalización, que es lo que nos gustaría conseguir nosotras, y ahí sí que... sí que hay Sindicatos y sí que las trabajadoras pueden eh... han creado sus propias cooperativas, etcétera, etcétera. Pero bueno, tampoco es... la parada final, o sea, también hay muchas problemáticas, también al final, eh... las trabajadoras migrantes tampoco pueden acogerse a los beneficios, ¿no? de todas estas leyes porque al

final... pues es lo de siempre, ¿no? En las leyes de extranjería, son, son... son otra problemática. Entonces... pero bueno, ahí sí que han conseguido ciertas cosas. Aquí no, aquí sí que hay un poco más el debate abierto, o sea... en Europa hay... hay un debate y... pero, igualmente, todavía yo creo que no... no podemos decir que hayamos conseguido muchas cosas. Porque la persecución policial sigue existiendo, por ejemplo, en países como Francia, eh... ya van varias, eh... desde que se aprobó la ley abolicionista hay varias compañeras asesinadas, y agredidas, eh... hay una persecución policial enorme, etcétera, etcétera, o sea... Entonces no sé, yo creo que todavía hum... falta muchísimo, falta muchísimo y sobre todo falta mucho concienciar a la gente porque hay como mucho... hay un discurso muy, hum... no sé, como... muy distorsionado de lo que es en verdad el trabajo sexual y también de cuáles son nuestras demandas.

¡Mil gracias, Anneke!

Anexo 6: Entrevista a Begoña Lalana Alonso, 26/11/2020

Voy a hacer unas breves preguntas relacionadas con las luchas por el reconocimiento de los derechos laborales de les trabajadoras del sexo y el impacto del Sindicato OTRAS. La meta de esta investigación es estudiar el trayecto legal del Sindicato desde su formación oficial, bien como la relevancia del Sindicato en la defensa de los derechos de TS y en la sociedad en general.

La información que se recoja será confidencial y no se usará para ningún otro propósito fuera de los de esta investigación. Si tienes alguna duda sobre este proyecto, podrás preguntarme lo que sea en cualquier momento antes, durante y después de tu participación en la entrevista

Son preguntas abiertas, sin respuestas correctas o incorrectas. Algunas preguntas pueden tener un contenido más sensible. En el caso de que no te sientas cómoda con alguna pregunta, por favor dímelo y pasamos a la siguiente, sin ningún problema. La entrevista tendrá la duración aproximada de 40 a 60 minutos.

¿Me podrías indicar tu nombre y profesión (como quieras que lo publique)?

Begoña Lalana Alonso. Soy abogada en... básicamente soy penalista y especialista en familia, y yo llevo más cosas, pero vamos, mis especialidades... más así son esas.

¿Por qué motivo firmaste el “Manifiesto Nunca Sin Nosotras”?

Pues porque me pareció que no se puede impedir a las personas el ejercicio de... del derecho a organizarse para defender sus derechos. Y no se puede eh... tratar sobre asuntos relativos a un colectivo sin escucharles. Me parece que es una cuestión elemental de democracia y de derechos humanos. Y más en un colectivo muy vulnerable que desde siempre ha visto sus derechos ignorados, a que nunca se ha tenido en cuenta más que, eh... pues para regularlo desde una perspectiva ajena a lo que ellas quisieran o pretendieran, porque nunca - como digo - se les ha escuchado, ¿no? Entonces me parece que como decía el propio Manifiesto recogiendo la frase de la Declaración de Derechos de la Mujer y de la Ciudadana, eh, de la Revolución Francesa, eh, «si nos dejan subir al cadalso, pedimos que también nos dejen subir a la tribuna», ¿no? Lo que no puede ser es eso, y no se pueden hacer las cosas al margen de la

gente. Y luego, además, en este tema, pues yo creo que hay mucho de... de... personas que dicen defender los derechos de... de las mujeres porque... bueno, porque en ese caso es más amplio el – por lo que me enteré, que ya que digo es que tampoco soy especialista – es más amplio que las mujeres que ejercen la prostitución. Es decir, que hay las profesiones sexuales, bailarinas de barra, yo qué sé, una cosa mucho más amplia, ¿no? Pero me parece importante que se reconozcan sus derechos. No se trata de la distinción entre regulacionistas y no regulacionistas, nosotras lo que somos – o yo, por lo menos lo que soy, o lo que pretendo – es que se regulen sus derechos. Que se reconozcan sus derechos.

Entiendo. Y ¿ya conocías el Sindicato antes que apareciera públicamente?

No, no. El Sindicato, de todas formas, tiene una andadura relativamente reciente. Quiero decir que fue, eh... se constituyó, presentó los estatutos, se publicaron en el Boletín correspondiente y fue, entonces cuando se publicaron cuando salió la ministra del Trabajo de entonces, eh, Magdalena Valerio, eh, a la que conozco y a la que aprecio, sinceramente, eh... Salió diciendo que le habían metido un gol, porque es abolicioncita, entonces, eh... Ella planteó que iba a hacer todo lo posible para que eso no se aprobara, pero paralelamente varias asociaciones presentaron dos demandas ante la Audiencia Nacional pidiendo que, que... que se revocara la inscripción del Sindicato porque – te puedo mandar la demanda si quieres, las dos demandas, vamos, porque son dos. Entonces, yo pienso en un sistema de Derechos Humanos, como te digo, ¿eh? Y, quiero decir que te tú puedes decir que defiendes a un colectivo, pero lo que no puedes hacer es defenderlo en contra de, de sus decisiones, y sobre todo no puedes hacerlo para impedirle el acceso a la personalidad jurídica y al poderse organizar para defender sus derechos, esto me parece una cosa terrible y mucho más cuando se tratan de mujeres, y mucho más cuando se trata de mujeres que históricamente se han movido en la marginación y mucho más cuando en España las asociaciones de, por ejemplo, de clubs de alterne están legalizadas, quiero decir y... y ¡en contra eso no levanta la voz nadie! Entonces, me parece... es verdad que están legalizadas por una sentencia del Tribunal Supremo, o sea, que tampoco es una legalización así... que se pueda discutir fácilmente pero bueno, quiero decir, si permites la organización de quienes están lucrándose del trabajo de estas mujeres, pues tienes que permitirles a ellas que se organicen también para la defensa de sus derechos.

¿Cuáles consideras que son los fundamentos legales para que las asociaciones (Comisión Para la Investigación de malos tratos a mujeres y Plataforma 8 de marzo de Sevilla) demandasen al Sindicato?

Eh, pues eso lo miré en las demandas. Ellas lo que plantean es que no se puede considerar un trabajo el... la prestación de servicios sexuales remunerada. Eso es lo que ellas argumentan. Entonces, eh... el Sindicato aceptó, en la Audiencia Nacional, por lo que he leído de la documentación que me pasaron, retirar – pero casi prefiero que eso te lo cuenten ellas, bueno te lo cuento y luego, pero, que te lo cuenten ellas porque tampoco que sé que yo te lo estoy contando de referencia, ¿no? Lo que las abogadas llamamos de testigo de referencia, y entonces mejor habiendo un testigo directo en el asunto, porque vamos a acudir a los de referencia. Entonces ellas aceptaron, en el pleito retirar de los estatutos, eh... la palabra «trabajo», o algo así, pero aun así la sala falló en su contra. Creo, ¿eh? También te estoy hablando de memoria, ya te digo, o sea que a lo mejor alguna cosa es inexacta, pero vaya es...

Teniendo en cuenta que el argumento sobre el riesgo del Sindicato apoyar a la explotación sexual por terceros se basa en el artículo 4 de los estatutos del Sindicato que mencionan que desarrollan sus «actividades relacionadas con el trabajo sexual en todas sus vertientes», ¿por qué motivo consideras que fue declarada la nulidad de los estatutos en general y no de este artículo en específico?

Eh... bueno, en España tampoco... eh, el proxenetismo es ilegal, es delito, eh... Lo que pasa es que ellos lo... lo ocultan bajo el régimen de establecimientos con alquiler de habitaciones – en las que se practica el sexo. O sea, ellos lo que plantean los empresarios de los clubs nocturnos - hablamos de esa actividad concretamente eh, no de cualquier otra forma de ejercicio de la prostitución, porque la mayoría de las personas que están asociadas o son o trabajadoras de otro tipo de actividades como del foro erótico, o sea que hay muchas, ¿no? Muchas... lo que te decía de las bailarinas de barra que... claro, yo no había pensado nunca que se podrían contemplar bajo el mismo epígrafe o bajo el mismo, la misma organización estas, estas actividades, pero ellas así lo decidieron y eh, prostitu... mujeres que ejercen la prostitución por su cuenta, ¿no? Hay muchas de estas, por lo que yo sé, dentro de la organización. Pero eh, lo que... el amparo legal que tienen las grandes organizaciones, que tienen los clubs de alterne, es esto, ¿no? El decir «nosotros no somos proxenetas porque nosotros lo que hacemos es alquilar a estas señoras una habitación para que mantengan relaciones sexuales a cambio de un

precio» - y esto entonces no es delictivo, es lo que ellos plantean, ¿no? Entonces, con el argumento este pues consiguieron que el Supremo legalizara... revocara a la sentencia que había ilegalizado la asociación. Y claro, lo que no puede ser es que a las mujeres no se les permita organizarse y a los... «empleadores», así por llamarlo de alguna forma, se les permita, quiero decir... a ellos se les permite ejercer su autoridad y a ellas no se les permite ejercer sus derechos entonces se me parece tremendamente injusto. Y luego, además, es que yo creo que cuanto más desfavorecido es un colectivo, más necesidad tiene de organizarse y es muy positivo que sectores de mujeres que no han participado – aunque muchas han participado, quiero decir, por ejemplo, en un programa que fuimos de radio una de las mujeres con quien debatí discutía que las socias de este Sindicato fueran feministas, y digo «¿pero por qué dices que no pueden ser feministas? Son mujeres como tú, como yo, yo como mujeres pues todas podemos ser feministas, tú no puedes dar y quitar certificados de feminismo a nadie, o sea, y mucho menos a mujeres que lo que necesitarían sería el apoyo del movimiento feminista. Entonces tú, lo que no puedes hacer es apoyarlas, desde tu punto de vista de mujer burguesa y con... ya...» - que igual lo hace con buena intención, que no digo que no tengan buenas intenciones, pero que no puedes pasar por encima de la voluntad de otra mujer en ningún caso. Quiero decir que... creo yo, vamos, no sé si soy... excesivamente ilusa, pero me parece que bueno, vamos que, si queremos transformar las cosas, debemos transformarlas desde un punto de vista que sea respetuosa con los puntos de vista de los demás, lo que no puedes hacer es pasar por encima de las decisiones y de los derechos de la gente, eh... aunque sea por una buena causa. Quiero decir que yo no lo digo que sea ni que no lo sea, pero aunque sea para eso, si un grupo de mujeres decir organizarse, cosa que no habían hecho hasta ahora más que pequeñas organizaciones. En Cataluña sí que hay una u otra organización de trabajadoras del sexo. Y... y, pero bueno, que para mí es positivo que ellas se organicen, ¿no? Y si ellas quieren, eh... pedir que se les legalice no sé qué, pues lo pedirán. Y si quieren pedir que se les reconozca sus derechos para tener una pensión de jubilación al día de mañana - que es un problema grave, y en la calle donde empecé a ejercer el derecho que es una calle donde se ejercía prostitución y una de las, eh... clases de prostitución que se había, porque era muy variado, había muchachas con proxeneta, había jóvenes, había mayores, una... eh, había muchas mujeres mayores. Mujeres mayores con las que, pues que de verte todos los días pues al final acabas, y luego es además sabían que yo era abogada entonces me contaban sus cosas, o pedían consejos, todas esas cosas, ¿no? Y, hum, unos de sus problemas es que llevaban toda su vida trabajando en eso, llevaban en la esquina ocho horas, diez horas, doce horas, soportando inclemencias del tiempo, algunas... porque sus clientes iban envejeciendo con ellas, o sea, quiero decir, que

algunos ya eran viejitos... y... y, claro, estas mujeres, que soportaban cosas tremendas, de verdad, y sin embargo no tenían derecho a jubilarse, no iban a cobrar ninguna prestación. Entonces claro, dirás, «es que no han trabajado nunca», bueno pues ese es tu punto de vista, pero si el punto de vista suyo es que sí, y sobre todo, si el punto de vista suyo es que quieren acceder a estos derechos para al día de mañana tener derecho a una jubilación, ¿quién eres tú para impedirlo? Otra cosa sería que todos tuviéramos derecho a un sueldo por nacer, y ser personas, y viejitos o no viejitos pues nos pagaran una cantidad mensual para cubrir nuestras necesidades, pues a lo mejor entonces no tendríamos que necesidad de sindicarnos ni de eh, organizarnos. Y si todos fuéramos felices y no tuviéramos pandemia... pero el mundo no es así. El mundo es injusto y, como el mundo es injusto, está bien que la gente que sufre, en carne propia – y nunca mejor dicho – esa injusticia, se organice cómo crea oportuno organizarse. Y nadie tiene la capacidad moral de permitir o prohibir esa organización. Ese es mi punto de vista. Y por eso me sumé a esta causa, lo firmé y la defendí hasta donde pude. Con poco éxito, porque finalmente pues ganaron las demandantes, pero bueno, yo... Creo que a veces los éxitos en la vida, como decía el otro día Mujica, el senador uruguayo, ex presidente de Uruguay, «los éxitos a veces hay que valorarlos también de otra manera, ¿no? Vivimos en un mundo marcado por quien tiene éxito, y fortuna y lo demás, pero a veces saberse levantar de una caída pues es más éxito de lo que se piensa». A veces a base de insistir, pues se consiguen cosas que nunca se pensó que se conseguirían, ¿no? Pues yo he participado en muchas causas que originariamente se creían perdidas, y a base de insistir, y de muchas derrotas también, pues se han conseguido reconocer derechos para mucha gente, ¿no? Entonces, pues mira, sigo en esa misma línea, [risas] ¿qué le vamos a hacer? Seré vieja, pero persisto [risas].

Efectivamente parece que muchas veces se trata más de una lucha continua.

Claro, claro... de todas formas es... es muy, muy... quiero decir que hay planteamientos muy agresivos por parte de... de un sector – porque no todas las abolicionistas son iguales también te lo tengo que lo decir, eh, que en los debates en los que he participado también me he encontrado con gente con posiciones mucho más tolerantes, que sé... mucho con gente por ejemplo que no estaba por la labor de ilegalizar este Sindicato, por ejemplo, ¿no? Con gente que está a favor de la abolición de la prostitución como forma de explotación, pero no trata igual a un proxeneta que a una mujer que se pone en la esquina de la calle. Ni considera igual la trata de mujeres que las mujeres ejercen la prostitución por su cuenta, porque no son fenómenos iguales, entonces no se puede dar el mismo tratamiento a cosas que son diferentes,

¿no? Ya te digo que me he encontrado en varios debates con mujeres, pues que... pues que venden el sufrimiento. Por ejemplo, hay muchas mujeres que trabajan con prostitutas, son abolicionistas, pero necesitan que se reconozca a esas mujeres los derechos que tienen, porque ven, por ejemplo, las extranjeras, ¿no? Eh, en España si no se presenta denuncia, es muy difícil acceder a los derechos que se conceden en... que se conceden cuando se les mantiene en una red de prostitución pues, ahí hay diferencia entre presentar denuncia y no presentarla, por ejemplo, ¿no? Entonces eh, pues las mujeres que trabajan con este tipo de personas que vienen de... del extranjero y que llegan aquí y que... aspiran a quedarse, en muchos casos, en otros aspiran a irse, aspiran a que se les de protección en todo caso, porque hay formas por ejemplo de... de presión, eh... a base de publicar lo que están haciendo estas mujeres en España en sus países de origen, por ejemplo, en África, ¿no? Con lo cual pues, se las presiona con este tipo de prácticas, entonces el... el que la ley proteja a las mujeres que son víctimas pues también creo que es una consideración importante y eso también me parece para que sirven las organizaciones, ¿no?

Sin duda. Lalana, me surge una cuestión sobre la decisión de la Audiencia Nacional que a lo mejor me podrías ayudar a entenderlo. En la sentencia dicen que lo que no pueden aceptar es el punto de los estatutos que parece aprobar la explotación sexual por terceros, en un punto de los estatutos donde se indica que el Sindicato desarrolla sus actividades relacionadas con el trabajo sexual «en todas sus vertientes». ¿Cómo se puede hablar de que el Sindicato promueve, por este punto, la explotación por terceros, cuando esta es una actividad ilegal - luego, ya de antemano, no puede ser considerada en el ámbito de contrato laboral? Si unos estatutos sindicales nunca pueden sobreponerse a la ley...

Pues yo no lo sé. Pero yo creo que... que... vamos, que no es así, quiero decir, que no tiene nada que ver el ejercicio del Sindicato con el proxenetismo. No sé muy bien cuál es la... la razón última de las decisiones de la sentencia de la Audiencia Nacional, pero yo no las comparto. Yo pienso que el proxenetismo está mucho más protegido si no tiene una voz que le conteste. Y no la tiene, ¡y no la tiene! Y las mujeres abolicionistas tampoco la ejercen, quiero decir, que... yo no, no pretendo tampoco decir «seguro» porque igual hay cosas que no conozco y actividades que están desarrollando en algún sitio por organizaciones de mujeres en el sentido de cuestionar las asociaciones de proxenetas, o los clubes de alterne o lo que sea, pero desde luego demandas de este tipo no ha habido. Entonces, claro, a mí me parece que si quieres acabar con el proxenetismo será mucho más fácil acabar eh, si las mujeres que lo están padeciendo,

que se pueden organizarse, que les impides de organizarse a ellas y, sin embargo, les permitas organizarse a ellos, vamos es que de verdad me parece una cosa escandalosa, te lo digo sinceramente. Y no comparto la reflexión de la Audiencia Nacional eh, el asunto está en el Supremo, y vamos a ver que dice, el Tribunal Supremo.

Claro, de ahí también mi duda porque a lo mejor tendría algún desconocimiento del enfoque jurídico para esta cuestión, porque no termino de entender el salto de la sentencia de pasar de «actividades relacionadas con el trabajo sexual en todas sus vertientes» para la explotación sexual por terceros, así como tampoco entiendo el salto de pasar...

Ellas lo que plantean es que, si se reconoce el derecho a la negociación colectiva por parte del Sindicato de mujeres con quien teóricamente están ejerciendo de proxeneta, se está dando legitimación como parte del proceso a los proxenetas. Esta yo creo que es la fundamentación de la Audiencia Nacional. Pero lo cierto es que los proxenetas ya tienen legitimación en su actividad. Quiero decir, que ya están ejerciendo con absoluta libertad. Solamente en casos de burdeles clandestinos – en pocos casos de burdeles clandestinos, porque tampoco se sabe muy bien cifras. Ellas, por ejemplo, dicen que España es de los países de Europa donde más prostitución hay, ¿no? Que yo no sé de dónde sacan las cifras, mira, que yo lo he buscado, ¿eh? pero bueno, hasta puedo aceptar que sea así pero como no sé las cifras, pero lo cierto es que aquí, por ejemplo, se cierran establecimientos de este tipo clandestinos, pero con mujeres secuestradas, gente de la trata, gente traída a España, a veces engañada en las condiciones de trabajo, porque muchas veces las mujeres sí saben que vienen a ejercer la prostitución, lo que pasa es que piensan, pues que vienen a cobrar un salario, que van a trabajar en un club en una americana, quiero decir que piensan que la cosa es diferente de como luego es - que tienen que devolver los costes, que se quedan encadenadas por esa devolución de dinero, por la retención de su documentación hasta que devuelven ese dinero, por el chantaje con la familia, por muchas otras cosas, ¿no? Pero... como te digo, el, el... la relación entre proxeneta y mujer explotada - cuando se da esa relación, en los verdaderos casos de trata - eh, ya existe y la policía interviene de vez en cuando, pues a lo mejor diez veces al año, cuando sale en los periódicos, interviene en diez casas de estas y ya está y no... y no hace más. Y en muchas ocasiones quien acaba expulsada de España pues son las mujeres, ¿no? Con lo cual, quiero decir... Yo creo que... Yo además pienso una cosa: si lo que quieres es combatir la trata, ¡debes combatir la trata! Y no combatir la organización de unas señoras que se organizan porque quieren, que algunas a lo mejor están sometidas a la trata, y otras están ejerciendo libremente trabajo sexual. Es lo que

decíamos de... de trabajos, bueno, pues, de los múltiples trabajos que hay, pues del teléfono erótico, que nadie lo cuestiona hasta otras muchas clases, ¿no? La participación en videos de contenido sexual, yo qué sé... muchas cosas, ¿eh? Entonces mi punta de vista es ese.

Otra cosa que me gustaría preguntarte en la secuencia de la pregunta anterior es que tengo entendido que en la decisión de la Audiencia Nacional se podría haber impugnado simplemente el punto de los estatutos que mencionan «el trabajo sexual en todas sus vertientes», que parece ser el que genera más problemas. Sin embargo...

Claro, es lo que te digo, es que yo creo que ellas negociaron, yo creo. O admitieron en la, en la... eh... en alguna de las vistas que hubo, yo pienso que la defensa– yo no estuve eh, de todas formas – pero he leído que la defensa se planteó la posibilidad de eliminar este punto y, aun así, se dictó sentencia en este sentido.

Claro, y mi cuestión es que no solo se declaró la nulidad de este punto de los Estatutos, sino que la Audiencia Nacional decidió declarar la nulidad de los estatutos en su globalidad...

Claro, claro, claro... Efectivamente.

Y no consigo entender el porqué de este salto.

Pues yo tampoco porque el resto de los estatutos están... vamos que están perfectamente adecuados al Derecho y no se pone ninguna pega sobre ellos, además. Ellas yo creo, de todas formas, yo... hace tiempo que no participo mucho porque no te puedes imaginar lo que era... el teníamos una cuenta de Telegram, un grupo de Telegram y... y es que era imposible seguirlo, porque además con la pandemia empezó a entrar la exposición de problemas personales, de, de problemas de transexuales que no les admitían en locales – para dormir, no para nada más, de... yo qué sé empezaba ahí cada una a mandar su historia en el Telegram y me di de baja porque no podía más, porque ahí seguía leyendo y leyendo y leyendo y pues digo, madre mía, de esos chats muy activos que no te dejan vivir, ¿no?. Que ahora tengo que pedir que me den de alta porque algunas de las cosas que te estoy hablando pues las tengo ahí, pero vamos, se las puedo pedir a una compañera, y que me las mande, pero bueno no sé porque te iba contando esto...

Eh... porque estábamos hablando de la declaración de nulidad de los estatutos en su totalidad y...

Ah, sí, creo que fue en Telegram, que ellas comentaron, o sea, que contaron como había sido un poco la, la... evolución de la vista, ¿no? De la vista del juicio, quiero decir, y eso que te digo. Y te lo comentaba porque ellas me dijeron que en Tribunal dijeron que iban a presentar otros estatutos. Lo que no sé es que ha pasado con eso. Porque como te digo me di de baja, y perdí el hilo. O sea que yo creo que mejor te paso el contacto con ellas directamente.

Ah, sí, pero ya he conseguido hablar con ellas, que ya tienen otros estatutos aprobados dentro del Sindicato, pero mientras el Supremo no se decida sobre los últimos, no pueden avanzar con los nuevos.

Ah, claro, claro, bueno tiene lógica.

Y bueno, entonces te iba a preguntar, ¿qué implicaciones tiene para el Sindicato la declaración de nulidad de los estatutos?

Pues que no, que no son una organización, quiero decir, al no poder inscribir sus estatutos, pues no adquieren plenos derechos, ¿entiendes? O sea que las organizaciones, para ejercer su actividad necesitan presentar los estatutos, la administración comprueba que los estatutos se adecuan a lo preceptuado por las leyes y si considera que no se... que no se adecuan, pues se cancelan los estatutos, pues y eso tiene limitaciones, eh, para su actividad, ¿eh? Por eso ellas estaban trabajando en el plan ese de tener unos nuevos estatutos, porque es importante a la hora de poder llevar a cabo actividades, negociaciones como organización. O sea, la organización no llega a constituirse plenamente, existe entre sus, entre sus miembros, porque eso no se puede impedir eh, las mujeres y los hombres – porque creo que también hay hombres – que forman la, la... el Sindicato, pues pueden estar organizados porque lo están, pero para producir efectos en frente a terceros, o participar en negociaciones, o contactar con la Administración, o lo que sea... pues tienen una limitación importante de derechos porque no se han aprobado, no se han llegado a constituir como asociación, con una esencia laboral, como Sindicato, vaya, en última instancia, ¿eh? Aunque igual la OIT no sería muy partidaria porque la OIT es muy poco exigente, la Organización Internacional del Trabajo, en su convenio o varios convenios que tiene sobre el derecho de las personas a formar Sindicatos y organizaciones que ellos representen para ejercer sus derechos, eh... es bastante poco exigente en cuanto a formalidades

y demás. Porque lo que prima, yo creo que, con buen criterio, pues es el derecho de trabajadoras y de trabajadores y porque además en el mundo hay realidades jurídicas muy distintas, a veces muy abusivas para los derechos de la gente y si tu encima contribuyes poniendo siete mil requisitos, pues no... al final el... la protección que se supone que tiene la Organización Internacional pues no se conseguiría. Por eso digo que son pocos exigentes con las... con las cuestiones formales y con los requisitos para constituir las organizaciones sindicales. Claro, y es lógico que sea así, porque fíjate tú, que en el mundo hay realidades, uf... pues absolutamente diferentes, hay esta forma de pensar y en el mundo formas de vivir absolutamente diferentes y de costumbres y de todo, y no te cuento ya de... de... de organizaciones políticas y formas de entender los derechos de las personas o de entender que las personas a lo mejor no tengan derechos, y hay muchos países que piensan directamente así. O sea, a mí me molesta mucho que en España no haya un reconocimiento pleno de una cosa tan elemental como el derecho a una organización sindical, sinceramente. Me resulta muy penoso, sinceramente. Pero bueno, ¡seguiremos intentándolo!

¡Muchas gracias, Begoña!

Anexo 7: Entrevista a Evelin Rochel, 24/11/2020

Voy a hacer unas breves preguntas relacionadas con las luchas por el reconocimiento de los derechos laborales de les trabajadoras del sexo y el impacto del Sindicato OTRAS. La meta de esta investigación es estudiar el trayecto legal del Sindicato desde su formación oficial, bien como la relevancia del Sindicato en la defensa de los derechos de TS y en la sociedad en general.

La información que se recoja será confidencial y no se usará para ningún otro propósito fuera de los de esta investigación. Si tienes alguna duda sobre este proyecto, podrás preguntarme lo que sea en cualquier momento antes, durante y después de tu participación en la entrevista

Son preguntas abiertas, sin respuestas correctas o incorrectas. Algunas preguntas pueden tener un contenido más sensible. En el caso de que no te sientas cómoda con alguna pregunta, por favor dímelo y pasamos a la siguiente, sin ningún problema. La entrevista tendrá la duración aproximada de 40 a 60 minutos.

Evelin, ante todo, querría preguntarte si luego al publicar esta entrevista ¿puedo dejar tu nombre, prefieres ser identificada por otro nombre o que sea anónima...?

Mi nombre ya sale en todos los medios [risas]

Pongo Evelin Rochel, ¿entonces?

Sí.

¿Hace cuánto tiempo conoces el Sindicato OTRAS?

Pues casi desde que se constituyó. Eh, cuando salió en la prensa que se había constituido un Sindicato porque fue un escándalo, entonces yo me puse en la tarea de buscarlo y ponerme en contacto con el Sindicato para pertenecer a él.

¿Lo conociste entonces cuando salió públicamente?

Exacto.

Y ahora mismo ¿estás sindicalizada en el Sindicato OTRAS y ocupas algún cargo dentro del Sindicato también?

Bueno eh, supongo que yo me encargo de la... de la... porque hay varios apartados, ¿no? Hay las que están en la calle, hay las que están en el sector porno, las que están en pisos y yo represento las que están en los clubes. Cada una tiene conocimiento sobre el área en que se mueve.

¿Me puedes hablar un poco de tu trayectoria de lucha en defensa de los derechos para las trabajadoras del sexo?

Eh, bueno, sí la verdad es que esto comenzó con la historia que es la que ya conoces de la prensa, ¿verdad? Eh... sin saberlo, he ejercido de sindicalista, esto cuando organicé una huelga en el sitio que trabajaba, y cuando eh... expuse delante del empresario lo que me parecía acerca de, de... de la forma que está reorganizando, ¿no? eh, las condiciones del trabajo en la que no teníamos ni voz, ni voto. Aunque, de todos modos, si nos hubiera preguntado le habríamos dicho que no. Porque... entre otras cosas, como te estaba contando, nosotras pagamos por trabajar, pagamos por el derecho a trabajar, ¿no? Y es una cosa espectacular que ha ocurrido en Europa, el cambio, sobre todo el revestimiento este, muy fino, cultural, ¿no? que se le ha dado a la esclavitud en Europa, ¿no?, y es que ¡la gente paga por trabajar! Increíble. Ya no solo que el trabajador, en este caso nosotras, no nos pagan nuestro trabajo, eh... ejercido para ellos, sino que encima tenemos que pagarles, ¿no? Es una cosa que... que... me parece espectacular ese vuelco en Europa, ¿no? Que, bueno, que se considera, lo que te decía en el otro día, la entelequia de los Estados, la entelequia de la democracia, la entelequia de... de los Derechos Humanos y resulta que lo que ha hecho ha sido pervertirlos, eh... revistiéndolos de una costra muy bonita, muy fina, ¿sabes? Pero solamente hay que rascar un poquito para darse cuenta de lo que es. Entonces bueno, estuve sin saberlo con la labor de sindicalista y... y conseguí parar en la historia, pero bueno, la historia me involucró personalmente y... y tuve que poner, pues tanto mi lucha personal como mi lucha, eh... en mi campo del trabajo, en el campo laboral. Y bueno, se hizo pública, o tuvo repercusión mediática, ¿no? Y lo es un poco lo que nos ha ayudado sobre todo pues, la estrategia que hemos utilizado, ¿no? que es la de denunciar la

esclavitud laboral en este sentido aquí en Europa. Porque no solamente se da en mi caso y supongo que será lo peligroso que no entran a valorar en el Tribunal Supremo. ¿Por qué? Porque en Europa no solamente en mi trabajo... eh, se trabaja sin cobrar. Hay una figura divertidísima, que es la de los becarios [risas].

Jajajaja, eso me suena sí.

¡Claro, los becarios! Por eso digo que no solamente en mi trabajo, entonces, si lo analizan las personas que están en esa situación de otros ámbitos laborales, digamos que va a comprender que la situación es también la misma. Entonces esa es más o menos mi trayectoria.

Y cuándo empezaste la demanda en contra de *Flowers*, ¿ya estabas en el Sindicato?

No, el Sindicato se creó después.

O sea que ¿la cuestión con *Flowers* empezó más o menos en 2017/2018?

Sí, 2017.

Ah y el Sindicato en 2018.

Exacto. Entonces bueno ahí supongo que esto tuvo una pequeña influencia en poder, eh... que aceptaron los estatutos del Sindicato porque bueno, eh... dado el escándalo, porque el escándalo no fue solo en España, fue un poquito fuera de España porque en Holanda se... llamamos la atención de la prensa holandesa y la prensa holandesa digamos que nos hizo un pequeño hueco donde nos dieron voz.

¿Al Sindicato?

Sí, o sea, al Sindicato, y primero a mí. Y a... con la... con el escándalo, ¿no? Porque en el momento de lo de *Flowers*, yo me puse en contacto con muchos periodistas y con muchos medios. Y entre ellos me respondió un chico de Holanda, ¿no? Y este chico, pues, hizo un pequeño reportaje y a raíz de ese pequeño reportaje cuando ya existía el Sindicato, pues vinieron y nos hicieron una... un reportaje mucho más fácil.

¿Y cuál fue la reacción de los periodistas aquí en España a tus intentos de contacto?

Bueno, yo me puse en contacto con muchos, con muchos, con muchos, con muchos. Pero ten en cuenta que es un... es un... es una historia tabú. Difícil de abordarla, ¿no? Entonces eh... les dio un poco la, la... sus necesidades, ¿no? Que es la necesidad de morbo para vender, para poder llamar la atención y una vez captada la atención entonces, ya... expuse el tema laboral y tal eh, que no sabía yo que era sindical, ¿no? Y fue de esa manera que... que... digamos que me prestaron atención, que nos prestaron atención.

En términos generales, ¿te has sentido apoyada en tu lucha?

Bueno, mira, hay gente... hay aliados, claro que hay aliados. Pero en general digamos que estás sumergida en una... en una... eh... sobre todo ahora, ¿no? Pero antes también, sumergida en una mar del nominalismo, creo yo [risas]. Entonces, bueno, mira, hay gente que sí que está de acuerdo, que sí, que hay que darles los derechos a un colectivo que existe, ¿no? Pero entonces luego está, están las abolicionistas y lo que siguen las abolicionistas, ¿no? Que son muchas. Porque ten en cuenta que mira, la sociedad ha cambiado de una sociedad cristiana, puritana, ¿no? A una sociedad, eh, moderna, puritana, si cambiamos los valores cristianos por los valores estéticos, pero los valores estéticos digamos que están en la misma línea. En la de... en la de suprimir los derechos del individuo a elegir un proyecto de vida como mejor le parezca en pro de la colectividad, ¿vale? Entonces, ¿qué pasa? que si un individuo decide que hay una cosa que afecta o que no le gusta a la colectividad, la colectividad va a por ese individuo, ¿no? Entonces, eh... pero ya te digo que todo eso es porque la gente está nadando en un mar de... de costras, lo le llamo costras culturales, ¿no? Porque por ejemplo... Y la corrupción moral y ética que confunde con todos estos cambios de sentido ¿no? Con lo contrario: con la ética y con la moral. Te pongo un ejemplo. El otro día hablando de, de las analogías, ¿vale? te pongo un ejemplo de aquí en España, que es el país donde vivo y que conozco muy bien. Voy a establecer unas correspondencias analógicas para que más o menos pueda explicar lo que te quiero decir, ¿vale?

Vale, ¿te sigo!

Bueno, imagínate que eh... oye, ¿te importa colgarme y me marcas en dos minutos?

Sí, claro, ¡sin ningún problema!

Vale, gracias, ¡hasta ahora!

¡Hasta ahora!

[llamada interrumpida]

[se retoma la llamada]

¡Hola de nuevo! Pues, seguimos el hilo.

Pues entonces continuamos en el punto donde lo dejamos, ¿vale? Para que veas tú la, la... el grado de, de corrupción moral y de hipocresía, ¿no? con respecto a mi trabajo. Y es que... eh, la analogía consiste en esto: tú imagínate que yo me recibo una llamada telefónica, ¿vale? Vendo llamadas, o sea telefónicamente llamadas, ¿no? Y estas llamadas se pagan en dos modalidades: una, de prepago, que consiste en que tú recargas el teléfono con 5€, por decir algo, y hablas hasta dónde, ¿no? eh... se te acaban los 5€, ¿vale? Luego está la modalidad de contrato, ¿no? Y en esa modalidad tú pagas mensualmente lo que has consumido el mes y a veces con sorpresas, ¿no? Vale. Tú, ¿conoces alguien que se haya divorciado o que se esté divorciando, eh, aquí en España?

No, en España no. En Portugal sí.

Vale, bueno aquí en España cuando una mujer se va a divorciar y lleva equis años con su marido, uno, dos, tres, los que sea, llega a un juez y ese juez tiene una tabla de precios, tanto por un año, tanto por dos años, tanto por tres años... ¿no? ¿Me puedes explicar cuál es la diferencia, entre esa señora que le ponen una tabla de precios en su cara? Lo diferente es que yo estoy cobrando por adelantado y esta está cobrando después, por el mismo servicio, vender llamadas telefónicas [risas]. Claro. Imagínate, tú imagínate, si te quieres separar de tu novio, tu pareja, tu marido y llegas a un juez y y el juez te va con una tabla de precios en toda la cara, ¿no te sentirías aludida?

Claro, desconocía eso. Es bastante literal, además.

¡Exacto! ¿Ves a lo que yo me refiero? Y las abolicionistas, muchas de ellas son mujeres divorciadas que cobran cada mes de ese cliente. Muy curioso, entonces para que veas tú el nivel de corrupción moral en que nos encontramos que es que encima eh, tú le preguntas a una, a una divorciada que está cobrando todos los meses y no se siente aludida, amor. ¿Ves? Es la negación, para luego rasgarte las vestiduras, ¿no? Porque es que yo cobro por adelantado [risas]. Tú solamente tienes que rascar un poquito, bueno, y desde mi punto, desde mi punto, desde mi prisma, ¿no? Pero ven acá... ¿es que no comprenden que la única diferencia entre ellas y yo es que yo estoy cobrando antes y ellas después? Y, y, mira ayer en... [inaudible] ese valor, las mujeres que decidimos trabajar en esto, eh, enfrentado estas miradas raras, enfrentando este señalamiento, ¿no? Y enfrentando, eh... esto está en todos los ámbitos, por ejemplo, en la policía. Eh, matan a una chica que trabaja en este trabajo, digamos que no tiene la misma... el mismo nivel de investigación, de detención, etc., que se podría tener, eh, la muerte de otra mujer que no trabaja en esto. Cosa, cosa, bastante estúpida por un lado porque, yo voy a decir una cosa, nosotras somos primero un muro de contención de los hombres que deciden matar a mujeres y te voy a explicar por qué. Ayer, o antes de ayer estuve... me hicieron, me hicieron una entrevista en un programa de Espejo Público. Y justo antes de mí estaban hablando de una chica cuyo apellido... Ay, ¿cómo se llama? Eh... apellido... ¡Calvo! Sí, creo que era Marta Calvo, una chica que la mató un tío, y que la chica está desaparecida y tal y el tío pues no, no, no... no quiere decir dónde está el cuerpo de la chica y estaban entrevistando a su madre. Este tío, presuntamente había matado a otras chicas. Pues mujeres que trabajan... Entonces imagínate, si se le da la importancia a que otra mujer, como yo, es asesinada por un criminal de estos, si se hubiesen puesto a investigar, en buscar ¿no crees que se podría haber evitado la muerte de esta chica? Claro, porque, porque un hombre que mata a una mujer como yo, es simplemente un hombre que mata a mujeres porque busca el acto, del como... más débil ¿sabes? Sabes, cuando nosotras decimos... porque nosotras estamos más débiles que... que les importamos un pito a la sociedad, que la policía no va a mover ni un dedo, son imbéciles. Pero sabemos que ataca ahí. Y si ataca ahí, en algún momento, atacará en otro lado. ¿Ves? Por eso yo pienso que nosotras somos el primer muro de contención de la sociedad para este tipo de criminales. Bueno y, de hecho, cuando apareció un tío que se llamaba «el monje shaolín», que era uno que descuartizaba a mujeres, que descuartizó a muchas colegas, supuestamente la sociedad se consola pensando que eran solo prostitutas, y vete tú a saber, cuantas más mujeres

que han desaparecido, que han caído en las manos de este hombre, ¿sabes? Y la de comentarios horribles que llegaban a decir con respecto a esta atrocidad «estas putas, eso les pasa por putas», y tal, que no sé qué, que no sé cuántos. Unas cosas que yo me quedaba ¡aaauhhhh!, con un nudo en la garganta, ¿no? Con, con... con la garganta dentro, [inaudible] no se dan cuenta que somos mujeres valientes, que somos el primer muro de contención. Y que cuando atacan a una mujer como yo, y de igual forma, en cualquier momento van a atacar a otras que no se dedican a lo mismo que yo. Entonces eso es un ejemplo de la corrupción moral que ya te digo, y de la estupidez de esa corrupción moral, porque te hace ver, o no te hace ver, desde un campo general, ¿no?

Sí, perfectamente. Es un retrato fuerte y que ayuda a comprender algunos criterios por lo que se orienta un poco la sociedad en general y las diferenciaciones que establece.

¡Claro! ¡Claro! Por eso las abolicionistas, es lo que te decía, luego las abolicionistas yo... Yo cuando me encuentro con una abolicionista, eh, eh... escupo sobre su moral. ¡Literalmente! Escupo sobre su moral. Porque teniendo en cuenta todas estas cosas que te he contado, pues imagínate, ya puedes hacer la analogía en todos los ámbitos de la sociedad.

Y ya que hablamos del abolicionismo, ¿has notado en los últimos años que el movimiento abolicionista está creciendo, o no notas mucha diferencia?

Bueno, es que... no es que haya crecido lo que pasa es que ahora con los medios y en las redes... y además con el Gobierno que es un Gobierno abolicionista, ¿sabes? Digamos que se le da más repercusión. Pero en general, la sociedad está en la misma posición en que siempre ha estado, se mueve muy... en realidad son muy, muy... son pequeñas, pero claro ahora hacen más ruido porque tienen más dinero, porque son... eh, son, organizaciones que tienen subvención, reciben dinero, por lo cual tienen tiempo y medios para moverse.

Y ahora como también mencionas esa cuestión, me gustaría preguntarte, ¿qué papel piensas que tiene el Gobierno – y, bueno, los principales partidos del país – en las cuestiones del trabajo sexual?

Bueno, mira, te voy a contar una cosa, eh... Los representantes políticos en realidad son representantes de la población de la sociedad, ¿no? Ellos encarnan los valores sociales que ahora mismo se están moviendo en determinadas sociedades, en este caso en España. Entonces, eh... el Gobierno ahora tiene la misma hipocresía que tiene toda la sociedad, ¿vale? Por un lado, reciben dinero de parte nuestra y solamente hay que ver en Producto Interior Bruto en 2018 en este país, ¡el 0,36% del PIB venía de mi trabajo! Esos son unos cuatro mil cien millones que son números que hay en internet, en la prensa, ¿eh? No es que yo haya... no, está publicado son datos públicos, que todo el mundo maneja, cuatro mil cien millones de euros, ¿vale? Esto en 2018, estamos en 2020. Entonces, la hipocresía a que me refiero es que no tienen ningún problema en recibir ese dinero, ¿ves? Pero a la hora de abordar cosas como derechos laborales, pedagogía, respeto, ¿no? Eh, eh... eh, ¡se declaran abolicionistas, o sea, espérate! Ni en la época de la Inquisición. La hipocresía es, espectacular, ¿no? Entonces estos... estos, estos partidos políticos que hay, como por ejemplo Irene Montero. Irene Montero es Ministra de Igualdad porque la puso su marido, ¡claro! Y eso no se les escapa, ¿no? De hecho, lo hablamos en una reunión que tuvimos virtual, digo, ve acá esta señora que es abolicionista, que nos quita nuestros lugares de trabajo, ¿no? El mérito que tiene de estar ahí es que se dio prisa, mucha prisa, en parirle al macho alfa. ¡Claro! Es crudo, pero es la verdad. Entonces se dio mucha prisa, se quedó preñada, parió, y ahora el tío ya no puede echarla como está su... [inaudible].

Y de los principales partidos, no habéis sentido el apoyo de ninguno de ellos, ¿no?

No, en su momento Ciudadanos estuvo, estuvo... eh, eh... se puso en contacto con nosotras, pero hace bastante. Y que tenían más listados. Ahora la verdad es que yo, no, no tengo conocimiento de contacto entre políticos y el Sindicato. Hubo una persona que creo que era de PDeCAT, de Cataluña, que sí creo que en una... en una... en una.... en exposiciones y congresos, creo que fue y que dijo bueno, que tal, que derechos para nosotras y tal, pero nunca se ha puesto en contacto con nosotras, con lo cual, la secretaria decía «ya, pero es que hablan de nosotras sin preguntarnos a nosotras», ¡lo de siempre!, ¿no?

Muy cierto. Evelin, y volviendo ahora un poco a la cuestión anterior, sobre el asunto de la batalla en contra *Flowers*, eh, claro, el Sindicato llegó después, pero pregunto: ¿ en cuanto Sindicato y en este caso, ha tenido algún papel durante este tiempo de luchas o te ha apoyado de alguna manera en esta batalla judicial?

Bueno, eh... claro que me han apoyado, ¿no? Pero apoyo moral, porque tiene en cuenta que nosotros, por ejemplo, eh... Estamos recién constituidos, tenemos pocos afiliados, eh... a muchas chicas les da cosa afiliarse al Sindicato, porque todas tienen el mito de que bueno, si tienes tus, tus... tu documentación, tus datos, ¿no? en sitio donde se llaman «putas» ...

¿Qué temen que se lo hagan público o algo?

¡Exactamente! ¿no? Entonces el apoyo siempre ha sido moral.

¿Y qué expectativas tienes... o sea, el caso con *Flowers* en este momento está en el Supremo, es eso?

Sí, está en el Supremo, y, y... nos habían avisado de que bueno, pretendían no, no admitir a trámite el, la, la... el recurso que ellos hicieron en contra de la sentencia. Pero ellos a su vez han metido un escrito para... que ha conseguido dilatar un poco la historia, ¿no? Pero todavía no está en firme, y realmente no sabemos si vamos a tener victoria final o no.

Vale, claro, era justo lo que te iba a preguntar, ¿cuáles son tus expectativas sobre la decisión del Tribunal?

El final está abierto. Las posibilidades están 50 para ellos, 50 para nosotros.

Vale, ¿y tenéis alguna expectativa de fechas para dictar sentencia?

No hay fechas, y menos ahora que tantas historias y tantos eh... eh... demandas colectivas, demandas por lo del COVID, demandas por lo del no sé qué, demandas por no sé cuánto, o sea... yo supongo que el Tribunal debe estar al borde de la locura en cuanto a casos pendientes, ¿no?

Veo lo que dices, sí. Bueno y lo del Sindicato semejante, ¿no? Ya que lleva tiempo esperando respuesta...

¡Exacto! Pero bueno, el Sindicato, de todos modos... a pesar con el Sindicato no tenemos, no tenemos, eh... financiación por parte de ninguna institución pública, la verdad es que ha

correspondido muy bien en esta... en esta crisis sanitaria, porque ha procurado darle cobertura social a las... a todas las colegas que se lo han solicitado y apoyo a la comunidad, ¿no? Comida, un poco de comida, algo de dinero, que no ha sido mucho, pero, la verdad es que no saben ni del momento que se ha acertado el dinerito y, y... la verdad es que han tenido, hemos tenido una, una... digamos que un apoyo puntual, ¿no? Porque lo hemos hecho con las uñas, eh... Digamos que la comida ha sido porque la cedían bancos de alimentación, eh, el dinero se hizo *crowdfunding* para las compañeras que trabajan en la calle, que se están quedando en la calle, que se quedan en la calle, que no tienen posibilidades, las que se les quitaron el sitio de trabajo y no tienen dónde ir... en fin...

Sí, justo has tocado en un tema que también me interesa mucho. O sea, ya me has comentado un poco cuál fue la respuesta del Sindicato a la crisis del coronavirus. Y respecto al Estado y al Gobierno, ¿os han llegado algún tipo de apoyos?

No solo que no lo han dado, sino que nos han estafado. Te pongo un ejemplo: el Ingreso Mínimo Vital este, resulta que hay un apartado para nosotras, ¿vale? En dicho apartado, para solicitar ese ingreso, si no has sido víctima de trata, no entras dentro del sistema para recibir el ingreso. Que, ¿a qué conlleva eso? Que, entre colegas desesperadas, ¿no? mienten y dicen que sí son víctimas de trata para poder acceder al Ingreso Mínimo Vital, ¿vale? Entonces, en qué se traduce eso, en que el día que queramos o cada vez que queramos pedir derechos para nosotras nos van a decir «¡Ay! Es que mira eh, este es el porcentaje de trata que hay» - y es un dato del Gobierno, pero es un dato falso, porque obligan a la gente decirlo para recibir la miseria de ayuda, ¿no? Con base en una premisa que es falsa.

Y me estabas diciendo que eso efectivamente pasó con compañeras tuyas, ¿no? ¿O sea que se hayan declarado víctimas de trata para recibir el Ingreso Mínimo Vital? Lo pregunto porque me gustaría entender si quien accedió a decirse víctima de trata para poder recibir este apoyo, por lo menos logró recibirlo.

Exactamente, bueno pero el dato exacto, no los sé, los tiene la secretaria, porque es ella que maneja los datos personales, por la materia de antes.

Claro, claro. Pero ¿tú conoces a alguien que haya conseguido el Ingreso Mínimo Vital?

No. Conozco a quién lo ha intentado y no lo ha conseguido. Las que lo han intentado y no lo han conseguido sí que conozco, pero que lo haya conseguido, no. Claro, por eso te digo que es una auténtica estafa, ¿no? Por eso. Aye... eh, el otro día que hablamos te decía, eh, la política, como la segunda profesión más antigua del mundo son cosas de diferente orden, pero análogas y correlativas, nos venden en todo y lo venden todo.

Y lo cierto es que con esta crisis toda esta realidad se intensifica más.

Mira, la situación ahora es dramática, pone de manifiesto eh, eh, eh... lo que yo denunciaba. Oye, si no tengo derecho a aportar a la Seguridad Social, no tengo acceso, tampoco voy a poder recibir nada en caso de una emergencia. ¿No? Y en ese momento yo hablaba de emergencia como situaciones puntuales, que te pongas malo, que no tengas una baja por enfermedad y, yo qué sé, que tengas un bebé - las mujeres que trabajamos en esto también tenemos bebés. Y bueno, todos los derechos laborales que pueda tener un trabajador reconocido. Entonces... Pero ahora, sin derecho a ERTE, sin derecho a ayudas, sin derecho a nada. En Alemania mira, en Alemania las colegas ahí que sí se permite la Seguridad Social están recibiendo alrededor de unos 3000€. Claro, eh, supongo que, que, que será eh dependiendo de lo que las colegas aportan a la Seguridad Social, y la retención será equilibrada en ese sentido. En Holanda están recibiendo entre 600€, 500€, 700€, ¡pero es algo! Aquí nada, aquí si no haces un *crowdfunding* de estos eh lo llevas claro, o sea, pedir limosna.

Y ¿cómo has pasado los meses del confinamiento? O sea, ¿has podido seguir trabajando, o no tanto?

Pues mira, se trabaja, pero se trabaja, eh... por la supervivencia. Y en realidad sigo trabajando pues para que, esperando que esta historia termine, pues también tengo otros proyectos que están fuera que... salen, salen del mundo del trabajo sexual, ¿no? Entonces estoy batallando duro para intentar sacar un proyecto adelante y mientras tanto pues, poder estar aquí para cuando se requiere mi presencia para estos casos, ¿no?

¿Te parece importante el reconocimiento social y/o legal del trabajo sexual? ¿Por qué?

Eh, bueno, me parece importante el reconocimiento de mi trabajo, eh primero porque al estar reconocido como, como colectivo de trabajadores y trabajadoras podemos acceder a... a los a... a la cobertura social que puede tener cualquier otro trabajador en caso de, eh... una crisis sanitaria por ejemplo como la que estamos viviendo ahora. Y los motivos son porque entre otras cosas, el trabajo como tal ya existe, ¿vale? Pagamos las... las que trabajamos en locales reconocidos, pagamos alrededor de 2000€ también por el derecho a trabajar. Para pagar ese dinero, preferimos aportar a la Seguridad Social que luego aporta una retribución en caso de necesitarlos como ha sido con la emergencia sanitaria, la crisis sanitaria que ha habido en este momento. Es importante para nosotras, porque digamos que sería abolir la esclavitud de facto, en ese sentido.

Y, ¿qué diferencias identificas entre el Sindicato OTRAS y demás organizaciones en defensa del reconocimiento y derechos para los y las trabajadoras y trabajadores del sexo?

Bueno, eso son, eso con ya cosas muy técnicas, ¿vale? Que se salen de mi comprensión. Porque supongo que eso tendrá que ver con, con... a la hora de, de, de... de inscribirte en los, en los, en los estamentos estatales, ¿no? Supongo que eh las asociaciones reciben, eh, hay asociaciones que reciben, eh... subvención, pero porque no estaban constituidas como Sindicato sino como asociaciones en defensa o en apoyo... al mundo del trabajo, de la prostitución.

Claro, entiendo por dónde vas, pero esta pregunta de hecho iba más en el sentido de tus experiencias, tus vivencias dentro del activismo por el reconocimiento del trabajo sexual y los derechos de las trabajadoras y trabajadores del sexo, si en tu caso ¿tu identificas esas diferencias, si las sientes o...?

Pues, eh... no te podría decir, ¿sabes? Porque en el momento que necesité de una asociación me apoyaron y ahora que estoy en el Sindicato, pues, me han apoyado y apoyamos a... a las... a las... a las personas que nos solicitan este apoyo, ¿ves? Entonces eso no te sabría decir.

¿Sientes entonces que el Sindicato también, eh... tiene su importancia a nivel afectivo, de que generaréis vínculos allí, tiene influencia en tu vida cotidiana?

Eh, bueno... claro que generas vínculos, porque ten en cuenta de que estamos todas en el mismo barco, ¿no? Y remamos todas para el mismo lado. Entonces, claro que hay vínculos afectivos. Pero bueno, digamos que somos eh... soldados que estamos en una batalla en que cada quien tiene un puesto, ¿no? Y hay veces por la distancia es difícil mantener el vínculo diario o, por ejemplo, en mi caso yo no tengo WhatsApp, ¿no? Por lo cual yo no me puedo mantener, eh, yo no puedo mantener contacto con el Sindicato para que, que tienen su grupo de WhatsApp, pero... las demás colegas que sí que tienen esa aplicación que se pueden mantener contacto, que un día se levantar «oye mira, si me ha pasado esto, y tal no sé qué», «ay, compañera, y tal aquí estamos» - dan apoyo, el apoyo psicológico.

¿Y con el COVID vuestro contacto directo se complicó más, imagino, y habéis recurrido más a alternativas digitales?

Sí, se complicó en el sentido de que bueno, no podemos tener actos presenciales, ¿no? Pero bueno, a través del teléfono yo creo que se, se, se... eh, se solidificó, o sea, que hay más contacto ahora, que hay más compañeras que, que, que acuden a nosotras, para preguntarnos, para pedir colaboración para lo Ingreso Mínimo Vital, por ejemplo y saben cómo, cómo, cómo solicitar la ayuda, eh... para pedir ayuda legal porque «oye, mira, tengo estos papeles, eh... eh no sé cómo hacer para pedir la documentación y tal no sé qué y...». Se acercan a nosotros para buscar, eh, consejos legales, eh, lo de los abogados, la abogada que tenemos que colabora, claro.

¿Y eso lo habéis notado más ahora con el COVID?

Guau, ¡claro! Ahora en la última, la última... reunión que tuvimos hubo mucha más gente conectada con nosotras, por supuesto. Claro, o sea la gente ha comprendido la importancia de tener una cobertura en casos como estos. En este caso generalizado ha puesto sobre la mesa toda la la la eh eh lo inhumano de nuestra situación, ¿ves?

Claro, supongo que ahora con toda esta situación de la pandemia también volvió un poco a discusión pública la situación laboral de las trabajadoras y trabajadores del sexo.

Sí, pero te voy a decir una cosa también. Ten en cuenta que todos los sectores sociales ahora mismo están pasando por niveles dramáticos, ¿no? Entonces entre un drama y otro, digamos que tampoco haya mucha diferencia, ¿ves?

Hum, ¿lo dices en el sentido de que hay una jerarquía de social de acuerdo con tu rama profesional y capital que tengas, o en el sentido contrario, o sea, que justamente se establece una homogenización de sociedad? Es que no he entendido muy bien.

Las dos cosas, ¡las dos cosas! Eh, eh, siempre, siempre, eh, por lo que he comentado, por todo lo que te he comentado antes de, de... tienden apoyar más a las personas que bueno, tienden apoyar a las personas que sí, que estén en una situación crítica como nosotras que bueno, pero que tienen un reconocimiento laboral, verdad, en fin, ¿verdad? Y luego, pues es que también es verdad, no hay diferencia entre una persona que está... y que está haciendo fila en la calle para pedir comida a nosotras.

Y entonces si no podéis reunir, ¿cómo estáis funcionando ahora en el Sindicato para, por ejemplo, tomar decisiones?

Por Zoom, nos reunimos por el Zoom. Cada vez que hay que oye mira, por ejemplo, lo de la era post COVID, a ver qué va a pasar, cómo vamos a hacer, cómo nos vamos a organizar, y, de hecho, eh... en esa última reunión establecimos... bueno mira, protocolos porque... fue una situación análoga, parecida a cuando explotó lo del Sida, porque todos nos miraban como el foco de infección el foco de infección, ¿no? Entonces... pero luego se comprueba, desde los datos de la Organización Mundial de la Salud que... el cinco por ciento de las enfermedades del Sida termina en nuestro colectivo, el 95%, los otros 95% se dan en otros, en otros lados.

¿Y ahora con el COVID surgió un tema parecido?

¡Exactamente! Entonces bueno, establecimos una serie de protocolos para poder trabajar y bueno eh primero, está la salud, ¿no? Y segundo, que bueno, también, es diferente, es muy diferente el tratamiento del COVID al Sida, por ejemplo, ¿no? Pero tenemos que elegir entre morirnos de COVID o morirnos de hambre, ¿ves? Entonces, es lo que hay.

Y ahora en los últimos meses ¿ya habéis podido ir lentamente recuperando trabajo?

Sí, estamos igual. Eh, la verdad es que estaba a punto de ponerme en contacto con unas colegas porque yo no iba a los centros de trabajo, ¿no?, a los sitios. Es que además es complicado para mí... cuando saben quién soy, les da mucho miedo darme trabajo. Entonces por ahí es bastante complicado encontrarme sitio para trabajar. Tengo que ponerme en contacto con algunas colegas para saber cómo está funcionando la historia. Me toca entonces ponerme en contacto con las colegas, pero los locales creo que están cerrados, voy a ver cómo se están apañando ahora.

O sea que ¿muchos de los sitios siguen cerrados?

Llegaron a abrir algunos, pero luego con el toque de queda y con toda esta historia, hay algunos que sí que se han cerrado, eh.

¿Y crees que, si el trabajo sexual hubiera sido legalizado y efectivamente reconocido en el ámbito laboral antes de la pandemia, los impactos sufridos habrían sido distintos? ¿En qué aspectos?

Por supuesto, claro, tendríamos derecho a tener una cobertura, un apoyo, un apoyo... social en este momento. Ahora mismo, ya te digo, admites que... o sea, o mientes diciendo que eres proveniente de trata o no recibes ni un duro y claro... la gente tiene que comer. Hay muchas mujeres con hijos y que no pueden mantener a sus hijos, a su familia, ¿no?

Claro... y, por otro lado, me gustaría preguntarte ¿Y si OTRAS hubiera sido reconocido formalmente como Sindicato, los impactos sufridos y el rol del Sindicato podría haber sido distinto en esta crisis?

No, no mucho porque, porque... vamos a ver, lo que interesa es que el trabajador sea legal. Lo que es un poco extraño, ¿no? Que un Sindicato sea legal y luego el trabajo no, ¿no? Entonces, aquí lo que se trata es de la cobertura al trabajador, porque claro el Sindicato puede que este legal... o que vaya a estar legal dentro de poco o ya no... pero que, que, que... las ayudas que nos puedan proporcionar, por ejemplo, en forma de subvenciones al Sindicato... no es el que

sería para nada el apoyo a la cantidad de personas que ahora mismo está dramática o desesperada por esta situación sanitaria, ¿ves? Claro entonces lo interesante aquí es, eh... la cobertura legal al trabajador. Entonces lo del Sindicato, pues es lo de establecer con dentro de la problemática, pero los trabajadores como tal tenemos que tener una cobertura que ahora mismo no tenemos.

Y que expectativas tienes... o sea, ¿tú crees que el Sindicato va a ser legalizado ahora por el Supremo?

Bueno, no, yo creo que eso ya está solucionado, ¿eh?

¿Sí?, ¿cuándo?

Creo que sí, pero bueno esos temas técnicos, eh... se lo tienes que preguntar a la Secretaria, pero me parece que sí.

Bueno, solo en caso de que haya pasado en los últimos días y no me haya dado cuenta por algún motivo, porque de otra manera...

Porque no estábamos en el Tribunal Supremo, estábamos en Audiencia Nacional, el Sindicato está en Audiencia Nacional, esa es la diferencia del caso mío que está en Tribunal Supremo.

Claro, eh, pero el Sindicato también está ahora mismo en el Supremo, porque la Audiencia Nacional ya declaró sentencia e impugnó los estatutos del Sindicato y por eso subieron al Supremo.

Mira, la verdad es que no lo sé. Técnicamente no sé en qué situación estamos.

Vale, claro, ningún problema, lo pregunto por...

En principio lo que había impugnado el Sindicato era una asociación de Sevilla, de Málaga, no sé qué...

¡Justo! Sí, que denunciaron los estatutos del Sindicato.

Exacto, pues sé que llegaron a Audiencia Nacional, pero no sé si hemos pasado de ahí a Supremo eso ahí eh... bueno, ya me pierdo.

Bueno, ¡no pasa nada! Era más por preguntar cuáles eran tus expectativas y qué opiniones tienes sobre el caso, pero, pero bueno...

No, no, de eso, de eso sí te puedo decir lo que pienso. Eh, hum, la hipocresía, eh la hipocresía, porque, por ejemplo, eh... esa misma asociación que ha denunciado a los estatutos, me gustaría que denunciara eh, eh... la ninguna, la nula intensidad con que ha hecho lo de las menores prostituidas en Baleares que estaban bajo tutela eh, del Estado. De hecho, las comisiones que... para investigarlas han sido rechazadas por Podemos y por el PSOE. Y todavía está dando culetazos por ahí. Y el fiscal de Baleares que ha seguido la investigación dijo «bueno sí, son casos puntuales y es que hay menores», ¡toma ya! Lo que me, lo que me produce especial terror, ¿vale? ¿Por qué se niegan a... a investigar esos casos de, de, de prostitución de menores a cargo tuteladas por el Estado? ¿Quién son los clientes que han accedido a esos menores y a esas menores? Es terrorífico porque te lleva conclusiones, ¿no? Es más, ¿de qué gentuza estamos? Y esta misma asociación que se definía y muy puritanas ellas y, y, y... muy guais que son que nos denuncian y pasan calladitas como perras con ese tema, porque si soy tan, tan, tan, tan puritana, tan lo que sea igual voy y denuncio, ¿no? Me hago, como se... me apersono, me apersono, me apersono y tomo las riendas de la situación, porque no hay denuncia, no hay investigación. Entonces las menores, pobrecitas, están allí aun, todo el mundo aprovechándose de ellas. Por eso digo, cuando hablamos de las abolicionistas ¡escupo sobre su moral!

Entiendo lo que dices. Y hablando de otro tema, ¿qué impacto tiene el Sindicato en tu bienestar físico, emocional y psicológico?

Bueno, mira, en la causa que, que... que yo le veo impacto, el impacto está relacionado con la protección. Ten en cuenta que las personas contra las que me, me, me... me enfrento son personas que están en su mundo como mafiosos, ¿vale? Pero a la hora del impacto emocional, qué quieres que te digo mira, yo a mí las taras emocionales es como que me las superé hace mucho tiempo, ¿sabes? La necesidad de afecto, de sentirme... yo qué sé, rodeada, es como... no me, no me, no me... no me, tsss... eh, ¿cómo te digo?

O sea, ¿cómo que no te afecta tanto?

¡Claro, es eso! En respecto a mi protección, ¿no? Eh, que no me va a pasar nada y en el caso de que algo pase, pues... el escándalo sería monumental, ¿no? Pero luego a la hora... lo del psicológico, aparte de eso, no es que me afecte mucho, porque ya te digo, no... a mí los amores y desamores a estas alturas de la película ya no me afectan mucho [risas].

Bueno, ya vamos para la última preguntita, estamos terminando, y esta sería ya como una pregunta más general y me gustaría saber: ¿Qué piensas sobre el impacto que los movimientos han tenido en lograr derechos sociales y laborales para las y los trabajadores del sexo en las últimas décadas? ¿Y qué diferencias y esperanzas encuentras en el Sindicato OTRAS (si es el caso)?

Vale, pues mira, eh... Sí que hay impacto, ¿no? En algunos otros países, no tanto aquí ahora mismo en España que estamos, estamos en ello, ¿no? Pero eh, por ejemplo, en caso de las diferencias, sí que hay diferencias, por ejemplo, entre Alemania, Holanda, Australia, que de hecho el Sindicato siempre ha, ha, ha... ha considerado las de Australia en cuanto a derechos y en cuanto a regulaciones, ¿no? Pero es casi lo mismo en el sentido de que, bueno... hay zonas que sí que han conseguido derechos, pero la mayoría, la mayor parte está todo todavía empezando, ¿no? está todavía empezando y con bastante... Porque ya ves, nos ponen travas por todos los lados. Entonces, bueno sí que tienen para para los países donde se han conseguido derechos, sobre todo en este momento, en este momento en concreto, ¿no? que es bastante significativo. Pero a la hora de unificar criterios, nosotras preferiríamos que se unificara en torno a los de Australia, que, por lo visto, ya te digo que te lo puede explicar mejor la secretaria del Sindicato, eh... por lo visto son, son... digamos que la legislación australiana es bastante más unitaria, ¿ves? en ese sentido... Que apoyan más, que no se dedican a digamos a, a a, a a intentar sacarnos el dinero del bolsillo, como Alemania, por ejemplo. Claro, por lo que me han comentado, oye, hey, una retribución equilibrada, ¿no? Pero esos detalles tan técnicos, yo... ya te digo, te puedo explicar los conceptuales, pero los legales y el tecnicismo legal de lo puede explicar la secre, y Sabrina, por ejemplo, porque ahí ya me pierdo yo los temas conceptuales los tienen todos «pum, pum, pum, pum, pum» y todo bien especificado, ¿verdad?

Claro. Sabes, lo que de verdad lo que me interesaba era conocer tus opiniones y tus perspectivas de acuerdo con tu experiencia, y ¡muchísimas gracias! Bueno, no sé si hay algo más que quieras añadir, que quieras preguntar...

Pues, mira, eh, la verdad es que no... Yo creo que más o menos ya hemos... sí, más o menos te he explicado cual es la situación y... si tú tienes alguna otra duda solo tienes que preguntármela.

¡Fenomenal, Evelin, mil gracias!

Anexo 8: Entrevista a Juan Jiménez-Piernas, 29/06/2021

En este documento encuentras unas breves preguntas relacionadas con los derechos laborales de les trabajadorxs del sexo. La meta de esta investigación es estudiar el trayecto legal del Sindicato OTRAS (Organización de Trabajadoras Sexuales) desde su formación oficial, bien como el papel que el Sindicato podrá eventualmente tener en las luchas de reconocimiento de les trabajadorxs del sexo y en la sociedad en general.

La información que se recoja en esta entrevista será confidencial y no se usará para ningún otro propósito fuera de los de esta investigación. Si tienes alguna duda sobre este proyecto, podrás preguntarme lo que sea en cualquier momento antes, durante y después de tu participación en la entrevista. Son preguntas abiertas, sin respuestas correctas o incorrectas.

Te agradecemos profundamente, desde ya, tu disponibilidad en concedernos esta entrevista.

¿Para esta entrevista, puedo publicar tu nombre o prefieres que quede como anónimo? En caso de que pueda identificarte en la entrevista, por favor indica que nombre deseas indicar y tu área de especialidad.

Podéis publicar mi nombre. Juan Antonio Jiménez-Piernas García, abogado especializado en Derecho del Trabajo y de la Seguridad Social.

¿Qué te motivó a acompañar a Evelin Rochel en este caso en contra *Flowers* y cuáles eran tus expectativas?

Deseaba contribuir de manera altruista con alguna causa en la que mi especialización fuera necesaria.

¿Qué otro colectivo de trabajadorxs está más invisibilizado, aislado y marginado socialmente que las prostitutas? Mi idea inicial fue la de apostarme en las puertas de los prostíbulos y entregar mi tarjeta con una somera explicación de lo que les proponía, a saber, demandar a la empresa para que se reconociera judicialmente la relación laboral por su actividad de alterne, las dieran de alta en la Seguridad Social y le empezaran a pagar de acuerdo con el Convenio Colectivo de que se tratase aun cuando ellas se prostituyeran en el mismo local, algo que viene resultando antitético de acuerdo con la Jurisprudencia del Tribunal Supremo.

Dicho en otras palabras, montar un pleito en contra de la Jurisprudencia del Tribunal Supremo al respecto y ver hasta dónde podíamos llegar.

Esa idea y otras decayeron ante la idea de canalizar esta ayuda a través del Colectivo Hetaira. Empecé a colaborar con ellas y de repente, al cabo de dos años acudió Evelin en busca de ayuda porque al parecer la habían despedido del prostíbulo donde trabajaba y quería demandarles. Es decir, que se juntaron el hambre y las ganas de comer.

Montamos los pleitos y probamos suerte.

Al pleitear contra la Jurisprudencia del propio Tribunal Supremo mis expectativas eran escasas. La estrategia pasaba por conseguir en cualquiera de los pleitos unos Hechos Probados que, si bien de acuerdo con la Jurisprudencia del Tribunal Supremo supusieran la desestimación de las demandas por Tribunales Españoles, pudieran encontrar el amparo jurídico que pretendíamos en instancias supranacionales.

¿Crees que el caso que llevas ahora mismo de Evelin Rochel podría abrir puertas para que el panorama legal en España cambie en lo que respecta al trabajo sexual?

Eventualmente, sí. Se trata de un colectivo de trabajadoras muy estigmatizado y al que le cuesta mucho demandar por sus derechos sociales/laborales.

En cualquier caso hemos conseguido que en España se declare la existencia de una relación laboral en el alterne aunque concurra con el ejercicio de la prostitución llevado a cabo en el propio local por esas mismas trabajadoras en las habitaciones que alquilan al titular del negocio, lo que venía siendo negado por el Supremo. Al tiempo, hemos conseguido eso aún cuando falte uno de los elementos característicos de la relación laboral, como es la retribución, lo que constituye un hito.

Dicho esto, nuestro siguiente paso es conseguir la inclusión en el Convenio Colectivo de referencia para dotar a este colectivo de trabajadorxs de un marco legal al que acogerse en ausencia de una regulación más específica.

¿Qué piensas sobre la legislación actual en el Estado Español sobre trabajo sexual?

¿Cambiarías algo? En caso afirmativo, ¿qué?

No existe legislación propiamente dicha. Este asunto debería de abordarse entre los distintos agentes sociales, sindicatos y patronal y negociarse con la clara intención de dotar de un marco

legal social y garantista a la relación de trabajo sexual, para lo cual el Estado tendría que tener un papel activo y tutorizar dicha negociación.

Para ello el Estado primero tendría que tener un enfoque del asunto, es decir, un objetivo medianamente definido, y para ello sería necesario abrir un debate social serio y sosegado del tema de la prostitución, algo que a día de hoy parece todavía muy lejano.

¿Te parece importante el reconocimiento social y/o legal del trabajo sexual? ¿Por qué?

Se trata de una realidad social. Cualquier realidad social debería ser reconocida y abordada legalmente. Lo contrario es mojigato, infantil, hipócrita...

¿Consideras que el Sindicato de trabajadoras del sexo OTRAS puede tener un papel importante en la defensa de los derechos de lxs trabajadorxs del sexo? ¿O que en el contexto actual el Sindicato tiene demasiadas limitaciones para conquistar sus reivindicaciones?

Ambas cosas, al no existir un marco legal sobre el que negociar.

¿Qué piensas sobre la decisión en Audiencia Nacional de declarar la nulidad de los estatutos del Sindicato?

Me remito a la reciente Sentencia 584/2021, de 1 de junio, del Pleno de la Sala de lo Social del Tribunal Supremo, que da la razón al Sindicato.

¿Desde tu punto de vista y desde tu experiencia, consideras normal/adecuado el tiempo de respuesta del Tribunal Supremo al recurso de casación de la decisión de Audiencia Nacional, que lleva, este momento, 24 meses sin dar respuesta?

No, evidentemente no es un tiempo de respuesta apropiado, como tampoco lo ha sido el tiempo transcurrido en inadmitir los Recursos de Casación para Unificación de Doctrina y confirmar así el fallo de la Sala de lo Social del TSJ de Madrid en el caso de Evelin contra el *Flowers* (alrededor de dos años también).

Una vez más, ¡muchísimas gracias por tu disponibilidad y colaboración!

Anexo 9: Entrevista a Lourdes Ros, 17/11/2021

Voy a hacer unas breves preguntas relacionadas con las luchas por el reconocimiento de los derechos laborales de les trabajadoras del sexo y el impacto del Sindicato OTRAS. La meta de esta investigación es estudiar el trayecto legal del Sindicato desde su formación oficial, bien como la relevancia del Sindicato en la defensa de los derechos de TS y en la sociedad en general.

La información que se recoja será confidencial y no se usará para ningún otro propósito fuera de los de esta investigación. Si tienes alguna duda sobre este proyecto, podrás preguntarme lo que sea en cualquier momento antes, durante y después de tu participación en la entrevista

Son preguntas abiertas, sin respuestas correctas o incorrectas. Algunas preguntas pueden tener un contenido más sensible. En el caso de que no te sientas cómoda con alguna pregunta, por favor dímelo y pasamos a la siguiente, sin ningún problema. La entrevista tendrá la duración aproximada de 40 a 60 minutos.

¿Puedo identificarte en esta entrevista? En caso afirmativo, ¿con qué nombre?

Sí, sí, puedes identificarme con mi nombre y apellido, perfectamente. Lourdes Ros.

Genial, Lourdes. ¿Y me podrías comentar cuál es exactamente tu profesión?

Entiendo que, que, que quieres mi profesión con respecto a mi trabajo con, con las personas relacionadas con el trabajo sexual, porque yo soy voluntaria, no soy una trabajadora, no soy trabajadora social, no soy psicóloga, el mío es un trabajo voluntario desde hace 10 años, no por ello creo que menos profesional, pero no es mi medio de vida. Entonces, si quieres, para que a ti te sirva, podemos identificarme como responsable del área trans de Fundación Triángulo, o voluntaria del área trans, como tú quieras.

¿Me puedes hablar con poco de tu trayecto en la Asociación Triángulo y contar un poco sobre el tipo de trabajo que desarrollas?

Ah... bueno, yo, yo llegué ahí eh, por casualidad, por medio de un amigo mío que, que, que estaba en la fundación trabajando en el equipo de salud, el equipo de salud trabaja para la

prevención del VIH, eh... también para mejorar la calidad de vida de las personas que viven con VIH y... a mí, una buena amiga de Guatemala, donde yo trabajaba en un proyecto con personas con parálisis cerebral, me propuso trabajar en Guatemala con trabajadoras del sexo. Yo le dije que sí, volví a España y lo que yo entendí es que antes de trabajar en cualquier cosa, lo que sea, hay que saber, hay que conocer, y para mí era algo completamente desconocido. Yo le pedí ayuda a este amigo y él me remitió a el área trans de Fundación Triángulo, eh... muy generosamente allí me dijeron «mira, lo que te ofrecemos es que salgas una noche con nosotros a conocer a las mujeres». Y... y así fue, salí esta noche, ¡y hasta hoy! Me... me quedé enganchada a esas mujeres y... nunca se hizo el proyecto en Guatemala, pero, pero... eh... sí me quedé trabajando en la Fundación como voluntaria – tanto en el área de salud con el VIH porque está muy relacionada también con los trabajadores y trabajadoras del sexo, eh, y fundamentalmente dedicándome a las personas trans: mujeres trans, hombres trans y en especial en el grupo a que dedicamos más esfuerzos, yo y mi compañero Alex David, es a mujeres trans trabajadoras del sexo. También atendemos a otras personas trans que no son trabajadoras del sexo. Luego por, por similitud, por aproximación, no sé decirte, también llegaban a nosotros trabajadores cis masculinos del sexo, así que nuestro área también era quien les daba apoyo por... bueno, por extender ese concepto de, de... del trabajo sexual no solo con respecto a las mujeres trans.

O sea que, en realidad, ¿llegáis a más gente que lo que estaba previsto inicialmente y las personas os buscan también?

Sí, sí, porque está interconectado. Alguna mujer trans hablaba de algún amigo suyo, de algún conocido suyo trabajador sexual, hombre cis trabajador sexual que tenía una necesidad de salud, de... información sobre un tema jurídico o lo que sea y nosotros entendimos que también era nuestro cometido atenderle.

Entonces prestáis varios tipos de apoyos: ¿de salud, jurídicos...?

En principio nosotros lo que hacemos es entramos en contacto con estas personas en la calle, en sus áreas de trabajo una vez por semana, eh... muchas ya nos conocemos desde hace muchos, muchos años, entonces... es un encuentro de amigos que se dicen cómo ha ido la semana. Pero también es el momento de preguntarnos cuestiones tanto relacionadas con tanto con el VIH, como las infecciones de transmisión sexual, como dudas jurídicas, como... muchas

eh, preguntas relacionadas con, con inmigración, con su situación irregular y también, eh... denuncias que puedan, que puedan tener que interponer por agresiones, por delitos de odio, o que las hayan recibido, que hayan sido objeto de esas denuncias. Entonces lo que nosotras hacemos es derivarles a los profesionales que en ese momento tengamos a nuestra disposición, o bien en consultas médicas, nosotros les acompañamos eh, tanto a las unidades de género para sus visitas para el programa de hormonas, o si fuera el caso de intervenciones quirúrgicas, o si tienen que poner denuncia nosotros les acompañamos a la, a la comisaria o a la unidad de delitos de odio con quien mantenemos una relación muy cercana y siempre le damos un gran apoyo. Bueno, nosotros acompañamos, o sea que realmente no hacemos terapia, eh... todo eso lo hacen los profesionales de cada sector. Eh, sí que hacemos pruebas de VIH *in situ*, dentro de nuestro coche eh, porque es la única manera de, de... no posponerlas, ¿no? Y tener una dinámica de, de... de cierta regularidad en las pruebas.

¿Y sois todos voluntarios en la asociación?

No, hay personal asalariado y hay voluntarios. En nuestro caso, en el área trans, en este momento está compuesta exclusivamente por voluntarios – dos voluntarios somos.

Me gustaría conocer un poco tus opiniones. Quisiera preguntarte, para empezar, ¿te parece importante el reconocimiento social y/o legal del trabajo sexual? ¿Por qué?

Ana Rosa, yo tengo... una opinión muy... controvertida en si misma con respecto a este tema. Eh... Yo se lo he planteado muchas veces a la mayoría de las mujeres: ¿Por qué no os organizáis? ¿Por qué no lucháis por ese derecho? La mayoría de, de ellas, con las que yo he hablado no... no quieren entrar en esa dinámica de reconocimiento del trabajo por un motivo: porque eso supone pagar impuestos. El trabajo sexual en este momento, excepto determinadas personas que ganan mucho dinero, el resto no: es un trabajo muy muy muy mal pagado. Con la pandemia aún más. Eh... los ingresos son de supervivencia y muchas veces ni eso. Entonces es implanteable para estas personas – y hablo siempre en boca de ellas, porque yo no puedo decir si estoy a favor, si estoy en contra, porque yo no estoy en la situación y por eso intento reflejar lo que ellas me han transmitido toda vez – que también conozco mujeres que tienen ese reconocimiento, eh... propio del trabajo sexual que, es decir, «me reconozco como puta, quiero que me reconozcas como puta, como ese trabajo sexual», que también me parece muy bien. Pero en concreto el sector con el que nosotros estamos, no está en ese momento de esa

reivindicación, quizá también porque están en la lucha por la supervivencia, cuando estás en la supervivencia, yo creo que no te queda tiempo para dedicarte a, a... aunque sea a luchar para tu propia supervivencia, pero eso es un trabajo de noche, por lo cual quiere decir que de día de duermes, hum, hum... no te reúnes con las otras, no... también hay una competencia brutal por el tema de la juventud, eh... eh... las mujeres se ven desplazadas a medida que va pasando su edad. Entonces, yo veo que son unas circunstancias muy complejas para lograr ese asociacionismo, que sería importantísimo no ya solo para el reconocimiento laboral – si es que ellas lo quieren – pero es que incluso reconocimiento de, de, de... de dignidad como personas trans. Entonces, no, no, no sé si te contesto, Ana Rosa... mi opinión, mi opinión es muy... no es clara, no es clara. Quiero decir, por un lado, me encantaría que estas mujeres cuando acaban su periodo laboral, al igual que acabaremos tú o que acabe yo, me encantaría que tuvieran un subsidio, que tuvieron su jubilación, que tuvieron, eh... el derecho a la sanidad. ¡Por supuesto que me encantaría! Eso supone pagar impuestos, quiero decir, ese reconocimiento implica el querer formar parte de ese mercado laboral. Entonces, lo que no es factible es yo querer formar parte de ese mercado laboral, pero no pago impuestos. Porque entonces no lo van a reconocer como una actividad laboral. Luego hay un tema moral que subsiste, ¿no? Ahí, para el reconocimiento del trabajo sexual como trabajo. Está también otro tema, es decir, el trabajo sexual como trabajo libremente elegido o por otro lado la trata de personas. Para mí es muy, muy complejo, Ana Rosa. Pero yo, lo que sí te digo es que yo, aunque soy mujer feminista, que lucho por los derechos de todas las mujeres - y todas quiero decir las mujeres trans son mujeres -, eh, yo no soy abolicionista. Me encantaría que, que ninguna de nosotras o ninguno de ellos tuviera que ejercer el trabajo sexual. Eh... que quieren ejercerlo, bueno, me parece bien pero no es lo que sucede la mayoría de las veces. Pero eso no es algo que voy a imponer a otra mujer, o, o, o a otro hombre, entonces... Bueno, no estoy siendo muy concreta, pero es como es, lo siento...

No, no, que ¡me estás ayudando mucho y dando muchísima información, Lourdes! Como mencioné al principio no hay respuestas correctas ni incorrectas y me estás aportando muchísimo. Y, entonces, sobre esta cuestión que estamos hablando sobre el reconocimiento, no reconocimiento... me gustaría también saber cuál es tu opinión sobre la intervención del Estado, del Gobierno y de los principales partidos de España sobre este asunto.

Bueno a mí me gustaría, sobre todo, que antes de legislar, eh, tanto hacia un lado como hacia otro, escucharan a las personas interesadas – tanto a las mujeres como a los hombres, eh, trabajadores del sexo. Y que les escucharan, pero que también hubiera esa información para, para todos porque yo creo que muchas ni se lo plantean, muchos ni se lo plantean, porque siempre ha sido así, y no conocen otros modelos. Entonces, está bien dar alguna información y entonces luego ya, después de ver esas necesidades, de esas personas, de ese colectivo, valorar también qué sociedad queremos. Entonces, claro, también depende de cada partido político, querrá una sociedad más... no sé si más abierta, pero, por lo menos, más honesta, porque la prostitución existe, entonces para mí es más honesto reconocerla que simplemente dejarla de lado - tanto sea para permitirle legalmente como para penarla, pero que sea honesto, ¿no? Ese «no existen» – porque al final quiere decir que esas personas no existen... Eh... no sé. El debate político me parece muy complejo y, lo que sí creo es que... un, una opinión abolicionista respecto al trabajo sexual, a mí me parecería maravillosa si yo puedo ofrecer una alternativa, eh... Y si esa persona quiere esa alternativa – porque es que quizá no la quiere. Entonces, primero, ese abolicionismo no existe como una alternativa viable, porque no lo hay. Porque existe un problema grandísimo de falta de trabajo, cuanto más para personas que no están cualificadas. Hum...

¿Y crees que ahora encontramos un panorama político con tendencias más abolicionistas? ¿Pero que no concretan ni las alternativas ni soluciones?

Yo lo que siento, Ana Rosa... es que no te voy a mentir, yo estoy muy enfadada eh, con la postura feminista que está dejando de lado a las mujeres trans. Yo, como mujer, y como feminista, me siento profundamente indignada que excluyan a mis hermanas. Eso quiere decir, para mí, también que se está demonizando... muchas de ellas tienen que dedicarse al trabajo sexual precisamente por una sociedad que las ha condenado a ese trabajo. Entonces, eh... te digo, estoy un poco enfadada con esos movimientos feministas que apoyan esto, «las mujeres trans no son mujeres» como, eh, «la prostitución hay que abolirla». Eh, primero entiendo que mujeres adultas, que deciden dentro de lo que cabe, que quieren ejercer el trabajo sexual – siempre hablamos de personas libres, no hablamos de personas que hayan sido víctimas de trata, por supuesto menores, eh... que a veces es muy difícil diferenciar quién está libremente, quién no, o quién está por circunstancias sociales y laborales, que es la mayoría, pero bueno. Pero al final, yo quiero tratar con mujeres libres, que deciden por ellas mismas. Entonces, yo con cualquier postura paternalista o protectora, no la defiendo. Sí defiendo la postura de

acompañamiento de «te voy a ofrecer una formación, un apoyo para que tú puedas hacer un cambio de vida y un cambio de trabajo». Y eso no es lo que se está dando, a mi entender.

¿Has escuchado algo sobre el surgimiento del Sindicato de Trabajadoras del Sexo OTRAS? ¿Es un colectivo que te suena?

Sí, sí, me suena, aunque también te voy a decir que no le presté más atención, porque como nuestra labor siempre es una labor de apagafuegos – es decir, nosotros no hacemos incidencia política, eh, no, no, no elaboramos informes, no elaboramos... porque, porque es que no tenemos tiempo. Nosotros... hum... nuestro despacho es un teléfono que nos llama y nos dice «mi novio me ha pegado, quiero ir a denunciar» o, o... hummm... «se me ha perdido mis antirretrovirales, ¿qué hago ahora?», o «necesito ayuda para, para gestionar mi, mi... mis papeles eh, de inmigración», entonces... no, no puedo hablar más. Escuché todo lo que se dijo por la tele, ¿no?, que efectivamente no se ha podido constituir como un Sindicato por la legislación española, aunque hubo un amago por un despiste de eh, de la persona que estaba en el Ministerio en ese momento, creí entender eso. Bueno, a mí me parece muy bien que haya pluralidad, pero es cierto que hay trabajadores y hay trabajadoras que quieren ese reconocimiento, pero hay otros que no quieren.

¿Y conoces a alguien que ahora mismo esté en el Sindicato?

No, no. De todas formas, Ana Rosa, si mal no estoy informada, no está constituido como un Sindicato. Quiero decir, ese es el nombre que se le ha dado. ¿O finalmente se reconoció como Sindicato?

No, en términos legales, no. Efectivamente siguen llamándose Sindicato y siguen organizándose. Lo que pasa es que sus estatutos han sido impugnados en Audiencia Nacional. Sin embargo, el caso está ahora en el Tribunal Supremo, porque han avanzado con recurso de casación. Entonces todavía siguen aguardando esa respuesta – ahora mismo han pasado 24 meses ya. A ver qué va a pasar. Pero claro, en esto también me interesa mucho tener tu perspectiva para entender hasta dónde ha llegado el Sindicato. Me interesa también saber hasta qué punto ha logrado extenderse de manera generalizada en el país.

Al menos en Madrid y en el ámbito que nosotros conocemos, eh... no. Ni en las trabajadoras, ni en los trabajadores. Sí te digo que hay un punto de inflexión muy importante, que es: si yo gano 10 € por un francés [sexo oral] y de esos tengo que pagar tres de impuestos [gesto de negación con la cabeza] es altísimo. Y, además, ¿qué recibo a cambio? Muchas... estas mujeres viven – y estos hombres, muchos de ellos... - es una economía de supervivencia, no piensan en jubilación, ¿cómo voy a pensar en jubilación si no sé si voy a poder pagar mi alquiler de este mes? Entonces... hum... prefiero esos 3€, comer hoy, y luego cuando llegue a vieja ya veremos porque igual es que ni llego a vieja. Porque muchas de ellas -mujeres latinas- han visto con sus amigas como las han matado con 30, con 25 [años]. Pocas mujeres trans – eh, perdóname, yo me ciño sobre todo al ámbito que yo conozco, ¿no? Con las mujeres cis quizá el ámbito es un poco distinto eh... pero yo creo también que es una economía de supervivencia. Es más, con las mujeres cis, muchas de ellas tienen cargas familiares importantes que las mujeres trans no tienen, que son los hijos. Con lo cual, aún más la necesidad de esos 3 €. Que tengo que pagar mi jubilación, pero los necesito para mis hijos, o para enviar a Latinoamérica que es donde están mis hijos, o los tengo aquí conmigo, o soy española o... me da igual.

Esa perspectiva es muy muy interesante. Bueno y... seguramente has acompañado lo que está pasando estos meses de la pandemia, que están siendo bastante duros. Y me gustaría saber qué piensas sobre el impacto que está teniendo la pandemia y el COVID-19 sobre las trabajadoras y los trabajadores del sexo.

Mira, durante la pandemia eh... algunos de ellos, tanto mujeres como hombres – menos hombres, nos llamaron. En concreto fueron 3 llamadas muy importantes de 3 personas muy cercanas a nosotros y nos dijeron literalmente «tenemos hambre». Organizamos unas entregas de alimentos y esas entregas de alimentos, eh, semanales en las que atendíamos tanto a mujeres trans, como a trabajadores del sexo, como otras personas que se fueron uniendo y teníamos... y, no era nuestra finalidad, pero mientras tuvimos alimentos fuimos dando a quien pudimos, que se acercó alguna familia con hijos... Eh... evidentemente estas personas dejaron de trabajar al menos como habitualmente. Sí es cierto que muchos de ellos, muchas de ellas seguían trabajando en casa con los clientes más cercanos. Quizá no en los momentos de mayor confinamiento, pero sí cuando ya empezaron a relajarse en las medidas. Lo que está sucediendo ahora que ya está... que ya no hay ese confinamiento, es que los clientes están bajando los precios porque saben que hay una necesidad. Entonces, eh, yo te digo «10 un francés» y el cliente te dice «no, te voy a dar 5, porque los vas a aceptar». [Pausa] Y lamentablemente, es

que tendría que aceptarlos porque hay que pagar habitación, hay que pagar alimentos, entonces... También se está dando esa fase incluso de humillación, ¿no? Y, y... ya no solo de ingreso menos, pero es que además tengo que sufrir esa humillación que me dice «es que lo vas a aceptar» y eso nos lo han dicho muchas mujeres.... ¡pero no queda otra! Además, bajar precios quiere decir que va a afectar todas, quiere decir que ya nadie va a volver a ese precio. Eso, por un lado, luego... ellos como sabes, y ellas, como sabes, se mueven y van a hacer plaza a distintos sitios. Con todas estas medidas de confinamiento, es más complicado la... es más complicada la movilidad. Y... la movilidad también favorece que puedan tener alojamiento, porque en esa movilidad, lo que hacen en esa movilidad es ir a pisos que van al 50% - que es una brutalidad – pero tienen un lugar. Eh, mientras que, si se quedan en el lugar habitual, tienen que pagar el alquiler que además son alquileres leoninos, porque como son alquileres sin papeles, en esas circunstancias, se cobran 700€, 800€ por una habitación eh, por semana. Entonces está... su calidad de vida está empeorando muchísimo... bueno, como la de muchas personas, desafortunadamente, pero sí es un sector muy muy desfavorecido.

Y sobre el Gobierno, que en su momento ha anunciado que iba a intervenir y apoyar quien estuviera en estas situaciones, ¿qué opinión tienes o qué casos conoces que hayan recibido estos apoyos...?

No conozco ni a una persona que haya recibido esa paga que se prometió para las trabajadoras sexuales. No conozco ni a una. Recibí tantas llamadas y tantos mensajes para ver cómo gestionarlo y ¡nadie sabía nada! Los trabajadores sociales: ¡nada! Eso ha sido una de las tantas grandes mentiras de todos los políticos, no te digo de un color o de otro, de todos, de esta pandemia. Esas pagas no sé, quizá tú sí me puedes decir que alguien que lo recibiera, yo no conozco nadie... Otra cosa es el subsidio mínimo, pero te digo, una paga que se anunció a bombo y platillo para los trabajadores del sexo nunca llegó. O... no llegó a las trabajadoras – muchas – que nosotras conocemos. Además, eso corre como la pólvora, si alguien lo ha recibido, o si alguien lo sabe cómo hacer, o dónde... nada. Y se perdió tal cual.

Yo desde este lado hasta el momento tampoco conozco a nadie que lo haya logrado. Sí que se sigue intentando lo del Ingreso Mínimo Vital, pero...

Sí, pero, el Ingreso Mínimo Vital es una cosa. Pero es que se prometió una paga específica – es más, si quieres, te lo busco, si te interesa, una paga específica para las trabajadoras del sexo.

¿Pero sería efectivamente destinado a trabajadoras del sexo o te refieres al apoyo que prometieron para quienes se declarasen víctimas de trata?

Eh... estoy buscándotelo. Eh... Pero, en ningún momento, eh... En ningún momento a nosotros nos anunciaron eso de que tenías que declararte víctima de trata. Otra cosa es que después fuera así, no lo sé. Pero lo que se anunció no fue eso, es más... ahora no lo encuentro así rápidamente, pero voy a intentar buscarlo para que lo tengas.

¡Genial, te lo agradezco mucho! Porque hasta el momento lo que he encontrado tenía que ver con apoyo a víctimas de trata y así podré cruzar la información. Luego otro tipo de apoyos sí que también fueron comentados pero muy poco concretados, se quedaron más en la hipótesis. Bueno, y ¿crees que, si el trabajo sexual hubiera sido legalizado y efectivamente reconocido en el ámbito laboral antes de la pandemia, los impactos sufridos habrían sido distintos? ¿En qué aspectos?

¿Para este colectivo?

Sí.

Eh... tú sabes lo que creo, ¿Ana Rosa? Que si se llega a reconocer el trabajo sexual como un trabajo y el trabajador sexual quiere gozar de los... de... de todos los beneficios que tiene como trabajador, igual que tiene que cumplir con las obligaciones que tiene como trabajador, yo creo que va a haber dos campos de trabajo sexual: las personas que estén en clubs, que estén con un empleador, que estén no sé si como autónomas... Y luego va a seguir existiendo el trabajo sexual sin ese reconocimiento porque... vuelvo a decir, para querer tener ese trabajo sexual tú tienes que querer adscribirte al sistema laboral. Pero si, pero es que, lo que... No, no, no creo que el Estado vaya a hacer el «te reconozco como trabajador, te voy a dar el paro cuando no trabajes, pero tú no cotizas». Pero es que entonces, ¿por qué sí al trabajo sexual y no a los mineros? Si estamos tratando el trabajo sexual como el trabajo... como un trabajo aséptico, ¿no? Sin las implicaciones que puede tener de la dignidad de la persona y todo eso. Entonces yo creo que siempre, si eso llega a reconocerse, va a haber dos tipos de trabajos sexuales.

Y sobre momentos como el aparecimiento del Sindicato OTRAS, los cambios que pueden traer este tipo de movimientos... ¿qué expectativas tienes? ¿Crees que pueden traer algo nuevo, que puede traer algo positivo para las trabajadoras y los trabajadores del sexo?

¡Sí, sí! A mí me parece, me parece que es necesario, que son necesarias esas voces. A mí me parece que son necesarias. Además, sin lugar a dudas es el sentir de muchas personas con respecto a su vida y su trabajo entonces... ¡hay que escucharles! Y hay... eh... el legislador tiene que escucharles y tiene que ver... cómo proporcionar esas exigencias, si se les puede proporcionar dentro de nuestro ordenamiento jurídico, o si hay que cambiar algo. Entonces a mí me parece buenísimo y luego que se reconozcan como sujetos de derecho y de obligaciones, como trabajadores. A mí me parece buenísimo. Lo que no siento es que sea algo tan extendido. Un sentimiento tan extendido porque queramos o no, el trabajo sexual tiene una parte muy importante de vulnerabilización y de... hay gente que está en el trabajo sexual porque no le queda... otra salida. Y luego por otro lado también hay un tema social: no sé yo si quiero que me reconozcan como puta, porque quizá mi familia no lo sabe. Yo estoy en España, mis hijos están en Latinoamérica y yo mando dinero a mi familia, y yo les he dicho a mi familia que yo estoy trabajando, hum... en casa de unos señores. Quiero decir que... no voy a dar la cara en una manifestación, no voy a... ¡porque yo no puedo! Entonces... y luego también está el estigma propio, eh, eh... muchas mujeres no se sienten satisfechas, no sienten eso que llamamos el «orgullo puta», no, eso lo sienten mujeres muy empoderadas, que han tenido eh... esa capacidad de, de... sobre sobrepasar muchos condicionamientos culturales y sociales. Pero la mayoría, probablemente cuando van a médico y le dicen «¿su profesión?», no le va a decir «mire, es que yo soy puta».

¿Te parece entonces que una minoría las trabajadoras y trabajadores que buscan organizarse en este sentido? ¿O simplemente estás señalando que hay mucha heterogeneidad?

Yo creo que es una minoría. Por lo menos en el ámbito latino. Entiendo por latino también el español. Quiero decir, no hablamos de, de, de, Centro Europa, de Holanda, de... cómo puede funcionar en otros países. O, por ejemplo, en Francia, sé que en Francia ese Sindicato, o esa organización es mucho más pujante que aquí.

Hay más organización... y las políticas abolicionistas son mucho más fuertes también.

Ah, pues, quizá...ese es el contrapunto, ¿no? Hacer ver otra... yo quiero hacer eso, ¿no? Y como persona adulta yo quiero, quiero reivindicar que este es el trabajo que yo quiero hacer o para lo que estoy capacitada o, o, o, o lo que sea.

Solo para concluir lo del tema de la pandemia, me gustaría saber si crees que el Sindicato, que sigue esperando la respuesta del Tribunal, ¿crees que, si OTRAS hubiera sido reconocido formalmente como Sindicato, podría haber tenido más herramientas para poder apoyar a las trabajadoras y trabajadores, o crees que no hubiera representado muchos cambios?

Yo no creo que hubiera cambiado. Porque el Sindicato también se nutre de sus sindicatos. Y hay gente que no se siente representada por ese Sindicato. Entonces, probablemente, sí hubiera podido incidir en la vida de aquellas personas que se sienten representadas por el Sindicato, eso sin lugar a dudas. Porque yo creo que toda unión hace que, que pueda haber más fuerza a la hora de reivindicar algo, pero no creo que hubiera habido un cambio en, en... la mayoría de las personas que no sienten dentro de, de... de ese grupo.

Cuando dices que no se identifican o que no se sienten representadas por el Sindicato, ¿es en el sentido de como que, realmente, esta no es su profesión, la de trabajadora sexual, o no se sienten representadas por otro motivo...?

Primero, eh... desconocimiento. Quizás si hubiera más información a muchos ámbitos, muchos trabajadores sexuales se acercarían a esta organización. Estoy segura de que sí, que hay muchas mujeres y muchos hombres que se acercarían... Eh, dos, eh, los presupuestos como te he dicho, culturales, religiosos y sociológicos. «Yo ejerzo el trabajo sexual, pero no es algo de que yo me sienta orgullosa. Porque pesa mucho esa educación que yo he tenido...». Esto, esto lo he oído yo muchas veces: mujeres que han venido aquí buscando una vida digna y, y, que finalmente dicen «mira, y mira donde he acabado», entonces... esa... esa... no, no creo que quieran esa reivindicación de «no, ¡es que yo soy puta porque yo quiero ser puta!». No, es que «yo soy puta porque no me queda otra, porque... me han hecho entrevistas y no me han cogido de dependienta d'*El Corte Inglés*». Entonces ese sector tampoco lo creo. Eh... luego te digo, para mí, la parte más importante que me parece, por boca de ellas, es la parte económica. Yo soy un trabajador autónomo, trabajadora autónoma, tengo que garantizar un sistema de

participación, eh... laboral. Porque tengo derechos, pero tengo obligaciones. Eso, por un lado. Luego por otro lado, no sé. Claro, hay una otra parte que desconozco que es la de las personas que contratan los servicios de esas mujeres... me refiero a los clubs de alterne y todo eso... hum, hum... no sé en qué régimen están ahora y no sé en qué régimen tendrían que estar si reconocen a esas mujeres, o a esos hombres como trabajadores sexuales, porque igual dicen «no, no, a mí no me interesa contratar a estas personas en estas condiciones». Es que... todo eso lo desconozco entonces sí... es cierto, Ana Rosa, a partir de aquí voy a tener interés por ver qué presupuestos dice el Sindicato... porque lo que sí me parecería una falacia es que el Sindicato pidiera, eh... derechos y no entendiera que va a haber por su parte unas obligaciones. Porque yo soy contribuyente. Y parte de mi salario va a los impuestos, como tiene que ser. Para el bienestar social de todos. Y eso va a hacer también que el día que me jubile - si dios quiere - pueda a percibir, eh... eh... el fruto de mucho tiempo de no percibirlo inmediatamente. Entonces quiero pensar, no sé, igual tú eso me lo puedes aclarar que eso, es Sindicato lo contempla en otra parte – que es una parte muy importante. Porque yo no puedo decir al Estado – manténme como a cualquier otro trabajador sin la prestación que te da otro trabajador.

Entiendo lo que dices. O sea, no puedo ni quiero hablar por el Sindicato, pero siguiendo el hilo de tu pregunta, entiendo que, efectivamente, se parte del principio de que una parte de lo que se cobre mensualmente irá para el Estado. Es a través de ese sistema que luego se puede disfrutar de las ventajas de cobrar el paro, apoyos sociales, etc. Por otro lado, con el reconocimiento del trabajo sexual como trabajo, se establecen también otros aspectos, como los convenios colectivos que establezcan valores mínimos a cobrar. Entonces entiendo que las reivindicaciones estén un poco por ahí, o que suele ser más o menos esa la línea. Que sea un trabajo reconocido como cualquier otro, asumiendo sus derechos y responsabilidades. Pero bueno, no estoy hablando ningún colectivo, claro.

Claro, es que yo también creo que hay distintos tipos de trabajador sexual.

Sí, sí, claro.

Claro. Está el trabajador que está en un club, tiene unos mínimos, puede pagar esto. Luego las mujeres, principalmente, que están en la calle – o los hombres – los chaperos que están en Sol, que son los que trabajan para los hombres gays más adultos... adultos, mayores... A veces se pasan toda la tarde ahí y no trabajan. Y a veces pasa toda la semana y hacen un servicio. ¿Cómo

voy a pagar un mínimo? Es que no es un trabajo... buufffff... No sé, es complejo, pero me gustará verlo, mira, me has... hum... removido la curiosidad.

¡Eso es bueno! [risas]

Sí, es bueno, es muy bueno.

Bueno, ya vamos avanzando para la última preguntita. Y, esta también es una pregunta bastante general, y me gustaría saber qué piensas – además que ya estás dentro del asunto desde hace tiempo – y entonces me gustaría saber ¿qué piensas del impacto que han tenido los movimientos pró-derechos en lograr derechos sociales y laborales para las trabajadoras y trabajadores del sexo en las últimas décadas? ¿Has notado evoluciones, cambios, qué esperanzas tienes?

No, no sé contestarte, Ana Rosa. No estoy muy informada de ese movimiento reivindicativo del trabajo sexual. Lo que sí creo que ha cambiado mucho y no sé gracias a qué ha sido -yo quiero pensar que por la evolución de la sociedad en general- por ejemplo, el trato que reciben los trabajadores del sexo en la calle por parte de las fuerzas del orden. Quiero decir, que, que hay un... ahora hay un respeto hacia estas personas que quizá en determinados momentos no lo hubo... precisamente por ser trabajadores del sexo, porque, porque no olvidemos que la sociedad sigue denostándolos. ¡Es así! Entonces eh... yo creo que... que, con mayor facilidad, eh, los trabajadores del sexo pueden decir lo que antes te contaba al médico «mire, es que yo soy trabajadora del sexo» - cuando hablamos de un problema de ITS o algo así. Entonces yo creo que hay más laxitud, en ese aspecto, afortunadamente, no me refiero a laxitud en un mal sentido, sino mayor amplitud de miras, pero no sé qué incidencia ha podido tener eh... estos movimientos, que seguro que ha tenido alguna pero no... no lo sé.

No claro, o sea, yo preguntaba desde tú perspectiva, si desde tu colaboración con la Fundación lo notabas. Claro, mis preguntas son siempre direccionadas a tus experiencias, tus vivencias, no necesariamente como formalidades teóricas y técnicas...

¿Si yo he notado un cambio estos años?

Sí. Sea positivo o negativo. O sea que, por ejemplo, me has contado uno que es positivo.

Sí, esa percepción sí la tengo. Eh... pero no, no... no puedo decirte mucho más.

Bueno, ¡ya has dicho mucho, y ayudado mucho! No sé si quieres añadir algo más o alguna información.

Eh... no. Todo mi apoyo y... bueno, a mí me alegra mucho que dediques tu tiempo a esta parte de la sociedad tan olvidada.

Ay, Lourdes, ¡Muchas gracias! Me alegra mucho escuchar esto y fue un placer enorme hablar contigo.

Anexo 10: Entrevista María José Barrera, 23/06/2021

Voy a hacer unas breves preguntas relacionadas con las luchas por el reconocimiento de los derechos laborales de les trabajadoras del sexo y el impacto del Sindicato OTRAS. La meta de esta investigación es estudiar el trayecto legal del Sindicato desde su formación oficial, bien como la relevancia del Sindicato en la defensa de los derechos de TS y en la sociedad en general.

La información que se recoja será confidencial y no se usará para ningún otro propósito fuera de los de esta investigación. Si tienes alguna duda sobre este proyecto, podrás preguntarme lo que sea en cualquier momento antes, durante y después de tu participación en la entrevista

Son preguntas abiertas, sin respuestas correctas o incorrectas. Algunas preguntas pueden tener un contenido más sensible. En el caso de que no te sientas cómoda con alguna pregunta, por favor dímelo y pasamos a la siguiente, sin ningún problema. La entrevista tendrá la duración aproximada de 40 a 60 minutos.

¿Quieres ser identificada en la entrevista? O ¿prefieres hacerlo en modo anónimo?

No, no, quiero ser identificada, vamos.

Perfecto, y ¿qué nombre te gustaría dejar en ese caso?

María José Barrera.

¿Me puedes hablar un poco sobre tu trayecto en el activismo pró-derechos y sobre el colectivo que integras?

Yo dejé de ejercer la prostitución en el año 2003, o cosa así. Llegué a la Federación de Mujeres Progresistas de Andalucía, que es una asociación feminista, eh, al fin al PSOE, eh, clientelista, de las que reciben subvenciones por, por ser al fin a un partido político, y de las que nosotras denominados feminismo hegenómico, hegemónico – de hecho, lo que criticamos ahora desde el Colectivo de Prostitutas de Sevilla. Yo empecé por lo que critico ahora. Pues sí, en el año 2003, y se montó la primera asociación de mujeres que ejercen la prostitución aquí en Se... ah... aquí en España. Fue la primera asociación aquí en el año 2003. Y se llama así: Asociación de Mujeres que Ejercen la Prostitución. En el año 2007, o cosa así y yo me fui - cuando empecé

a reclamar derechos para las trabajadoras sexuales, cuando empecé a... a poner en duda todo lo que hacían en nuestro nombre - exactamente lo mismo que critico ahora y en ese momento pues, pues nada... ya no soy, ya no soy buena compañera, empecé a ser un poco, incordio, ¿no? Cuando te empiezas a pedir derechos. Y nada, dejé de... dejé la Federación de Mujeres Progresistas, dejé la Asociación de Mujeres que ejercen la prostitución en el año 2007, o cosa así. Me cogí una depresión de 4 años... por pensar que era muy mala mujer, por no pensar en las otras compañeras que estaba ejerciendo la prostitución en peores condiciones que yo, ¿no? Y mi lucha es esa. Mi lucha desde el año 2003 siempre ha sido la misma: eh... que mis compañeras no ejerzan la prostitución en las mismas condiciones que yo. Y mis condiciones son de una mujer blanca, eh... Y que ha entrado a ejercer la prostitución porque ha querido, y no es lo mismo que las condiciones que tienen mis compañeras, ¿no? Si yo ejercí la prostitución en muy malas condiciones, lo que no quiero es que mis compañeras la ejerzan en las mismas condiciones que yo. Imagínate lo que no quiero para las compañeras migras que están aquí, ¿no? Con la Ley de Extranjería y con todo lo que a ellas les atraviesa, ¿no? Y... me cogí, eh... nació el 15M, yo salí a la calle con el 15M, salí con el tema de la vivienda, porque me quedaba sin casa. Eh, después de pagarle la hipoteca durante un montón de años... Y... lo que fui aprendiendo con el 15M, todo lo... lo aprendí en el 15M, lo pensaba para las putas. En el año 2014 me metí en la Asociación de... la Asociación Pró-Derechos Humanos de Andalucía, en la sede de aquí en Sevilla. Creamos un grupo de prost... un grupo de trabajo de prostitución, luego de trabaj... luego le cambiamos el nombre y lo denominamos «trabajo sexual», y luego, y después de eso yo ya empecé a reunirme también con entidades, desde APDH, por la Consejería de Salud y en ese momento me di cuenta de que ninguna entidad iba a reconocer, iba a pelear por nuestros derechos entre otras cosas porque a las entidades que son afines, que son... colectivos que son afines tampoco tienen voz en los espacios donde se hablan de nosotras sin nosotras, ¿no? Eh... entonces en ese momento decidí que... de, decidí que había que montar un colectivo eh... y nada, el día 10 de diciembre del 2017 nació el Colectivo de Mujeres que ejercen la prostit... el Colectivo de Prostitutas de Sevilla y hasta el día de hoy peleando. Nos ha pasado de todo, hemos vivido de todo, hemos vivido de la violencia más brutal que se puede vivir: desde manifestaciones, concentraciones en universidades, boicots, hum... lo más grande tanto en los espacios feministas, sindicalistas, sociales, políticos... en todo, hemos estado recibiendo una... una gran dosis de violencia, pero bueno, el abolicionismo es así: el abolicionismo es inhumano y sus prácticas son inhumanas.

¿Y sientes que el abolicionismo está creciendo?

No, siento que las pró-derechos están creciendo y siento que las abolicionistas tienen más mala hostia, ¿vale? Pero que son poquitas. Lo único que pasa es que tienen todo el poder, por eso dije: hegemónico. Pero bueno, que el feminismo hegemónico y excluyente se está cayendo de todos los lados, está claro que se está cayendo por algo, ¿no? Que cada vez menos gente que los acompaña con la con el tema trans, las compañeras gitanas, que no es tema... no es... no es... que el feminismo esté roto porque hay un debate abolicionista y regu... hum, abolicionista, o un debate sobre las trans, no... o un debate sobre prostitución, o un debate sobre las trans... ¡no! El abolicionismo... Eh, el feminismo hegemónico y excluyente está roto porque durante muchísimos años han llevado echando gente. Por ello, hace muchos años que hablamos de «los feminismos» y no «del feminismo», como si fueran solamente un colectivo, una ideología que le pertenece, eh... yo la violencia que estoy recibiendo con... del feminismo abolicionista. Cuando yo, cuando yo trabajaba y ejercía la prostitución en Cádiz, hace como 20 años o cosa así, yo me arrastré con una mujer de los pelos, con una compañera de los pelos, sin conciencia de clase, sin conciencia... y sin conciencia feminista. Eh... hoy en día están sacando a mis antecedentes penales a... sacándolo a la luz como diciéndome que soy muy mala feminista porque agredí hace 22 años a una compañera que ejercía la prostitución igual como yo, que sin conciencia de clase, sin conciencia feminista y con las herramientas que teníamos nosotros en este tiempo y las entienda que nosotras lo que teníamos en ese tiempo - las hostias - son supervivencia. Lo que es vergonzoso es que se está utilizando esto contra mí, mujeres que dicen que tienen conciencia de clase y conciencia feminista.

¿De asociaciones abolos, o...?

Han sacado mis antecedentes penales diciendo que como yo puedo ser feminista si he agredido a una mujer, ¿no? Con la violencia que estamos recibiendo nosotras con conciencia de clase y conciencia feminista. ¿Cómo pueden reclamarle a alguien que no, que en un momento no tenía conciencia, ¿no? A mí ese feminismo no me representa.

Entiendo lo que dices. Y en términos de partidos, porque también mencionaste lo del PSOE, ¿en algún momento habéis sentido apoyo de algún partido político, algún movimiento político que haya querido reunir con vosotras, escucharos?

Con nosotras han reunido todos los partidos políticos de la Izquierda Anticapitalista ahora como para el Congr... en el Congreso, por la Ley de Libertades Sexuales. Bueno, todos no, todos los de la parte de izquierda y desde luego no va se va a reunir el PSOE con nosotras y ni se va a reunir Podemos. ¡Está claro! Ni Izquierda Unida, que es abolicionista y en la que no... es la que genera esta violencia tan gorda que estamos nosotras sufriendo. Entonces no van, no van a ser precisamente ellas las que se han reunido con nosotras, pero sí se ha reunido Ada Colau, se ha reunido Esquerra Republicana, Junts per Catalunya, la CUP, PNV, Bildu, Anticapitalistas, nos apoyan desde hace mucho tiempo, eh... Bueno, nos apoyan desde hace mucho tiempo pero si tienen que pactar con Izquierda Unida, a las putas le dan por culo -como pasó en las elecciones pasadas que eso es lo que pasó con nosotras eh... que tuvimos que meternos, eh, para parar las enmiendas del partido abolicionista la pasamos muy mal para meternos en los espacios políticos, ¿eh? y recibiendo boicots y un lengua... y un... y para achicarnos, el lenguaje más asqueroso y más rastrero del mundo patriarcal, ¿no? Eh, «sois trozos de carne, sois agujeros con patas», eh... en estos términos, ¿no? Ya, super feminista, tía. Es que... para alucinar, vamos. Entonces, bueno, nosotras, con nosotras no se ha querido reunir Podemos... no se ha querido reunir Podemos ni antes de... ni antes de, de llegar al poder y ahora ni ahora, ¿no? Muchísimo menos. Eh... por supuesto el PSOE tampoco se va a reunir con nosotras, evidentemente. Y nosotras nos vamos a reunir con nadie del “trifachito”, vamos, nosotras nos vamos a reunir con nadie de la derecha. Por lo menos el Colectivo de Prostitutas de Sevilla, hay otros colectivos que parece ser que sí, andarían por reunirse con el PP, o con Ciudadanos o con todos, o con algún otro. Eh, la línea del de CPS es anticapitalista hasta la medula y no se reúne con perros ni muerta. Es lo último que nosotras hiciéramos, vamos. Nosotras nos podemos poner de frente en esa gente, contra esa gente, pero vamos, de frente en el Parlamento Andaluz, en los Ayuntamientos, en cosas, pero ¿nosotras reunirnos con semejante basurilla? Ciudadanos, Ciudadanos ve a una puta y ve Producto Interior Bruto, no ve... para nosotras ninguno. Yo es que no me reúno con la patronal, lo tengo claro vamos.

Bueno, te iba a preguntar si, si te consideras trabajadora sexual, pero entiendo que de alguna manera ya contestaste a esta pregunta...

Yo no me he considerado trabajadora sexual mientras que he ejercido la prostitución. De hecho, es que yo no soy trabajadora sexual, yo soy puta. Trabajadora sexual no. Porque yo no he, yo no he trabajado, yo no sé, yo no he considerado el... la prostitución, el trabajo sexual, entonces yo no me he considerado trabajadora sexual, aunque yo dijera «voy a currar», aunque yo dijera

«estoy trabajando»; pero eso es un lenguaje porque tú te estás ganando dinero de una forma y lo dices como lenguaje, pero no que yo pensara que la prostitución era un trabajo, que nos deberíamos de dar de alta en la Seguridad Social, que deberíamos de luchar por nuestros derechos dentro de los clubs, no... para nada, para nada, eso en mi cabeza no estaba. Otra cosa, vale, es que ejerciendo... yo cuando estaba ejerciendo la prostitución hacía activismo, pero sin saber lo que era el activismo, simplemente, pero eso, eso es supervivencia. Una supervivencia organizada dentro de los saberes que nosotras sabíamos en ese momento. Pero no que yo considerara la prostitución un medio de trabajo para toda la puta vida, vamos, ¿vale? Ni como, ni, ni eso, ni conseguir derechos, ni nada. Era eso, era, era un paso, todo el mundo pasaba... había, por allí íbamos a pasar un montón de mujeres que teníamos problemas económicos en ese momento, pero que todas íbamos a salir... rápidamente, ¿no? Luego la historia es otra, la vida de las compañeras es otra y entonces tú te das cuenta de que... de que esto no es así y que... y que todo el mundo está comiendo de ti, y que tú no tienes derecho para nada. Pero eso yo me doy cuenta cuando dejo de ejercer la prostitución. Yo ejerciendo la prostitución no me di cuenta de nada. Yo he trabajado en clubs y trabajado y ahí, todo lo que pasa fuera de que la, la... ¿un chorro de mujeres de un bando y de otro se estén peleando por nosotras? Yo no lo sabía... Era fuera, pero nosotras dentro no sabemos nada de esto. Estas compañeras no, no... No sabe ni de nuestra existencia, nuestras compañeras no saben ni que existe Sindicato OTRAS. En su gran mayoría las... ¡no saben nada!

Actualmente, ¿dices?

Claro. Actualmente en España ni capacidad para llegar a las trabajadoras sexuales, que no sean por redes sociales... ¡por redes! Porque a nosotras no nos dejan registrarnos ni como un colectivo, ni como asociación, no podemos recibir financiación, no podemos hacer proyectos, no podemos hacer nada. Ahora con lo que ha pasado con el Sindicato de OTRAS, que ya Supremo la dicho que sí, que *palante*, entonces a ver si ya nos va... nos abre, se nos abre vía a, a AFEMTRA, que la que ha intentado también tres o cuatro veces, el Colectivo Prostitutas de Sevilla, que llevamos dos, eh... las Putas en Lucha también se quieren organizar, eh... legalmente, y bueno aquí estamos, que no lo podemos hacer. Nosotras ni podíamos entrar los clubs, aquí en Sevilla si se puede entrar en los clubs. Yo voy a pedirle, con mi compañera vamos a pedirle permiso a los dueños de los clubs y entramos. Claro, pero si yo entro con la pidiéndole permiso a los dueños de los clubs tardan un cuarto de hora las abolicionistas en ponerlo como 7500 trapos, ¿sabes? Todo lo que salga de ahí bueno, van a decir que es que mira

pues claro porque los proxenetas, porque las están financiando a los proxenetas, porque claro la dejan entrar para que hagan lo que les dé la gana, profesionalizando la prostitución bla, bla, bla, bla, bla, bla. Como nosotras sabemos cuál... es cómo cuál va a ser el proceso, y sé lo que va a pasar, nosotras no queremos entrar en los clubs así, nosotras queremos entrar en los clubs como sociosanitarias. Existe un proyecto en el Ayuntamiento con el tema sanitario y entonces nosotras nos presentamos ahí como sociosanitarias. Pero pedir el permiso a los dueños de los clubs, no: financiado por el Ayuntamiento, como financian cualquier otro colectivo.

Claro, o sea, en principio, en el caso del Sindicato, era también porque sería un Sindicato, ahora también como un Colectivo, que pueda tener eh, algunos tipos de subvenciones o de apoyos ya se pone más difícil que se pongan limitaciones en eso, ¿no?

Hombre y tanto que lo han puesto. En el colectivo de apoyo a las trabajadoras sexuales de CAP han perdido 75000€ de financiación otros 75000€ también, daban atención como a 400 mujeres ahora no llega, no llega... no llega, ni una cuarta parte, vamos. ¿Y todo por qué? Porque nos acusan de proxenetismo y de que somos los proxenetas y entonces no... les quitan a las compañeras las únicas manos amigas que a ellas se acercan y, claro... por eso yo digo que el abolicionismo es inhumano.

¿Y te parece importante el reconocimiento legal y el reconocimiento legal del trabajo sexual?

Me parece más importante el reconocimiento social que el legal. Porque el legal, de todas maneras, con que lo consigamos, muchas mujeres no se van a dar de alta, por ejemplo, el que consigamos el reconocimiento legal eh... ah... de nuestros derechos laborales, ¿no? ¿Qué importa si la sociedad nos sigue estigmatizando... si ser puta o ser un hijo de puta es lo peor del mundo entero, nos estigmatizan a nosotras y en cima nos estigmatizan a nuestros hijos, ¿no? Entonces, eh... si tú te sientes estigmatizada - porque la sociedad que ser puta es ser mala es mala persona porque puta y - más si eres puta organizada... es que da igual mira: si eres puta, si eres porque te gusta: chungo, eres lo peor; si eres puta porque aunque no te guste, sigues ahí aunque puedas estar en otro lado, aunque esté más arrodillada - es decir, para la gente que tú no dejes de ejercer la prostitución a cambio de un trabajo digno de 700€, por ejemplo, a limpiar casas, ya entonces estás catalogada de mala puta, porque entonces no quieres aceptar un trabajo digno que las demás tienen. Pero es que el trabajo digno no es cobrar 700€, el trabajo

digno es cobrar para que te pueda cubrir todo lo que... las necesidades que tú tienes. Si tú ganas 700€ en este país de mierda, tú ya no estás en el umbral de la pobreza, entonces los servicios sociales no te ayudan. Después, si tú trabajas en un trabajo digno por la mañana, tú no puedes acudir a nada de la caridad por la tarde, que te puedan atender. Entonces, humm... es la pescadilla que se muerde la cola. Si tú necesitas 500€ más para cubrir - porque yo no sé allí en Portugal cómo estará la cosa - pero aquí en España, aquí en Sevilla, por ejemplo, eh... olvídate de un alquiler de menos de 550 pavos, para una familia con... que necesite dos dormitorios, nada más. Eh, olvídate de 550€. Aquí olvídate de todos los meses de 50€ o más o... De ahí para arriba: 70€, 80, 100€ que pagamos familia y todo eso solamente de luz. Vale, agua cada dos meses, luego el tema del gas, si tienes gas, el tema de internet, si tienes internet... y dos chiquillos - pon dos chiquillos, nada más - tú necesitas 1200€ todos los meses. Para vivir... para sobrevivir. 1200€ para sobrevivir, en que coja el camino y se te pone... y la lavadora empieza a sonar malamente y tú estás diciendo «¡Dios mío, que no se rompa! ¡No tengo, ¿eh? cómo solventarlo!». Porque encima de todo no tenemos nómina, no tenemos nada, no podemos financiar. ¿Vale? Que nosotras tiene que ser todo al tajo, tajo. Así que, eh... a mí cuando me hablen de trabajo digno, que me hablen de trabajo de verdad. ¿Mierda que estemos arrodilladas? No. ¿Precaria, precaria pisoteando a pobres? Tampoco.

¿Y tú crees que, si el trabajo sexual fuera legalizado, crees que mucha gente no se daría de alta? O sea, ¿por no querer hacer las deducciones?

Fíjate, cualquier... eh, ¿qué estás estudiando tú?

Pues, ahora mismo antropología.

Antropología, a ver, eres antropóloga y luego cuándo empezáis a hacer cosas, trabajos y todo eso, te tienes que dar de alta, ¿no?

Bueno, sí, ya lo hice, que también estoy trabajando.

Tú estás trabajando, y ahora mismo si tuvieras que dar de alta como autónoma, lo que tus ganas de autónoma, por tu cuenta ¿te darías de alta pagando un autónomo? Te darías de alta pagando un autónomo si te lo puedes permitir, ¿no? Y tú te crees que nosotras nos vamos a dar de alta, no nos daremos de alta si no lo podemos permitir, no les vamos a decir a mujeres de la calle

que paguen 1500€ de autónomo cada tres meses. ¿Eh? O les vamos a pedir a compañeras que están pagando su... subsistiendo aquí en España y está mandando para subsistir a su familia allí, ¿les vamos a decir que, ¿qué? ¿Qué se pague la Seguridad Social? Se la puede pagar ahora, si se la puede pagar ahora, se da de alta como masajista y ya está. Pero lo que no tiene, eh... pero si te das una hostia como puta, no se te va a reconocer absolutamente nada, se te rompe un preservativo, no te van a reconocer absolutamente nada, porque eso no entra dentro del masaje. ¿Entonces para qué quiero?, ¿para qué quiero? Y luego, ¡la mayor parte de las mujeres que están ejerciendo prostitución en España son compañeras en situación irregular! Si están en situación irregular ¿cómo se van a poder dar de alta? Y luego, es que la mayor parte de las mujeres que están haciendo la prostitución en España lo está ejerciendo para terceros. A ustedes o... ¿os gusta daros de alta como falsos autónomos? No me hace ni puñetera gracia.

O sea que entiendes que los contratos... ¿entiendes que sería siempre en una situación de autónomo lo del trabajo sexual, no con contratos también? Porque yo entiendo, imagino, por ejemplo, actores y actrices porno o quien esté trabajando en clubs que...

Es que tú te estás imaginando, tú te estás imaginando el mínimo del trabajo sexual y yo estoy pensando en el máximo del trabajo sexual.

Yo estoy pensando en todas las vertientes, aunque en algunas a lo mejor no cabría como autónomas.

Pero es que si en esas vertientes, eh... no reconoce a las otras vertientes que son las que no están reconocidas... para mí las vertientes que son privilegiadas me importan una mierda, la verdad. Aquí hay que pensar que es que la lucha en los derechos de las trabajadoras sexuales – a mí la lucha social de la gente que es más privilegiada ¡me importa una mierda! En todas las luchas sociales. Por las putas más. A mí, si mis compañeras de calle, si mis compañeras de piso, si mis compañeras que no tienen tantos privilegios de club, no tienen los derechos reconocidos y las otras tienen que vivir sin derechos reconocidos me importa poco. Llámame egoísta de mierda, pero es que tengo el corazón muy negro y la sangre muy de muchos colores. A pensar en las que pienso. Yo no pienso en gente privilegiada, yo no pienso en *escorts*, yo no pienso en las compañeras que se pueden pagar el alquiler de una casa en un año, de un año, yo no pienso en ellas, lo siento. Que piensen, a ver, hay muchas... muchas trabajadoras sexuales en lucha, eh... que piensen otras, pero yo voy a pensar en lo que yo he trabajado y lo que yo

trabajaba, en lo que lo que yo trabajaba es donde hay más mujeres ejerciendo la prostitución. Y luego, si la actriz porno no lo pueden pelear como trabajo sexual, lo puede pelear como actrices, y si no están peleando con actrices, a nosotras que no nos ponga la pierna encima ahora pagan... trabajando... peleándolo como trabajadoras sexuales, cuando tienen muchas herramientas para hacerlo como actrices normales también. Que se toca muchas cosas. Entonces ¿qué es lo que tienen que hacer? Es menear coño ahora [ruido de bofetada] y pelearlo con los sindicatos. Y las compañeras que hacen striptease es lo mismo. Hacen striptease, pero lo hacen, en barra, en barras de sitio, luego se les paga... quilla, que se lo peleen esto con los *destos* como bailarina. Tienen forma de pelear, si no tiene que ser a través del trabajo sexual. Como, como nosotras aquí en Sevilla hemos intentado - como no teníamos derecho como putas - las compañeras de los clubs, que por lo menos tuvieran derecho como huéspedes del hotel. Y que la... y que la, y que las habitaciones tuvieran mejores condiciones de limpieza... que no se la tengan que limpiar ellas, que los cuartos de baño tampoco lo tengan que limpiar ellas, que la comida esté en mejores condiciones, cosas así. Esto, esto no tienen que venir las putas a organizarse para hacerlo, esto estaba FACUA para hacerlo antes que... que es el defensor del consumidor. ¿Eh? Porque nosotras somos huéspedes del hotel, somos consumidoras de un hotel y tenemos unos derechos como huéspedes, pero ser putas te pisotea los derechos como huéspedes también.

Claro, veo lo que dices. ¿Y vuestra asociación tiene contacto con el Sindicato OTRAS? ¿Soléis colaborar, trabajar juntas?

Nosotras hemos trabajado muchas veces – y bueno, con el Sindicato OTRAS, con AFEMTRAS, con Putas en Lucha, con todos los colectivos de trabajadoras sexuales. Ahora estamos trabajando más con, con Putas en Lucha, porque nos atravesamos más. Y con Otras estamos más atravesadas, estamos de acuerdo con un montón de cosas, trabajamos juntas - de verdad, porque el Colectivo de Prostitutas de Sevilla, eh, tiene una agenda política, social, feminista, que no deja títere sin cabeza, nosotras vamos haciendo... ¡somos acción! Eh... Y nosotras sí sabemos lo que queremos, ¿no?, y todo lo que... si nosotras decimos que lo que queremos es el derecho a la escucha, vamos a hacer todo por el derecho a la escucha: desde manifiestos, desde seminarios, desde jornadas... para, por el derecho a la escucha. Que, si nosotras antes hemos estado peleando, eh, porque... contra Podemos, porque se están posicionando sin nosotras, vamos a pelear en contra Podemos, porque eso está en nuestra agenda. Y, es decir, si los partidos políticos están preparando su programa electoral, ahí van a

meter putas, ¡sí, sí o sí! Y si no, las putas se le van a meter en los espacios de ellos, entonces, pues eso... Ayer, por ejemplo, me reuní con los de Izquierda Unida, por primera vez. De un pueblo, poquita gente, pero así se empieza, ¿no? Hace 3 años ni Izquierda Unida no nos quería escuchar, porque Izquierda Unida desde hace 3 años se declaraban abolicionistas – desde el año de 1995 por un voto, a favor. Y entonces las abolas que están ahí – que las abolicionistas del partido de Izquierda Unida y del Partido Comunista son las que denunciaron el Sindicato OTRAS- de la Plataforma 8 de mayo... 8 de marzo, eh... Charo Luque - esa tía nos ha boicoteado aquí a todas nosotras de todas las maneras. Yo me he meado en una conc... en una manifestación, en una concentración, del sufrimiento que he pasado, vamos. Un segundito.

[Se levante y sale]

[Regresa]

Mira es que mi niño se pone a chillar con la maquinita y ya esto parece que no hay mañana, ¡vamos!

No, ¡no pasa nada! Bueno, querría preguntarte también si... si ¿en términos de herramientas, eh... ves muchas diferencias entre vuestro colectivo y el Sindicato OTRAS, o si crees que en términos de actuaciones es más o menos parecido?

El Sindicato OTRAS es lo que tiene, es decir tiene una agenda política en torno a los derechos laborales, lo veremos dentro de un tiempo. Ahora por lo pronto no se puede saber nada, porque todavía no está. Claro, entonces, cuando esté funcionando entonces ya veremos qué capacidad tienen, que es lo que hace, y... y todo eso. El sindicalismo es muy buena herramienta para la lucha, lo que pasa es que hay que saberla gestionar bien.

¡Claro! O sea, que, hasta el momento, como acaba de tener el reconocimiento del Superior, pues todavía no se sabe.

Como derechos laborales, ¿vale? Como derechos laborales y como luchas como sindicalistas.

Y hablando de, de otro tema que bueno... obviamente tuvo un impacto enorme – el COVID-19 - me gustaría saber si me puedes comentar un poco cómo fueron los meses de confinamiento, si las compañeras han podido seguir trabajando y cobrando...

Las compañeras habrán trabajado las que han tenido... las que habrán tenido clientes para poder trabajar, tanto con confinamiento como sin confinamiento. ¡Porque hay que comer! En la nevera de cada una manda cada una y el miedo se te lo quita cuando el niño te pide de comer, ¿eh? Y cuando te van a echar de la habitación y cuando... pasan veinte ocho mil quinientas situaciones. Habrá compañeras que habrán trabajado y habrá compañeras que no habrán trabajado. Eh, los clubes estaban cerrados, las compañeras las estaban echando a la calle, las compañeras te... querían... era la primera vez que el... que los colectivos de las trabajadoras sexuales, eh... que el colectivo de las trabajadoras sexuales ha pedido comida. Eh, con motivo que... tanto ni de calle, ninguna compañera, nunca han pedido para comer. Somos un colectivo que no vamos a los servicios sociales, ni vamos ni vamos a dar más razón de lo que les tenemos. Y nada ah... no se les han dado de comer, tampoco. No se les han dado de comer porque no tienen empadronamiento... no se les han dado de comer por veinte mil quinientas cosas. Las compañeras no han ido, por ejemplo, aun teniendo síntomas de COVID, no han ido a los servicios médicos porque no tenían la tarjeta sanitaria, por miedo a la deportación, a la violencia que estaban sufriendo, porque también, entre la policía del balcón... y los mismos policías, por la calle, ¿no? Entonces, ¡ha sido desastroso! Nosotras no somos un colectivo asistencialista, nosotras no damos asistencialidad. Nosotras llevamos nuestras compañeras a los espacios que dan asistencialidad. Las mandamos. Mira, las llevamos, las mandamos. Les decimos, «mira ahí está, esta te tiene que dar esto, fulanita te tiene que dar lo otro, esta a esto, el otro...», yo les voy diciendo que es lo que hay. Y cuando les pregunten que «¿cómo habéis llegado?», «por qué habéis llegado?» - porque el Colectivo de Prostitutas de Sevilla me lo ha mandado. En el momento que, que la industria del rescate ha visto que muchas compañeras iban allí diciendo que el Colectivo de Prostitutas le han mandado, ya se han puesto más serias para darles cita. Para cubrirles, claro, porque si no se les cubren ya saben que nosotros somos las fieras y vamos a reclamarles. Por las buenas primero, vamos a llamar por teléfono, a ver qué es lo que pasa, no sé qué. Luego vamos a hacer, vamos a sacar títulos de prensa, reclamándoles a ellas que ellas dicen que es el Ayuntamiento lo que nos da esto - pero que son ellas las que tienen que reclamar al Ayuntamiento; y luego no ha llegado el momento ese todavía - pero llegará, vamos, está a punto de llegar – eh, que nos tendremos que plantar en las puertas de la industria del rescate, a reclamarles. Porque... la atención que se está teniendo y las ayudas que se están

teniendo son miserables. A nosotras no nos llega, no nos ha llegado ni el Ingreso Mínimo Vital. El Ministerio de Igualdad se ha llevado todo el tiempo merodeando con el cuerpo de nosotras, diciendo que, que... nadie se iba a quedar atrás, en el escudo social, que han pedido el escudo social de violencia de género del COVID. Nosotras nos quedamos atrás. A nosotras no se nos dio vivienda, las compañeras, la mayor... muchas de ellas están, han vivido, han tenido techo por clientes suyos, que se las han llevado para sus casas – esos puteros asquerosos [risas] como dicen el movimiento abolicionista, ¿eh? esos tíos tan chungos tan chungos, que son los hermanos, los primos y todos los machos que tenemos alrededor todas nosotras – a veces parece que se nos olvida, también, ¿no? De... de quiénes son. Eh, claro, pero luego si se van de putas es porque los hemos educado malamente y, entonces, bueno, ya les echamos otra vez la culpa a las mujeres, ¿no? Porque están así, esos hombres son los que han cubierto a nuestras compañeras. Nuestras compañeras han comido porque algún cliente le ha llamado por teléfono durante el COVID para preguntarle cómo está y le ha dicho «tío, estoy fatal» y dicho «te mando 50, 100 pavos», o lo que sea. A nosotras nos han llegado las compañeras a través de las, de las... de las redes sociales no porque las compañeras nos sigan, sino porque quién nos sigue son los clientes. Entonces los clientes son los que se han puesto en contacto algunos con nosotras y nos han dicho nos decía «es una amiga, que trabajadora, que es trabajadora sexual» y cuando hablamos ya con las compañeras y ya teníamos confianza y le decía «bueno, pero fue un amigo tuyo, ¿no?, ¿el que te nos mandó?» y dice, «que va, era un cliente». Pero eso a lo mejor a los 3 meses, a los 4, es entonces cuando nos confiesan que, que era un cliente. O sea, cuando tuvo la regularización extraordinaria de Zapatero, por el año 2011, me parece que fue, eh... no se contemplaba la regularización para las mujeres que habían, que ejercían la prostitución y nosotras tuvimos que decirle a clientes nuestros que nos firmaran como si fue como si estuviéramos trabajando en el servicio doméstico, en su casa, y gracias a 150 clientes – esto estoy hablando de la Federación de Mujeres Progresistas de Andalucía, lo hicimos, eso era con la Asociación de, la Asociación de Mujeres que Ejercen la Prostitución, eso fue eso fue apoteósico vamos, ¿eh? Porque... llega a la, llego un día a la oficina y había una cola de gente que es que, dos calles, ¿eh? Era impresionante, la gente allí sentada con banquitos, las neveras, y yo decía: «¿esto qué coño es?». Y cuando... llego y digo: «¿qué está pasando?», dice: «eso para la regularización extraordinaria de Zapatero», digo: «ah, ¿entonces las putas de pueden regular?», dice: «no», y yo «¿cómo?». Digo: «a ver, no entiendo, vamos a ver: ustedes están preocupadas por las compañeras inmigrantes y ¿ahora resulta que ellas no tienen ninguna forma de... de regular su situación? Ustedes decís que, si ellas tuvieran papeles y posiblemente no estarían ejerciendo la prostitución, y ahora no le no regular... no regu...». Ahí, ahí empezó

como mi duda ahí, fue como - eso fue en el 2007, me parece - ahí fue cuando yo dejé ya, de cuando yo empecé yo a, a decir: «¿qué carajo pasa aquí?». Empecé a tener mis dudas y mis dudas no era ni regularización, ni abolición, mi duda era: ¿si las queréis, si estáis tan preocupadas por ellas cómo mierda hacéis esto? ¿Cómo no las vais a tener en cuenta? Si se va a cualquier espacio feminista y lo único que hacían era hablar de las putas, de las putas, de las pobrecitas putas, ¿eh? Y ahora no... no, de hecho, ahí fue cuando yo me quedé muy pillada, porque fue... fue una pelea contra reloj, ¿vale? Convencer a clientes, decirle que los clientes firmen, que no les iba a pasar nada legalmente - ¡tú qué sabes, eso fue impresionante! Pero bueno, conseguimos 150 clientes, conseguimos, eh, que 75 compañeras regularasen su situación y agrupamos a 30 niños. Entonces, para nosotras, es un gran logro. Vamos, tanto, que ahora tenemos ¡Regularización Ya! - no sé si has escuchado hablar aquí en España de ¡Regularización Ya! - que es un movimiento de... para lo mismo, para pedir una regularización extraordinaria y... y... en la regularización extraordinaria ahí estamos nosotras, formamos parte del movimiento. De hecho, entre todos los colectivos han elegido a Kenia García que es una de nuestras compañeras del CPS, que la han elegido como, como... una de las voces de ¡Regularización Ya!, a la hora de reunirse con los partidos políticos y a la hora de ser la cara visible, ¿no? Ha sido el único, el primer colectivo que no nos considera tóxicas - eso en cuatro años de lucha que va a hacer en diciembre. Estamos desesperadas, es súper cansino, ¿eh? El no poder avanzar, es super cansino, el tener que ir siempre... yo tengo, yo cuando grito, cuando me pongo nerviosa, se me señala la vena esta [apunta para el cuello]; dicen: «Mari, que no se te ponga la vena gorda», ¿no? porque... bueno... Pues estoy yendo a todos los espacios que se ponga la vena gorda, tenerte que pone en frente de una abolicionista, eh, pero cabeza con cabeza a una cuarta, y decirle que «ya, como volváis a liarla otra vez con las putas, te juro que lo liamos en... con la, vamos a liar vuestro si, en vuestros espacios.» Como la volváis, es que era consigna, por ejemplo, en la concentración de Manresa, de la víctima, de la compañera de Manresa... ahí fue vergonzoso se llevaron 3/4 de hora cantando consignas abolicionistas. Nosotras nos íbamos - ahí fue cuando me meé, de la situación que me cogí, ahí estaba. Íbamos, no íbamos como putas, no íbamos como colectivo, sino que habían dado las vacaciones de los niños del colegio y nos fuimos como ciudadanas. Cuando nada más al aparecer nos empiezan a cantar consignas abolicionistas, sin parar. Se me acercaba una compañera feminista, y además abolicionista y me decía «Mari, tía, lo siento mucho, perdona las tías, es que no saben lo que hacen», digo: ¿«no saben lo que hacen?» [risos], ¡vamos, que si saben lo que hacen! «Pero ya os daréis cuenta, que sí, saben lo que hacen, ¿no?» En ese momento también se dieron cuenta muchas compañeras, que es lo que era lo hacían, que no era tan, que era todo como... Así que

bueno, que lo hemos pasado puta [risos] - nunca mejor dicho - nos querido silenciar como putas, como dice mejor putas, que calladitas como todas las putas, calladitas, ¿no? Que es un refrán que dice aquí en España, ¿no? Eh, pues, pues, a nosotras no nos han parado de decir... de todo, ¿no? A nosotras desde que nace el Colectivo de Prostitutas de Sevilla le hemos dado palos a todos, hemos hecho análisis político, social, sindicalista, eh. De toda una puta democracia, de lo que es la industria del rescate, de lo que es, de cómo el abolicionismo es tan inhumano, sus prácticas son tan inhumanas, es tan violento. Hemos organizado a compañeras, han nacido más con... más colectivos, eh teniendo como referente a CPS, eh... Han aparecido más compañeras a la lucha, unas han quedado en este colectivo, otras han ido a otro colectivo, porque... porque la línea de otros colectivos era más afín, eh... Todas las luchas son legítimas. De hecho, ahora mismo algunas no nos llevamos bien con otras o no nos parece legítimo, o tan legítima lucha de una como la mía, ¿no?, como las de otras, ¿no? Las guerras de poder y la guerra de ego, como hay en todos los colectivos como esto entre nosotras, ¿no? Eso, pues que tenemos que aprender. Nosotras lo que estamos intentando desde el Colectivo de Prostitutas de Sevilla es crear un referente, ¿no? de forma de lucha. No estamos ejerciendo violencia hacia otras compañeras, no vamos con el odio hacia otros colectivos, aunque no nos atraviesa absolutamente nada, porque no nos gusta que generen los mismos que nos generan a nosotras. Hemos intentado aguantar como hemos podido los boicots, hemos intentado aguantar como hemos podido tanta violencia... nosotras no hemos podido por ejemplo, el espacio... llamar por teléfono a un espacio feminista y pedirle el espacio para hacer una jornada y decirnos que no, tienen que... que no, que ese día está ocupado - cambiar el día y todo eso y es que están todos los días ocupados, ¿vale?, eh... Llama a los dos minutos de, de colgar nosotras, llama... decirle a otras compañeras de otro colectivo llama a pedirlo para el mismo día, mira a ver si se los dan y dárselo a ellas. Que la, que el Ministerio, el Ayuntamiento, el Parlamento Andaluz, eh... cogieran el camino en General en 2018, en septiembre de 2018, nos metieron el artículo 76 en la Ley de Igualdad, donde nos multan entre 600€ y 60000€ por dar charlas de prostitución - si alguien cree que nosotras estamos romantizando con la prostitución, o cree que estamos incitando a ejercerla, o cualquier cosa de esas, nos multan a nosotras y a las organizadoras. Todo un engaño, ¿no? No nos dejan espacio público, no al espacio público, ¿no? Pedirle, por ejemplo, espacio en un, en un centro social de aquí, de, de, del distrito, iba a decirte que no, ¿no? Del Ayuntamiento, conseguir que un espacio público, a través de unas aliadas, las aliadas hablar con la directora para que, bueno, para que supieran que éramos nosotras para que luego que no se le echaran encima y que ella no se viera como que lo hemos amañado, ¿no? Sino que supiera qué es lo que había. Y, aun así, la tía sabiendo todo lo que iba a pasar, nos dijo que sí,

es que no lo podíamos ni creer, vamos. Y el Ayuntamiento de Sevilla puso a su equipo jurídico a trabajar, a ver si a través de la ley, a ver si a través de las ordenanzas municipales, nos podían negar el espacio. No lo consiguieron a través del Ayuntamiento, eso fue en junio, y entonces nos lo metieron a través del Auton... de Autonomía. Claro, primero intentaron jodernos a nivel local, silenciando a nivel local, desde los espacios sociales, desde los espacios feministas y desde los espacios institucionales. Como no consiguieron, lo que hicieron fue sacar del artículo 76 en la Ley de Igualdad, pero autonómica. Lo lograron a través del autonómico y además con un régimen legal, con, con... a través de multa, en todo el territorio andaluz. Tuvimos que dejar de dar charlas en el territorio andaluz porque nos daba miedo de arriesgarnos porque las compañeras son precarias y no teníamos redes. Entonces lo que hicimos fue que nos volvimos locas, llamando a todas las alianzas que teníamos, pero desde Despeñaperros para arriba, desde la esquinita de Andalucía para arriba. Y nos fuimos a dar charlas en los espacios, y ahora cada vez que, vamos, nos invitaban a una charla: «¿aquí ya se puede grabar?, ¿nos la podéis grabar?, ¿se puede transmitir en directo en el mismo momento en el canal del Colectivo de Prostitutas de Sevilla?, ¿sí?, *ea, po venga, palante*, sí, nos vamos a la charla». En ese momento, lo único que queríamos, no nos importaba tanto el territorio donde dábamos las charlas, sino poder grabar la charla y luego difundirla en Andalucía. La guerra política y, ahora mismo, nuestra agenda era esa, donde nos estaban dando. Nos conseguimos infiltrar en el cole... en el círculo estatal de Podemos, para parar que se declaran abolicionistas antes de las elecciones. Bueno, tú no te puedes hacer una idea, a mí me tuvieron en el grupo de bienvenida 3 meses, chiquilla, sin pasar ningún grupo, porque claro, de mí sí que conocen mi nombre real, pero de las otras trabajadoras sexuales no lo conocían y entonces entraron todas, y nadie sabía que eran putas, claro. Cuando ellas se visibilizaron «soy puta», pues pobrecitas mías, eh, aguantaron por lo menos 4 meses escuchando a las abolicionistas decir improperios. Todo por tramar, tramar, tramar y todo pensando que como teníamos alianzas dentro de, de, de Podemos, no podíamos destrozarnos a nuestras alianzas también, porque eran las que nos habían metido allí. Eh, entonces bueno, nuestras alianzas pues imagínate, estaban con Podemos, pero también estaban con nosotras, no querían que les odiáramos a Podemos - porque había mucha gente que habían confiado y luchando en Podemos toda la vida, yo entre ellas, ¿vale? Desde el nacimiento de Podemos, nos habíamos estado en los espacios feministas... nosotras realmente creíamos que se iba a abrir un debate y que iba a votar, y ¡que lo íbamos a ganar! Que se iba a generar un debate de real... ¡un segundo!

[Se levante y sale]

[Regresa]

Ya tengo puesto el aire acondicionado y mi hijo está... me ha dejado todas las puertas abiertas, que va entrando el calor... luego como me tiene que costar lo del de la luz como siga así.

Además, muchísimo calor por allí, ¿imagino?

Mucha calor y que han subido la luz ahora, claro, y tener un aire acondicionado ya cuesta. Y además lo que han hecho es que la que la de llana, la que dicen que es más cara, es mucho más cara si no lo hubieran subido del arresto, es todavía más caro que si lo hubieran hecho como lo estaban haciendo antes.

Es cierto, está carísima la luz, o sea, carísima. Pero bueno, eh, por cierto, porque comentaste esto antes y justo estaba ahora leyendo y escribiendo sobre el asunto y me da mucha curiosidad, que es la cuestión del Ingreso Mínimo Vital. Salieron noticias diciendo que las trabajadoras sexuales irían poder recibir también el Ingreso Mínimo Vital, sin embargo: primero, no conozco a nadie que lo haya logrado y segundo, estaba incluso mirando la ley, el decreto ley que fue publicado sobre el Ingreso Mínimo Vital y no mencionan nada, o sea, solo sale...

¡Pues claro! Hicieron publicidad sobre ello y nos sacaron del BOE en el último momento, entonces no podíamos entrar como personas en contextos de prostitución. Hoy en día podemos pedir tan solamente, eh, general, pedir el ingreso por pobreza, pero por pobreza no cumplimos todos los requisitos. No tenemos apartamiento, no tenemos no sé qué porque no cumplimos los papeles ni siquiera por pobreza. Entonces, por prostitución tampoco, porque nos quitaron el contexto de prostitución y tan solamente nos quedaba víctimas de trata, víctimas de explotación - eso tienes que denunciar una cosa horrorosa, antes de que te lo den. Entonces las únicas que lo han conseguido, de las nuestras, del colectivo acá de esto, han sido dos compañeras - pero dos compañeras que son españolas, que tienen niños y que cobraban los puntos por, por menores a cargo y entonces los, las madres que cobraban por los puntos con los niños, aunque eliminado la ayuda de punto para los menores y han puesto en Ingreso Mínimo Vital a las mismas familias que cobraban y el ingreso eh... el ingreso por punto. Pero los han conseguido

por, por ser madre con hijos y porque ya lo estaban cobrando el ingreso por puntos, si posiblemente a lo mejor se lo miran como pobre, como madre de familia y todo, a lo mejor tampoco lo hubieran cobrado. Es decir, que lo han conseguido porque lo han hecho así, pero, sin embargo tenemos otra compañera que cobraban los puntos y... por cobrar - porque tiene un trabajo digno - y también ejerce la prostitución, porque el trabajo digno no le llega - por 19 céntimos más no ha per... ha perdido eh... la ayuda por puntos y además también Ingreso Mínimo Vital, porque por eso solo la han eliminado, de la ayuda de por puntos la han eliminado y el Ingreso Mínimo Vital, supera con 19 céntimos el umbral de la pobreza para poderlo recibir.

Ufff, ¡lo veo! Pues gracias por la información, es que es verdad como que no me cuadraba justo eso porque el Gobierno anunció muchísimo que iba a dar esa ayuda, o sea, a nivel internacional se publicó el caso de España como un ejemplo que iba a dar apoyos a todo el mundo y luego está siendo difícil encontrar compañeras que ayudan logrado alcanzar esas ayudas.

Lejísimos de eso. Pero sí estaban echando a las compañeras en la Junquera al día siguiente del confinamiento de los clubs, ¿dónde estaba la ayuda de emergencia para los para... Habitacional, ¿que decían? «Hoteles para todas», «comida para todas». Bueno, hay artículos de prensa, ¿no? En los medios de comunicación, ¿no? donde compañeras tuvieron que llamar a la Guardia Civil porque no tenían agua, porque no tenía luz... Hay artículos de prensa de compañeras, que, si están organizadas ni nada, y llamaron a la Guardia Civil, porque estaban hasta las narices. Pero lo más fuerte es que tenemos la industria del rescate, que es la que tiene, la que cobra por nosotras las subvenciones para ir a esos clubs, los que tienen las ayudas y la atención sanitaria, entonces, ellos ya sabían que venía el COVID - lo sabían, lo llevaban anunciando en la tele un montón de tiempo, ¿vale? Eh, en ningún momento fueron a los a los clubs a ver en qué condiciones estaban, en confinamiento tampoco fueron, evidentemente, pero así fueron redadas, ¿eh? Fuimos redadas, cerradas. Eh...nosotras hemos tenido compañera sin, sin, sin recursos básicos, sin bombonas de butano, ni para ducharse ni para cocinar, ¡nada! Absolutamente nada en un club durante más de 15 días. Y gestionándolo con toda la industria del rescate, ¿eh? La, una... la asociación pró-derechos humanos, tuvo que hacer una vaquita entre los trabajadores y conseguir los recursos que las compañeras necesitaban por lo menos por una semana, mientras que los seguíamos tramitando. Tuve que... tuve que llegar a decirle a una compañera, a decirle: «escucha, ¿tú conoces la del Ayuntamiento?» y me dice «sí yo estoy con la que se está tramitando», digo: «mira, pues háblale y dile que el Colectivo de

Prostitutas de Sevilla dice - es un miércoles Santo hoy - que el Colectivo de Prostitutas de Sevilla dice que como nuestras compañeras no reciban comida lo antes posible, y lo antes posible en menos de 24 horas, el Viernes Santo estamos haciendo una rueda de prensa en el Ayuntamiento de Conil en pelotas». Esa misma tarde había recursos.

¡Qué bien! Pues sí que funcionó.

Ya, pues debería de haber funcionado más si hubiéramos conocido todas las compañeras de todos los clubs, que nosotras si fuéramos de asistencia sociosanitaria, entonces hubiéramos entrado en todos los clubs y esto no pasa. Lo mismo que si nosotras, si nosotras fuéramos sociosanitarias, entráramos con temas de asistencia, seguida, ¿eh? Y nuestras compañeras no estarían en los clubs, no hubieran estado en los clubs, que llevan ahí compañeras 10 años, otras compañeras 9 años, otras compañeras 13 años, sin tarjeta sanitaria, que es reconocida desde el año 2003. Y tampoco nuestras compañeras con... que tienen tarjetas sanitarias, que tienen el empadronamiento, ¿eh? estarían empezando, estarían tramitando, o más que la hubieran tenido ya tramitada, su situación de irregularidad. Porque esta tarjeta sanitaria y el empadronamiento es lo único que les demuestra la raíz.

Es cierto que por lo que he leído que también para solicitar el Ingreso [Mínimo Vital], habría que estar empadronado y todo ese papeleo, y claro, no es tan fácil de obtener. Y ¿tú crees que, si el trabajo sexual hubiera sido legalizado antes de que empezara la pandemia, todo esto que se ha vivido y todos estos impactos hubieran sido distintos?

Hombre, tienes el ERTE, ¿no? Para todos los trabajadores que están así, que han cobrado el ERTE, ¿ha sido distinto o no ha sido distinto para los que no lo han cobrado? Pues, ¡ya está! Cuando tú tienes derecho como trabajador, vivirán mejor, eh, pandemias como esta, ¿no? También vendrá mejor quedarte parado, porque tendrás paro, y si no tendrás ayuda de otra clase, pero cuando no tienes derecho a nada...

Claro, te entiendo. Y en el caso del Sindicato, si el Sindicato ya hubiese estado legalizado antes de la pandemia, ¿crees que, que los impactos serían distintos o en ese caso ya no tanto?

El Sindicato, el Sindicato, por ejemplo, yo no sé el impacto que hubiera para las compañeras que no trabajan para terceros. Para compañeras que trabajan para terceros ningún impacto porque, eh, el Sindicato no puede, no puede trabajar, con trabajo a terceros, no han reconocido el trabajo se... hum, se reconoce que sí que es trabajo sexual, que necesites... que reconocen el derecho a sindicalizarnos, pero no reconocen el trabajo a terceros. Entonces no podemos luchar contra la patronal.

Claro así que entonces consideras que en ese aspecto no, ¿no cambiaría tanto?

Pues sí, es una guarrada lo que hacen y lo que hacen todo en beneficio de la patronal. Vamos a ver, la prostitución en España está regulada, es decir, que aquí en España no hay que debatir regularización o abolición - ¡si la prostitución en España ya está regulada! No está regulada con una ley estatal, pero sí hay unas ordenanzas municipales que te dicen si puedes putear, o no puedes putear, si te van a multar a ti o van a multar a tu cliente, o si nos van a multar a nosotras. Entonces ya está claro: ya está regulada. La calle ya está regulada. Ahora, en los clubes también ya está regulada, ¿no? Hay un Ayun... hay unos Ayuntamientos que han concedido una licencia para unos tíos que han montado unos clubs. Que permiten que se ejerce la prostitución ahí, y que además se benefician de esa prostitución por el Producto Interior Bruto que generan en esos clubs. Y no... y saben que esos clubs existen, existe el alterne, y saben que de un paso del alterne a la prostitución está, está de la mano. Reconocen el alterne, pero no reconocen la prostitución, si es que lo que es, es, un modelo de prostitución lo que se ha creado en España, año tras año, cada vez que lo han cambiado para beneficiar a la patronal. Nosotras nos teníamos que... a nosotras nos tenían que dar de alta como trabajadoras de alterne en el año '88 porque el Zapatero regularizar... el, el Felipe González regularizó el alterne, pero lo que hicieron fue que... como nosotras vivíamos en esos clubs, lo que hicieron fue cobrarnos el hospedaje y ya no... ya no había nada que... ya no había nada que... que reclamar. Nosotras le pagamos hospedaje, ellos ya no tienen ninguna relación laboral con nosotras, nosotras en nuestra habitación podemos hacer lo que nos dé la gana: punto final, se termina la historia. Eh, eso, desde el '88 hasta el día de hoy, se ha permitido. ¿Quién lo permitió? Lo permitió el PSOE, el PP, Ciudadanos, Izquierda Unida, ¿eh? Precisamente los partidos que se denominan de abolicionistas, ¿no? O, a favor de la patronal, ¿no? Y luego, eh, pues tenemos Podemos, porque está sumado a lo mismo, porque quién le... que el grupo de asesoras que tiene son las de Izquierda Unida. Irene Montero, la pobrecita mía, es un títere que hablamos de Montero, pero se la van a cargar desde adentro, como se está cargando a Podemos desde adentro, ¿no? Así

que nada, dentro de unos cuantos años, de un par de añitos o 3, les diremos a Podemos «descanse en paz» - porque eso es lo que va a pasar. Le diremos a las... habrán puesto en marcha leyes como la Ley de Libertades Sexuales, donde se nos los perseguirá, donde posiblemente a lo mejor cierren los clubs, no dejarán a nosotras en la clandestinidad, porque no hay alternativas laborales, porque no hay alternativas sociales, ni recursos básicos para pagar... Si no has visto Ingreso Mínimo Vital, ¡coño! ¿Cómo va a haber recursos para darle alternativas laborales? Eh, a... a no sé cuántas putas dicen que hay, pero sí que me parece que 300 mil, 400 mil, 500 mil, no sé, según los datos de las abolicionistas, que dicen que hay aquí en España entre 300 mil y 400 mil me parece que dicen que hay.

Sí, bueno, se supone que es un número alto, pero luego los datos no coinciden o sea...

¡Exacto! Si a nosotras no nos pregunta nadie, si somos víctimas, si no somos víctimas, si los datos son de las que se llevan, de las que están en situación irregular. Los datos son de nuestras compañeras, los datos de los clubs son de nuestras compañeras que están en situación irregular, que se la llevan a Comisaría y les pone una orden de expulsión a casi todas las que son latinoamericanas. A las de la Unión Europea no le pueden hacer nada porque, eh... son Unión Europea - como Europa del Este, a las compañeras de Europa del Este, eh... África las manda a, las mandan a los CIE. Y ahora, hay otra forma que las compañeras no vuelvan a los clubs, eh... que, que sea que hay, que en ese momento haya vuelos calientes y los tengan que llenar. Entonces pues yo qué sé, pues si falta 20 plazas, pues ahí están las putas, siempre para rellenarla siempre, siempre, las putas de comodín, pa, pa... pa todas estas cosas. Tan rastrera que hace el Gobierno, diciendo todas... que todas somos víctimas de trata, pero mira cómo tratan a las compañeras, ¿no? Viene una redada, ustedes veis en los medios de comunicación que han salvado a 40 mujeres y resulta que esas mujeres se las han llevado a Blas Infante para identificarlas – Blas Infante es la Comisaría de aquí, vamos. Se han llevado a Comisaría para identificarlas y en menos de 3 días - 3 días, porque además no las pueden tener detenidas más de 72 horas - en menos de 3 días nuestras compañeras están otra vez en el mismo club ejerciendo la prostitución, pero es que... se ha visto la redada, y al día siguiente vuelve, está abierto y ¿entonces de qué estamos luchando contra quién?

Con las ordenanzas municipales, con las ordenanzas municipales, según el Grupo Antígona - que es un grupo de investigación de la Universidad de Barcelona, que hace algunos casos de trabajo sobre prostitución - hay una eh... sobre las ordenanzas municipales, eh... estudiando

los mismos territorios durante el mismo período de tiempo, ¿no? 7000 multas a las mujeres frente a 7000 multas a los clientes. Hasta eso es mentira: «vamos a perseguir al putero» - ¡mentira! A nosotras y encima a veces nos dan multas y ni siquiera consta, y no consta porque no son multas, porque son por desacato a la autoridad. Claro, si tú me estás diciendo a mí que yo no putee aquí y allí hay un club y allí otro club que me cago en tus mulas, cuando tú me estás obligando a que me vaya a trabajar ahí, o sea, con horarios, que le pague entre 50€ y 120€ por la habitación todos los días. Y a los clientes se les persigue en la calle y me digo «pues me voy a un club, me voy a un piso donde ya no soy perseguida y ya está». Y a las mujeres lo que hacen es abocarlas a hacer el área de trabajo sexual para, para tercero, o a irse a un espacio, ¿eh? donde tiene, tiene que hacer el servicio más a escondidas, más en la clandestinidad, tiene que, que, que pactar el servicio más a lo rápido. Como tu parte servicio a lo rápido, luego tienes problema, porque luego te piden algo que no que no, que no lo has hablado antes. Luego tienes problemas, ¿eh? Hasta en eso ya te digo que el abolicionismo es inhumano, porque mira lo que han conseguido, hasta que nuestras compañeras peligren por esta persecución - esta persecución ¡al hambre! Porque es que se está persiguiendo a mujeres que le hace falta para comer. Que no, que nosotras nos levantamos ayer diciendo nos levantamos de un día para otro diciéndome «nos vamos a meter putas», ¿vale? Que la que mayor parte de las mujeres cuando viene a ejercer la prostitución, es porque vienen en condiciones económicas muy chungas, ¿vale? Y que ya han llamado a todas las puertas. Es decir, «¿y por qué no te metiste a camarera?», «no, es que ya fue y eché currículum de camarera». Vamos a ver «¿y por qué no te metiste a de eso?», «no, es que ya fui». ¿Vale? Es que vemos a una... yo les digo cachorras, ¿eh? chavalitas jovencitas que se está metiendo ahora mismo en el abolicionismo que sueltan esos pedazos de burrada porque su referente los suelta y «¿tú qué estás hablando niña con tus privilegios, joder? ¿Eh? Cuéntaselo a una madre que tiene la nevera vacía, que su hijo le dice que tiene los zapatos rotos, ¿eh? que está yendo al colegio le están entrando agua, ¿eh? que mañana... que sabe que como no consigue sacar dos servicios hoy le van a cortar la luz dentro de 3 días. Díselo a las mujeres que vienen de su país, de su país porque sufren abusos en su puto país, ¿eh?, porque sufren hambre, porque no vinieron aquí para ser putas, vinieron aquí para trabajar en el campo, ¿eh? Que se hicieron un camino de cuatro años, como las compañeras africanas, ¡venga!». Aun sabiendo que la iban a vender por el camino, pero no por temas de prostitución, sino porque la trata, porque el viaje y el tráfico de personas - sin tener nada que ver con prostitución - las mujeres lo tienen que pagar así. Aun así, ellas lo saben, ¿por qué?, ¿por qué quieren conseguir qué? Porque quieren conseguir estar mejor. Y ¿quién lo va a parar esto? ¿Lo vamos a parar los blanquitos, que vamos a sus países, a llevarnos los minerales que

tienen sus minas, en que contratamos que tienen allí a... a... a su a su presidente a su Gobierno y todo eso que mandan a las guerrillas ya no sé qué tiene trato con las guerrillas y con Dios Santo - que las violan, ¿vale? Luego vienen los cascos azules vienen... vienen los americanos y dice venga que nosotros vamos a hacerlo también - y las violan, ¿vale? Y luego sus maridos, eh, las abandonan por traer descendencia de una puta violación, porque está partiendo la estirpe y la raza y todo, porque... la mayor ofensa para un macho es que te dejen allí la semilla del mal, ¿no? En esos países, ¿no? Eh... y aquí estamos, desde nuestro feminismo blanco diciendo «alaaa, qué... es que si los hombres, no ves, si la... si los hombres, si no existiera clientes, no asistiría la prostitución». Si no existieran clientes, existirían muchas mujeres - como las hay ahora - por ejemplo, perfil mujer de 50 años que se acaba de quedar viuda, que ha vivido siempre con una violencia económica si asum... con su marido, que luego cuando se queda viuda cómo, cómo te quedas viuda en España de 52 hasta 60 años las pasas puta, ¿hein? Porque tan solamente te ingresan 500, 520€, luego te ponen que 690€ a partir de los 60, pero lo cómo te quedas viuda a partir de... con 50 años las pasas puta. Y yo porque, yo estoy viuda y porque tengo carga familiar, ¿eh? y entonces me quedo con €1000, pero como no tengas familia a tu cargo, porque normalmente con... eh, yo tengo un niño con 27 años, tengo 47 años y tengo un perfil como el... tengo un niño con 27 años. El perfil de mujeres con 50 años no es tener un niño de con 10 que yo tengo, sino tienes niños ya con veintitantos años. Esos niños tú ya no los estás criando, que han volado. Entonces no tienes hijos a tu cargo, entonces no, la pensión tan solamente son 520 y pico de euros, ¿vale? Eh, ¿cómo sobreviven esas mujeres? Que no han trabajado en su vida, que no saben dónde ir para trabajar, que solamente saben pedir para la caridad, como, como... vivan de alquiler y tengan que pagar 500€ de alquiler o 400€ de alquiler o algo así de alquiler, ¿luego cómo sobreviven? Sobreviven muchas de ellas echándose un amiguito con derecho a roce. Para que le paguen la luz y para que le paguen el agua.

Es supervivencia porque las mujeres hemos sabido que con el coño solo... eh, conseguimos muchas cosas porque... para nuestra desgracia. Es verdad, es que es verdad. Mira tengo una vecina que... que yo me meo de risa con ella, mi Susana la quiero un montón de hecho ella me cuida al niño, ella me hace redes de apoyo y luego me pregunta que si eres feminista: «vecina, yo soy feminista», yo me parto el coño de risa con ella. Bueno, pues mi vecina, mi vecina ha parido dos veces y hasta que no parió la segunda vez no se enteró de lo que era un orgasmo, ¿vale? Mi vecina ha utilizado acostarse con el marido para que para que a su marido aguante a su hermana al día siguiente, porque no se podían ni ver, ¿eh? Mi vecina me ha dicho: «yo no quiero follar, no me apetece, vecina yo soy frígida» - se pone - «pero me lo voy a follar ya,

porque llevan una semana dándome por culo y ya no lo aguanto más». Yo no quiero que ninguna mujer se sienta puta. No que no quiero que se meta a puta, es que tampoco quiero que se sienta puta.

Es que al final, hablamos de un trabajo también, ¿no?

Sobrevivir a los machos.

Marijosé, quisiera hacerte una última preguntita. Me gustaría preguntarte si crees que los movimientos, las asociaciones y los colectivos - como los que integras – si ¿crees que pueden efectivamente tener algún impacto en la sociedad y si ves que estáis consiguiendo y logrando avanzar con vuestras luchas? ¿Y qué esperanzas tienes para el futuro?

Vale, nosotras sí estamos consiguiendo cosas. De hecho, antes no se hablaba de las trabajadoras sexuales y ustedes estáis aquí hoy aquí porque estamos consiguiendo cosas. El impacto social que estamos consiguiendo es tela marinera, ¿no? Eh, nosotras sabemos que las leyes no nos van a acompañar, y sabemos que... que nos van a castigar, ¿no? Pero nosotros estamos buscando compañeras... y que estamos buscando colectivos, estamos buscando gentes afines, hay gente que nos están abriendo paso, para cuando llegue ese momento estemos lo más organizadas posible: para que nuestras compañeras tengan un espacio seguro donde llegar. Eh, estamos... hemos conseguido que Izquierda Republicana se declare pró-derechos que... que... que se informe sobre el modelo de Nueva Zelanda y que mire en España con ojo al modelo Nueva Zelanda. Hemos conseguido formar parte del movimiento abol... del movimiento feminista pese a las abolicionistas. Hemos conseguido entrar en la academia que es donde, eh, que ahí es donde salen las únicas pocas manos amigas que nuestras compañeras las putas se van a encontrar a lo largo de su vida, que luego son las trabajadoras sociales, psicólogas, gente de derecho, todo lo que lleve asistencia social, ¿no? Eh, estamos consiguiendo cosas, nos queda mucho que conseguir, pero lo primero que, que... lo más importante de conseguir antes de los derechos laborales, es conseguir que la sociedad nos acepte. Y ¡es que la sociedad nos acepta! Quien no nos acepta son los espacios donde hablan de nosotras sin nosotras que, por desgracia, esos espacios son los que deciden por nosotras. Pero tú te vas a hablar a un barrio de putas, y... y... el barrio está con nosotras. Tú te vas a... Nosotras vamos, cada vez que vamos a una concentración, a una manifestación, una charla, o cualquier cosa, nos llega gente nueva, gente que, que... que flipa con nuestra lucha, ¿no? Y, entre otras cosas, flipan porque dicen «esto no

es lo que yo creía, esto no es lo que a mí me habían contado», ¿no? Si nosotras vivimos así, ¿cómo que ustedes no vayan a vivir así? ¿Cómo podemos pensar nosotras que vosotras vivíais mejor, ¿no? Pero nos lo han hecho creer, ¿no? Por, por, por...». Entonces, bueno, pues aquí estamos.

Cada vez estamos más atravesadas con otras luchas, eh... los derechos laborales no se van a conseguir posiblemente, ¿no? A... a corto plazo. Yo no los voy a ver, ¿vale? Eso será otra generación, a mi esta generación me ha costa... me ha tocado, eh, que nos, que nos visibilicen como sujetos políticos, mandar en nuestra lucha, no dejar que se organicen plataformas en nuestro entorno donde invisibilicen y nuestra lucha – que es lo que pasa en todos los colectivos sociales. No es que... No es que hayamos llegado: es que nosotras estamos cambiando también el entorno que nos rodea... que nos rodea en todos los espacios, las que estamos participando. Porque nosotras estamos cambiando las formas de... de hacer la lucha. Nosotras no esperamos grandes manifestaciones, nosotras esperamos una performance muy potente, muy potente que nos va a dejar medio muertas, ¿sabes? Nosotras esperamos una obra de teatro en la puerta del Ayuntamiento, humm... que... con, con que se queden 60 vecinas que pasen por allí, flipadas, ya nos vale, ¿no? Nosotras no estamos esperando mucho... mucha bomba, ¿no? Nosotras estamos dinamitando desde adentro. Los cascotes... que *casquetos* que les están cayendo al feminismo hegemónico, pues eso son las hostias que les hemos metido las trans y las putas. Y porque nos han dado tanta, tanta, han sido tan violentas con nosotras que nos han dado tiempo de, que, las, «venga, que les están pegando a las trans» - «ea, pues venga, las putas allí un ratito», ¿no?, «que les están pegando a las...» - una respira, porque las otras tienen que coger fuerza, ¿no? Porque que le están dando golpes a la una y a la otra, ¿no? Entonces bueno, nos ha dado tiempo como de... respirar, repensar y volver a saber por dónde nos vamos a pirar, ¿no? Pero está claro, ¿no? Gracias a esto también hemos conocido a las compañeras de ahí de Portugal, ¿no? Las trabajadoras sexuales organizadas de Portugal, eh, gracias a esto, pues estamos en conta... también de derechos humanos de Portugal, eh... Yo creo, eh, a raíz de una charla que tuvimos con compañeras de Portugal pues, eh... Terminamos en la Universidad de Cambridge, con las putas de un montón de colectivos, es decir, que ¿si hemos conseguido? ¡Pues claro que lo hemos conseguido! ¿Qué se visibilice lo que hemos conseguido? ¡No se visibiliza, porque es un colectivo que tienen que silenciar! Pero vamos, si te silencian los inclusivos, los colectivos inclusivos te silencian también. Porque muchas veces llegas a las jornadas, a que tu pongas el puntito pobre y que si llegas a las manifestaciones te dan el toque de color, ¿eh? Para que vea algo que tienen los otros colectivos, pero luego no hacen políticas

sociales con nosotras. No se sientan. Porque nos quieren tutelar, nos quieren llevar de la mano. Hasta eso, ¿eh? Hemos conseguido. Que el Colectivo de Putas de Sevilla, bueno, no sé si lo conoces, nosotras decimos siempre lo mismo: «a nosotras abrírnos paso, ¡seguimos sin pedir permiso!»

¡Marijose, mil gracias!

Anexo 11: Entrevista a Pablo Matilla Yáñez

Voy a hacer unas breves preguntas relacionadas con las luchas por el reconocimiento de los derechos laborales de les trabajadoras del sexo y el impacto del Sindicato OTRAS. La meta de esta investigación es estudiar el trayecto legal del Sindicato desde su formación oficial, bien como la relevancia del Sindicato en la defensa de los derechos de TS y en la sociedad en general.

La información que se recoja será confidencial y no se usará para ningún otro propósito fuera de los de esta investigación. Si tienes alguna duda sobre este proyecto, podrás preguntarme lo que sea en cualquier momento antes, durante y después de tu participación en la entrevista

Son preguntas abiertas, sin respuestas correctas o incorrectas. Algunas preguntas pueden tener un contenido más sensible. En el caso de que no te sientas cómodo con alguna pregunta, por favor dímelo y pasamos a la siguiente, sin ningún problema. La entrevista tendrá la duración aproximada de 40 a 60 minutos.

Para empezar, ¿me podrías indicar tu nombre (el que quieres que publique) y que cargo ocupas dentro del PSOE?

Pablo Matilla Yáñez y soy un militante de base. O sea, eh, bueno, pertenezco tanto al Partido como a Juventudes Socialistas y... y también al Sindicato, es decir, a la UGT, que también existe en Portugal, vamos.

¿Me podrías comentar un poco sobre la posición del PSOE sobre el reconocimiento social y/o legal del trabajo sexual? ¿Por qué?

La posición es, básicamente, eh... abolicionista. El Partido Socialista aboga por la abolición de todo el trabajo sexual y... y a cambio, bueno, eh... lo que intenta es acabar con las mafias, las redes clientelares, eh... y... a, y aparte de eso lo que intenta es que a las mujeres que están ahí se les dé un futuro diferente. O sea, con ayudas, con caminos laborales y... bueno, así, en plan... Y en lo que pasaba antes, que siempre ha pasado en este país que se multaba a la prostituta, ahora lo que se busca es el multar al cliente, digamos – al «putero» – y a los que trafican con los cuerpos, con las mujeres, vamos, sí. Un poco así, básicamente.

¿Qué rol ha tenido el PSOE en los últimos años en la legislación sobre el trabajo sexual?

Bueno, sí, pues yo creo que en Partido Socialista ha sido el partido en España que más ha apostado por la igualdad de género, los derechos de la mujer desde... desde el principio de la democracia, eh, pues con la Ley de Igualdad, la ley de... bueno, en este caso no tiene nada que ver pero sí que entra en el campo de los derechos humanos con el matrimonio igualitario, la Ley de Violencia de Género, eh... la ley de igualdad entre hombres y mujeres, la equiparación salarial y ahora el siguiente paso - bueno, el primer paso de la democracia fue despenalizar la homosexualidad o... y la transexualidad y todo, todo esto y después, eh... ha habido leyes como las que he dicho – y ahora el siguiente paso, que no es el primero en este campo, pero sí que es el más importante, es el... que bueno, llaman, que se podría llamar Ley Integral Contra la Trata de Seres Humanos con Fines de Explotación Sexual. Esto lo que recoge el PSOE en su programa electoral y en el acuerdo de Gobierno entre Partido Socialista y Unidas Podemos, que cambió el nombre – creo que en el acuerdo se llama Ley Integral contra el Trato de Mujeres con Fines de Explotación Sexual, nosotros pusimos seres humanos. Bueno, daría igual, que da lo mismo. Al final el caso es que es el mismo objetivo y, bueno, no sé si está bien explicado.

Sí, por supuesto. Y ahora mismo, mirando al panorama vigente legal sobre el trabajo sexual, ¿consideras que es suficiente o insuficiente?

Para nada, falta todo por hacer. O sea, hace... se empezó hace unos años... O sea, a principio no había mucho en la legislación – de hecho, no hay demasiado actualmente – pero, como he dicho antes, al principio a lo que se multaba era a la propia prostituta por ejercer ese trabajo. Esto cambió con los años, a principios, no recuerdo, a principio del siglo, unos años... cuando entró el Gobierno de José Luis Rodríguez Zapatero y poco a poco... a nivel local, lo que se cambiaron fueron las leyes municipales, para poder multar y perseguir al... «putero», al cliente – que esto, era un avance, claro, porque ya no persigues a quien está sufriendo las consecuencias sino a quien aboga a por que sigan existiendo. Pero eso era a nivel municipal, más a nivel aut... no sé si bien es autonómico, pero sí que lo hacían más los Ayuntamientos. Por ejemplo, Madrid, con el Gobierno de Manuela Carmena, cuando entró en 2015, también se propuso multar a los «puteros» – de hecho, algún titular de prensa, tal cual – «se multarán a los “puteros”», o sea que, en Madrid, así que ha sido por ahora a nivel local. Y claro, a nivel nacional, que es, al final la ley que podría igualar todo el conjunto y todo e... intentar arreglar la problemática, no existe... es decir... por eso, es... por eso, o sea, la prostitución no es legal, por eso el Sindicato OTRAS no puede constituirse como Sindicato. Quiero, no sé si me vas a

preguntar a preguntar después. Pero quiero dejar claro que no es el par... El Gobierno el que legaliza el Sindicato, sino que recurre, y el Tribunal Supremo dice que no, que no puede haber un Sindicato de trabajadoras sexuales, porque no existe como actividad laboral, ni autónoma, ni cotiza con la Seguridad Social, con lo cual ese Sindicato no puede existir como tal. Pero hay que considerar que, en una democracia, eh... cualquier persona se puede organizar en una asociación y lo que es el Sindicato OTRAS sigue existiendo, es decir, no tiene estatutos aprobados, pero sí que se han reunido, de lo que he podido leer, ¿no? Se han reunido, tienen cargos, hacen actos. O sea, quiero decir, no se les ha prohibido la no existencia, pero no puede ser un Sindicato de trabajadores ya que, entendemos, o la legislación entiende que no existe. ¿Qué pasa? Que... hum... no existe y tampoco está ilegalizado, es un trabajo ilegal, es lo que le falta a la... Que es lo que yo creo que se intenta hacer con... esta ley, eh, que hará este Gobierno de coalición nuevo cuando haya tiempo porque... porque empezamos en enero y mira cómo han pasado 10 meses. Y no ha dado mucho tiempo para mucho más que para... el coronavirus. Y lo que se intenta es dar un... un ente legal que persiga y proteja a las... proteja a las mujeres y persiga a las mafias, a los que se lucran de esto, ¿no?

Realmente iba a llegar a algunos de estos puntos más adelante, pero como has mencionado el asunto ya, me gustaría preguntarte, ¿qué perspectiva tenéis en cuanto Partido sobre el punto en que se encuentra el Sindicato ahora mismo? Es decir, ahora mismo el Sindicato efectivamente sigue existiendo y funcionando; sin embargo, sus estatutos no han sido aprobados por la Audiencia Nacional. ¿Qué significó para el PSOE y para el Gobierno esta impugnación de los estatutos en Audiencia Nacional?

Ah, bueno, fue la Audiencia Nacional, ¿no? No el... he dicho el Tribunal Supremo, creo, ¿no?

Sí, la decisión fue de la Audiencia Nacional y ahora el caso subió al Supremo. Bueno, de hecho, lleva los dos últimos años en el Supremo.

Ah, sí, es verdad, fue a Audiencia Nacional y pasó a Supremo, sí, perdón, me he equivocado.

Nada, ¡no pasa nada!

Pues, eh... yo creo que sí que la... que la a mi entender, sí, es la posición correcta la que lleva el partido, porque no reconocemos eso como un trabajo y nuestro objetivo es justo el contrario,

es decir, si aceptamos este Sindicato como de trabajadores, tendríamos que aceptar todo. Y cuando... y si aceptas un Sindicato de trabajadores tienes que aceptar una patronal. Y la patronal serían los dueños de los locales, los que contratan a las mujeres – bueno «contratan» - ¿no? Entonces que...

Bueno, pero eso ya existe y ya está reconocido, existen Sindicatos (y asociaciones) reconocidas de dueños de clubs de alterne.

¿Sí? Pero bueno, hum... sí. Entendemos que... como Sindicato, bueno. Entendemos que claro, por es... Ahí está la cuestión del problema. Si aceptamos un Sindicato de trabajadores, tenemos que aceptar la patronal, y la patronal es la que se está lucrando. El Sindicato o la Asociación supongo que nombras, no sé cuál será ahora mismo, pero imagino que sea una Asociación de dueños de clubs de alterne que eso sí, que como los clubs son legales, sí se pueden organizar. Ese yo lo... es lo que intentamos cambiar. Que... porque los clubs de alterne no dejan de ser bares de copas, eh... oficialmente, donde oficialmente no se vende sexo, es decir, tú puedes ir, te tomas una copa y, hay mujeres – es lo que suele pasar, ¿no? – hay mujeres en el local que van y te hablan y te invitan a subir a la habitación. Y ahí, oficialmente, en esa habitación, nadie sabe lo que pasa, si tú quieres dar dinero a la mujer, es tu problema, oficialmente no le tienes porque dar. Y aquí, oficialmente, el dueño del local oficialmente no tiene prostitutas, ni tiene... ni se lleva dinero de esas prostitutas, ni... solo tiene un bar de copas donde la gente se reúne y liga. Digamos, ¿no? Así informalmente. ¿Qué pasa? Que ese es el problema. Lo que intentamos con esto es atajar el vacío legal que hay. Que hay una descompensación entre estas mujeres explotadas y sus explotadores. O sea, sus explotadores tienen un negocio legal - que no debería ser legal - pero porque la ley tiene un hueco muy grande que es... que es un bar de copas es legal, o sea... Nadie ha prohibido en el mundo un bar de copas nunca, quiero decir. Pero este es el problema, claro. De reconocimiento, no es que el Gobierno reconozca un... una asociación de... de... bueno, de dueños de clubs de alterne, sino que es que la propia ley permite que tú te puedas asociar, hum... con otras personas que... de tu mismo negocio, o sea... es una actividad legal, pero la actividad legal no es la que... no es la oficial. O sea, nos es la que... o sea, la oficial no es la verdadera.

¿Consideras que las y los trabajadores del sexo tienen suficientes herramientas de defensa y protección ahora mismo?

No, para nada. Eh... ahora mismo están muy desprotegidas. Es verdad, es verdad que... o sea, por ejemplo, la fuerza de cuerpos de la seguridad del Estado lucha en contra ello, y a cada cuanto se ve en la tele ¿no? Desmantelar un burdel es muy difícil, pero se hace, pero... ahora mismo, o sea, una mujer hum, bueno... una persona está en esa situación es porque no tiene otra alternativa, o sea... es imposible... es imposible que tú vayas a explicarle que puedes cambiar, que puedes hacer otra cosa, y que esto... te están explotando y que eres un ser humano y que actúas como tal, porque al final cuando los... o sea... al final cuando los... no me sale, la... la primera actitud que tienes ante la vida es el vivir y comer, ¿no? Pues si no le das otra alternativa, la gente no puede cambiar por sí sola. Esto es lo que lleva en plan, bueno pues, oportunidades laborales, sociales, reintegración en el mercado laboral, en el mundo, en la sociedad. Esto es lo que falta y yo creo que esa ley... espero que salga pronto. No sé si ya estará tramitado, poco a poco. El Ministerio de la Igualdad de Podemos y la Dirección General de Violencia Machista – o Violencia contra las Mujeres, no sé, Victoria Rosell, la directora, no sé si están trabajando en ello, creo que sí, y... bueno pues, espero que lo cuanto antes... pueda ser una realidad porque, obviamente no hay, ahora mismo no hay una alternativa. O sea, no les puedes decir «deja esto» porque... «dejo de comer» o sea... a una mujer o a un hombre, un trabajador, vamos.

¿Qué rol consideras que la Ley Orgánica 4/2015, de 30 de marzo, de Protección de la Seguridad Ciudadana (Ley Mordaza) tuvo en el trabajo sexual? ¿Cuál la posición del PSOE sobre el asunto?

No entiendo la relación, no... o sea, no... ¿La relación entre la Ley Mordaza y... y la prostitución?

Sí.

Hum... no sabría si tiene alguna relación, o sea, ¿en qué sentido?

Bueno, era más que nada para entender como veis esta relación porque, efectivamente, la Ley Mordaza empezó a criminalizar determinadas prácticas que implican directamente a las y los trabajadores del sexo, como la «exhibición obscena» u otros

criterios menos claros, pero que están teniendo un impacto en determinados tipos de trabajo sexual.

No sabría decirte. Eh, ¿positivo?, ¿negativo? No... o sea, entiendo... eh... la posición del PSOE en cuanto a la Ley Mordaza es... abolirla. Y... y cambiar la Ley de Seguridad Ciudadana supongo que... parecida a la anterior que era de... un, unos Gobiernos anteriores nuestros. Eh, que tiene, que da más libertad porque la Ley Mordaza lo que ha dado... Es un como barra libre a que la policía que de palos si así lo cree contra manifestantes y que haya condenas que no deben hacerse, o sea, condenas superiores por vandalismo, ¿no? No sé qué... social, ¿no? Pero no... no... no sabía... no sabía, no había estudiado, o sea, no tenía en mente. No sé si es pos... ¿Entiendes tú que es positivo?

Para mí, desde este lado, no es el momento aún de exponer mis análisis o conclusiones. O sea, que estoy...

Es que no... es que no sé, no sé cómo está formulada esa parte de la ley sobre prostitución entonces no sé si... O sea... ¿entiendo que ponen multas más altas a...?

Más multas a los y las trabajadoras del sexo, pero también a los clientes.

Ah, es un poco lo que decía. Que empezó con... los Ayuntamientos y bueno las... no sabía, no... lo desconocía, perdona. Supongo que la Ley Mordaza habrá incrementado esas multas o... y luchado contra la prostitución, sí.

Es que realmente llevamos años familiarizándonos con la Ley Mordaza, ¿no? Pero hasta que empezara a investigar y profundizar este tema, yo tampoco conocía esta relación con el trabajo sexual. Y esta pregunta también llega un poco en este sentido; porque si es cierto que tanto hablamos y conocemos los impactos de la Ley Mordaza y la mayoría desconocemos que también ha tenido impacto en materia del trabajo sexual.

Pues... Pues... No lo sabía. O sea, la Ley Mordaza la había estudiado en otros sentidos, en los sentidos que pueden más atañer... a los derechos fundamentales de la constitución: de manifestación, protesta... pero no, no había mirado ese... ese... esa óptica, vamos.

Bueno y... ¿cómo ves el papel del Sindicato OTRAS en la defensa de las y los trabajadores del sexo?

Entendemos que... o sea... Entiendo el motivo por el qué lo hacen, que es verdad que hasta que haya una ley que pueda luchar contra esto más claramente, más directamente, entiendo que su función es ayudar a las que están en ese mundo, pero de una óptica laboral, que no compartimos. Es decir, entiendo, digamos, la buena voluntad, que entiendo que hacen, ¿no? pero la... pero esa labor, yo creo que, o creemos dentro del partido, por eso está en contra – y por eso es abolicionista y no regulacionista, es que se blanquea, se blanquea, humm... un problema muy grave, que es de trata de seres humanos. Es decir, si les das derechos laborales, estás reconociendo que eso existe, que eso se puede hacer, que eso es legal. Creemos que no, que es el... que los derechos humanos están por encima de todo y la trata de seres humanos no... no se concibe en una democracia. También hemos visto en otros países que la tiene legalizada no funciona o... no funciona como se pensaba que... por ejemplo, Alemania la tiene legalizada, o medio legalizada, pero... al final ni casi ninguna prostituta se inscribe como autónoma, o sea, al final, eh... Hay ahí un agujero legal, que alguien se lucra, y nunca son ellas eh... Y entonces blanquear eso es muy... puede ser muy peligroso porque puede llevar a más cosas. Cosas peores que... puede llevar a otros pensamientos, puede llevar a otras... Si aceptamos esto, pues el siguiente paso, y el siguiente, y el siguiente... Y algún día diremos que nada importa y que todo vale y que todo se puede comprar y que todo se puede vender...y eso es neoliberalismo puro y duro [risas].

Y ¿no concibes entonces otro modelo de legalización que no sea el regulacionista, que es el caso de Alemania? O sea, porque, por ejemplo, el propio Sindicato es crítico de ese modelo que mencionas, y concibe otro modelo de legalización con un enfoque en la cooperación y, más que nada, de un reconocimiento dentro de la autonomía y de la autodeterminación en ejercer trabajo sexual – marcando también una distancia evidente con lo que sería la trata y explotación sexual, por no mezclar conceptos. Entonces, lo que pregunto realmente es: ¿concibes la posibilidad de una legalización del trabajo en algún otro plan de descriminalización? ¿O crees que va igualmente en el sentido de los ejemplos que mencionas?

No, para nada, o sea yo creo que al final siempre... siempre se blanquea. O sea, al final, siempre hay un vacío, siempre hay algo, y lo vemos en cualquier, en cualquier negocio legal. Sí, directamente... no hay que irse muy lejos, cualquier negocio al final alguien se lucra, eh...

Mucho, consigue mucho dinero, eh... en cualquiera, o sea. Pero claro, es la actividad económica, es lo que es, la iniciativa privada no se puede prohibir, pero aquí entendemos que, aunque... aunque en otros negocios, aunque haya leyes antimonopolio y tal se... al final se pueda llegar a eso. Se entiende que la actividad económica en la iniciativa privada es un derecho fundamental eh... en un sistema capitalista o... como lo tienen la mayoría de los países occidentales. Pero entendemos que hay un límite y el límite es... eh, los derechos humanos. En cuanto, en cuanto... eh, el producto es una persona, en este caso la prostitución, pero también, eh... por ejemplo, por ejemplo, hum... niños trabajando en fábricas, o sea eso también... eso pasa en otros países, claro. Eso, claro, lo intentas luchar, pero como está en otros países. Pero claro, en tanto en cuanto al ser humano es la pieza a vender o comprar, entendemos que no puede haber... Tolerancia cero, entiendo... entendemos.

¿Y crees que el Sindicato logrará, o puede en algún momento lograr algún impacto en los cambios legales sobre el trabajo sexual en el país?

Hombre, yo creo que no. No van a tener mucho impacto, no por nada, sino porque la posición del Partido Socialista es abolicionista, ese ya no, y eh... Viendo el sistema de partidos, el único que puede estar algo parecido a la regulación – y tampoco– sería Podemos, y tampoco... Bueno, Ciudadanos, podría ser... Ya no existe, casi. Y, eh... Pero bueno, si vemos el sistema de partidos que estuvo a punto de colapsar hace unos años, pero parece que va a aguantar – eh, tanto en España como en Portugal, por cierto, en Portugal mucho mejor. Eh... Al revés que, en muchos países de Europa, el Partido Popular tampoco está en esas tesis. Por otros motivos, muy diferentes, pero eh... los dos partidos grandes, digamos, los que soñamos a gobernar - o a tener la Presidencia del Gobierno, no a gobernar porque hemos visto el primer Gobierno en coalición, pero no será el último. Y... eh... por muchos motivos el Partido Popular está en contra, también. Aunque no ha hecho mucho, pero bueno, eh... por motivos digamos religiosos, conservadores, eh... de que, bueno, la moral... Entonces eh, por caminos diferentes, los dos partidos mayoritarios piensan parecido. Entonces creo que, por ahora, en los prox... eh... a corto y medio plazo, no parece que la regulación sea un camino. Sí que la podría tener un poco de Ciudadanos cuando estaba un poco más fuerte, que siempre dijo aquello, ¿no? de libertad, que cada uno haga lo que quiera, pero bueno, como hemos visto, Ciudadanos no parece que vaya a remontar. Está como iniciativa liberal con un poco menos... un poco más, pero [risas].

Y en términos del impacto del Sindicato, no digo tanto en un plan legal, sino más bien el impacto en la sociedad en general y para la discusión pública, ¿crees que ha tenido ese impacto, o que lo va a lograr en algún momento?

Pues yo creo que en la opinión pública no se ha vuelto a hablar mucho más del tema desde... desde que salió la polémica. Eh, no sé cuántos mili... no sé cuántos afiliados tiene, pero... en principio creo que no tiene mucha, no han llegado muy lejos, por ahora, no sé. No sé, tienes el dato, de ¿cuántos son?

El numero cierto no, pero alrededor de las 3 centenas sería.

Y parece... Y no parece que vaya a entrar, porque es... O sea, avanzar mucho porque... como sabes, el mundo de la prostitución... Lo primero, las mafias y las redes y, y los que llevan esto no quieren un Sindicato, obviamente. Las trabajadoras, no son ni trabajadoras, yo no pienso ni que sean trabajadoras, son esclavas, las tienen ellos para lo que quieren, o sea que en el mundo no sé si... En el mundo de la prostitución no sé si tiene mucho impacto. Lo desconozco, pero parece que... Y aunque tuviera mucho no, eh... no llegaría muy lejos, ¿no? Con esta ilegalidad que tenemos ahora mismo no... no... Creo que no, vamos, no sé.

¿Crees que los meses de confinamiento y la pandemia han traído impacto para las trabajadoras y trabajadores del sexo?

Hombre, pues sí, supongo que sí. O sea, supongo no, sí. Eh... porque a todos nos ha afectado, imagínate a alguien que no... Hay gente que ha perdido sus trabajos, hay que está en ERTEs, hay gente que... que es autónomo y no, que no ha podido hacer su trabajo en estos meses... Pues imagínate alguien que tiene una situación irregular, directamente, quiero decir, ni están para la Seguridad Social, ni tienen Sanidad en teoría, bueno si tienen papeles sí, aunque no tengan Seguridad Social, pero muchas son extranjeras, su único sustento es el... eh, bueno, vivir en el burdel supongo, o, bueno en la casa que le den, no sé, las condiciones que sean. Y, cobrando de sus clientes, dinero negro que no se pueden ir... Ese dinero no existe, no se puede declarar, no... y, claro, si la pandemia en teoría, oficialmente, nadie ha salido de casa, por lo cual, no ha habido clientes. Esto ya, bueno... quien se haya saltado las normas ya es otra cosa, pero... pero, claro, ellos... si la gente «legalizada», digamos, ha sufrido, e imagínate las que ya no tienen... no está legalizada. Y bueno, eso conlleva también en la sociedad ha habido pues... Habrá que estudiar los... las secuelas psicológicas de esta pandemia, pues imagínate

alguien que ya vive atormentado día y noche. No sé, la salud mental le habrá afectado el doble... eso lo supongo.

¿Y crees que el Gobierno y el Estado han dado una respuesta eficiente – o intentando dar una respuesta eficiente para suprimir esa crisis (en particular la que las trabajadoras y trabajadores del sexo sintieron)?

Eh... bueno, a priori... se cerraron los prostíbulos en algunos sitios, eh... Creo que no se ha tratado mucho este problema en la pandemia, por desgracia... Se les ha dejado... eh, yo creo que sí, se les ha dejado un poco a intemperie. Es verdad que se hizo eh... Bueno, no para este caso, pero los... para la gente, para los mendigos de la calle, sí que se puso albergues y tal y... Sobre todo, en Madrid, que es lo que conozco, en este caso, pero... no sé si esto ayuda un poco a las prostitutas de la calle, creo que no. Creo que ha sido un error eh... del Gobierno, creo que no se han preocupado mucho. No lo sé, a lo mejor sí. Creo que no, por lo que, visto, lo que ha pasado, no se ha preocupado mucho nadie por... eh, por su situación vamos, que supongo que habrá sido mucho peor. Sin dinero y viviendo... En donde los burdeles, y... y con su... y tal vez incluso con su jefe cobrando alguna ayuda por... por bar de copas. Cuando cerraron los bares, que se ha dado esa ayuda a hostelerías, seguramente mu... alguno habrá recibido dinero y todo, o sea... De las ayudas, algunas ayudas y demás, pero vamos, que ellas no han visto un duro, o sea que... eso está claro.

¿Crees que, si el Sindicato hubiera sido legalizado y efectivamente reconocido en el ámbito laboral antes de la pandemia, los impactos sufridos habrían sido diferentes? ¿En qué aspectos?

Yo... yo creo que no, no hubieran sido parecidos porque... como he dicho no se reconoce como actividad laboral. Con lo cual... no hubi... hubiera estado en la misma situación... Aunque haya un Sindicato, porque... al no reconocer la actividad laboral, no puede ser un Sindicato, pero, aunque sea legalizado, como asociación, que no sé si es cómo está ahora... hubiera intentado ayudar a esas mujeres – que lo podía haber hecho igual estando legalizado o no – eh... supongo que lo habrá hecho, no lo sé, imagino que sí... Pero, en este mundo, ya se... la incidencia de una asociación que pueda ayudar, y puede ayudar a la gente, o sea y nadie dice que no haya... ayudado a salir a alguien, o ayudado... Pero la gran mayoría ni... muchos son extranjeros, no conocen el idioma, solo tienen lo que ven a su alrededor, eh... Es muy difícil

llegar a esas personas, obviamente, porque están en una situación irregular, están eh... están en una situación de explotadas, hay un explotador, que es lo que lo hace... Esa misma persona, que es el explotador, no te va a dejar llegar. O sea que... Yo creo que hubiera sido parecido... a día de hoy, creo que no cambia mucho la legalidad e ilegalidad, porque como no está reconocido directamente... creo que hubiera... quedado parecido, vamos, a lo mejor hubiera ido un poco más pero no creo que en un momento exponencial, vamos, o a nivel general.

¿Y si el trabajo sexual hubiera sido legalizado y efectivamente reconocido en el ámbito laboral antes de la pandemia, los impactos sufridos en esta crisis, crees que habrían sido diferentes? O sea, las, los trabajadores podrían, por ejemplo, haber podido cobrar un ERTE, ¿no?

No porque... Estoy a hablar de que el Sindicato esté legalizado. Pero... las trabajadoras seguirían igual, o sea su situación sería ilegal, no podrían estar en ERTE ni en nada. Ese es el problema que... que hay en esto. Que, aunque se reconociera una asociación o tres mil eh... no... como no existe, o creemos que no existe este trabajo, seguiría en mismo, es la misma situación, vamos.

De acuerdo, pero ahora ya no me refiero al Sindicato, sino que me refiero al panorama legal. Si las trabajadoras y trabajadores del sexo estuviesen en un panorama legal distinto, donde su trabajo fuera efectivamente reconocido legalmente mi pregunta es: ¿consideras que sería positivo que en estos meses pudieran acceder a los beneficios del trabajo reconocido, como cobrando el desempleo, o cobrando en ERTE, etc.?

Hombre... eh... que fuera su situación legal, ¿no? ¿Dices? Hombre, eso... Claro, si fuera una situación legal eso hubiera facilitado mucho las cosas, es decir, podrían haber metido un ERTE, estarían en la Seguridad Social, cotizarían... Pero claro, lo que he dicho un poco antes: si se reconoce todo esto... yo creo que... o sea, las que fuera legal, las que tuvieran de forma legal, sí pudieran hacer todo esto, pero creo que la gran mayoría no estaría legal. O sea, si todos... claro, muy difícil llegar a todos. Si esto fuera una actividad económica normal, bueno «normal», quiero decir... se podría regular, podría estar estructurado, podría llevarse, pero... al ser esto, aunque lo legalizara, yo creo que la gran mayoría seguiría en una situación irregular. O sea, ¿sería bueno? Eh... en parte, sí, eh... Pero claro, entendemos que... reconocer todo esto lleva a... otras cosas peores. Que ya está pasando, pero de forma legal o sea que... también en

el ámbito social es decir que un proxeneta pasa de proxeneta a empresario de éxito, en la tele. «No, mira, yo tengo una empresa, y me va muy bien, y salgo en la tele», ¿no? Como a Amancio Ortega, pongamos por caso, que fuera... no tuviera Zara, sino esto, y sería un modelo a seguir y... como sociedad yo creo que... que esto sería, la decadencia de la sociedad, digamos, ¿no?

Ya vamos llegando a la fase final de la entrevista y me gustaría de dejarte entonces una última pregunta. El Sindicato afirma que solicitó varias veces reunión con el PSOE y con el Gobierno (una recientemente, en los meses del confinamiento, solicitando algún tipo de ayuda o de apoyo) y que no se la habéis concedido. ¿Es correcta esta información? En caso afirmativo, ¿por qué motivo no habéis aceptado reunir con el Sindicato?

Hombre, no estoy en el Gobierno, por ahora [risas]. Eh... Pero entiendo que... entiendo que el Gobierno no se puede reunir con algo que no existe... oficialmente. Esto no... no estoy negando su existencia vital, sino su existencia legal y... Entendemos que, si no aceptamos su existencia legal, no podemos tratarlo de igual a igual. Creo que... creo que los tiros irán por ahí. Pienso yo que será eso, que si... no podemos aceptar, si no aceptamos, pero luego reunimos con ellos... Bueno, es eh... entiendo que será la cosa por ahí. Que si no se acepta una cosa y aceptas que exista, o sea que se reúna contigo, que tenga publicidad, supongo que sea una contradicción en sí misma, ¿no?

¿Y eso también se aplica al PSOE en cuanto partido (y no Gobierno)?

Entiendo que sí. Que, si la posición del partido es abolicionista, entiendo que reunirse con asociaciones regulacionistas, eh... entiendo que no aceptarán una reunión que va en contra de lo que defiende. Es... yo creo que... es por ahí donde... es ese el motivo, vamos, no... Tiene sentido y...y [risas] conociendo un poco el partido me da que es por ahí la cosa.

Bueno, ¿no sé si quieres añadir algo más o preguntarme algo también?

De la entrevista, no... ¡Muy bien, me ha gustado!

¡Muchas gracias!

Anexo 12: Entrevista a Raj Redlich, 19/10/2020

Voy a hacer unas breves preguntas relacionadas con las luchas por el reconocimiento de los derechos laborales de les trabajadoras del sexo y el impacto del Sindicato OTRAS. La meta de esta investigación es estudiar el trayecto legal del Sindicato desde su formación oficial, bien como la relevancia del Sindicato en la defensa de los derechos de TS y en la sociedad en general.

La información que se recoja será confidencial y no se usará para ningún otro propósito fuera de los de esta investigación. Si tienes alguna duda sobre este proyecto, podrás preguntarme lo que sea en cualquier momento antes, durante y después de tu participación en la entrevista

Son preguntas abiertas, sin respuestas correctas o incorrectas. Algunas preguntas pueden tener un contenido más sensible. En el caso de que no te sientas cómodo con alguna pregunta, por favor dímelo y pasamos a la siguiente, sin ningún problema. La entrevista tendrá la duración aproximada de 40 a 60 minutos.

¿Quieres ser identificado en la entrevista? En caso afirmativo, ¿con qué nombre?

Ah, humm, puedes citar mi nombre, o sea... bueno el nombre de mi personaje, de Raj.

¡Genial! ¿Hace cuánto tiempo conoces el Sindicato OTRAS?

Eh, bueno, eh... prácticamente desde que se instituyeron, porque yo seguía a las... a las promotoras, aunque luego como integrantes hay, hay miembros de todo el ámbito español las promotoras son gente, eh, de Cataluña vinculada a la asociación de profesionales del sexo, APROSEX, y para cuando decidieron constituirse con estructura sindical como OTRAS, pues, yo ya estaba con... en los temas de activismo del trabajo sexual ya las conocía. Por tanto, sí, conoz... nos presentaron el proyecto y todo cuando lo estaban, cuando lo estaban haciendo. Sí, me invitaron a integrarme, eh, cuando formaron mesas de trabajo, cuando fueron a Madrid, y todo eso, antes del jaleo con el Ministerio del Trabajo.

¿Pero ahora mismo estás sindicalizado y dentro del Sindicato?

No, no, yo no eh, ya... Me invitó Concha, pero, eh, decliné porque el tipo de activismo que hago yo es una cosa muy de divulgación, comunicación, eh, de redes sociales y yo no... la verdad es que nunca me he visto como sindicalista, ni... ni tampoco tengo tanto tiempo para esas cosas de orden tan político. Pero vamos, sí, sí, nos lo comentaron el proyecto y me invitaron a adherir a las mesas de trabajo cuando fueron a Madrid a instituirse.

Raj, me gustaría saber, ¿me puedes hablar un poco de tu trayectoria de lucha y organización en este ámbito?

Sí, yo en realidad llevo muy poco tiempo en del activismo del trabajo sexual comparado con gente con trayectoria en el Estado Español y yo me integré un poco por... por casualidad y por estar jugando en redes sociales, por eso mi formato es tan de, de, de comunicación. Eh, ya antes de todo el tema de activismo, bueno... Vale, te pongo en situación. Yo soy biólogo de formación y cuando me fui a hacer el doctorado en Alemania, al final me lo dejé por problemas personales y académicos, en fin el típico rollo de que te dejas el doctorado y eh... Nada, volví aquí a Valencia, para, para... - Valencia es como mi ciudad natal - para reciclarme en tecnologías de la información y en fin, durante todo ese proceso que ahora estoy así a caballo entre... [inaudible] computacional, tecnología de la información eh... con mi pareja, que ella ya hacía algunas cosas de trabajo sexual tipo dominación profesional, como venta de lencería por correo, pues nos empezamos a interesar por esto de la pornografía en directo, pornografía *freelance*, *cams*, y fuimos tirando un poco con eso y ahora ella se dedica como a tiempo parcial a esto de las *cams* y yo bueno, colaboro y tal. Eh, entonces, claro, para hacer tu imagen profesional de *cams* y promocionarlo, hum, pues, tienes que tener tus personajes en redes sociales y tener tu presencia en redes sociales – que a mí no me gustaban nada las redes sociales, me aburrían mucho, no me gustaban. Y, hum, pues empecé a utilizar, sobre todo, Twitter, mira aquí la gente se dedica sobre todo a discutir, ¿no? Yo me dedicaba a hacer debates, pero de un montón de cosas, ¿eh? Yo no me interesaba especialmente el tema del trabajo sexual, aunque yo, hum, formaba parte de, digamos, de ese colectivo. A raíz de los debates, es cuando fui descubriendo, no solo de los abusos que sufríamos nosotros en pornografía, y a mí, pues era lo que me gustaba visibilizar, sino también toda la problemática del servicio completo, del no reconocimiento de derechos y, en fin, todas estas cosas gordas del trabajo sexual. Y la verdad es que acabé muy, muy comprometido, la... quien me convirtió fue Saisei-Chan, la activista

catalana, en una de las charlas que, que vino a hablar aquí a Valencia, nos hablamos en persona y fue quien me animó a tener una militancia activa. Eh, pero vamos dentro de esa militancia activa, ya te digo, no estoy integrado en las organizaciones porque me gusta mucho hacer cosas de comunicación y eso para mí... Pues quiero tener cierta libertad para decir lo que me venga en gana en redes sociales y, sin que haya detrás una organización y esto... Entonces, eh, pues llevaré como unos dos años, me dedico sobre todo a cosas de divulgación, comunicación, pero bueno, estoy en contacto con todas las compañeras, con las organizaciones, y a veces pues me invitan a cosas, a charlar, a hacerles de asesoría y a aprender yo de las compañeras y de todo esto. Pero vamos, sí, es un... el trabajo que hago yo es pues, ya has visto, muy de debate directo, muy de comunicación, de divulgación para... la comunicación que hago es un poco para otros activistas, porque me meto en cosas ahí igual muy al detalle, pero, en fin, yo creo que lo agradecen y, y me gusta generar discurso y siempre poniéndolo a prueba directa en el debate y en la confrontación directa en redes sociales.

La activista catalana que me mencionabas hace poco, ¿me puedes repetir su nombre, para tomar nota?

Saisei, Saisei-Chan, eh tiene mucha presencia en redes sociales, ella también lleva mucho tiempo. Ella ha estado, bueno, ha estado vinculada a varias organizaciones, estaba también en USTS, USTS fue, eh, bueno aparte de OTRAS, hay una organización con estructura sindical todavía más antigua, bueno, perfectamente reconocida, Unión Sindical de Trabajo Sexual que es como una sección de la Intersindical Alternativa de Cataluña y estaba integrada ahí, ahora con el colectivo Sevilla - el colectivo de Sevilla, en realidad, tiene ámbito nacional pero como nacieron en Sevilla, siguen con ese nombre, aunque creo que se lo van a cambiar, eh... Y, en fin, Saisei nada, una activista tremenda, y yo siempre he dicho que el... del trabajo más importante que ha hecho Sainsei es politizar a las putas, no solo el trabajo, la comunicación que hace ella, sus debates, su participación de militancia activa en las organizaciones, sino que, hum, Saisei siempre está alerta de a ver quién aparece en la escena del trabajo sexual y de enseñar el activismo y de invitarle a integrarse y a mí es mi maestra, digamos que me politizó Saisei, siempre lo digo. Que es un trabajo que tenemos pendiente, esto lo digo yo muchas veces, ¿eh? Que aquí quienes estamos interesados por las políticas somos muy pocas personas y no hay conciencia de clase, y tenemos por delante un trabajo muy gordo de... eso, de politizar al colectivo, porque no... eso, no hay una conciencia de clase, y por eso, tenemos que seguir actos de comunicación, pero no solo para la opinión pública sino para el mundo del trabajo sexual.

Y, decías antes que igual no te interesa tanto involucrarte mucho en el Sindicato porque te interesa seguir escribiendo y publicado en las redes a tu gusto y sin restricciones, ¿sientes, entonces, que estar en un Sindicato, pertenecer con un cierto nivel de compromiso, podría de alguna manera bloquear esa libertad que tienes ahora mismo?

Sí, claro, porque cuando estás integrado en una organización sabes que en parte tus declaraciones van a representar a esa organización. Aunque lo hagas a título individual, lo que sea, ya sabes que es tu personaje que está diciendo las cosas y a mí eh... mi comunicación me gusta que sea eficiente, pero también me gusta hacerlo a mi aire, y a veces estoy con mis chistes, mis memes, o provocando, o... En fin, hago una serie de cosas en internet, para divertirme, que yo entiendo que no puedo estar integrado de esa forma, representar a una organización siendo un... En parte un personaje de internet, que es otra de las cosas que me gustan a mí - si esto no me divirtiese, yo no lo haría. Entonces lo tengo muy claro, que no me voy a integrar en las organizaciones para hacer un trabajo serio así de sindicalista y tal si, por otro lado, hum, me gusta enfocarlo de una forma que sea divertida para mí. Entonces, como eso es difícil de conciliar, prefiero, hum, seguir en... en la línea de trabajo ahora mismo.

Entiendo. Y ¿te identificas como trabajador sexual?

Sí, claro, sí. En el ámbito de la pornografía, pornografía *freelance* que es sobre todo lo que hacemos. Empezamos con, con directos, ahora lo que... casi todo lo que hacemos es contenido para *OnlyFans*, eh... Y, y bueno, hago muchas labores, pero también pongo mi cuerpo y mi imagen que al final es la de prestar servicios sexuales entonces, sí, claro.

¿Te parece importante el reconocimiento social y/o legal del trabajo sexual? ¿Por qué?

Sí, claro, porque es la vía para, por un lado, reconocimiento de derechos, y por otro, pues terminar con el estigma que es una de las grandes problemáticas que tiene el colectivo ahora mismo.

¿Qué para ti, digamos, más a nivel personal y profesional, qué implicaciones tendría en tu vida el reconocimiento legal del trabajo sexual?

Bueno, yo imagino que te estás refiriendo al servicio completo.

Trabajo sexual en términos generales.

A mí, eh, yo nosotros los de la pornografía *freelance*, tenemos una serie de... claro, es que con esto no hago tanto debate, pero cuando me invitan a charlas y eso, sí que lo cuento. Si se reconociera una serie de reivindicaciones que tenemos, eso sería muy interesante. Mira, una de las primeras reivindicaciones que tenemos los de la pornografía, por darte un ejemplo, ¿vale? que eso sería beneficioso que tuviésemos... Bueno, que se escuchase algunas de nuestras reivindicaciones y eso se integrase de alguna forma en la legislación. Una de las cosas que más nos preocupa a los de la pornografía *freelance* es la, la piratería, la distribución de contenido. Entonces, eh, hum... esto lo cuento mucho que... hummm, claro, yo mi contenido siempre procuro distribuirlo de forma directa, de forma a que siempre me pertenece a mí, pero igual lo vendo a unas personas u otras, pero aun así sufro mucha piratería y, siempre digo: fijaos que mientras a las personas bien recientemente se aprobó... se aprobaron las leyes estas en contra el pornovenganza - que reconocían como un delito bastante... Hay sentencias que se lo reconoce y además tiene su tipificación penal y todo el tema de lo pornovenganza, eso está redactado de una forma que nosotras y nosotros no nos sirve, para cuando hay filtraciones no consentidas de nuestro contenido. Es una de esas leyes que, de alguna forma, protege a las mujeres y a las personas bien, pero no a quienes comercian con la sexualidad porque, de alguna forma, se entiende que, no es lo mismo, o no tenemos ese derecho a integridad sexual y todo lo que... todo a lo que podemos agarrarnos para perseguir la piratería es el tema de derechos de autor. Que es, por un lado, más ágil, pero por otro es mucho menos eficiente y... Es como menos duro, ¿no? Pues uno de los reconocimientos importantes que queremos la gente de la pornografía *freelance* es que se proteja nuestra imagen con respecto a lo de la integridad y dignidad sexual como la de las personas bien, que no sufren el estigma, por ejemplo. Eso sería un ejemplo de, de reconocimiento de nuestros derechos, que tendría un impacto real en nuestras vidas y en contra el estigma.

¿Qué papel piensas que el Gobierno y los principales partidos del país asumen en estas cuestiones?

Bueno, ahora mismo hay, hum... hay como, políticamente, un gran consenso neo-abolicionista, es decir, de hum... al estilo sueco, eh, hum, prohibir todas formas de ejercicio organizado eh, y hum... se habla de perseguir a la demanda, aunque eso, de momento no ha cuajado mucho. Pero digamos que el consenso político es abolicionista. Hay otras fuerzas minoritarias, como

pues, hay algo de regulacionismo, eh, por parte de Ciudadanos, pero tiene muy poquito apoyo, ya hay un poquito de discurso pró-derechos en, eh, bueno, independentismo catalán y algunas facciones de Podemos. Pero el horizonte que tenemos es... eh... neo-abolicista, muy claro. So... Bueno, estamos asumiendo que, hum, se va a introducir la tercería locativa en el Código Penal con la ley del «solo sí es sí», que es lo que viene anunciando Igualdad y no sabemos cua... cuándo en serio será en *enforcement* de eso, ¿no? la, la aplicación de eso. Lo que, nuestro pronóstico es, bueno, lo que está habiendo ahora mismo con el tema de la pandemia: crisis de ingresos, crisis de vivienda y pues, agravarlo, sospechamos que... predecimos que se agravará, pues a dificultar todavía más el ejercicio. Eh, si es verdad que Igualdad sigue prometiendo que sí a un trabajo y vivienda, pero, visto todas las experiencias pasadas de administraciones neo-abolicionistas de su plan de contingencia para personas en prostitución con la pandemia, eh... asumimos que ese plan va a ser algo simbólico, anecdótico, insuficiente.

¿Y qué herramientas de defensa y protección en defensa de trabajadoras y trabajadores del sexo identificas ahora mismo?

¿En el Estado Español?

Sí.

Bueno, hay hum... hay como... *workarounds*, ¿no? Hay como algunas cosas. Entonces, eh, mira, por ejemplo, eh, el... la prestación de servicios sexuales, eso no está reconocido, no puede ser objeto de contacto, eso nunca lo ha sido y todas las sentencias siempre han sido eh, hum... contrarias a eso. Pero, el alterne sí, o sea el alterne, como alternadora, ¿no? El estar en el bar para conseguir copas. Entonces, a través de la labor de alternadora, sí que se puede obtener el reconocimiento de la relación laboral - ¡como alternadora! Esto, por ejemplo... una victoria histórica ha sido el caso de Rochel, que es compañera de OTRAS y, hay más sentencias en este sentido, a través del trabajo como alternadora, es como ella accede a parte de los derechos laborales, de... para no ser despedida y todo esto. Eso, en algunas comunidades autónomas, eh, se hace por decisión de las autoridades, entonces, por ejemplo, recientemente leí... Ahora ya no me acuerdo en que comunidad era, eh... Pero luego te lo puedo pasar, si te interesa. En las, en las inspecciones de trabajo que hacían regularmente en los lugares de ejercicio - digo de trabajo, no las que son enfocadas en extranjería y tal – eh, pues, que comprobaban si estaban en nómina y si no estaban, les hacían contratarlas en calidad alternadoras. Y decía la noticia

que a lo largo de los últimos cinco años que habían contratado a no sé cuántas. Entonces, aunque no hay un reconocimiento, eh, tenemos estrategias para hum... a través de otras figuras jurídicas acceder en la medida que podemos a derechos. Entonces, algo hay. Por ejemplo, lo que te he contado del trabajo como alternadora, eso es lo más paradigmático.

¿Qué diferencias identificas entre el Sindicato OTRAS y demás organizaciones en defensa del reconocimiento y derechos para las trabajadoras y trabajadores del sexo?

Claro, OTRAS lo que tiene que es muy vanguardista es que es un Sindicato, tiene estructura sindical y no solo en intención, sino que pretende instituirse como un Sindicato y registrarse como un Sindicato, eh... De eso claro, hay muy poco, porque este tipo de Sindicatos que no están reconocidos tienen muchas dificultades eh, para ser reconocidos ellos mismos. Entonces, sí, hay otras organizaciones, pero no... no tienen estructura sindical. ¿Cuál es el problema de los Sindicatos en otros países donde no hay un reconocimiento? Que apenas tienen poder y... pues, lo que ahora se está viendo con OTRAS. Se les buscan impedimentos para que no puedan hacer su labor sindical porque, eh... Bueno, pues según la... el contexto que sea y las leyes que sean, las actividades que ellos defiendan, pues, para aquellos que piden derechos, pues que no es objetivo de contrato o, hummm... implica alguna ilegalidad y cosas así, pero eso, no... Yo creo que hacen falta todo el tipo de organizaciones con todo el tipo de estructuras. Y que haya sindicatos es muy importante porque, al final, queremos el reconocimiento laboral. Entonces OTRAS y USTS hum, siempre lo hemos dicho, lo apoyamos totalmente y ojalá aparezcan más organizaciones con estructura sindical. Pero eso, todas son importantes. Eh, ya sean, pues, con, que tenemos, asociativas, a ver, yo hablo sobre todo de las que estén constituidas y dirigidas por trabajadoras sexuales. Esto lo primero. Dentro de lo que tenemos constituido y dirigido por trabajadoras sexuales la mayor parte tiene estructura asociativa. Eh... Pero, bueno, hum... también me parece muy importante que haya Sindicatos y también me parece muy importante que haya organismos eh... Por ejemplo, eh... aquí en Valencia hay pues como unas mesas de trabajo del Ayuntamiento, por ejemplo, que es de trata y prostitución, pues para nosotras y nosotros es muy importante conseguir integrarnos en ese, hum, organismo que tiene carácter, eh, pues, del Estado, ¿no? Y digamos eh, «putificarlo», ¿no? Hacerlo de trabajadoras sexuales porque trata una cuestión propia nuestra, entonces sí, lo interesante es que tengamos representación en todo tipo de organizaciones con todo el tipo de estructura, los Sindicatos son importantes, no son necesariamente lo más importante, pero juegan su papel, y cada organización de trabajadoras sexuales pues, tiene la estructura que conviene al tipo de trabajo

que quiera hacer. No todo es mero activismo simbólico y político, también las hay de intervención directa, a CATS nació, eh, como una iniciativa que no involucraba a trabajadoras sexuales, eh... hacen intervención directa, van directamente a los lugares de ejercicio a ofrecer apoyo y ahora mismo CATS, la junta directiva, el 60% son trabajadoras sexuales, y es una ONG, pues eso también es una organización de trabajadoras sexuales que aparte tiene su rama política, pero que es de intervención directa.

Bueno, y pasando ahora para una pregunta igual un poco más específica, no sé si has acompañado el caso. Pero sobre lo que pasó con el Sindicato, toda la cuestión de los estatutos que no han sido aprobados en Audiencia Nacional y bueno, que la cuestión ahora que está en Supremo, no sé si estás al tanto del asunto, pero en caso afirmativo, me gustaría saber tu opinión sobre este caso y lo que ha pasado.

Sí, eh, bueno... Hay la sentencia, que es lo que esperábamos, porque es lo mismo que estaban diciendo las compañeras tipo Rochel, que denuncian por el tema de la relación laboral. La sentencia lo que dice es que no hay relación laboral, entonces la prestación de servicios sexuales no puede ser objeto, eh... de contrato por, bueno, y ahí se suelen invocar distintos motivos... El más importante son dos artículos del Código Civil y, eh... y, eh, están en lo cierto atendiendo a jurisprudencia, nunca se ha reconocido esa relación laboral. Entonces, que eso sea constitutivo, lo de no reconocer al Sindicato, bueno... Ahí hay juristas, reconocer la sentencia tal, yo no soy jurista, claro, a mí me parece interesante que no fuese, eh... limitante, pero vamos, hay todo el tipo de, de análisis, que seguro que ya los has visto y toda la... Eh, eh, ¿qué pronóstico tenemos? Ah... yo dudo, yo lo que imagino es que se ratifique la sentencia y simplemente tendrán que cambiar los estatutos y seguirán exactamente la misma labor con unos estatutos que pasen en ese filtro. Y ya está. Eh, mira, es que la lucha de... contra... es, es puramente simbólico, ¿sabes? No... Eh, porque nosotras y nosotros, por tener el Sindicato - que además ya tenemos USTS -, eh, eso no, no, no vincula al reconocimiento del ejercicio, ni relación laboral, ni de nada, vamos, entonces eh... Claro, esta lucha, esta parte simbólica de que se le reconozcan los estatutos a OTRAS, pues estaría bien, pero no es vinculante para nada. Y ya sabemos que el ejecutivo es totalmente neo-abolicionista, entonces, pronóstico, hum... Yo imagino que se va a ratificar la sentencia, y se va a tener que cambiar los estatutos, y seguirán haciendo su labor. Eh... que se reconozcan o no los estatutos, esa es una cuestión así de orden simbólico, ¿eh? No va a cambiarnos mucho. Lo que, hum... de verdad supondría un impacto gordo para que accedamos a derechos es, eh... que el ejecutivo eh, desde donde...

tienen poder para hacer eso, reconociese la relación laboral. Y eso abriría puerta a eh, bueno, a muchas cosas. Aquí suelen proponerse como grandes modelos, grandes cambios... En realidad, las legislaciones de sobre todo de trabajo sexual, suelen construirse, eh... poco a poco y con pequeños reconocimientos de derechos que es lo que, bueno, por lo que estamos peleando ahora mismo. Pues eso, eh, sobre la sentencia de OTRAS, es lo que esperábamos. La jurisprudencia dice eso. No teníamos claro que eso fuese inhabilitante para un Sindicato, eh... Sospechamos que se va a ratificar, pero ya te digo, aun... se reconociesen los estatutos o no, eso no implicaría pues que se cambien, ni que el Sindicato siga haciendo su trabajo. Su trabajo lo va a seguir haciendo de una forma muy limitada porque es que no hay reconocimiento laboral, entonces esa es nuestra verdadera limitación, lo de la sentencia, eso es una cosa casi simbólica.

Y si pudieras decir sobre el cuadro laboral y legal aquí en España, ¿cómo lo harías? Es decir, ¿qué modelo sería perfecto?

Eh... el perfecto para nuestros intereses. Eso lo digo yo muchas veces, que claro, me hablan como «¿cuál es...qué modelo está bien?» - yo digo bueno, modelo... Todos los modelos consiguen un poco lo que quieren porque tienen un enfoque, entonces, aunque yo critique, por ejemplo, no, es que el neo-abolicionismo, esto, nos precariza a las trabajadoras y trabajadores sexuales, bueno, hum... Bueno, consigue lo que pretende, invisibilizar la, la prostitución, retirarla de las calles, de los establecimientos... Yo creo que eso es un objetivo político, ¿no? Entonces en cierto sentido, eh, hum... o, el regulacionismo europeo a la alemana, quiere controlar, regular, zonificar, permitir solo ciertos establecimientos, criminalizar el ejercicio autónomo, el ejercicio en la calle y como tenerlo controlado en estos establecimientos y que sea esa industria la que tiene el poder y bueno, pues eso lo consigue en cierta medida, ¿no? Entonces, lo que yo creo que tienen que ser, eh, los principios de una legislación sobre el trabajo sexual son, pues, los que beneficien a los trabajadores. Claro, luego podemos tener como unos horizontes más utópicos, del tipo pues, que no haya prostitución o que el trabajo sea siempre vocacional, o que... Pero bueno, eso es un poco naif, o como se dice, ingenuo, pretender que una legislación penal sobre el trabajo sexual pues va a, a... ser la puerta para acabar con las desigualdades económicas, las fronteras, lo de... Entonces yo siempre planteo: no, mira, yo reivindico esto de la Nueva Zelanda, pero Nueva Zelanda no es una solución a la prostitución, ni conceptualiza a la prostitución como un problema ni se trata de que... Es simplemente, pues, una herramienta para mejorar a las condiciones del ejercicio y tener mayor acceso a derechos, porque aquí habitualmente cuando se discute sobre las leyes, las leyes sobre el trabajo sexual,

parece que esas leyes tienen que conducir a un horizonte utópico, donde no existe la prostitución, pues... Las leyes penales y laborales difícilmente pueden conseguir eso, entonces yo siempre hablo del modelo de Nueva Zelanda como... bueno, no es una cuestión que vaya a solucionar fronteras, hum, migratorias, necesidades de la gente, no... Es simplemente una forma de acceder a mayor protección laboral, a mayor reconocimiento de derechos, y bueno... Pongo muchas veces el ejemplo de cómo han gestionado el... la pandemia para las trabajadoras sexuales que podían allí acceder a esto del *income*, ay no sé cómo esto se llama, bueno, eh, y, en fin... Lo que yo defiendo, eh, es esto, simplemente porque permitiría reducir los abusos laborales que sufrimos, eh, nos permitiría el acceso a no solo derechos laborales sino sociales, pues, yo qué sé, derecho a la vivienda, ¿no? Ahora mismo muchas compañeras no tienen nómina, no pueden alquilar, y en fin... Un montón de problemáticas que se derivan de que no tenemos derecho al trabajo entonces, eh, bueno, hum... la situación mejoraría, yo creo que mejoraría mucho, eh, pero claro, sí, no podemos esperar que una ley, penal o laboral sea una cuestión que, con un ámbito que nos arregle a, a... a la institución de la prostitución, ¿no? Bueno, eso ya es una cuestión social más a largo plazo. Eh, pero sí, el modelo de Nueva Zelanda, el modelo de Nueva Zelanda... adaptado a nuestra realidad, yo... A veces la gente me pregunta por los detalles, bueno, pues aquí, por ejemplo, tenemos en los Estatutos de los Trabajadores la relación laboral de carácter especial y entonces a través de esa relación, pues igual podría reconocerse lo que tienen en el título 17 de la [inaudible] neozelandeza que es que, aunque exista un contrato, no pueden obligarte a través contrato a imponerte los servicios ni los clientes. Bueno, detalles, ¿no? Pero bueno, lo importante de esto en Nueva Zelanda, que también me preguntan muchas veces, bueno, «¿bueno, en que se diferencia esto de la Alemania y tal?». A ver, hay muchas cosas la principal es que lo, eh... Alemania no es una legislación liberal, es una legislación hum, hum... muy intervencionista, muy regulada, que establece los lugares de ejercicio a través de la adquisición de licencias – licencias que son muy difíciles de conseguir. Si no trabajas en esos lugares de ejercicio estás en un mercado ilegal, donde no se reconocen tus derechos y encima, esas licencias son tan difíciles de conseguir que bueno, pertenecen a la industria y es un mercado controlado por la industria que tiene como un cierto poder para imponer sus condiciones. Entonces en ese sentido la ah... la... ley de Nueva Zelanda es, eh, más liberal, pero a la vez más social. Sí, regula los establecimientos - porque hay una relación laboral, y entonces pues tiene que imponer relaciones a los empleadores; pero también permite eh... la asociación autónoma, ejercicio auto organizado, reconocer a la figura esta que llaman los eh, «small owner operator brothels», como burdeles pequeños, ¿no? Y si nos asociamos hasta cuatro trabajadoras o trabajadores pues, eh, eso está reconocido como un

lugar de ejercicio, pero no tenemos las mismas obligaciones de conseguir las licencias, y todo esto, en fin... Pues son unos mecanismos que están contruidos desde las recomendaciones de las trabajadoras y trabajadores sexuales y hum, priman la prevención de riesgos y priman lo que venimos diciendo que... que lo importante es no criminalizar nuestro universo y nuestro entorno, que no haya, no puede haber una forma de trabajar que esté bien y otra que esté mal, y entonces... Justamente en la, el mercado ilegal, que suele ser el más precarizado, no podemos acceder a derechos. Luego ya otro tema es el de, eh... los visados para el trabajo sexual y tal, que eso no existe en Nueva Zelanda, y ahí llevan mucho tiempo pidiéndolo, hum... Eso yo dudo que se reconozca en ninguna parte, en Nueva Zelanda, lo que más critican allí las organizaciones de trabajadores sexuales es que no conceden visados para... hum, visados de trabajo para el trabajo sexual, entonces no puedes migrar para, para hacer trabajo sexual. Eh, claro, los migrantes irregulares no tienen reconocidos sus derechos y, activamente, se esconden, porque pueden ser deportados, entonces tampoco pueden ser protegidos. Que es, bueno, es un poco lo que ya está pasando aquí y a ver, hum, es de difícil solución porque hum, siendo realistas entiendo que una política de libre circulación de personas pues, hum, no es posible, hoy en día no es viable. Aunque sea el horizonte al que tenemos que aspirar, eh, no es posible, eh... Pero bueno, eh, como mínimo, ah, relajar las condiciones y cumplir, por lo menos los tratados en materia de asilo político, ¿no? Con hacer eso en Europa, con, con respetar ese compromiso ya avanzaríamos un trecho.

También has llegado a un punto que me parece bastante interesante que es lo que está pasando con la pandemia, ¿no? Y en ese sentido me gustaría saber, por ejemplo, en tu caso, ¿te has sentido afectado en los meses del confinamiento, has podido seguir trabajando o... cómo han sido esos meses?

Hum, a nosotros no nos ha afectado especialmente porque como nuestro trabajo es online, hum, más o menos hemos tenido lo mismo... Hum, tampoco no ha afectado positivamente, ¿eh? Mucha gente decía «no, como hay mucha gente que ahora está en casa, pues verá más porno y tal», hummm... no necesariamente, ¿eh? Porque a muchos clientes nuestros se les cambió la rutina, y como tenían familia, pues, si estaban todo el día en casa con la familia tampoco tenían tiempo para el porno. Pero, en fin, ni positiva ni negativamente, eh... Lo que sí muchas compañeras – bueno, eso lo habrás leído – nos han pedido asesoría para migrar al mercado online y gente que estaba en el servicio completo y tal pues nos pedían asesoría para eso, para que modelos de negocio hay, que servicios se pueden hacer, y bueno, ha habido mucho interés

por esto y muchas compañeras ahora están ofertando también servicios online para, bueno, otro modelo de negocio y para intentar salir adelante porque... seguimos con la crisis de ingresos, ¿eh? Incluso cuando desconfinaron y todo, de repente Montse Neira estaba explicando que esperaba que se recuperase un poco el tema del trabajo y no hemos terminado de levantar cabeza.

¿Y qué piensas de la intervención del Estado y del Gobierno en esto? ¿Qué oficialmente dijo que no iba a dejar de apoyar a quien necesitara apoyos económicos?

Sí, bueno, eh... hicieron el... lo que llamaron de plan de contingencia. El plan de contingencia, hum, la parte gorda era acceso al Ingreso Mínimo Vital, eso al final no ha sido así. Eh, no ha sido así, pero bueno que... Se supone la idea era eh... agilizarlo para - y ellos distinguían-, víctimas de trata, explotación sexual y eh, en contexto de prostitución. Y, un poco agilizar... los trámites, y el camino, eh, esto... Ayer, ayer, eh... La semana pasada estuve en una conferencia de Oblatas, que hacen intervención directa, son abolicionistas y están muy con este tema. Eh... Las propias organizaciones, lo que dicen, - abolicionistas, de intervención directa - sobre este tema de los recursos es que ya, hum... O sea, para la prostitución no hay recursos, vale, pero ya hay muchos recursos para el tema de la violencia de género. Y, entonces, lo que llevan muchos años pidiendo... que es que se integre a las trabajadoras sexuales como beneficiarias de los recursos en temas de violencia de género, tipo: las casas de acogida, el que es una infraestructura muy preparada durante años, donde ha habido una gran inversión y todo esto. España es de las pioneras, ¿eh? en estos sistemas y tiene como una de las redes de apoyo más grandes. Eh... Entonces, estaban diciendo que la vida era, eso, reconocer como víctimas de violencias género y permitir el acceso a todo esto. Para el IMV, el Ingreso Mínimo Vital, se prometió algo parecido. Bueno, las víctimas de trata no tendrán que tener la residencia, el... al final, se dejaron una serie de coladeros por los cuales nadie acedía - pero ¡ni las víctimas de trata! Decía esta de Oblatas en la charla, eh... «es que las víctimas de trata nos las están denegando también porque no tienen un año cotizado - que era uno de los requisitos». Eh... Luego, para las víctimas de trata, no las pueden acreditar ellas, o sea, son las que tienen, o sea un... o sea, un proce... un proceso judicial, las han denunciado. Bueno, si son pocas las beneficiarias, no están consiguiendo acceder. Luego todo el tema de prostitución, les dieron el anexo de lo... bueno, no sé si has visto el rollo eso, que era como unos documentos que los podían rellenar ellas para, para ver si se acreditaban. Pero luego eso, tenían que verlo la administración, en fin... Todavía no saben que hacen. Y... se las están negando todas.

¿Pero también a las que se declaran víctimas de trata? ¿O te refieres específicamente a las trabajadoras sexuales?

Trabajadores sexuales, hay una forma, no sé si... el anexo uno, no sé qué. Es que en la ley final ni siquiera estaba, pero... Sí que llegaron a publicarlo en otros documentos previos. Y, es como... - yo estuve haciendo la prueba rellenándolo y tal – es como para acreditar tu situación de vulnerabilidad y.... eh... y, y bueno, se supone que ellas te acreditan con eso al rellenarlo, pero luego es como que... Eh, eso tiene que pasar por servicios sociales, o... en fin, que no estaba nada claro. Te puedo pasar la charla de esta la de Oblatas que más o menos te resume un poquito hum... como al final las medidas se han quedado en nada y, en fin, claro es que al final esta otra dice, claro, tampoco quieren atacar directamente el ejecutivo, porque viven de eso, ¿no? Entonces dicen «no, ha habido muy buena intención por parte del Gobierno, pero... ha salido mal, porque no se han coordinado y no funciona nada, aunque han tenido muy buenas intenciones.» Eh, en fin, ellos lo están haciendo con un mecanismo, mira... Nuestro propio diagnóstico es: queréis apuntaros un tanto en materia de igualdad, porque, por lo que sea ahora entre el PSOE y Podemos, parece que, hum... piensan que van a ganarse algo... Atribuyéndose como somos el partido del feminismo, y los demás feminismos, no, hum lo que sea. Y el tema de la prostitución como es algo muy simbólico, eh y parece que, creen que funcionan bien en materia política, aunque la opinión pública yo veo que no... Eso no lo... eh, está muy fuerte con el tema abolo, entonces para la pandemia, todas estas cosas, ¿no? Como... como que son cosas simbólicas, ¿no? De las vamos a ayudar, el plan de emergencia... Y además se notaba, había muchas comunicaciones sociales que era pura propaganda, eh, pues... Vicky Rossel, Irene Montero, lo utilizaban para, ¡como para hacer campaña! Y, pues, nosotros, a nosotros nos daba esa sensación: eso, no es solo que no iba a llegar a ninguna parte porque no hubiese voluntad política, sino que era una especie de propaganda, de «somos el partido abolicionista, somos el partido feminista». Y ahora con este viraje de «vamos a integrar una ley abolicionista en la ley del «solo sí es sí», parece que nos ha quedado bastante claro, entonces tememos que el plan este de alternativa laboral habitacional, que se supone que acompaña todo esto, de reintroducir la tercería locativa en el Código Penal, pues que va a ser otra cosa meramente testimonial, como ha sido el plan de contingencia. Eso es lo que esperamos.

¿Y crees que, si el trabajo sexual hubiera sido legalizado y efectivamente reconocido en el ámbito laboral antes de la pandemia, los impactos sufridos habrían sido distintos? ¿En qué aspectos?

Eh... claro, por lo menos la gente que estuviese en nómina podría haberse acogido a todos los instrumentos que hay para los trabajadores bien. Y aparte si hubiera... Si muchas compañeras hubiesen estado en nómina, pues, probablemente, no tendrían una situación tan vulnerable como tener que estar viviendo en su lugar de trabajo porque no pueden permitirse alquilar, o que no tienen una nómina, eh... En fin, todas estas situaciones que hemos venido, eh, hum... Señalando y que, y lo que decíamos ¿no? Que, bueno, sí la pandemia, pero nos afecta más por el tema de que no se nos han reconocido los derechos y esto es una consecuencia de estos... de estos treinta años diciendo que no hay una relación laboral, en parte.

¿Y si OTRAS hubiera sido reconocido formalmente como Sindicato, los impactos sufridos y el rol del Sindicato podría haber sido distinto en esta crisis?

No, yo creo que habrían sido los mismos, es que... Como organización sindical, hum, no tenemos ese poder, la, la idea de la organización sindical es negociar las condiciones de trabajo, conseguir un convenio, eh, organizar a los trabajadores por si hubiese que hacer una huelga específica, gremial, todo eso, entonces eh, sí tiene una labor importante, pero es, pues poco a poco la conquista de derechos, y la negociación con la patronal, y todo esto... No veo yo que... que hubiésemos podido cambiar nada del impacto de la pandemia en el contexto legal en el que estamos. Hubiésemos tenido esto... hum, estatutos o no. Eh, sí, desde otras organizaciones se hizo la colecta y todo esto, que bueno, tuvo un éxito limitado, dentro de nuestras posibilidades. Pues, al final, creo que hemos ayudamos a 80 compañeras o algo así, 80 y se calcula que somos entre 100 y 200 mil, pero bueno, me entiendes, ¿no? Ese es el am...el, el poder que tenemos.

¿Dices 80, habéis llegado a 80 compañeras, pero...?

80 fueron beneficiarias de la colecta esta que hizo OTRAS, pero bueno, eran varias organizaciones... cuando, cuando la pandemia se hicieron colectas para, bueno, apoyo directo en... para las necesidades que pudieran tener cada una, ya fuese alimentación, pagarle alquiler, hubo una o dos colectas y, eso, al final creo que hubo 80 beneficiarias.

Vale, es que Sabrina Sánchez que habló de 300, 350 compañeras.

¿Ah sí? Vale, vale, pues... pues igual sí. Sí, es que hubo dos colectas, ¿eh? Pues igual esto son beneficiarias de la primera, yo no sé cómo fue la segunda, si ya está cerrada, pues eso...

Puede haber sido eso, ¡sí! Y crees que, o sea, ¿has notado alguna evolución en los movimientos abolicionistas en España en los últimos años? O sea, ¿crees que están creciendo?, ¿ves alguna relación de eso con el Sindicato?

Sí, están creciendo muchísimo, pero no, no, creo que tenga que ver con el Sindicato. Esto ha sido los últimos años y... fíjate que solo llevo 2, 3 años en el activismo y lo he visto, ¿eh? Hum... Ahora todas las comunidades autónomas, o casi todas las provincias, tienen una organización abolicionista, eso no existía antes, antes estaba Carracedo con, eh... Eh, la plataforma que las, digamos las agregaba, eh... Te cuento... Mira, ¿cómo ha sido el origen de esto? ¡Me gusta que me pregunten esto! Porque no suelo contarle... ¿Qué ha pasado...? ¿Por qué ha desplegado en abolicionismo en España, ¿no? ¿Qué ha pasado los últimos dos años? Porque... ¡lo ha petado! Vale, hay una serie aquí de, de cosas: primero, que el feminismo se vuelve una cosa mainstream, ¿no? pues eh... pues, así como, yo me acuerdo cuando era pequeño y en Valencia hacían el día del Orgullo y nos centrábamos que era el día del Orgullo y, y lo veías por ahí y decías, «¡ay es que esto es lo de los LGBT y están por ahí los de banda, vale vale vale!» - y eran como, 50 personas, ¿no? Y yo, claro, no podía imaginarme que, eh, años después se institucionalizaría hasta al punto de que el Ayuntamiento, o sea, se apropia del día este, ¿no? Y dice «¡venga, vamos a hacer el Orgullo!», ¿no? Y venga, carrozas y todo el mundo sabe ya es el día del Orgullo y es casi como una fiesta. Y veo que eso es un poco lo que ha pasado con el movimiento feminista, ¿no? Yo cuando estaba en la universidad, esto de los feminismos era una cosa muy vinculada a los movimientos antisistema, yo me acuerdo de que armábamos de esas cosas cuando íbamos a... centros sociales ocupados, totalmente y a cosas totalmente antisistema y muy al... margen de la, de la política, y sitios subversivos que no interesaban a la gente, ¿no? Pero claro, en algún momento al poder como le interesa apropiarse de esto, ¿no? Se vuelve mainstream, empiezan como a fomentarlo, el 8M se convierte, se vuelve en una cosa con envergadura tremenda y, claro, ahí ya había muchas organizaciones pues, tipo... Pues eso, como lo que ha pasado con el de lo LGBT, que estaban haciendo un trabajo importante y todo. Y, de repente, se ven con otras responsabilidades políticas, hay

fondos para fundar otras organizaciones y, encima había gente muy combativa diciendo «ah, vale, pues vamos a mover en los feminismos nuestros antiguos debates, ahora que estamos creciendo, vamos a... a volver a sacarlos y a imponerlos». Porque, por ejemplo, podemos eh, recuperar a la tercería locativa como delito. Entonces, estás a, antes solo estaba Rosario Carracedo y todo esto y eran muy pocas abolicionistas, de repente crece todo y dicen «no, hay asambleas del 8M...» – verás que todo este jaleo está muy vinculado al tema de las asambleas del 8M, y siempre se pelean y la gente preguntaba: «¿por qué siempre se pelean?», es que tiene mucho que ver. Claro, de repente lo que era el 8M que eran unas asambleas populares de nada, de repente eso tiene una cantidad de gente bestial y empiezan a decir eh... «no, vamos a debatir el tema de la prostitución, para ver si se declaramos la asamblea abolicionista», vale eh... Claro y esas asambleas, son grandísimas, porque ahora es un movimiento mainstream y participa mucha gente... Son asambleas, pues... en Valencia hay una asamblea en Valencia y van ahí todas las asociaciones relacionadas. Eh, claro, proponen esto y de repente, oye, hum... pues no, no hay consenso, no hay consenso porque no, no... es rollo, llevamos debatiendo mucho tiempo y no hay consenso. Y entonces, empieza esta propaganda que habrás visto recientemente que es «no, el feminismo es abolicionismo, el feminismo siempre ha sido abolicionista, el feminismo abolo» y todo eso que es un auténtico feminismo abolo y es como que hay una guerra dentro de las... hum, asambleas por declararse abolicionistas. Y, bueno, en los dos últimos años, eso ha sido un lío tremendo. Eh... te acordarás de la... de pasada de Madrid, que hubo disturbios y todo, y nos costaba explicar qué pasaba, por qué es que fue eso. Y decíamos, «no, mira, es que eso... Hay una asamblea organizativa que lo prepara todo, pero esa asamblea ya tuvo una pelea porque intentaban ver si se declaraban abolos y entonces no hubo consenso y los abolos dijeron «¡pues hacemos nuestra propia asamblea! Y así está la Asamblea del 8M y la Asamblea de Feminista de Madrid». Se llama Asamblea porque es una escisión de la Asamblea organizativa del 8M y es una organización tocha abolicionista de Madrid, no lo hicieron como una escisión y eso empieza a pasar bum bum bum bum, por toda España. Y aparecen las asociaciones de ámbito local en realidad nacen en las Asambleas organizativas del 8M. Algunas consiguen declararse abolas – porque estaban muy bien organizadas, ¿eh? Toda su labor, los que estaban Carracebo, Rosa Cobo, si yo que estaba organizado en un grupo de discusión de ellas ahí de tranquis enterándome, eh, para, vamos a hacer... porque la idea era: «¡Ostras! Ahora que está creciendo todo esto, todo el feminismo, todo el 8M lo hacemos abolo y ¡ya está! Como el Gobierno es feminista porque ya nos hemos institucionalizado, pues tienen que adoptar las medidas abolas». En realidad, no hay consenso, y empiezan a fundar sus, digamos ah... asociaciones alternativas que son, pues todas las que

hay, la Asociación Abolicionista de Cataluña, de Madrid, eh, un montón. Y, pues, nosotras y nosotros, como igual no tenemos tanta cosa organizativa, pero sí que tenemos mucho apoyo popular, pues empezamos... viste la guerra en la academia, ¿no? Con los eventos en las Universidades, y todo esto del año pasado, ¿no? Y así estamos, entonces... Está creciendo muchísimo, y se está imponiendo el discurso imperante y lo están haciendo muy bien. Eh, está creciendo porque, eh... Los políticos decidieron institucionalizarlo y aprovecharlo para hacer su propaganda, pues igual que hicieron con el LGBT, que eso, oye... yo no, no digo que sea negativo, ¿eh? A mí me... eh... parece bien hasta cierto punto, igual no... puedo criticar ciertos aspectos, como han hecho con el tema de la inversión, pero bueno, me parece positivo. Y entonces, el abolicionismo hum, histórico ya de carrera, pues eso, Rosa Cobo, Rosario Carracedo y tal se ven con una masa de militantes tremenda e invitan a las asambleas, ¿no? «ostras, hum, haceros abolos y así tenemos un movimiento nacional abolo y presionamos al Gobierno para hacer leyes abolicionistas». Eso no se consigue porque no hay consenso, y aparecen todas estas asambleas, todas estas organizaciones abolicionistas que bueno, ha aparecido decenas los últimos dos años, pero, pero un montón.

Bueno, para la última pregunta, me gustaría hacerte así una preguntita general que es: ¿Qué piensas sobre el impacto que los movimientos han tenido en lograr derechos sociales y laborales para las trabajadoras y los trabajadores del sexo en las últimas décadas? ¿Qué diferencias y esperanzas encuentras en el Sindicato OTRAS (sí es el caso)?

Sí, mira, el tema así del trabajo sexual, a largo plazo va a haber reconocimiento de derechos porque... porque es que es la única vía. Ahora, a ese camino, hum... Yo creo que, probablemente, muy probablemente, va a haber ley abolicionista en España, más tarde ley neo-abolicionista. Eh, vamos siempre digo que, probablemente, sigamos un camino parecido al de Francia, eh... Desde 2016, ya llevan una ley bastante agresiva, ya venían de un abolicionismo que prohibía los lugares de ejercicio y tal, eh, esto hum, se está viendo poco eficaz por, bueno, lo que siempre ha sido, porque no se están solucionando las necesidades de las personas en prostitución. Es que es lo que siempre digo: no es solo una voluntad política que eso, eh... Es una cuestión de fronteras, de emigración, de desigualdades, eh... y, y, y, eh... acabar con eso va a pasar pues por la lucha contra el desempleo, las desigualdades globales, eh, la justicia Norte-Sur, eh... No es una cosa que se vaya a conseguir de un día para el otro con leyes penales, entonces se está viendo en Francia que la situación ha, ha empeorado, eh... y va muy lento, eh, son muchas organizaciones de trabajadoras sexuales, hum, manifestándose, eh, tratando de

llevar la ley a la... al Tribunal al Constitucional francés, se lo tumbaron, luego a, a lo... creo que ahora quieren llevarlo a lo de Estrasburgo, eh, no sé, hum... Claro, hum, al final, como ese sistema no está funcionando, y al final la opinión pública lo ve, eh, yo asumo que sí, que habrá algún punto de reconocimiento de derechos, pero hummmm... Vamos a pasar, creo yo, por esa misma situación eh, de Francia, hum... y, es que lo veo muy parecido porque los... esas leyes, a los partidos políticos les sirve muy bien para hacer su, su propaganda en materia de cosas simbólicas y de «estamos en contra de la prostitución» y una serie de cosas que es como algo... Le toca a la vibra, ¿sabes? Y temas de sexualidad, y todo esto, entonces es como que son posiciones así simbólicas muy importantes para los partidos y que las utilizan para mantenerse el poder y tal, eh... Pues por lo que sea, por carga simbólica, y porque son cuestiones de sexualidad, porque a la gente no le interesa y tal y, entonces, a los partidos, no les interesa el tema de ni de abolicionismos, ni de pró-derechos, ni de hum... Es que no les interesan las putas, ¿eh? Pero es que ni a los políticos ni a otros, o sea, puede interesar dentro de su ámbito de actuación, pero... hum, como están un poco a la veleta de los movimientos sociales y de mantenerse en el poder y todo eso... yo, ya te digo, hum... no llevo mucho tiempo en el activismo, pero he visto esa dinámica en todos los países que bueno, los políticos hacen un poco lo que emana de los movimientos sociales estos: «¿ahora abolo? Pues ¡abolo!» y...y es una cosa de, de, de... luchar con el tiempo, ir visibilizándolo y pequeñas conquistas de derechos. En Francia ya se está viendo, están cuestionando la ley y... yo creo que poco a poco se van consiguiendo cosas, eh, claro todo eso se articula a través de las organizaciones de trabajadoras sexuales, pero, también te digo una cosa, el impacto que tenemos nosotras y nosotros depende de las movilizaciones que conseguimos hacer... Yo decía, siempre digo, «no, si eso está muy bien, pero...». Aquí la cosa sería, pues, conseguir como cuando la ordenanza de Madrid o la de Barcelona que se manifestaron doscientas putas en Madrid, cien en Barcelona, eso es lo que llegó un poco a la prensa, eh... por ejemplo, hum, Fanny, la de Almas Veganas, ganó... ha tenido mucho más impacto que lo que llevábamos intentando nosotras, eh, pero un montón de tiempo, pues, por el tipo de personaje que es. O esta compañera, cuando hubo las protestas en Madrid, se empezó a sacar las tetas - no sé si lo viste - eh, salió en todos los periódicos y no estaba politizada ni nada. Entonces... sí, hacemos un trabajo muy importante, pero al final, ese trabajo, para que tenga impacto en la opinión pública tiene que movilizar a colectivos, esto lo he dicho mucho. Y, cuando se movilizan los colectivos, y salimos en los medios, y se ven a las putas en la calle y todo esto... Yo creo que eso, es lo que al final llega a los políticos, ¿sabes? En sus decisiones de «ah pues, ahora abolo, ahora esto, ahora lo otro». Al final, son cosas de mantenerse en el poder y nos permite a nosotras y nosotros

hacer como las pequeñas conquistas de derechos. Claro, tenemos que estar organizados, y trabajar dentro de otras organizaciones, así es como me he formado yo, como he ayudado a formar otras compañeras y eso es como digamos, el activismo más militante, pero... Al final, las leyes y todo eso, madre mía, yo, eso... Mi análisis es que es un juego de política muy feo y muy tonto y que... ha sido así, por lo que estoy viendo, prácticamente en todas partes, eh... Ahora, pues sí, probablemente tengamos ley abola, y pues seguiremos organizándonos, muchas compañeras espontáneamente se van a enfadar, se van a manifestar, y eso nos permitirá visibilizarnos, pero ya te digo, no es tanto por nosotras y por nosotros que estamos así a tope en las organizaciones y tal y que ya lo llevamos diciendo, sino pues por lo que te he dicho, si una compañera, igual de paso por Madrid se enfada y se ponga a sacarse las tetas y salga en todos los periódicos. Entonces, funciona así, eh, que es una cosa política así, bastante fea y bastante tonta, entonces...[suspiro] va a costar mucho tiempo, pero hombre, al final lo va a haber reconocimiento, porque es la única vía. Porque, hum... yo creo que en nuestra generación no vamos a conocer ni el pleno empleo, ni la libre circulación de personas... Vamos a conocer un mundo con más recursos, más... ¿no? como, siempre... Mejoran las cosas y se reduce la pobreza y todo, pero como para que la gente no tenga necesidades y no tenga que estar vendiendo servicios sexuales, pues, eso no lo vamos a conocer. Aun así, con lo lento que va esto, pues reconocer derechos para mejorar la situación en la medida de lo posible, que es lo que intento explicar a la gente, que es que... Es lo que hace la ley que nosotros reivindicamos, no se solucionan gran cosa, por eso sí se puede eh... con el tiempo, sí, lo lograremos, pero eso, a base de pequeñas conquistas y muy vinculadas a toda esta tontería de propaganda de los partidos políticos, que al final son quienes toman las decisiones y a quienes estamos intentando influenciar desde los movimientos sociales. Entonces, putas, movimientos sociales, políticos, los políticos ahí como veletas, pim pam, pim pam, eh... tomando las decisiones por nosotras y por nosotros, hasta que, bueno, al final hum... si se nos ve en la calle y todo eso, pues... tienen que ir reconociendo derechos y todo eso porque la gente se da cuenta si estás en la calle.

¿Y cuando hablas de partidos políticos, te refieres a todos los que están presentes en el congreso ahora mismo?

Sí, eh... Sí.

¿No hay ninguna excepción?

Eh, es que, ya te digo, en muchos de estos partidos no, no tienen un ideario, no han tenido históricamente un ideario claro en materia de trabajo sexual. Por ejemplo, eh, aquí en Valencia yo soy votante de, de Compromís que es, bueno, como una coalición de izquierdas y tal eh vinculadas así al valencianismo a... Y, como que nunca han tenido una posición clara, la líder decía siempre cosas pró-derechos y, claro, ahora que tienen sus socios en el Gobierno, pues, dicen cosas abolas, ¿sabes? Eh... y son unas... cuestiones en que los partidos... Que el tema de la prostitución no les importa, no les importa, no importa a nadie, no más que una cuestión simbólica para lo que pueda parecerle al votante, pero no por las putas, ¿entiendes? Si ese colectivo que son... es que es muy poca gente y son... tu, tu Gobierno no va a tener en cuenta eso como, más que como cosa simbólica porque, además que es una parte de la población muy pequeña, por eso digo, ese tema de las ayudas y del... y del... Ingreso Mínimo Vital, es que se va a quedar en agua de borrajas. Porque es que, aunque no lo den pues no va a ser como puff... cualquier otro colectivo más organizado que van a salir a la calle y ahí se va a enterar todo el mundo vamos a... tener que visibilizarnos muy poco a poco, y saben que es gratis y tal, en fin. Que sí, que a los políticos no les interesa para nada el tema de la prostitución, hay compromiso cero, tal cual, les interesa como cosa simbólica y ya está. ¡Pero es a todos!

Bueno, no sé si quieres añadir algo más, ¿si quieres preguntarme algo también?

¡Ah! No, muy contento, no sé si te ha ayudado pues...

¡Claro que sí, Raj, has sido una gran ayuda, muchísimas gracias!

Anexo 13: Entrevista a Sabrina Sánchez, 30/09/2020

Voy a hacer unas breves preguntas relacionadas con las luchas por el reconocimiento de los derechos laborales de les trabajadoras del sexo y el impacto del Sindicato OTRAS. La meta de esta investigación es estudiar el trayecto legal del Sindicato desde su formación oficial, bien como la relevancia del Sindicato en la defensa de los derechos de TS y en la sociedad en general.

La información que se recoja será confidencial y no se usará para ningún otro propósito fuera de los de esta investigación. Si tienes alguna duda sobre este proyecto, podrás preguntarme lo que sea en cualquier momento antes, durante y después de tu participación en la entrevista

Son preguntas abiertas, sin respuestas correctas o incorrectas. Algunas preguntas pueden tener un contenido más sensible. En el caso de que no te sientas cómoda con alguna pregunta, por favor dímelo y pasamos a la siguiente, sin ningún problema. La entrevista tendrá la duración aproximada de 40 a 60 minutos.

¿Quieres ser identificada en la entrevista? En caso afirmativo, ¿con qué nombre?

Sí, sí, no te preocupes, sin ningún problema. Sabrina Sánchez.

¿Hace cuánto tiempo conoces el Sindicato OTRAS y cómo empezó tu contacto con el Sindicato?

Yo soy parte de las fundadoras del Sindicato. De hecho, acabamos de cumplir dos años y hum... y bueno yo estoy desde el principio.

¿Qué cargo ocupas ahora dentro del Sindicato?

Soy Secretaria de la Comunicación y bueno, la... como somos poquitas, poquitas y tenemos que hacer muchas cosas, también me encargo de... de bueno de la relación con las compañeras que están fuera de España, ¿no? Con en las redes eh... internacionales que tenemos del trabajo sexual, eh la Red TraSex, Red Translab, el Comité Europeo por los derechos de las trabajadoras, la Red Global, o sea... mucho me encargo también de todo eso trabajo.

Guau, ¿tendrás muchísimo trabajo, entonces, imagino?

Pues sí, la verdad es que no tenemos... tenemos que desdoblarnos pues... todas, ¿no?

Sabrina, ¿Me puedes hablar un poco de tu trayectoria de lucha y organización en este ámbito?

Bueno, pues, yo siempre he estado involucrada en cuestiones, sobre todo, la cuestión trans, desde México y estaba eh... ya formaba parte de lo que es el Orgullo de Ciudad de México. Y bueno, cuando vengo a Europa, me pongo a trabajar, primero... como toda buena migrante, bueno, ante todo sobrevivir y establecerme. Y después con el tiempo, bueno, hum... fui viendo a compañeras que se estaban haciendo visibles, que estaban haciendo cosas, que estaban, hum, poniendo la cara, que ya no era hecha ah... esa imagen de, de... siempre oscura, con la voz eh... cambiada, ¿no? Y que no lo sepa quién es, pues aquí todo lo contrario y bueno, pues fue también una inspiración, ¿no? ver a compañeras a cara descubierta y diciendo «yo soy trabajadora sexual y... y quiero mis derechos».

¿Te identificas como trabajadora sexual?

Sí.

Y... ¿Te parece importante el reconocimiento social y/o legal del trabajo sexual? ¿Por qué?

Bueno, el reconocimiento social... es que, en esta sociedad occidental, la verdad es que no le tengo mucha fe. Hay otras sociedades donde sí este trabajo está reconocido, donde se ha tenido... hemos tenido nuestro lugar. Por ejemplo, en la sociedad Azteca tenía, eh... a las trabajadoras sexuales se les reconocía como *ahuianime*, como a las celebradoras, por ejemplo, eh... Hay otras sociedades que han, que han reconocido ese trabajo y que han visto la importancia que tiene, ¿no? Desafortunadamente esta no, pero sí que es importante que se nos reconozca laboralmente porque ya estamos viendo esta situación de la pandemia del COVID-19, como estamos totalmente desprotegidas por... por no tener derechos laborales, ¿no?

¿Qué papel piensas que el Gobierno y los principales partidos del país asumen en estas cuestiones?

Eh... bueno... el actual ambiente político es totalmente abolicionista, es totalmente contrario. No, no hemos podido ni siquiera lograr que nuestros representantes políticos, que son los que elegimos nosotras, muchas veces también, muchas trabajadoras votamos a Podemos, por ejemplo, y muchas trabajadoras han votado al Partido Socialista antes de que... de que existiera otra opción y... pero nos han fallado. Entonces no, no, no se reúnen con nosotras, parece que no, que no somos ciudadanas de este país. Parece que no vivimos en este país legalmente y, y... simplemente... bueno hay, hay un silencio y hay un no querer saber, no quererse sentar con nuestra parte y querer legislar en base, eh... bueno, a lo que ellas piensan que es lo adecuado para nosotras, porque siguen creyendo, eh... estas personas tan feministas, tan feministas, que no tenemos una agencia o una capacidad de agencia, ¿no? Entonces, claro, la cuestión aquí en España está... no estamos... no, no está nada bien. No tenemos, no tenemos interlocutores en las instituciones públicas, excepto en el Ayuntamiento de Barcelona que... eh... dentro de todos... han hecho... Han cumplido con hacer su trabajo, ¿no? que es, básicamente, reunirse con sus ciudadanas.

De acuerdo con lo que he leído en publicaciones vuestras, el PSOE, por ejemplo - siendo Gobierno tanto hoy como en el momento que surgió el Sindicato – ¿en ningún momento ha dado respuesta a vuestros pedidos de reunión? ¿O en algún momento habéis podido finalmente establecer algún tipo de contacto entre el Gobierno y el Sindicato?

No, nada, nada, de hecho, han sido, bueno... nos intentaron, han intentado por todos los medios que no seamos... no existamos. De hecho, en su momento, eh... nosotras salimos a la luz, eh... a finales de agosto de 2018 y, hum, bueno, cuando el Gobierno... cuando salió a la luz pública por parte de los medios que, que el Sindicato existía bueno, los plazos para el Gobierno para tratar de impugnar ese registro, bueno, ya lo habían pasado, bueno, se les pasó, porque era todo legal, o sea, es que, a ver, estaba todo regular. Se empezaron a movilizar cuando los medios dijeron «¿Cómo un sindicato de prostitutas?!» y ahí fue como, como su «gol», de la exministra, que hace tiempo que no está, eh... y, bueno, la señora Valerio ya se quedó con el mote de «la ministra del gol», eh... [risas] tiene gracia para nosotras, pero nada, desafortunadamente no, no tenemos... No hemos tenido ningún contacto con el Gobierno y no porque no lo hayamos querido nosotras, de hecho, en el mes de marzo/abril, les hemos pedido

una reunión para ver cómo podríamos, eh... resolver esta... la cuestión de la pandemia o por lo menos a ayudar a que las compañeras no estuvieran pasando, en parte, tal mal... y nos dijeron, nos contestaron que estaban muy ocupados en el Ministerio y que, y que bueno, otro día. De hecho, nos contestaron con la... devolviéndonos la sentencia de la Audiencia Nacional – como si no lo hubiéramos leído nosotras y como si eso no estuviese en nuestra página web, eh... Es que además son ignorantes porque, hum... Si tú tienes la sentencia, lo que... lo que nos, lo que nos quitan son los estatutos, lo que no significa que, que... hum, no sigamos siendo legales. Hay palabras que, por ejemplo, o sea, la explicación legal o digamos eh, a esto, sería, por ejemplo, se pedían, eh, estas dos asociaciones que nos llevaron a juicio pedían primero que nos quitaran el DNI, de los estatutos y la otra es que, directamente, nos mandaran a la silla eléctrica, como si el Sindicato no existiera. Eh, la, la Audiencia Nacional, les dio lo primero, no tenemos estatutos, por lo tanto, no tenemos un DNI, pero jurídicamente existimos, tenemos una personalidad jurídica, tenemos un CIF, tenemos una cuenta de banco, tenemos todo. Entonces digamos que hum, jurídicamente eh, eso fue lo que la Audiencia Nacional nos dijo «esto, no lo podemos hacer, esto no... eh, eh... esto no». O sea, sí, el Sindicato sigue existiendo, pero como en nuestros estatutos se menciona en un artículo eh, eh... que cubrimos en nuestro ámbito de actuación es el trabajo sexual «en todas sus vertientes», pues, que hablamos también de trabajos por webcam, todos los tipos de trabajo sexual nos los cubrimos. Ahora la Audiencia Nacional entendió que la prostitución en sí, lo que es el sexo en directo, en sí, no es materia de... sindicable y dijeron que no. Entonces, como nosotras no quisimos quitar el artículo, pues nos quitaron todos los estatutos. Entonces... está, esto está eh... en el Supremo, está, está... apelado por el Supremo y estamos esperando a que se pronuncien porque tenían que haberse pronunciado ya hace unos meses, pero entre lo de Cataluña, entre esto, entre el otro, bueno... estarán un poco liados en el Tribunal Supremo Español y... no nos han respondido. Pero nosotras creemos que va a pesar más nuestro derecho constitucional de reunión y de asociación y de sindicación que otra cosa.

Sobre ese tema también me gustaría llegar más adelante, pero ya que estamos en el asunto, me gustaría preguntarte: ¿si vosotras hubieseis aclarado la cuestión del punto del «trabajo sexual en todas sus vertientes», consideras que vuestros estatutos podrían haber sido aprobados?

Sí, pero es que... Si quitan eso entonces... eh, nos quitan también un poco la razón de ser. Porque, o sea, por otra es una cosa que la Audiencia Nacional en su moralidad no considere

esto una actividad que deba ser sindicable. Pero antes de que hicieran los sindicatos, las actividades no eran sindicables – ninguna - estaban todas por sindicarse. Entonces, son dos maneras de verlo. Entonces, la nuestra está por sindicarse, o sea, actualmente no lo hacen y bueno, es la Fiscalía que se muerde la cola, ¿no? Lo que pasa, lo que pasa es que la realidad es otra, en la... en la legislación, por ejemplo, las sentencias que ha habido en contra de empresarios de alterne, de empresarios de masajes que, que ellos dicen «bueno, aquí no te puedo hacer control porque tú no eres ni trabajadora», y que se ha demostrado digamos que, de facto, que ha habido una relación laboral, que hay una... hay sí una subordinación, que hay una... una serie de... de instrucciones y de, sobre todo de instrucciones que tenemos que seguir como cualquier otro trabajo: horarios, vestimenta, ta, ta, ta, ta, ta [gesto de enumerar] todo, entonces, bueno, eh... eso es lo que existe en realidad. Que después pueden decir que bueno la prostitución, pero el alterne y todo en el mismo... en el mismo local... intentan hacer malabares legales con tal de no reconocer nuestros derechos – cosa que además que está a la vista de todo mundo, ¿no?

Pero después de la sentencia de la Audiencia Nacional habéis tenido vuestro Primer Congreso en cuanto Sindicato. Y allí ya habéis aclarado y desarrollado lo que significaría para vosotras «el trabajo sexual en todas sus vertientes», o sea ¿que se le podría haber dado otro sentido? ¿Es este cambio que vais a presentarlo en el Tribunal Superior? Y en caso positivo, ¿tenéis la expectativa de que en ese momento ya sean aprobados vuestros estatutos?

Bueno, en principio... no creemos que la... que el... bueno, que el Supremo apruebe los Estatutos en sí. De hecho, eh... eh, lo que nos va a aprobar el Supremo es nuestro derecho de asociación, eh... En cuanto a los Estatutos, si, si los Estatutos caen... como bien lo has dicho, el Congreso se hizo después de la... de la Audiencia Nacional. [ruido] Perdona que está llegando una compañera.

¡No pasa nada!

El Congreso se hizo después, pero estaba convocado antes de que nos llegara la citación de la... de la Audiencia porque, hum... porque es obligatorio que nosotras debemos tener un Congreso fundacional, según la Ley de Libertad Sindical, que los sindicatos deben de tener Congresos nacionales cada determinado tiempo, cada 3 o 4 años y entre esos años una reunión

cada año que es un Comité nacional para, bueno... ver las cuestiones del año, como hace todo el mundo. Eso está regulado, nos lo marca la ley y nos lo exige la ley. Otra cosa es que previa... En esta creación del Sindicato, bueno, el Gobierno y sus secuaces se hayan apurado a denunciarnos y a denunciar unos estatutos que es, digamos... muy genéricos. Muy genéricos porque son... cuanto tu registras un Sindicato, es como bueno te piden, quienes son las personas, las personas que firman y todo, y te piden unos estatutos, digamos «modelo» previo, previos... antes de... de aprobarlo mediante a... a... mediante al Congreso General, eh... nosotras igualmente, o sea... si no hubiéramos tenido lo de la Audiencia Nacional y nos lo hubiera pasado sin pena ni gloria, hubiéramos, eh... tenido nuevos estatutos – que ya los tenemos, aprobados, redactados y todo, por ese Congreso, por ese... por ese Congreso Nacional y bueno, si los estatutos que presentamos, que son los que están impugnados, finalmente se deciden que no valen, bueno, tenemos otros ya están aprobados, pero no podemos registrarlos hasta que la sentencia no esté firme, hasta que el Tribunal no, no se pronuncie. Entonces... pero están, están, los hemos aprobado de bomba porque... ya viendo todo esto bueno, nos sentamos a redactarlos y, además, es que lo decidimos entre todas las personas que, que... formamos el Sindicato.

Y sobre el Tribunal Supremo, ¿tenéis alguna expectativa de fechas para la respuesta? De acuerdo con lo que he visto en la propia página del Poder Judicial de España, la media de tiempo de respuesta en el sector social del Tribunal Supremo en los últimos 10 años está alrededor de los 12 meses, y bueno...

Sí, y ahora llevamos ya casi 24. En noviembre se hacen 24. Entonces tiene que estar al caer. Estamos ya... estábamos esperando que fuera para finales del 2019, principios del 2020. Pero bueno, estamos a 30 de septiembre del 2020 y no sabemos nada.

O sea, y que ¿no os ha llegado ninguna información adicional, ni os han dado expectativas de fechas, nada?

No, no, no. Tenemos alguna información bastante positiva por parte de la Fiscalía, pero... pero nada en firme. Pero bueno, hubo una comunicación que nos ha dado esperanza, entonces... ¡Esperemos!

¿Entonces sí que tenéis expectativas positivas?

Yo, yo creo que... va a pesar más el... el Derecho Constitucional, o sea, lo que es Derecho Constitucional de asociación y sindicalización que cualquier supuesto que... porque esto, la sentencia fue un poco como «Minority Report», es como «bueno y si ustedes van a delinquir». Bueno, pero es que no hemos delinquido, entonces no me lo puedes juzgar, no... el derecho a... según por las cosas hechas, las cosas juzgadas, no... lo que pueda suceder, o a lo que vaya a suceder, o lo que uno piensa... eso no se puede juzgar.

¿Consideras que ahora mismo en cuanto TS tenéis algunas herramientas de defensa y protección, o en este panorama actual no tanto?

Pues, mira, legalmente... es que también depende... depende de lo que estemos hablando y de qué sector del trabajo sexual estemos hablando. Las compañeras que, por ejemplo, tratan a su clientela en la calle y viene la policía - poca defensa legal tienes, porque es que encima si en tu ciudad donde estás ejerciendo tienes una ordenanza que multa, o a los clientes o que... digamos, por la ocupación del espacio público, por parte de las trabajadoras sexuales, pues... no hay protección posible. No hay porque tienen la ordenanza, viene la policía, te multa. Eh... En cuanto por ejemplo a quien está ejerciendo en los clubs, para terceras personas, sobre todo lo que se conoce como el alterne, hay sentencias últimamente, que han asentado en jurisprudencias, que han dicho «bueno, esta persona, esta mujer, está en relación de dependencia con esta persona», aunque legamente no pueda ser trabajadora porque proxenetismo, eh... de facto, tiene que cumplir unos horarios, tiene que cumplir unas normas, tiene que cumplir una vestimenta, tiene que cumplir todo, todo lo que hay que cumplir para poder acceder a ese trabajo. Entonces, han sido los diferentes tribunales quiénes han... han... han dado sentencias en este sentido, entonces, eso es una cierta protección legal que pueden tener las compañeras, pero bueno, lleva tiempo, lleva dinero y... y bueno, de hecho, quien va más adelantada en ese sentido es nuestra compañera Evelin Rochel. Ella denunció al club *Flowers*, donde trabajó 30 años... 13 años, perdón y... porque bueno, les cambiaron arbitrariamente las condiciones de trabajo de un día para otro, ella no estuvo de acuerdo. De hecho, se encerró en su habitación eh... un tiempo, no le recibían los pagos diarios por la habitación para decir «bueno, es que no nos has pagado, te echamos». Eh... hacen todo ese tipo de cosas, es que claro... legalmente, somos clientas de los hoteles, pero no lo somos en realidad, porque tenemos que bajar a las cinco de la tarde, irnos a las cinco de la mañana y

bueno, cumplir todo un horario. Si yo fuera cliente – como ellos dicen, ¿no? que uno puede venir a ser – bueno, pues a lo mejor un día bajaría a la 1 de mañana, me haría de repente un cliente, me iría, eh, bajaría de repente con pantalones vaqueros, no sé. No, no bajaría con vestiditos. O sea, eh... sería realmente autónoma, cosa que... en realidad, eso no sucede. Entonces está en este vacío legal, ¿no? Y eso es la narrativa de los... de los clubes, ¿no? Y es que «no, esto es un campo de concentración» hay... hay... hay una abolicionista que dice esto, que son como campos de concentración... bueno, yo no sé, yo he estado, yo fui a Auschwitz y he estado en clubes de alterne, y no se parecen una cosa a otra. Pero bueno, la narración es así, ¿no? Entonces por ese... por ese vacío legal es que... eh... están desprotegidas, pero dentro de todo, con una buena pelea, se podría pelear. Y el resto es... desprotección total. Es autocuidado y... sobre todo cuando trabajas independiente, el contacto entre tus compañeras y el cuidado con tus compañeras y... bueno, las que estamos, las que estamos alrededor, porque de las autoridades... no.

¿Qué diferencias identificas entre el Sindicato OTRAS y demás organizaciones en defensa del reconocimiento y derechos para las trabajadoras y trabajadores del sexo?

Bueno, para empezar, para empezar... El Sindicato tiene... es otra forma legal y dentro de esos derechos legales que tiene, por ejemplo, tiene, tiene la potestad de poder ir a tocar a la puerta de un, de un sitio de trabajo, de un club y exigirle al empresario que se siente a hablar con sus compañeras. Si hay, si están por ejemplo las trabajadoras organizadas en un Sindicato, eh... hum... puedes forzar al empresario, obligar a que se siente a negociar. Con una asociación civil no, no tienes poder de eso. Es como decir «bueno, quiero que se siente», y entonces ahí puede decir «pues bueno, espérate sentada, no puedes hacer nada». Esta es la gran diferencia y esta es la gran batalla. De hecho, de hecho, eh, la batalla, eh... digamos por el discurso a nivel internacional, a todos los niveles, a nivel sobre todo ONU, es no aceptar a la palabra «trabajo sexual» porque, porque ya nos da un estatus de trabajadora. O sea, prefieren decir prostituida o... cualquier cosa, menos «trabajo sexual». Pero, curiosamente, en el «comité por el estatus por las mujeres», que está fijada, que se hace cada año en la ONU, eh, estamos reconocidas como «trabajadoras sexuales», pero «trabajo sexual» no nos quieren poner ni locas, porque claro, ya nos destaca del lugar de la víctima, de la delincuente y nos pone en un sitio, el de las trabajadoras. Entonces... con derecho a sentar, con derecho a sentarnos a negociar con... con derechos, ¡simplemente! Como víctimas, bueno «hay que proteger a las víctimas». Eh, el Estado Español tiene una denuncia en la ONU por haber, por haber enviado a... a víctimas de

trata de vuelta a su país, por ejemplo, eh... Primero, por ponerlos en un centro de detención, en un CIE y después deportarla a su país, es una mujer que se llama... se llamaba, supongo, Gladys John, de origen nigeriano, de hecho, *Women's Link* siguió el caso y tenía indicios claros de ser víctima de trata, eh... y el Estado Español la deportó a Nigeria y, evidentemente, ya no se sabe nada de Gladys John. Entonces claro eh, hay que proteger a las víctimas, pero es que no las están protegiendo bien, para empezar. Entonces, claro ¿qué nos podemos esperar? Si ha pasado esto, y, además, ese caso no es un proceso de dos días, fueron varios meses que estuvo ahí encerrada, que las autoridades no permitieron que se alargara el caso y al final la deportaron. Entonces no, no hay tampoco protección a las víctimas. Durante el COVID, no nos ha protegido nadie. Han anunciado tal mucho, mucho, mucho, mucho, pero no se nos ha dado nada. El Ingreso Mínimo Vital, que habían prometido aquí en España bueno, no se está... hay muy pocas personas que lo están alcanzando. O sea, ha habido millones de solicitudes, y creo que solamente cien mil se han resuelto. Resuelto y no a favor, «resuelto» es de «tú no», «tú sí». O sea, que han recibido respuesta, no sabemos de respuesta positiva, de momento no tengo los números, pero muy muy poquitos y... nosotras digamos, eh, por los requisitos que piden, que piden muchas veces no, no podemos acceder. Entonces, es como, no es ni para todos, ni para todas, eh... lo que dijeron, de que ninguna mujer se iba a quedar desprotegida, es una mentira, porque hay un montón y... y solamente, solo cuando... es así, de anuncios, es un Gobierno de anuncios.

Claro, justo has llegado a un tema que me interesaría mucho hablarlo contigo. O sea, ¿imagino que los meses del confinamiento para vosotras os resultaron particularmente difíciles? ¿Habéis podido de alguna manera seguir trabajando o...?

Claro, es que no hemos podido trabajar, hemos estado encerradas en España tres meses. Era muy difícil, no... es que ni se podía salir a la calle. Y los clientes no se podían trasladar por eh... recelar a la policía. Eh... una, bueno en la calle, bueno, menos. En un piso estaba todo mundo dentro y los vecinos vigilando. Es que era muy difícil, era prácticamente imposible trabajar, y además por el miedo de la gente también es que... Ahí ya dices, bueno, me quito el miedo del COVID, bueno, tengo el miedo del hambre, bueno... los mismos clientes también estaban, están y todavía algunos están temerosos. Entonces... eh... nosotras organizamos, organizamos un *crowdfunding*, un poco como las otras asociaciones y llegamos a... a levantar 45000€– pero eso, eso no es nada, en realidad. Yo para pagar entre, para hacer pagos entre 100 y 120 € a alrededor de 300 compañeras, 350 compañeras que... no es nada, entonces... Hum,

repartimos comida, de hecho, seguimos con el reparto de comida una vez por mes, porque las cosas no van bien y hay compañeras que necesitan ayuda para... para completar su despensa, ¿no? Entonces estamos cada vez también damos despensa de comida, citamos a las compañeras en oficina y bueno van... van viniendo y lo vamos a seguir haciendo así hasta... hasta no haya una vacuna... ¡básicamente! Porque no sabemos si, básicamente, en cualquier momento si van a venir los números arriba, si... no sabemos, entonces... eh... es el trabajo que estamos desarrollando ahora.

Y... ¿Cómo y cuál fue la intervención del Estado en esto?

¡Nula! O sea, por los servicios sociales ya estaban en los ayuntamientos, también muchas durante el confinamiento fuimos a recoger comida, nos daban unos paquetitos de comida de picnic con un zumo, un agua, una galleta, un bocadillo y una fruta. Todos los, todos los días a mediodía entonces, bueno, muchas fuimos – yo también – y fuimos y recogíamos nuestro paquetito y bueno, con eso... por lo menos yo, personalmente, con eso completaba cosas, por ejemplo, el pan, ya no tenía que comprar, ya tenía un bocadillo, o sea... una va haciendo malabares para sobrevivir, pero... pero es básicamente lo único y... y las iglesias, Cáritas y todo eso que bueno, tienen los grandes presupuestos y o sea que, una va a pedir, porque al fin y al cabo de eso viven, ¿no? de la caridad.

O sea que realmente el Gobierno se comprometió más bien, decía, ¿en prestar apoyo a «víctimas de trata»?

Claro. Pero te tienes que declarar víctima, tienes que ir a parar a una de las asociaciones abolicionistas, tipo APRAMP, tipo Médicos del Mundo aquí – en Francia, son muy pró-derechos, aquí no – o las Oblatas... a todos esos tienes que ir a parar y decir que «soy víctima de trata» para que te toque algo y... no sabemos si te va a tocar algo, si te declaras víctima de trata. ¡No lo sabemos! Es que... no está nada claro, no está. O sea, es que es tan opaco, y tan poco claro que es que... eh... es prácticamente inservible.

¿Crees que, si el trabajo sexual hubiera sido legalizado y efectivamente reconocido en el ámbito laboral antes de la pandemia, los impactos sufridos habrían sido distintos? ¿En qué aspectos?

Claro, mira, mira cómo fue en Nueva Zelanda. En Nueva Zelanda está descriminalizado, reconocido, y las compañeras no, no tuvieron que salir, tenían su... tenían un pago mensual, y mira lo que ha hecho Nueva Zelanda con el COVID. Ya está, o sea, ¡y mira España con el COVID! Entonces claro, estamos por ahí, o sea, ellos en el 2003, desde el 2003 tienen descriminalizada la... la actividad. ¡2003! Han sido 17 años de... de cosas que se han hecho bien. Entonces, cuando ha venido una pandemia, las compañeras están tranquilas en sus casas y bueno, protegidas socialmente. Así, ¡eso! Y yo quiero eso para mis compañeras y para mí. Nos podríamos, por ejemplo, nos hubiéramos podido acoger a todos los ERTES, que está ahí dando el Gobierno – que los empresarios de alterne, esos sí, que van a acoger a... a esos ERTES, y van a cubrir a bueno, a las camareras dónde las haya, a los desempleados dónde los haya, a las personas, digamos, que no las trabajadoras sexuales – que son de última, quienes son las que dan, eh... la riqueza a ese lugar. Porque si no fuera por ellas, no... ese... esos hoteles en el medio de la nada, no tendrían que acontecer.

¿Y si OTRAS hubiera sido reconocido formalmente como Sindicato, los impactos sufridos y el rol del Sindicato podrían haber sido distintos en esta crisis?

Buufff... Bueno, es complicado, es que tenemos dos años es que no, no se puede saber porque... al ser la legislación que es, tampoco. Hub... yo, en ese sentido, creo que hubiera sido más o menos igual. Terminaba siendo más o menos igual, porque también llevamos dos años de existencia, no tenemos cien como, eh... UGT, por ejemplo. Es que de repente, con 10 años de existencia con 10 años de, de, de... estar establecido, el trabajo hubiera sido todavía más grande, pero en la, la, en la escala que cubrimos ahora... Esperemos que, en el futuro, podamos seguir, podamos seguir creciendo.

Hablemos ahora un poco sobre afectos y cuidados. ¿Crees que el Sindicato genera un sentido de pertenencia? ¿Generáis vínculos afectivos allí? En caso afirmativo, ¿qué relevancia tienen esos vínculos en vuestra organización y lucha?

Pues sí, la verdad es que nosotras... nosotras como somos feministas por, por defensa propia, eh... también tenemos, tenemos muy metido dentro el autocuidado por las demás, por nosotras mismas, porque sabemos cómo es el mundo ahí fuera con nosotras, cómo es el mundo si eres trans también, eh... en general, ¿no? Si eres migrante, si eres una persona de color, entonces todo esto... nosotras damos, tenemos toda esta variedad dentro del Sindicato. Entonces, en

nuestros grupos internos nos cuidamos mucho, sentimos... queremos también que las compañeras que se van acercando al Sindicato sientan eso, esa pertenencia el estar... estar como, como en casa. O sea, como un sitio dónde, obvio, no se te juzga el trabajo que haces - punto número uno e importantísimo, porque para muchas es muy, muy importante poder hablar de lo que sucede en el trabajo. Y, a partir de ahí, nos vamos dando, nos vamos dando apoyo mutuo y apoyo en general. Creo que, eso sí, que lo estamos consiguiendo y esperamos... eso no queremos perderlo, jamás, porque en cuanto se empieza a volver una cosa estructural tipo Sindicatos de toda la vida... ahí es que la cosa no está funcionando bien. Pero, en ese sentido, sí que queremos ser... y sé que somos diferentes, porque nuestro trabajo también es diferente.

Sabrina, ¿y ahora mismo seguís teniendo actividades, reuniones, etc.?, ¿cómo os estáis organizando en este momento?

[Suspiro] Bueno... ahora, por ejemplo, la... eh, los cursos los estamos haciendo online, eh... sobre todo para las compañeras que no están tan acostumbradas al teletrabajo sexual, que no están en las redes, que no están en *Onlyfans*, eh... digamos también un poco, eh... las que puedan ayudar a... las compañeras que saben, que puedan ayudar a las compañeras que no saben utilizar estas herramientas. Y esto lo estamos haciendo por vía online. Y la cuestión de la comida también bueno, vienen las compañeras cuando recogen la comida también hablamos un poquito con ellas. En la oficina estamos ahora también haciendo - aunque vale, todos los Ingresos Mínimos Vitales, pero si no se piden, no van a llegar jamás - entonces también lo estamos haciendo para las compañeras que lo necesiten y nos juntamos en grupitos de 6 personas cada media hora, luego entran y salen... y bueno, todas con mascarilla.

¿Qué impacto tiene el Sindicato en tu vida cotidiana? ¿Y en tu bienestar físico, emocional y psicológico?

[Risas] Yo lo que pasa es que... [risas] ¡es mucho trabajo! Y es todo voluntario, pero... y hay veces que te quemas y todo, pero bueno... eso sucede en todos los activismos, nada más en ese Sindicato, sino bueno... Yo también estoy involucrada en luchas trans, en luchas migrantes y, bueno, llevo un momento entre todo, nos cuesta un poquito la salud por... sobre todo, primero, por todos los mensajes que una se tiene que comer, ¿no? Yo que soy encargada también de las redes y de las comunicaciones, eh... me tengo que comer todo eso, entonces, hay veces que sí, te agota, te cansa, pero ves que vale la pena porque... si no nos ayudamos nosotras,

trabajadoras, no nos va a ayudar nadie. Eh... ya, ya estamos hartas de confiar en las trabajadoras sociales que bueno, sí se preocupan un poquito porque viven de eso y bueno, les va el sueldo ahí, pero nosotras es que no, no nos da el sueldo en esto. Nosotras damos un tiempo para el Sindicato y el restamos también ejerciendo trabajo sexual, como todas.

¿Has notado alguna evolución en los movimientos abolicionistas en España en los últimos años? ¿Y desde el surgimiento del Sindicato?

Sí eh, yo he visto que la evolución ha sido más hacia la derecha, ¿no? ahora son... ahora ya aplauden... ahora ya se han vuelto totalmente TERFs, entonces, ya aplauden... aplauden también los discursos de la derecha, de asociaciones tipo «Hazte Oír», eh... que tienen razón, que los niños tiene pene y las niñas tienen vagina, bueno... se han ido muy para allá. Eh, ya preferimos nosotras, como Sindicato, es que ya ni hacerles caso, porque dicen lo mismo, dicen la misma mentira, lo van repitiendo todo el tiempo, eh... no han ayudado en nada en la pandemia, por supuesto, estaban muy cómodas en sus casas, eh... quejándose de cualquier cosa excepto poniendo dinero para el *crowdfunding*, o repartiendo alimentos ellas mismas, o haciendo alguna otra cosa. Estaban diciendo «ay, sí, que hay apoyos; hay que aprovechar el virus para cerrar los prostíbulos y que acabe la prostitución». Eso, y a eso se han venido dedicando todos estos meses, pero de la vida de las compañeras, en realidad no les importa. Hay un dicho, hay un dicho muy cierto que es lo que dice: «quien vive de contar muertas, no se va a alegrar que tú estés viva». Y eso es lo que están haciendo las abolicionistas.

¿Si pudieras decidir sobre el cuadro laboral y legal del trabajo sexual en España, ¿cómo lo harías? Es decir, ¿cuál es para ti el panorama ideal dentro de la legalización del trabajo sexual?

Lo ideal sería, sería... una descriminalización del sector, esto significa que todas las partes - evidentemente, entendemos, primero, todo el trabajo sexual como trabajo consensuado entre adultos, todo lo que se salga de ahí, ¡no es trabajo sexual! Todo lo que no sabe cómo uno trabajo consensuado... por más que tengas la necesidad, eso, la necesidad de trabajar, todas tenemos la necesidad de trabajar, pero que sea consensuado y entre adultos es la primera, la primera fase. A partir de ahí, bueno, que se descriminalice, en el país, todo lo que está alrededor del trabajo sexual, tanto el ejercicio en la calle, tanto los clientes que no se penalicen, que podamos trabajar juntas, digamos, que... que se de esa despenalización y luego, localmente, los

Gobiernos Municipales, sobre todo, o digamos locales, a quien corresponda, eso ya dependería, sentarse con los grupos de trabajadoras, con los vecinos, con tal y decir «buenos vamos, vamos a ordenar esto, tal cual: aquí en esta zona de la ciudad no se puede, bueno, aquí en esta zona de la ciudad, bueno, sí se puede, eh...se puede de esta forma». Vamos, no sé, ponerse a trabajar, básicamente. Pero, pero, así como lo quieren hacer como «se prohíbe todo, tal y ya está: ¡no trabajamos!». El trabajo es hacer la ley para que esto se cierre. ¡No señor!, el trabajo es hacer la ley para ver como... cómo es esta realidad, cómo es este trabajo que realizamos – y que vamos a seguir realizando, aunque lo prohíban, lo castiguen, nos multen, lo que... Porque hay quienes no vamos a tener más remedio, hay quienes lo vamos a querer seguir haciendo o hay a quien nos va a salir mejor eh, tener ese peligro que estar doce horas en un trabajo por 800€. Entonces, para mí la situación ideal es que los políticos se sentaran a negociar, se sentaran a hablar, seriamente, y decir «bueno, vamos a ver qué hacemos con este grupo de personas en un país que tiene un 20% de desempleo estructural y que, de repente, no podemos poner, eh... poner en otro sitio, hum... Vamos a ver, vamos a resolver, que es una realidad que está delante de los ojos de todo el mundo». Pero esta postura de querer cerrarnos, prohibirlo y todo, está demostrado que no lleva a ninguna parte. Yo vengo de México, hace quince años empezó la guerra contra el narcotráfico por Felipe Calderón y, vamos, que los resultados, pues, están ahí: todas las muertes, todas las desapariciones, todo el horror que sigue en México desde hace quince años. Por la guerra. Bueno, a lo mejor, para la próxima, la estrategia tiene que ser otra. Y eso va a ser lo mismo aquí. Bueno, va a ser la guerra contra la prostitución. Bueno, va a haber más trata, va a haber peores condiciones, va a haber más clandestinidad, va a haber más abusos... Es que parece que eso es lo que buscan.

¿Y quién crees que está iniciando esa «guerra en contra la prostitución»?

[Suspiro] Bueno, no te podría así decir quién, siempre ha sido una guerra, ¿no? Siempre ha habido intentos en Europa desde el siglo... me vi un artículo que decía que desde el siglo III, II... ya había reyes que habían expulsado a las prostitutas de las ciudades. O sea, siempre ha habido ese intento porque esta... esta sociedad occidental, bueno, ve al sexo de... de manera terrible y todo lo relacionado con el sexo le parece mal. En... salvo que no sea para, para producir obreros y, o mano de obra, el resto le parece mal. Entonces a partir de ahí, de esa visión bueno... ya, estamos aquí.

Bueno, ya vamos llegando a la fase final de la entrevista. Y me gustaría preguntarte: si tuvieras que indicar los principales logros que habéis conseguido con el Sindicato, ¿cuáles serían?

Ufff... Eh, ¡que no estemos en la cárcel! [risas] Eh... ni eso, ni expulsadas del país. Creo que, no, no, no creo que hayamos tenido ningún logro hasta el momento. Vamos poniéndole pactos a la situación, vamos... nadando contracorriente. Ya haber sobrevivido a la Audiencia Nacional y ya haber llegado al Supremo, ya es algo... Y creo que es muy pronto para señalar triunfos o cosas que hemos conseguido. Estamos, estamos en ello. Ya me gustaría que dijéramos «hemos conseguido esto, esto, esto y esto», pero estamos trabajando. Ha sido un trabajo... nosotras, aunque veníamos de... trabajando con APROSEX también... desde hace un tiempo, bueno es, lo que te da la asociación, ¿no? Bueno, el poder construir como unidad, un poco, y tener ciertas cosas, pero llegas a lo que la ley te da y, claro, en el Sindicato llevamos dos años y con... y con, con el... con todo en contra y todavía los medios diciendo «ilegalizado Sindicato» - cuando no es verdad. Entonces, bueno, tenemos todavía mucho por hacer y mucho por conseguir, pero, pero creo que lo conseguiremos. Cuando, eh... las compañeras de Nueva Zelanda una vez me dijeron «nos tomó 16 años, o sea, toda la lucha por la descriminalización». Entonces, eso en Nueva Zelanda, en un país chiquitito donde... es una isla, y que además todo el mundo se conoce y los políticos sí que escuchan a sus... a sus ciudadanos porque, básicamente, pues que viven al lado. Entonces yo creo que España, de repente, pues que nos va a tomar como 30. Porque aquí también [gesto de cabezota] son más cabezones, son más duros de cabeza los españoles y... y no entienden, entonces... bueno, ¡nos quedan treinta años por delante!

¿Qué piensas sobre el impacto que los movimientos han tenido en lograr derechos sociales y laborales para las trabajadoras y trabajadores del sexo en las últimas décadas? ¿Qué diferencias y esperanzas encuentras en el Sindicato OTRAS (si es el caso)?

Pues que, es lo que tenemos que hacer. Tenemos que juntarnos más, organizarnos más eh... afortunadamente estamos muy en conexión también con... - pues por nuestro origen y por el idioma - con América Latina. Muchas de nosotras venimos de allá y ya llevamos muchos años en Europa, muchas hasta tienen pasaportes europeos, entonces... vamos a seguir, vamos a seguir ampliando nuestras redes, nuestra fuerza y... y creo que el tiempo nos va a dar la razón. Mucha gente se ha dado ahora cuenta también con la pandemia, con, con... pues esa pregunta

que me realizaste hace rato, ¿no? del «¿si tú crees que hubiera estado descriminalizado, nos hubiera sido mejor?» - ¡claro!, y ahí se dan cuenta y es como: «¡claro, es que...sí! No te puedes enfermar, no te puedes tal, no te puedes tal.» Claro, es que tendría que estar regularizado. La gente misma se da cuenta. Aunque sea una actividad que no les guste, a mí tampoco me gusta la policía y ahí están. Y hay gente... y hay gente que, sobre todo ahora siendo trans, ya parece que si eres policía eres como... «¡guau, la inclusión!». Yo, estoy en contra, pero bueno... está ahí, está regulado y está ahí. ¿Y por qué no el nuestro? Que también está ahí, que lleva muchos más años, muchísimos más años, muchos más siglos ejerciendo que los cuerpos policiales y ya va siendo hora de que se nos reconozca y de que vamos... Y que estemos dentro de la profesión social, ¿no? y que también con... con esa opinión y con lo que tengamos que decir con respecto a nuestras vidas. Entonces yo estoy... yo, yo soy muy optimista con, con el movimiento. Evidentemente va a haber, va a haber eh... eh... movimientos hacia atrás, pero, pero creo que al final la historia nos va a dar razón y... y estoy muy... estoy muy... con muchos ánimos, yo tengo muchas esperanzas de que lo podamos hacer y... y porque eso, porque también las trabajadoras sexuales también nos estamos, eh... estamos muy bien, muy bien preparadas, y creo que todo el mundo nos, eh... nos... cree que no lo estamos, cree que nos... ay, ¿cómo se dice? Es que he estado hablando mucho en inglés, tengo todas las palabras en inglés y en castellano no me sale...

¡Pues dímelo en inglés y luego lo traduzco!

[Risas] Sí que... que... son muy *undermining*, ¿no? Muy... muy... no nos toman, no creen que somos tan, tan listas y tan inteligentes y tan capaces como realmente somos y... y esas creo que son las debilidades de... es una fortaleza hacia nosotras, y es una debilidad de la demás gente.

Muy bien, ¡muchísimas gracias por todo!

Nos subestiman, es la palabra, ¡nos subestiman!

¡Ahí está! Muchas gracias, Sabrina.

**Dinâmicas contemporâneas da sexopolítica:
Um estudo de caso sobre a sindicalização de trabalhadoras do sexo**

Ana Beatriz Gonçalves Rosa

Outubro 2021